



**Pesquisas
em andamento:
Caminhos pela
Filologia
e pela
História e
Historiografia do
Português**

Phablo Roberto Marchis Fachin
Vanessa Martins do Monte
(Organizadores)



FFLCH/USP

Copyright © 2020 FFLCH-USP

Revisão técnica

Phablo Roberto Marchis Fachin
Vanessa Martins do Monte

Conselho Editorial

Elizangela Nivardo Dias
Luana Batista de Souza
Olga Coelho
Priscilla Barbosa Ribeiro
Renata Ferreira Munhoz

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan
Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Diretora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda
Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Chefe: Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Suplente: Profa. Dra. Adma Fadul Muhana

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Coordenadora: Profa. Dra. Maria Clara Paixão de Sousa
Vice-coordenadora: Profa. Dra. Flaviane Romani Fernandes Svartman

**Pesquisas em Andamento:
Caminhos pela Filologia e pela História e Historiografia do Português**

Phablo Roberto Marchis Fachin
Vanessa Martins do Monte
(*Organizadores*)

Pesquisas em Andamento: Caminhos pela Filologia e pela História e Historiografia do Português

FFLCH/USP

São Paulo, 2020

DOI: 10.11606/9786587621104

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

- P474 Pesquisas em Andamento: caminhos pela filologia e pela história e historiografia do português [recurso eletrônico] / Organizadores: Phablo Roberto Marchis Fachin; Vanessa Martins do Monte. – São Paulo: FFLCH, 2020.
3.559 Kb ; PDF.
ISBN 978-65-87621-10-4
DOI 10.11606/9786587621104
1. Língua portuguesa – Historiografia. 2. Língua portuguesa – História.
3. Filologia. I. Fachin, Phablo Roberto Marchis. II. Monte, Vanessa Martins do.

CDD 469

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

Serviços de editoração e Distribuição

Revisão

Phablo Roberto Marchis Fachin
Vanessa Martins do Monte

Projeto Gráfico de Capa e de Diagramação

Gabriel Isola-Lanzoni

Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

Apresentação	5
Edição paleográfica sinóptica da tradição latino-românica da obra de Isaac de Níve: uma fonte para os estudos românicos	7
<i>César Nardelli Cambraia</i>	
O verbo ser: Port-Royal, Beauzée e Barbosa	24
<i>Jordana Tavares Silveira Lisboa</i>	
Os manuscritos do baú e o processo de edição filológica virtual	39
<i>Priscila Starline Estrela Tuy Batista</i>	
As macroestruturas nas <i>Cartas de Datas de Jundiá de 1657</i>	65
<i>Kathlin Carla de Moraes</i>	
Livros da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba (sécs. XVII e XVIII): estudo codicológico	78
<i>Ivan Douglas de Souza</i>	
Universalidade: o nome e suas declinações	96
<i>Raquel do Nascimento Marques</i>	
A transmissão do texto literário em livro didático: a metodologia de análise em debate	107
<i>Bárbara Bezerra de Santana Pereira</i>	
A língua portuguesa na Escola Americana e Mackenzie College: construção e afirmação do <i>ethos</i> protestante na sociedade paulistana	123
<i>Enedino Soares Pereira Filho</i>	
Algumas propriedades semânticas do item <i>trás</i> em dados do Português Brasileiro do século XX	136
<i>Nayra Simões</i>	

Apresentação

Phablo Roberto Marchis Fachin
Vanessa Martins do Monte

O livro *Pesquisas em Andamento: caminhos pela filologia e pela história e historiografia do português* reúne um conjunto de oito capítulos de alunos e ex-alunos do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Todos os textos publicados neste volume foram aprovados por pareceristas da área, que, além de comporem a Comissão Científica do livro, atuaram como debatedores dos trabalhos nos encontros promovidos pelo Programa, o que consistiu em uma inovadora experiência de formação para os alunos. Ademais, o volume também conta com um capítulo de autoria do Prof. Dr. César Nardelli Cambraia, da UFMG, que proferiu uma conferência em um dos encontros promovidos pelo Programa.

Em *Edição paleográfica sinóptica da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive: uma fonte para os estudos românicos*, o Prof. Dr. César Nardelli Cambraia discute a edição sinóptica, que se define como aquela em que há reprodução simultânea de mais de um testemunho ou texto estabelecido. Trata-se de um tipo de edição já utilizado desde o início do século XVI e traz especial interesse aos romanistas, que podem consultar traduções medievais em diferentes línguas de forma simultânea. No texto discute-se especificamente a tradução medieval da obra de Isaac de Nínive em diferentes línguas (latim, italiano, francês, catalão, espanhol e português).

A Prof^a Dr^a Jordana Lisboa, em *O verbo ser: Port-Royal, Beauzée e Barbosa*, apresenta uma discussão sobre o conceito e a relevância do verbo SER na *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822), de Jeronimo Soares Barbosa. Sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas, examina-se parte do horizonte de retrospectiva desse gramático português, verificando especificamente as mudanças do conceito de proposição e suas implicações no tratamento do verbo SER. Comparam-se e interpretam-se os significados do verbo SER em Port-Royal e Beauzée, concluindo-se que Barbosa apresentou uma nova interpretação, ao propor que o verbo SER não é auxiliar.

A doutoranda Priscila Tuy Batista apresenta em *Os manuscritos do baú e o processo de edição filológica virtual* uma rica e profícua discussão sobre o entrelaçamento das pesquisas em Filologia e em Humanidades Digitais. Trata-se de um trabalho pioneiro que sugere a utilização de tecnologias computacionais aplicadas ao texto e instiga uma reflexão crítica sobre os impactos causados por essas novas práticas para o campo da Filologia.

O texto *As macroestruturas nas Cartas de Datas de Jundiá de 1657*, de autoria da doutoranda Kathlin Morais, propõe a utilização do Modelo de Tradições Discursivas e da classificação das estruturas diplomáticas de modo a investigar as macroestruturas presentes nas cartas de datas. Ressaltam-se as similaridades e as diferenças encontradas em cada uma das partes que compõem o texto setecentista. É um trabalho

fundamental para a compreensão de um tipo de texto, a carta de data, e inédito no campo da Filologia e da Linguística Histórica pela análise macroestrutural apresentada.

Em *Livros da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba (sécs. XVII e XVIII): estudo codicológico*, o doutorando Ivan Souza traz uma pormenorizada descrição codicológica de três livros de câmara escritos entre 1679 e 1756, propondo-se a discutir questões teórico-metodológicas relativas às linhas que demarcam os limites de trabalho da codicologia. A investigação permite afirmar que livros camarários, devido às suas especificidades, demandam um roteiro diferenciado para a análise codicológica.

No capítulo *Universalidade: o nome e suas declinações*, a doutoranda Raquel Marques investiga a categoria *nome* no que diz respeito à distinção *substantivo* e *adjetivo* e às declinações casuais, tal como tratada nas primeiras gramáticas portuguesas. A pesquisa insere-se no campo teórico-metodológico da *História das ideias linguísticas* e tem como *corpus* as gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540), Amaro de Roboredo (1619) e Contador de Argote (1721).

Tendo em vista o cotidiano da escola pública brasileira e a importância conferida a livros didáticos nesse contexto, o capítulo *A transmissão do texto literário em livro didático: a metodologia de análise em debate*, de autoria da doutoranda Bárbara Pereira, investiga, por meio de critérios da Crítica Textual, como ocorre o processo de transmissão de um texto literário nesse tipo de material. O trabalho tem como foco a análise de crônicas atribuídas a Rubem Braga presentes em livros didáticos.

Sob a perspectiva da história social da Língua Portuguesa, o capítulo de autoria do mestrando Enedino Pereira Filho *A língua portuguesa na Escola Americana e Mackenzie College: construção e afirmação do ethos protestante na sociedade paulistana* apresenta considerações acerca da implementação e do uso da língua portuguesa na escola americana, desde sua origem, em 1870, até 1920. Investiga-se o motivo pelo qual se optou por oficializar o uso e o ensino da língua portuguesa numa instituição localizada em São Paulo, algo incomum à época.

Com base na coleta de dados em documentos brasileiros do século XX, constantes de inquéritos orais do Projeto NURC - Rio de Janeiro, o capítulo *Algumas propriedades semânticas do item trás em dados do Português Brasileiro do século XX*, escrito pela mestranda Nayra Simões, analisa qualitativamente esses dados. São apresentadas as propriedades de "trás", desde sua acepção prototípica, a de espaço posterior, e verificam-se os demais sentidos depreendidos a partir de projeções metafóricas.

Desejamos a todas e todos uma excelente e produtiva leitura.

Edição paleográfica sinóptica da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive: uma fonte para os estudos românicos

César Nardelli CAMBRAIA (UFMG/CNPq)

Resumo: *Uma edição sinóptica é basicamente aquela em que há reprodução simultânea de mais de um testemunho ou texto estabelecido. Não se trata de uma prática totalmente nova, pois basta lembrar da edição da Bíblia Poliglota Complutense, realizada entre 1514 e 1517, com o texto simultâneo em hebraico, caldaico, latim e grego para o Antigo Testamento e em latim e grego para o Novo Testamento. Considerando que na Idade Média muitos textos circularam em diferentes línguas de interesse para um romanista, certamente constitui uma contribuição relevante elaborar uma edição em que traduções medievais em diferentes línguas apareçam de forma simultânea. Este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos fundamentais de uma edição sinóptica que se encontra em elaboração, tendo como objeto a tradução medieval da obra de Isaac de Nínive em diferentes línguas (latim, italiano, francês, catalão, espanhol e português).*

Palavras-chave: *Crítica Textual; Filologia Românica; Linguística Românica; Isaac de Nínive.*

Introdução

A linguística românica sempre ocupou, no campo da linguística histórica, um lugar especial. Uma de suas principais especificidades está no fato de ter como objeto de estudo um domínio linguístico com atestação escrita de fases muito pretéritas (como a do latim) e também de fases mais próximas de forma seriada (como a das línguas românicas da fase medieval à moderna). É essa fartura documental que tem contribuído para discussões mais robustas sobre o fenômeno da mudança linguística.

Justamente por isso, não surpreende que seja também no domínio românico que tenha se constituído a polêmica sobre os métodos de crítica textual colocada por Bédier, em franca oposição à proposta de Lachmann. Foi na lide com textos românicos medievais (mais especificamente, do francês medieval) que Bédier foi levado a questionar o método lachmanniano, propondo um novo método, baseado no *codex optimus*.

Vê-se, portanto, que linguística românica e crítica textual aplicada a textos românicos são áreas que com grande afinidade. O presente trabalho coloca-se na lógica de interação entre essas duas áreas e tem como objetivo apresentar aspectos fundamentais de uma edição paleográfica sinóptica em elaboração, tendo como objeto a tradução medieval da obra de Isaac de Nínive em diferentes línguas (latim, italiano, francês, catalão, espanhol e português), proposta esta que constitui uma contribuição para os estudos românicos.

1 Isaac de Nínive: autor e obra¹

Isaac de Nínive nasceu em Bet Qatraye (no atual Catar) e foi ordenado bispo de Nínive no monastério de Bet 'Abe (no norte de atual Iraque) por Jorge, o Católico, em 676 d.C. Cinco meses depois, renunciou ao cargo e foi viver como anacoreta na montanha de Matut, na região de Bet Huzaye (na atual província do Cuzistão no Irã). Posteriormente, transferiu-se para o monastério de Rabban Shabur (também no atual Irã, talvez próximo a Shushtar), onde aprofundou seus conhecimentos das Sagradas Escrituras. Morreu cego e com idade avançada aproximadamente em 700 d.C. e foi sepultado no próprio monastério de Rabban Shabur (BROCK, 1999-2000).

Chialà (2002, p. 66-83) considera que estariam entre suas obras genuínas, pelo menos, três conjuntos (ou partes) de capítulos e dois fragmentos de outro conjunto. A *Primeira Parte* é composta de 82 capítulos; a *Segunda Parte* compõe-se de 41 capítulos (dos quais o 16º e o 17º correspondem respectivamente ao 54º e ao 55º da *Primeira Parte*); a *Terceira Parte* apresenta 17 capítulos (dos quais o 14º e o 15º correspondem respectivamente ao 22º e ao 40º da *Primeira* e o 17º corresponde ao 25º da *Segunda*); a *Quarta Parte* não é conhecida; a *Quinta Parte* compreende apenas dois fragmentos próprios. Vê-se que, conjuntamente, a obra de Isaac conhecida compreende pelo menos 137 capítulos distintos.

Dessas coleções importa aqui especificamente a *Primeira Parte*: do original em siríaco foi traduzida para o grego em fins do séc. VIII ou princípios do séc. IX por dois monges — Patrikios e Abramios — do mosteiro de Mar Sabbas, situado próximo a Jerusalém, e do grego para o latim por volta de fins do séc. XIII. Considerando que a maioria dos manuscritos com a tradução latina é dos sécs. XIII a XV, que o manuscrito considerado mais antigo (cód. plut. LXXXIX/96, Bibl. Medic. Laur. de Florença) seria do séc. XIII e que a citação mais antiga em latim do texto de Isaac parece estar no *Tractatus Pauperis* (concluído em 1270) de John Pecham (1230-1292), Chialà (2002, p. 295) propôs o séc. XIII como *terminus ante quem* para a tradução latina.

Da tradução latina, foram feitas, ainda na Idade Média, traduções para o italiano, para o francês, para o catalão e para o espanhol. Segundo Cambraia (2017, p. LXXVII-CIII), a tradução do catalão teria sido fonte para uma segunda tradução espanhola e esta, por sua vez, teria sido fonte para a tradução para o português.

O presente trabalho se ocupa de discutir uma forma de edição que abarque simultaneamente as traduções latina, italiana, francesa, catalã, espanhola (em suas duas formas) e portuguesa.

2 Tipologia de edição

2.1 Panorama

Segundo Cambraia (2015, p. 87-107), as edições de texto podem ser classificadas de acordo com diferentes critérios abaixo esquematizados:

¹ A síntese desta seção baseia-se em Cambraia e Avellar (2017, p. 17-18).

- a) Material:
 - a1) Dimensão: *de bolso, compacta e diamante/liliputiana/microscópica*;
 - a2) Qualidade do suporte: *popular e de luxo*;
- b) Sistema de registro: *impresa e digital/eletrônica/virtual*;
- c) Publicação: *princeps/príncipe, limitada, extra/extraordinária e comemorativa*;
- d) Permissão: *autorizada e clandestina/espúria/fraudulenta/pirata*;
- e) Integralidade do texto: *integral, abreviada e expurgada*;
- f) Reelaboração do texto: *revista, atualizada, ampliada/aumentada e modernizada*;
- g) Forma de estabelecimento do texto:
 - g1) Monotestemunhal: *fac-similar, diplomática, paleográfica e interpretativa*; e
 - g2) Politestemunhal: *crítica e genética*.

Além dos tipos de edição esquematizados acima, Cambraia (2005, p. 92), em nota, faz referência a um tipo chamado de edição *sinóptica* ou *justilinear*, que se caracteriza por ter “a reprodução simultânea de mais de um testemunho”. Deve-se considerar, no entanto, que uma edição sinóptica também pode apresentar textos críticos (fixados com base em diferentes testemunhos), o que obriga a complementar a definição acima de edição sinóptica como sendo a reprodução simultânea de mais de um testemunho ou texto estabelecido.

2.2 Edição sinóptica

Caso se tome a noção de edição sinóptica em um sentido bastante lato, tendo como referência registros escritos multilíngues, suas primeiras atestações remontam a uma época bastante pretérita. Um dos exemplos é o caso da inscrição trilingue (em persa antigo, elamita e babilônio²) do monte Behistun na província de Kermanshah, no Irã, lavrada por volta de 515 a.C., com uma declaração Dario I, que governou o Império Aquemênida entre 521 e 486 a.C. Foi essa inscrição que possibilitou a decifração eficaz do sistema de escrita cuneiforme por Henry Rawlinson em 1846 (RAWLINSON, 1847; DIRINGER, 1985, p. 47-48). Outro exemplo é o caso da pedra de Roseta, encontrada na embocadura do rio Nilo, no Egito, em 1799 por Boussard, contendo um decreto sacerdotal em honra de Ptolomeu V Epifânio, que foi rei do Egito entre 205 e 181 a.C., decreto este lavrado aprox. em 197/196 a.C. em duas línguas (egípcio e grego³) e três alfabetos (escritas hieroglífica e demótica para o egípcio e alfabeto grego para o grego). Foi essa inscrição que possibilitou a decifração eficaz dos sistemas de escrita do egípcio por Jean François Champollion em 1822 (CHAMPOLLION, 1822; DIRINGER, 1985, p. 54-55). No campo românico, ainda considerando registros multilíngues, não há como deixar de mencionar o famoso Juramento de Estrasburgo, presente no cód. lat. 9768 da Biblioteca Nacional de Paris, com texto em latim, francês e alemão, lavrado em 14 de fevereiro 842, entre dois netos de Carlos Magno (Carlos, o Calvo, e Luís, o Germânico), contra o irmão deles (Lotário I), que constitui o documento em língua francesa mais antigo conservado (MAGNE, 1991).

² O persa antigo pertence ao ramo indo-iraniano da família das línguas indo-europeias; o elamita é língua cujo vínculo com outras famílias ainda não foi bem estabelecido; e o babilônio pertence à família das línguas semíticas.

³ O egípcio pertence à família das línguas semíticas e o grego pertence ao ramo helênico da família das línguas indo-europeias.

Caso se tome a questão em um sentido mais estrito, tendo como referência edições impressas, a existência de edição sinóptica remonta aos próprios primórdios da imprensa, pois basta lembrar da edição da Bíblia Poliglota Complutense, realizada entre 1514 e 1517, com o texto simultâneo em hebraico, latim, grego e caldaico (aramaico) para o Antigo Testamento e em latim e grego para o Novo Testamento (VETUS, 1514-1515). No campo lusófono, é digna de menção a edição cujos realizadores nomearam de *paralela*, com reprodução simultânea das edições de 1572 d’*Os Lusíadas* de Camões, tendo tanto a edição com o pelicano da portada voltado para a direita quanto a com o pelicano voltado para a esquerda (CAMÕES, 1982). Trata-se naturalmente de uma edição sinóptica, na medida em que há a reprodução fac-similar simultânea dos dois testemunhos em questão. Não são raros os casos de edição sinóptica justalinear, em que se colocam, lado a lado, fac-símile de um manuscrito (à direita) e sua transcrição (à esquerda), como no caso de edição da Carta de Pero Vaz de Caminha (CAMINHA, 1999).

3 Edição sinóptica da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive

3.1 Tipo de edição quanto às formas de apresentação e de estabelecimento do texto

Como esclarecido antes, uma edição sinóptica se caracteriza por apresentar mais de uma reprodução na mesma edição.

No caso da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive há três possibilidades:

(a) Edição sinóptica monotestemunhal com testemunhos em diferentes línguas:

Tradição latina	Edição monotestemunhal: testemunho 1
	Edição monotestemunhal: testemunho 2
	Etc.
Tradição italiana	Edição monotestemunhal: testemunho 1
	Edição monotestemunhal: testemunho 2
	Etc.
Tradição portuguesa	Edição monotestemunhal: testemunho 1
	Edição monotestemunhal: testemunho 2
	Etc.
Etc.	

(b) Edição sinóptica politestemunhal com textos reconstituídos a partir de diferentes testemunhos para cada língua:

Tradição latina	Edição politestemunhal: texto crítico
Tradição italiana	Edição politestemunhal: texto crítico
Tradição portuguesa	Edição politestemunhal: texto crítico
Etc.	

(c) Edição sinóptica mista com testemunhos em diferentes línguas e com textos reconstituídos a partir de diferentes testemunhos para cada língua:

Tradição latina	Edição monotestemunhal: testemunho 1
	Edição monotestemunhal: testemunho 2
	Edição politestemunhal: texto crítico
Tradição italiana	Edição monotestemunhal: testemunho 1
	Edição monotestemunhal: testemunho 2
	Edição politestemunhal: texto crítico
Tradição portuguesa	Edição monotestemunhal: testemunho 1
	Edição monotestemunhal: testemunho 2
	Edição politestemunhal: texto crítico
Etc.	

Além disso, é ainda necessário escolher, no que se refere à edição monotestemunhal, qual deve ser a edição em termos de forma de estabelecimento do texto (fac-similar, diplomática, paleográfica ou interpretativa).

Tratando primeiramente desta última questão (forma de estabelecimento do texto da edição monotestemunhal), a escolha é determinada naturalmente em função do público-alvo. A quem interessaria uma edição sinóptica? É pouco provável que um público amplo venha se interessar por esse tipo de edição, pois ser-lhe-ia oferecido um volume de informação cuja relevância não é evidente para seus objetivos de leitura. Um interessado na doutrina de Isaac de Nínive para discussões no âmbito da teologia faria uso de informações provenientes de vários testemunhos em várias línguas em sua análise? É pouco provável. Isto posto, deve-se admitir que se trata de um trabalho de interesse para um público especializado. Nesse caso, pode-se pensar em três especialistas: paleógrafos, críticos textuais e linguistas.

Caso se pense em paleógrafos, certamente o tipo de edição adequado seria a fac-similar, pois esse profissional é capaz de decodificar o sistema de escrita em questão (a medieval), não dependendo de mediações do editor para facilitar a leitura dos testemunhos. Entretanto, uma edição sinóptica fac-similar da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive é tecnicamente inviável: não porque não seja possível reproduzir a imagem de cada testemunho (a tecnologia atual o permite e ainda de forma eficiente e barata), mas sim porque esse material seria difícil de ser processado pelo consulente em função do volume de imagens que estariam envolvidas. Ademais, envolve a questão da obtenção dos direitos de reprodução de cada testemunho junto à sua instituição de guarda (as bibliotecas com fundos de manuscritos medievais), tema custoso em termos de execução e de financiamento.

Caso se pense em críticos textuais, um primeiro tipo de edição pertinente seria a diplomática, pois a conversão dos caracteres dos testemunhos em caracteres redondos na transcrição sem outras intervenções (como o desenvolvimento de abreviaturas) significaria a superação de uma das etapas do processo de edição e abreviaria suas tarefas. No entanto, trata-se, em primeiro lugar, de um público-alvo restritíssimo (levando-se em conta o número de profissionais existentes na área, sobretudo se se considerarem profissionais que lidam com textos medievais), e, em segundo lugar, poderia o crítico textual considerar que seria melhor um

contato direto com as imagens dos testemunhos do que com a versão mediada por um editor, que, naturalmente, sempre imprime aos resultados de seu labor sua própria interpretação do modelo.

Enfim, pode-se considerar que o público-alvo que melhor beneficiaria de uma edição sinóptica de testemunhos de uma mesma obra em diferentes línguas seria o de linguistas, para os quais a edição mais adequada é certamente a paleográfica. Cabe salientar, em primeiro lugar, que o público formado por linguistas é seguramente mais numeroso do que o de críticos textuais e, em segundo lugar, que, diferentemente dos críticos textuais, que geralmente tem formação complementar em áreas afins (codicologia, paleografia, etc.), os linguistas, via de regra, não a tem, o que significa que dependem da mediação do editor para o adequado acesso à língua dos testemunhos, feita através de uma edição rigorosa e de cunho relativamente conservador, como o é a da edição paleográfica. Trata-se de um tipo de edição, em que

há (...) um grau médio de mediação, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos. Enquanto na edição diplomática a mediação do editor se restringe à reprodução dos elementos do modelo, já na paleográfica o editor atua de forma mais interventiva, através de operações como desenvolvimento de sinais abreviativos, inserção ou supressão de elementos por conjectura, dentre outras (embora qualquer uma dessas operações fique explicitamente assinalada na reprodução) (...) (CAMBRAIA, 2005, p. 95-96)

Deve-se salientar, no entanto, que uma edição paleográfica também é relevante para críticos textuais, pois permite a investigação das relações genéticas entre os testemunhos considerados. Embora uma edição diplomática possa ser mais interessante para esse público-alvo (pois apresenta menos mediação), certamente uma edição paleográfica também é-lhe útil (apesar de haver mais mediação), partindo-se do pressuposto de que tenha sido realizada rigorosamente.

Outra questão em relação à escolha da forma de estabelecimento do texto diz respeito à combinação de diferentes tipos de edição, ou seja, se é conveniente, ao lado da edição paleográfica de cada testemunho, ser incluída também uma edição crítica (naturalmente não cabe aqui a discussão sobre edição genética, já que se trata de testemunhos apógrafos). Embora a edição crítica seja a forma de edição mais fecunda para estudos de forma geral, para sua inclusão há três fatores limitantes. Primeiramente, nem todas as traduções da tradição latino-românica contam com edição crítica pronta, o que significa a necessidade de realizar em primeiro lugar as edições críticas que faltam para apenas depois realizar a edição sinóptica: proposta inviável, porque uma edição crítica toma tanto tempo que a edição sinóptica acabaria ficando postergada *sine die*. Em segundo lugar, uma edição crítica envolve a escolha de variantes de diferentes testemunhos e só faria sentido apresentar uma edição crítica se todos os testemunhos que lhe serviram de base também fossem apresentados (naturalmente em edição paleográfica): também se trata de proposta inviável, porque significaria ter de limitar o número de testemunhos para a realização da edição crítica, decisão mais de conveniência do que de ciência, o que não se justifica, portanto. Em terceiro lugar, mesmo que fosse possível

apresentar as edições críticas com seus respectivos testemunhos, por serem esses poucos (o que não é o caso, pois, como se mencionará adiante, a tradição latina tem aprox. 103 testemunhos manuscritos preservados), ainda haveria o problema da inserção do aparato crítico, problema relativamente menor porque a existência das edições paleográficas dos testemunhos usados para a edição crítica, de certa forma, dispensaria a necessidade do aparato na edição sinóptica.

Enfim, a decisão mais racional é apresentar apenas edições paleográficas de testemunhos da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive, sem inclusão de edições críticas de cada tradução. Convém, portanto, realizar uma *edição sinóptica paleográfica*.

3.2 Número de testemunhos

A tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive é especialmente relevante para os estudos românicos não apenas porque engloba traduções em 6 línguas (latim, italiano, francês, catalão, espanhol e português) como também porque apresenta, para algumas delas, grande abundância de testemunhos. É justamente esse segundo ponto que coloca um problema: quantos testemunhos devem ser contemplados na edição sinóptica?

No estado atual da recensão da referida tradição, tem-se conhecimento dos seguintes testemunhos:

Tabela 1 – Testemunhos da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive⁴

	Manuscritos	Impressos	Total
Latina	103 (46)	12 (9)	115 (55)
Italiana	28 (8)	5 (4)	33 (12)
Francesa	1 (1)	-	1 (1)
Catalã	3 (3)	-	3 (3)
Espanhola	1 (1)	2 (2)	3 (3)
Portuguesa	4 (4)	-	4 (4)
Total	140 (63)	19 (15)	159 (78)

Fonte: elaboração própria.

Não é necessária muita discussão para se concluir que não é viável conceber uma edição sinóptica que pretenda abarcar todos eles: primeiramente, há uma restrição do ponto de vista de acessibilidade (não foi possível ter acesso a todos); em segundo lugar, há uma restrição do ponto de vista operacional (os custos para imprimir uma edição que abarcasse todos seriam exorbitantes); e, em terceiro lugar, há restrição do ponto de vista cognitivo (não é possível ao consulente processar tantos testemunhos). Sendo assim, parece óbvio que é necessário fazer um recorte nesse conjunto.

Para a tradição portuguesa (CAMBRAIA, 2017), apenas 2 testemunhos são relevantes (o cód. 50-2-15 da BNRJ e o cód. 461 da BNP), pois os outros 2 são um fragmento (cód. 281 da BNP), cujas variantes podem

⁴ Os números fora de parênteses indicam quantos testemunhos supérstites são conhecidos e os números entre parênteses indicam de quantos desses testemunhos foi possível obter cópia até o momento.

perfeitamente ser informadas em nota, e uma antologia (cód. CXII/1-40 da BPE), que, sendo um testemunho descrito, pouco acrescenta sobre a tradição e suas variantes também podem ser informadas em nota.

Para a tradição espanhola (CAMBRAIA, 2009), também apenas 2 testemunhos são relevantes (o cód. II/795 da BPRM e o impresso de 1497 de Sevilha). O terceiro testemunho, o impresso de 1489, apresenta texto que segue muito de perto o do cód. II/795, podendo suas variantes ser perfeitamente informadas em nota. Há que se mencionar, no entanto, que o impresso de 1497 apresenta duas versões da obra de Isaac (uma resumida e uma completa), sendo pertinente apresentar a resumida em apêndice.

Para a tradição catalã (CAMBRAIA; CUNHA, 2008), há igualmente 2 testemunhos relevantes (o cód. n.l.16 da RBM e o cód. 5-3-42 da BCC). O terceiro códice, cód. 148 da biblioteca da UB, apresenta duas seções: uma que segue de perto o último capítulo das demais (cujas variantes podem ser informadas em nota) e outra que constitui uma versão independente, sendo pertinente apresentar a resumida em apêndice.

Para a tradição francesa (MELO, 2010), não há o que discutir, pois a tradução francesa foi preservada em apenas um testemunho (cód. lat. 1489 da BNP), a ser incluído na edição.

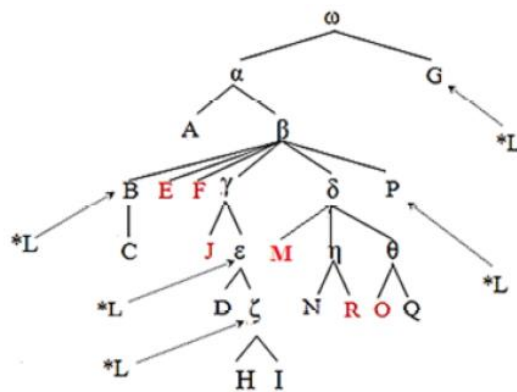
Os principais problemas dizem respeito às duas demais tradições (a italiana e a latina), pois são as mais abundantes. A primeira limitação que se impõe em relação a elas é a impossibilidade de acesso: até o momento, foi possível ter acesso a 12 testemunhos da tradição italiana (8 da manuscrita e 4 da impressa) e a 55 testemunhos da tradição latina (46 da manuscrita e 9 da impressa). Um critério que parece razoável de ser aplicado a essas tradições abundantes é o de representação por ramos, ou seja, como essas tradições se fragmentam em diferentes ramos (o que se pode constatar através de uma análise pelo método dos erros significativos), convém escolher um representante para cada um desses ramos.

No caso da tradição italiana, tem-se atualmente uma primeira proposta de edição crítica feita por Vilaça (2012), na qual se fez a elaboração de um estema baseado na análise de 32 lugares críticos de 19 testemunhos (18 manuscritos⁵ e 1 impresso), complementada com mais 7 lugares críticos analisados apenas em 12 testemunhos (11 manuscritos⁶ e 1 impresso) dos 18 acima referenciados. O estema proposto por Vilaça (2012) foi o seguinte:

⁵ Três dos testemunhos manuscritos analisados (identificados pelas siglas *K*, *L* e *S*) não foram integrados ao estema final por insuficiência de dados.

⁶ Na segunda etapa de sua análise, Vilaça (2012) não pode ter acesso novamente a 7 manuscritos (*E*, *F*, *J*, *K*, *M*, *O* e *R*).

Figura 1 – Estema da tradição italiana



Fonte: extraído de Vilaça (2012, p. CXXXI)

Em função da existência de apenas um testemunho descrito (o *C* do estema), todos os demais seriam relevantes, na medida em que podem ter transmitido alguma lição genuína que outro não tenha. Em relação a essa tradição, pode-se pensar em dois critérios: os testemunhos mais altos no estema (que devem apresentar mais lições genuínas), aspecto relevante para o crítico textual, mas também os testemunhos mais baixos no estema (que devem apresentar mais intervenções e, portanto mais material relevante do ponto de vista linguístico), aspecto relevante para o linguista. Tendo em mente esses dois critérios, colocam-se como relevantes, primeiramente, os testemunhos *A* e *G* (mais altos no estema) e, em seguida, um de cada ramo abaixo, ou seja, *B* para o ramo β , *H* para o ramo ζ , *N* para o ramo η e *Q* para o ramo θ ⁷. É igualmente relevante o testemunho *P*, primeira edição impressa da tradição italiana, de 1500. Como já salientado, um fato restritivo nas decisões é o acesso ao testemunho, pois isso, nos casos de mais de um testemunho em um ramo, optar-se-á por aquele a cujo acesso seja possível.

Para terminar, há a tradição latina, não só a mais abundante como também aquela para a qual não há proposta mais abrangente de estema, o que dificulta sensivelmente a decisão. Embora haja alguns estudos anteriores sobre a tradição latina (CAMBRAIA, 2008; CAMBRAIA; LARANJEIRA, 2010), os testemunhos contemplados de forma geral foram relativamente poucos. Um primeiro critério pertinente é certamente a proximidade que o texto do testemunho apresenta com as traduções românicas. Em função disso, pode-se priorizar⁸: *L_{Pm}*, por sua proximidade com a tradução francesa; *L_B*, por sua proximidade com a tradução catalã e espanhola; *L_L*, por sua proximidade com a tradução portuguesa; e *L_F*, por sua proximidade com a tradução italiana. A esses 4, podem-se acrescentar ainda *L_{Mi}*, tido até o momento como o mais próximo da forma

⁷ As siglas referem-se aos seguintes manuscritos: *A* = *Ricc. 1384*, Bibl. Ricc., Florença, 1326-38, ff. 1r-21v; *G* = *Ricc. 1345*, Bibl. Ricc., Florença, 1406, ff. 1r-58r; *B* = *Ricc. 1489*, Bibl. Ricc., Florença, 1341-60, ff. 10r-155v; *H* = *Ricc. 2623*, Bibl. Ricc., Florença, 1445, ff. 7v-201v; *N* = *Plut. 27.15*, Bib. Med. Laur., Florença, 2ª met. do séc. XV, ff. 29v-79v; e *Q* = *It. I.63*, Bib. Naz. Marc., Veneza, séc. XV ff. 1ra-31va.

⁸ As siglas referem-se aos seguintes manuscritos: *L_{Pm}* = 659, Bib. Maz., Paris, séc. XV, ff. 2r-103r; *L_B* = impresso, Barcelona, 1497, ff. 1r-151r; *L_L* = alc. 387, Bib. Nac., Lisboa, 1409, ff. 94v-115v; *L_F* = *Plut. LXXXIX/96*, Bib. Med. Laur., Florença, séc. XIII, ff. [Or]-48v; *L_{Mi}* = *A 49 sup.*, Bib. Pin. Accad. Ambr., Milão, séc. XIII, ff. 1r-75v; e *L_{P6}* = impresso, Paris, 1865, t. 86, parte, 1 coll. 811-886.

genuína da tradução latina, e *LP*₆, que é o texto impresso que mais circulou modernamente. Farão, portanto, parte da edição sinóptica 19 testemunhos:

Tabela 2 – Testemunhos da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive⁹

	Manuscritos	Impressos	Total
Latina	103 (46) [4]	12 (9) [2]	115 (55) [6]
Italiana	28 (8) [5]	5 (4) [1]	33 (12) [6]
Francesa	1 (1) [1]	-	1 (1) [1]
Catalã	3 (3) [2]	-	3 (3) [2]
Espanhola	1 (1) [1]	2 (2) [1]	3 (3) [2]
Portuguesa	4 (4) [2]	-	4 (4) [2]
Total	140 (63) [15]	19 (15) [4]	159 (78) [19]

Fonte: elaboração própria.

3.3 Procedimentos específicos: problemas e propostas

Toda edição envolve um conjunto de procedimentos que lhe são próprios em função de sua finalidade. Os procedimentos relativos à uma edição paleográfica são os mais compatíveis com a finalidade de estudos linguísticos, uma vez que são, por um lado, facilitadores da leitura (em função, p. ex., do desenvolvimento de abreviaturas), mas, por outro lado, relativamente conservadores (em função da marcação explícita de intervenções como a citada). Embora possa haver alguma variação em termos de procedimentos segundo a abordagem de diferentes editores que se ocupam de textos para estudos linguísticos, há uma base comum bastante evidente: adota-se, portanto, a proposta de edição paleográfica descrita por Cambraia (2005, p. 129-130), bastante semelhante à elaborada no âmbito do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* em 1998 (CAMINHA, 1999, p. 22-26). Sendo essas normas de fácil acesso e de amplo conhecimento, não cabe aqui descrevê-las. Convém tratar aqui de alguns dos problemas editoriais que surgem quando se tem mente uma edição sinóptica.

Uma primeira questão diz respeito à *extensão do segmento transcrito*. Para que haja acesso simultâneo ao texto dos diferentes testemunhos (no caso, 19), é necessário que o segmento tenha uma extensão compatível com sua apresentação em duas páginas (que correspondem ao livro aberto, seja físico, seja digital, ainda que o objetivo seja produzir um livro impresso). Tratando-se de edição para estudos linguísticos, impõe-se que essa extensão respeite unidades linguísticas, sendo o limite de referência mais evidente o de *um período*. Tal critério traz consigo dois problemas básicos: (a) o descompasso entre o texto da tradução latina e o das diferentes línguas românicas; e (b) o estilo heterogêneo de Isaac de Nínive, com períodos ora muito longos, compostos de diversas orações, ora muito curtos. Em função do problema do descompasso, é necessário um critério complementar, prevendo que a referência para o limite de um período será a de uma

⁹ Os números fora de parênteses indicam quantos testemunhos supérstites são conhecidos; os números entre parênteses indicam de quantos desses testemunhos foi possível obter cópia até o momento e os números entre colchetes indicam quais testemunhos conhecidos e já reproduzidos serão contemplados na edição sinóptica.

das traduções, no caso, a latina. Em função do problema do estilo, não é possível atender rigorosamente ao critério de limite de um período, sendo necessário um critério complementar, prevendo que, se o período for longo demais, deverá ser segmentado em partes menores, e, se o período for curto demais, poderá reunir mais de um em uma mesma seção – em ambos os casos sempre observando o limite das orações. Do ponto de vista mais técnico, levando em conta a exigência de todas as transcrições de um mesmo segmento caberem em apenas duas páginas, tem ficado claro que o ideal é que cada segmento ocupe, para cada língua, aproximadamente 3 linhas (naturalmente no latim tenderá a ser um extensão menor, dada sua natureza sintética, e nas línguas românicas, uma extensão próxima à do limite, dada sua natureza analítica).

Uma segunda questão diz respeito à *localização dos segmentos*, necessária para permitir aos consulentes checarem nos testemunhos a proposta de transcrição sempre que surgir dúvida. Essa informação é fornecida com a indicação de fôlio e face (entre colchetes) antes do segmento de cada testemunho, seguida de indicação de início de linha com barra reta e número sobrescrito à direita. O consulente saberá que um segmento não está no início de linha quando a barra reta aparecer apenas mais adiante na transcrição.

Uma terceira questão diz respeito à *alteração de ordem de segmentos extensos*. Para esse fato, há dois tratamentos possíveis: (a) deslocar o segmento deslocado para o lugar em que a tradição latina mais genuína (representada por *LMi*) apresenta; ou (b) manter no lugar em que está e fazer remissão ao lugar em que a tradição latina mais genuína apresenta. No primeiro caso, há como vantagem facilitar a comparação entre as traduções (já que estará tudo na mesma página), mas há como desvantagem dificultar uma leitura contínua do texto com deslocamento retificado, ou seja, na ordem em que o texto se apresenta no testemunho. No segundo caso, as consequências são o inverso das anteriores. Como o objetivo primordial da edição sinóptica proposta é permitir a comparação linguística, impôs-se a opção (a) como a mais adequada.

Uma quarta questão diz respeito ao *tratamento de segmentos próprios*. Embora todos os testemunhos tenham como base a obra de Isaac de Nínive, alguns testemunhos apresentam partes próprias, ausentes dos demais:

- 1) Índice: ausente x início x final
- 2) Dedicatória: ausente x presente
- 3) Prólogo: ausente x tipo 1 (como o presente em *LPM*) x tipo 2 (como o presente em *LL*) x tipo 3 (como o presente em *IB*)
- 4) Interpolação com texto de João Cassiano: ausente x presente
- 5) Apêndice com frases de origem diversa: ausente x presente
- 6) Versão condensada: ausente x tipo 1 (como a presente no início de *ES*) x tipo 2 (como a presente no final de *CE*)

Para se ter uma visão mais geral da distribuição desses segmentos próprios, confira-se o quadro abaixo:

Quadro 1 – Distribuição de segmentos próprios na tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive¹⁰

	1	2	3	4	5	6
<i>LMi</i>	—	—	—	—	—	—
<i>LF</i>	—	—	—	—	+	—
<i>LPm</i>	F	—	1	+	+	—
<i>LB</i>	F	—	—	+	—	—
<i>LL</i>	I	—	2	—	+	—
<i>LP₆</i>	—	—	—	—	—	—
<i>IG</i>	—	—	—	—	+	—
<i>IA</i>	F	—	—	—	+	—
<i>IB</i>	I	—	3	—	+	—
<i>IH</i>	—	—	3	—	—	—
<i>IN</i>	—	—	—	—	+	—
<i>IQ</i>	I	—	3	—	+	—
<i>IP</i>	F	+	—	—	+	—
<i>FP</i>	F	—	1	+	+	—
<i>CE</i>	I	—	—	+	—	2
<i>CS</i>	I	—	—	+	—	—
<i>EM</i>	—	—	—	+	—	—
<i>ES</i>	I	—	—	+	—	1
<i>PR</i>	I	—	2	+	+	—
<i>PL</i>	*	*	*	+	+	—

Fonte: elaboração própria.

Tendo justificado as principais decisões editoriais em que se fundamenta a edição sinóptica da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive aqui proposta, convém dar uma exemplificação de como será apresentado cada segmento textual considerando-se os testemunhos eleitos:

Segmento 1	
<i>LMi</i>	[f. 8v] ⁷ M ultum ¹¹ honorem dedit deus hominibus ⁸ per doctrinam duplicem qua eis aperuit hostium ⁹ intrandi ad supernam agnitionem .
<i>LF</i>	[f. 6r] ¹ MV ltum ¹² honorem dedit deus hominibus per doctrinam dupplicem . ² qua eis aperuit hostium intrandi ad supernam agnitionem .
<i>IG</i>	[f. 6r] ¹ MO lto ¹³ honore diede idio agliuominj per doppia ² doctrina perla quale esso aperse laporta adentrare ³ acongnioscimento superno /
<i>IA</i>	[f. 3r] ¹⁶ MO lto ¹⁴ honore diede dio agluominj per doppia doctrina perlaquale esso aperse laporta adintrar(e)alconoscimento superno .
<i>IB</i>	[f. 24r] ³ MO lto ¹⁵ honore ⁴ diede idio adgluominj perdoppia doc ⁵ trina perl(o)quale egli aperse laporta ad en ⁶ trarealconoscimento superno

¹⁰ Neste quadro, utilizam-se os seguintes símbolos: — = ausente, + = presente; I = presente no início; F = presente no final; 1 = tipo 1; 2 = tipo 2; 3 = tipo 3; e * = manuscrito mutilado nesse ponto do texto.

¹¹ <M> capitular.

¹² <M> capitular.

¹³ <M> capitular.

¹⁴ <M> capitular.

¹⁵ <M> capitular.

IH	[f. 29rb] ¹³ MO lto ¹⁶ honore ¹⁴ a dato dome ¹⁵ nedio aglihuo ¹⁶ meni perladoppia <{e}> ¹⁷ habondeuole do ¹⁸ trina perlaquale ¹⁹ egli /a/ aperto loro [f. 29va] ¹ laporta .alconosci ² mento superno :
IN	[f. 34va] ²⁴ MO lto ¹⁷ honore diede iddio agli- ²⁵ huomenj per doppia doctrina ²⁶ eperlo quale esso aperse la- ²⁷ porta aentrarealconoscimento su- ²⁸ perno /
IQ	[f. 4va] ²¹ MO lto ¹⁸ honore diede idio ali homenj per do ²² pia dotrina per la qual esso aperse la por ²³ ta ad intrare al cognossimento superno /
IP	[f. 8v] ²⁰ MO lto ¹⁹ honore diede dio a gli huomini per doppia ²¹ doctrina : per laquale esso aperse la porta adintrare ²² al cognoscimento superno .
LPm	[f. 11r] ³ multum ²⁰ honorem ⁴ dedit deus hominibus ⁵ per doctrinam dupplicem qua eis aperuit ho ⁶ stium intrandj ad supernam acquisitionem
FP	[f. 314v] ¹¹ mO nt ²¹ grant honneur adieu donnee as hommes par dou ¹² ble doctrinne par la quele il leur a aouuert luis dan ¹³ trer a souuerainne connoissance .
LB	[f. 16r] ¹¹ MU ltum ²² honorem dedit ¹² deus hominibus per doctrinam ¹³ dupplicem : qua eis aperuit ¹⁴ ostium intrandi ad supernam ¹⁵ agnicione :
EM	[f. 102v] ¹⁹ MU y ²³ grande honrra dio nuestro ²⁰ señor dios ala nuestra humana na ²¹ tura por doblada doctrina por [f. 103r] ¹ la qual nos abrio la puerta para entrar ² al conocimiento delas cosas soberanas
CS	[f. 19v] ⁵ GR an ²⁴ honor ha ¹² nostre Senyor deus donada ala natura hu ¹³ [[hu]]manal / . per dues maneres de doctrina . ¹⁴ per la qual nos ha huberta la porta / e la uja ¹⁵ per entrar en conexenca deles cosas sobira ¹⁶ nes / . co es dela gloria de peradis
CE	[f. 6vb] ²² GR an ²⁵ honor a donade nostre ²³ senyor deus ale natura hu / ²⁴ menal / per dues maneras ²⁵ de doctrina / perla qual nos ha oberta ²⁶ la porta / ela ujya per entrar encone / ²⁷ xensa deles cosas sobiranes .
ES	[f. 131rb] ² GR ande ²⁶ honor da nuestro ³ señor dios ala natura hu / ⁴ manal por dos maneras de ⁵ doctrina: por la qual abrio ⁶ la puerta e la carrera para ⁷ entrar ala conoscencia alta.
PR	[f. 14v] ⁸ GR ande ²⁷ honrra deu nosso Senhor deus aa ⁹ natura humanal . por duas maneiras de ¹⁰ doutrina . pola qual abriu aporta e acarreira ¹¹ pera entrar aa conhocença alta .
PL	[f. 20v] ⁹ GR ande ²⁸ honrra deu onosso senhor deus aanatura humanal . ¹⁰ por duas maneyras de doctrina . polla qual abrio aporta ¹¹ e acarreyra . pera emtrar ao alto conhocimêto .
LL	[f. 98r] ¹¹ MU ltum ²⁹ honorem dedit deus hominibus per doctrinam dupplicem qua eis aperuit ¹² ostium intrandi ad supernam agnitionem .
LP₆	[c. 821] ³ Multum honorem dedit Deus hominibus, doctri- ⁴ nam dupplicem qua eis aperuit ostium intrandi ad ⁵ supernam agnitionem.

¹⁶ <M> capitular.

¹⁷ <M> capitular.

¹⁸ <M> capitular.

¹⁹ <M> capitular.

²⁰ <m> inicial como letra de espera.

²¹ <m> inicial como letra de espera.

²² <M> capitular.

²³ <M> capitular.

²⁴ <G> capitular.

²⁵ <G> capitular.

²⁶ <G> capitular.

²⁷ <G> capitular.

²⁸ <G> capitular.

²⁹ <M> capitular.

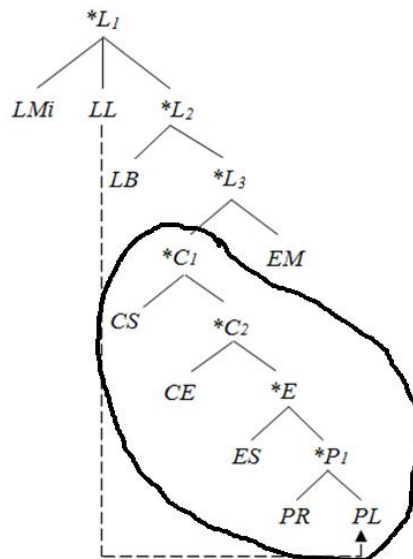
3.4 Contribuições aos estudos românicos

3.4.1 Crítica textual aplicada a textos românicos

Uma primeira contribuição da edição sinóptica para a crítica textual está em possibilitar uma análise mais profunda e abrangente da própria tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive. Trata-se de uma tradição complexa, com recorrentes casos de contaminação que exigirão uma abordagem mais abrangente dos dados.

Como exemplo, pode-se citar o segmento referente ao início do segundo capítulo, com suas variantes. Uma variante diz respeito à tradução de *duplicem* como *doblada* (EM) mas *dues/dos/duas maneras/maneiras* (CS, CE, ES, PR, PL) e outra se refere à tradução de *ostium* como apenas *porta* (EM) como *porta* acompanhada de elemento correlato (CS, CE, ES, PR, PL). Essas variantes próprias da tradição ibero-românica evidenciam assim existir um ramo próprio no seu interior (com CS, CE, ES, PR, PL), como se destacou na figura abaixo:

Figura 2 – Estema provisório da tradição ibero-românica



Fonte: adaptado de Cambraia e Avellar (2017, p. 30)

Uma segunda contribuição da edição sinóptica proposta é oferecer material estudo de variantes, seja em uma perspectiva monolíngue, seja em uma perspectiva translinguística, a fim de tentar identificar universais e particulares no processo de transmissão de textos.

Como exemplo, pode-se citar uma comparação da transmissão dos textos das tradições latina, catalã e portuguesa (CAMBRAIA, 2012a, 2012b) e italiana (VILAÇA, 2017) da obra de Isaac de Nínive: é possível perceber tanto universais (prevalência de substituições em qualquer tradição) quanto particulares (maior percentual de modificações em geral na tradição portuguesa, maior percentual de alteração de ordem na tradição latina [provavelmente em função da marcação da função pelo sistema de caso] e menor percentual de adição na tradição latina):

Tabela 3 - Padrões de modificação nas tradições latina, italiana, catalã e portuguesa

	Latina	Italiana	Catalã	Portuguesa
Adição	20/258 (7,8%)	62/486 (12,8%)	69/320 (21,6%)	138/606 (22,8%)
Omissão	71/258 (27,5%)	87/486 (17,9%)	54/320 (16,9%)	135/606 (22,3%)
Substituição	131/258 (50,8%)	311/486 (64%)	157/320 (49%)	286/606 (47,2%)
Alteração de ordem	36/258 (13,9%)	26/486 (5,3%)	40/320 (12,5%)	47/606 (7,7%)

Fonte: Adaptado de Cambraia (2012b, p. 140) e Vilaça (2017, p. 322)

3.4.2 Linguística românica

Como no caso de todo e qualquer texto adequadamente editado, é possível realizar análises linguísticas em diferentes níveis: grafemático, fônico, morfológico, sintático, semântico, lexical e pragmático. A contribuição especial da edição sinóptica proposta está em permitir que essa análise seja feita de forma comparativa. Em se tratando de um mesmo texto (em suas diferentes traduções), há, por um lado, a vantagem de os contextos de uso das formas serem praticamente idênticos, o que permite uma análise comparada com maior controle sobre variáveis. Por outro lado, em se tratando de textos traduzidos, há, no entanto, sempre que considerar na análise a possibilidade de influência da língua do modelo.

Como exemplo de análise comparada no nível morfossintático, pode-se citar aqui um estudo sobre demonstrativos realizado com base nas traduções latina, italiana, francesa, espanhola (em suas duas versões), catalã e portuguesa (CAMBRAIA; VILAÇA; MELO; SALTARELLI, 2016). Nesse estudo foi possível verificar que os demonstrativos apresentaram mudança do latim para as línguas românicas não apenas em termos de forma, mas também em termo de função: houve, por exemplo, uma ampliação das funções desempenhadas pelos demonstrativos por terem passado a fazer partes de locuções conjuncionais nas línguas românicas, as quais vieram a ocupar o lugar deixado por conjunções do latim que desapareceram no curso de sua história. Na tabela abaixo, pode-se verificar que o articulador interfrasal (*Cj*) na tradução latina (*LMi*) corresponde, em grande parte, a locuções com demonstrativos contrastivos (*DC*) ou não contrastivos (*DNC*) nas traduções em línguas românicas (*IB, FP, EM, CE, ES e PR*), embora, em certos casos, se faça uso de outros recursos para a expressão dessa função:

Tabela 4 - Correspondências na função de articulador interfrasal (orações coordenadas e/ou adverbiais)

	<i>LMi</i>	<i>IB</i>	<i>FP</i>	<i>EM</i>	<i>CE</i>	<i>ES</i>	<i>PR</i>
Cj	27 (100%)	-	-	-	-	-	-
DC	-	-	-	-	-	25 (93%)	19 (70%)
DNC	-	21 (78%)	4 (15%)	-	22 (81%)	-	-
Outros recursos	-	6 (22%)	23 (85%)	27 (100%)	5 (19%)	2 (7%)	8 (30%)

Fonte: Adaptado de Cambraia, Vilaça, Melo e Saltarelli (2016, p. 45)

Como segundo exemplo de análise comparada, mas agora no nível lexical, pode-se citar aqui um estudo sobre o léxico do campo semântico de religião (CAMBRAIA; VILAÇA; MELO; 2013), com base nas traduções latina (*L*), italiana (*I*), francesa (*F*) e portuguesa (*P*), que demonstrou haver altíssimo nível de convergência entre as quatro línguas em termos etimológicos (75% de convergência):

Tabela 5 - Padrões de correspondência

Padrões de correspondência	Frequência
L=I=F=P	111/148 (75%)
L=I=F	10/148 (6,8%)
L=I=P	7/148 (4,7%)
L=F=P	1/148 (0,7%)
L=I	6/148 (4%)
L=F	4/148 (2,7%)
L=P	1/148 (0,7%)
L ≠ I,F,P	8/148 (5,4%)

Fonte: Cambraia, Vilaça e Melo (2013, p. 27)

Entretanto, o estudo permitiu também identificar padrões de divergência, como, por exemplo, entre italiano e francês (BASTONE- > *bastone/baston*) frente ao latim e ao português (BACULU- > *báculo*). Dados como este último corroboram o fato de que a fase medieval do português foi um período de grande influxo de palavras latinas introduzidas pela corrente erudita/semi-erudita (como se percebe pela permanência do –l– intervocálico, que teria caído se tivesse sido transmitido pela corrente hereditária).

Considerações finais

Através do exposto, espera-se ter evidenciado a relevância de se produzirem edições sinópticas, aqui exemplificada com a tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive. Trata-se de um tipo de edição complexo, que tem demandado contribuição de diversos pesquisadores, mas com a certeza de que o resultado final constitui uma contribuição produtiva para os estudos românicos.

Referências bibliográficas

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMBRAIA, C. N. **Elementos para a reconstrução da tradição latina do Livro de Isaac**. Cidade do México, 2008. (Comunicação apresentada no *II Congreso Internacional de Estudios Clásicos en México*, na Universidade Nacional Autónoma de México, na cidade do México, no período de 8 a 12 de setembro de 2008).

CAMBRAIA, C. N. Tradição em língua espanhola do «Livro de Isaac». In: **CONGRESSO VIRTUAL DO DEPARTAMENTO DE LITERATURAS ROMÂNICAS**, II, 16-21 abril 2007, Lisboa. Actas... Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2009. CD-ROM.

CAMBRAIA, C. N. **Crítica textual comparada**: em busca de universais no processo de transmissão dos textos. São Paulo, 2012^a. (Trabalho apresentado em mesa-redonda no *II Congreso Internacional de Linguística Histórica*, na Universidade de São Paulo, no período de 08 a 11 de fevereiro de 2012).

CAMBRAIA, C. N. Perspectivas para a crítica textual no Brasil: ultrapassando fronteiras. In: TELLES, C. M.; BORGES, R. (Orgs.). **Filologia, críticas e processos de criação**: studia philologica. Curitiba: Appris, 2012b, p. 137-146.

CAMBRAIA, C. N. **Livro de Isaac**: edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CAMBRAIA, C. N.; AVELLAR, J. B. de C. Um ensaio de estemática: tradição ibero-românica da obra de Isaac de Nínive. *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 15-36, 2017.

CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, E. L. P. T. Tradição em língua catalã do Livro de Isaac. *Scripta Philologica*, Feira de Santana, n. 4, p. 119-167, 2008.

CAMBRAIA, C. N.; LARANJEIRA, M. B. Tipologia dos erros na tradição latina do *Livro de Isaac*. *Caligrama*, Belo Horizonte, v. 15, p. 7-48, 2010.

CAMBRAIA, C. N.; VILAÇA, C. E. de L.; MELO, T. C. A. Unidade lexical e unidade cultural: o léxico românico de religião em traduções medievais. *In-Traduções*, Florianópolis, v. 5, p. 22-39, 2013.

CAMBRAIA, C. N.; VILAÇA, C. E. de L.; MELO, T. C. A.; SALTARELLI, T. C. V. L. Demonstrativos na România medieval: uma análise comparativa em uma perspectiva funcional. *Alfa*, São José do Rio Preto, v. 60, n. 1, p. 29-59, 2016.

CAMINHA, P. V. de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear de Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia e Heitor Megale. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999. (Diachronica: Fontes para a História da Língua Portuguesa, 1).

CAMÕES, L. de. **Os Lvsiadas**: reprodução paralela das duas edições de 1572. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

CHAMPOLLION, J. F. **Lettre a M. Dacier, secrétaire perpétuel de l'Academie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres, relative à l'alphabet des hiéroglyphes phonétiques employés par les égyptiens pour inscrire sur leurs monuments les titres, les noms et les surnoms des souverains grecs et romains**. Paris: Firmin Didot Père et Fils, 1822.

DIRINGER, D. **A escrita**. Lisboa: Verbo, 1985.

MAGNE, A. **O mais antigo documento da língua francesa**: ensaio sobre a parte francesa dos juramentos de 842. Petrópolis: Vozes, 1991. (Ensaio de Filologia e de Literatura, 1)

MELO, T. C. A. de. «**Livre d'Isaac Abbé de Syrie**» (cód. lat. 14891 da BNF): edição e glossário. 2010. 371 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

RAWLINSON, H. C. Note on the persian inscriptions at Behistun. *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, London, v. 10, p. i-lxxi e 1-349, jul. 1847.

VETUS testamentū multiplici lingua nūc primo impressum. Et imprimis Pentateuchus Hebraico Greco atque Chaldaico idiomate. Adiūcta vnicuique sua latina interpretatione. 1514-1515.

VILAÇA, C. E. de L. **Libro dell'Abate Isaac di Siria**: edição crítica e glossário. 2012. 217 + 345 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VILAÇA, C. E. de L. Tipologia dos erros na transmissão do *Libro dell'Abate Isaac di Siria*. *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 16, n. 3, p. 309-341, 2017.

O verbo ser: Port-Royal, Beauzée e Barbosa

Jordana Tavares Silveira LISBOA¹

Resumo: Este artigo trata da importância do verbo *SER* para a composição da proposição simples na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822), de Jeronimo Soares Barbosa. Por isso, nosso texto visa a discutir o conceito e a relevância do verbo *SER* nessa gramática. Com base em pressupostos da História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1998a, 1998b, 2008, 2009a; e COLOMBAT, FOURNIER & PUECH, 2017), examinamos parte do horizonte de retrospectiva desse gramático português, verificando especificamente as mudanças do conceito de proposição e suas implicações no tratamento do verbo *SER*. Assim, tanto expomos o significado do verbo *SER* para os autores de Port-Royal na *Grammaire générale et raisonnée* (1660), de Antoine Arnauld (1612-1691) e Claude Lancelot (1616-1695) e em *La logique ou l'Art de penser* (1662), de Antoine Arnauld e Pierre Nicole (1625-1695); quanto também descrevemos e interpretamos as diferentes acepções de proposição para Beauzée (1717-1789) em alguns dos artigos publicados na *Encyclopédie* (BEAUZÉE, 1765, 2015; BEAUZÉE et al., 1765a, 1765b; BEAUZÉE & JACOURT, 1765) e na *Grammaire Générale* (BEAUZÉE, 1767), visto que houve alterações na concepção do verbo *SER*. Concluímos, por meio de comparação interpretativa das duas abordagens sobre o verbo *SER* e sua relevância na proposição, que Barbosa apresentou uma nova interpretação: a) o verbo *SER* continua sendo um componente da proposição, como é apresentado na Gramática Geral de Port-Royal; b) a função principal é o “sentido de existência”, semelhante as ideias da Gramática Geral de Beauzée; e, c) o verbo *SER* não é auxiliar, divergindo das ideias de Port-Royal e das de Beauzée.

Palavras-chave: Gramática; Horizonte de Retrospecção; Verbo *SER*; Proposição; Sintaxe.

Introdução

Este artigo trata de um dos assuntos de nossa pesquisa doutoral, cujo título é *Um estudo da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza: uma história do panorama do horizonte de retrospectiva de JSB*, orientada pela prof.^a Dr.^a Marli Quadros Leite, que também coordena o grupo de pesquisa *Gramáticas: história, descrição e discurso*, inserido no programa de pós-graduação do DLCV-USP. A referida gramática do início do século XIX é racionalista e segue os princípios da gramática geral (conceber e julgar).

Barbosa (1737-1816) foi professor de retórica no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra e autor de diversas obras, tais como: *Escola popular das primeiras letras* (1796/1797); *Epitome Universiae historiae* (1805); *As duas línguas ou grammatica philosophica da lingua portugueza, comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo* (1807); *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral aplicados á nossa linguagem* (1822); e, *Analyse dos Lusíadas de Luiz de Camões* (1859) (COELHO, 2013).

O autor da *Grammatica Philosophica* (doravante, GPLP), segundo Kemmler (2013, p.155), “visava encher a lacuna de uma gramática filosófica daquela instituição a que pertencia desde 1789”. A GPLP é considerada uma obra de singular importância na gramaticografia portuguesa, chegando a ser reconhecida como uma das melhores gramáticas portuguesas (COELHO, 2013), representando o apogeu da gramática filosófica portuguesa com suas sete edições (de 1822 a 1881) (KEMMLER, 2013).

¹ Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FLP-USP). Docente da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA). E-mail para contato: jordanatsilveira@yahoo.com.br.

Neste texto, discorreremos acerca da importância do verbo SER para a composição da proposição simples na GPLP, com o propósito de discutir o conceito e a relevância desse verbo para Barbosa. A motivação do estudo foi interpretar, nessa obra, o conceito do verbo SER, considerado o “único verbo”, o que leva o gramático a afirmar que seu uso é indispensável em uma oração/frase/proposição², pois com ele é capaz de formar qualquer frase da língua portuguesa e, quando for produzida com outro verbo, é possível ser transformada em uma construção analítica.

O conceito, segundo Polachini (2018, p.178-179), é a definição ou explicação do elemento em estudo, observando também a relação de conceito e terminologia, uma vez que o conceito em gramáticas tem relação com o tempo, isto é, o uso do mesmo termo para nomear o verbo SER em diferentes gramáticas de séculos distintos não atesta o desenvolvimento da mesma definição ou explicação do elemento. À vista disso, analisamos o conceito do verbo SER na GPLP por meio de comparação interpretativa com parte do horizonte de retrospectão de Barbosa.

Entendemos por *horizonte de retrospectão*, conforme Auroux (2008, p.141), “o conjunto de conhecimentos antecedentes” de algum modo levados em conta na elaboração da produção do texto em análise.³ Na GPLP, o horizonte de retrospectão do gramático português pode ser recuperado pelo método de referência direta e nominal a autores ou a gramáticas e referência direta e anônima por meio de generalizações como “gramáticos modernos”, “antigos gramáticos”, “os gramáticos”, “muitos gramáticos”, para concordar ou discordar de diferentes orientações linguísticas (LISBOA, 2020).

Este trabalho está dividido em quatro partes: na primeira parte, descrevemos, resumidamente, a GPLP, examinando com mais detalhes o conteúdo do capítulo IV do livro III reservado ao conceito de verbo; na segunda parte, expomos o significado do verbo SER para os autores de Port-Royal; na terceira parte, salientamos as diferentes concepções de proposição para Beauzée e explicamos por que o verbo SER perde sua relevância como elemento da proposição; e, na quarta parte, analisamos as semelhanças e as diferenças do conceito do verbo SER apresentadas nas seções anteriores. Concluímos, que na GPLP, o conceito do verbo SER resulta da intersecção dessas duas ideias, isto é, entendemos que Port-Royal e Beauzée fazem parte do horizonte de retrospectão de Barbosa e este se apropria de parte dos conceitos apresentados por aqueles.

1 O verbo SER na Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza (GPLP)

Barbosa foi um gramático português, professor de retórica e poética no Colégio das Artes, encarregado da organização da publicação de autores clássicos para a aplicação nas escolas, e, posteriormente,

² Na Grammatica Philosophica, *frase, oração e proposição* são termos sinônimos (BARBOSA, 1822, p.363).

³ “O horizonte de retrospectão pode ser estruturado de múltiplas maneiras. Os conhecimentos podem figurar de maneiras indistintas como *conhecimentos comuns*. Mas podem também ser *indexados*, com autores, ou mesmo com datas. A existência dos horizontes de retrospectão atesta que o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo: *não há conhecimento instantâneo*, o que não significa que o objeto do conhecimento ou o seu valor sejam temporais, como sustenta o relativismo. Isso significa *que é necessário tempo para saber*” (AUROUX, 2008, p.141).

superintendente das escolas de primeiras letras e de latim de Coimbra (GONÇALVES; COELHO, 1998). Almejava renovar os métodos pedagógicos baseados nos esquemas gramaticais latinos de sua época a partir das ideias filosóficas da Gramática Geral.

A GPLP foi editada sete vezes: 1ª edição (1822); 2ª edição (1830); 3ª edição (1862); 4ª edição (1866); 5ª edição (1871); 6ª edição (1875); e, 7ª edição (1881). Conforme Coelho (2013), as distinções entre essas edições se restringem à formatação da fonte, do número de páginas e de alterações ortográficas. Também há edições modernas: *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres (2004); *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, Edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres (2005); *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, Edição fac-similada da quinta edição de 1871 de Charleston (s.d.); *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa: Edição Crítica, Estudo e Notas* de Sónia Coelho (2013) (GONÇALVES; COELHO, 1998). Para elaborar este artigo, utilizamos a primeira edição de 1822.

A obra é dividida em quatro livros: 1º livro – ortoépia; 2º livro – ortografia; 3º livro – etimologia ou partes da oração portuguesa (atualmente, morfologia); e 4º livro – sintaxe e construção (estudo da composição das orações). O objetivo geral da GPLP é “aplicar ao português a reflexão da gramática geral e sua adaptação para a descrição das estruturas da língua” (GONÇALVES; COELHO, 1998).

O gramático inicia o livro III, da GPLP, explicando que as palavras são entendidas não como simples vocábulos, mas “(...) como signaes de nossas ideias e de nossos pensamentos (...)” (BARBOSA, 1822, p.97), como objeto da etimologia ou em orações. Assim, na GPLP, Barbosa anuncia que seguirá o sistema lógico das ideias para estudar as palavras, e, partindo dos princípios da Gramática Geral (CONCEBER – a imagem do objeto no pensamento; e, JULGAR – afirmar ou negar algo sobre esse objeto), constrói o sistema etimológico da língua portuguesa, considerando que a ação de raciocinar é comum a todos os homens, os quais pensam e combinam as palavras para estabelecer a comunicação (ibidem, p.99).

O capítulo IV, deste mesmo livro III da GPLP, é dedicado ao verbo, o qual é apresentado da seguinte forma: “O verbo he huma parte conjunctiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito de baixo de todas suas relações pessoais e numeraes, enunciando por diferentes modos a coexistencia e identidade de hum com outro por ordem aos diferentes tempos, e maneiras de existir” (ibidem, p.191). Portanto, o verbo serve para ligar o sujeito ao seu atributo para formar uma proposição, a qual é composta por três elementos que são: sujeito, verbo, atributo. Também é levado em consideração as relações de pessoa, número, tempo, modo e aspecto⁴ para a ideia⁵ de verbo. Deste modo, esse conceito é

⁴ Barbosa não usa o termo aspecto, mas “os diferentes estados” da existência (1822, p.191).

⁵ Termo empregado no sentido de conceito que, no contexto deste trabalho, infere sobre a construção do conceito de verbo, em revelar o horizonte teórico da definição dessa parte do discurso. “Sob esse termo *ideia*, subsumem-se todos os tipos de objetos que ultrapassam largamente aquele de ‘teoria’: há os *conceitos* (por exemplo, as partes do discurso), os *procedimentos* (adição, subtração, mutação, permuta, comparação etc. dos quais dependem os conceitos linguísticos importantes como o da elipse ou da analogia), as *técnicas* (como aquele da [de]monstração, que explica o recurso aos exemplos, aos paradigmas etc)” (COLOMBAT, FOURNIER, PUECH, 2017, p.16).

configurado sobre os critérios⁶ morfológico, semântico e funcional-sintático. Na sequência da definição, o gramático afirma que:

(...) sua essencia consiste propriamente na enunciaçãõ da coexistencia de huma idea com outra; e não na expressãõ destas ideas que já para isso tem palavras destinadas nos substantivos e adjetivos, que as nomeãõ; e que esta coexistencia não pode ser expressada, nem o he em todas as Linguas, senãõ pelo verbo substantivo; que por isso, a falar propriamente, he o único verbo, em que por ultima analyse se vem a reduzir todos os verbos adjectivos, os quaes lhe não accrescentãõ outra couza mais do que a idea do Attributo (BARBOSA, 1822, p.191-192).

O critério funcional-sintático é destacado pelo sentido da coexistência entre sujeito e atributo no enunciado. Em outras palavras, a essência do verbo consiste na coexistência, da ligação entre o sujeito e o atributo. Barbosa também classifica o verbo em substantivo e adjetivo, afirmando que o verbo substantivo é o único verbo capaz de formar, em qualquer língua, a proposição. O verbo substantivo significa ao mesmo tempo cópula – entre o sujeito e o atributo – e coexistência (BENVENISTE, 1995, p.205).

Quanto ao sentido de afirmação, Barbosa declara que:

A essencia do verbo *Ser* não consiste na affirmaçãõ, como muitos Grammaticos pertendem. Sua fórmula infinita, que he a primitiva, nada affirma. A Linguagem Subjunctiva affirma sim, mas não absolutamente, e so com dependencia de outra Linguagem, que a determine. A *Affirmação* pois he o carater do *Modo Indicativo*, e não do verbo substantivo em geral (BARBOSA, 1822, p.193).

Para o gramático português, o verbo substantivo em si não possuía o carácter de afirmar, pois como seria explicado o modo subjuntivo, que apresenta carácter dependente de outra oração para dispor de sentido? Barbosa ratifica que o verbo somente tem o sentido de afirmação no modo indicativo, caracterizando essa parte do discurso não somente por seu valor semântico, mas também pelo sintático.

Portanto, conforme a composição da proposição para Barbosa, o verbo SER pode significar, por exemplo: *Ser Deus justo* – a existência da justiça em Deus é expressa pelo modo infinito, que nada afirma; *Que Deus seja justo* – uma afirmação que depende sintaticamente de outra proposição, por isso é uma afirmação suspensa e dependente de outra; *Deus he justo* – uma afirmação absoluta e independente de outra oração (ibidem, p. 193). Dessa forma, a essência do verbo substantivo não é afirmação, mas, sim, coexistência entre sujeito e atributo.

O verbo também pode ser adjetivo, que é apresentado como a existência própria do verbo (com seus modos, tempos, números), a qual é agregada a ideia adjetiva de uma qualidade ou de um atributo (ibidem, p.239), ratificando que esse verbo é uma redução, uma expressão abreviada da linguagem substantiva. Isso significa que podemos transformar as proposições formadas por verbos adjetivos em construções analíticas, como, por exemplo: *amo* → *sou amante*; *amar* → *ser amante*; *Hei de amar* → *Hei de ser amante*; *Estou amando* → *Estou sendo amante*; *Tenho amado* → *Tendo sido amante* (ibidem, p. 238).

⁶ Critérios de classificação conforme Auroux (2009a, p.105-110).

O terceiro tipo verbal são os verbos auxiliares que “(...) servem ao verbo substantivo para o ajudarem a exprimir os diferentes modos de existencia, ou começada, ou continuada, ou acabada, em que se póde considerar qualquer objecto, ou acção” (BARBOSA, 1822, p.192), pois o verbo SER sozinho não forma todos os tempos e estados de existência. São eles: *haver, estar e ter*.

Os verbos auxiliares, quando articulados ao infinitivo impessoal ou ao particípio do verbo SER, podem expressar os seguintes estados de existência: a) *haver de ser* – acrescenta a ideia de futuro na execução de existência; b) *estar sendo* – soma à ideia de existência a concepção de persistência, de continuação; e c) *ter sido* – acrescenta a ideia de existência a noção acessória de cessação, de término (ibidem, p.194-195). Essas definições são relacionadas aos diferentes estados da existência (atualmente nomeados de aspecto verbal), compreendendo a linguagem da seguinte maneira: *haver de ser* – linguagem incoativa; *estar sendo* – linguagem continuativa; e, *ter sido* – linguagem de cessação.

Barbosa também adiciona verbos auxiliares para os verbos adjetivos a fim de exprimirem diferentes estados de existência (ou seja, diferentes aspectos verbais), são eles: *andar, vir, hir*. Assim, é possível formar as seguintes construções: *ando escrevendo* → valor de frequentativo; *venho de escrever* → valor de pretérito próximo; *vou escrever* → valor de futuro próximo (ibidem, p.198).

Os verbos auxiliares não auxiliam apenas na formação de tempos verbais, mas também nos diferentes estados da existência que o gramático apresenta como três linguagens compostas: a) incoativa – existência começada ou incoativa; b) continuativa – existência continuada; e, c) completiva – existência acabada, cessada (ibidem, p. 195). Outro ponto a ser considerado é que o verbo SER não é um verbo auxiliar, declarando que

Alguns de nossos Grammaticos fazem tambem do nosso verbo *Ser* hum verbo auxiliar, pela razão de que, juncto com os Participios passivos, serve e ajuda a conjugar a voz passiva dos verbos adjectivos de nossa Lingua, que para ella não tem fórma propria e simples, como tem a Grega, e a Latina. Porém o verbo *Ser* em este uso não tem outra significação e emprego se não o seu proprio, que he o de exprimir a existencia de huma couza em outra. Nestas duas orações, *Eu sou amado*, e *Eu amo* ou *Sou amante*, o verbo *Sou* affirma do mesmo modo na primeira a coexistencia em mim do amor, que outro me tem, que na segunda a do amor, que eu tenho a outrem. Isto he claro. Não he pois auxiliar; mas hum verbo substantivo, simples, e o unico, e principal, ao qual os mais servem de auxilio para o acabarem de conjugar de todos os modos possiveis (ibidem, p. 196-197).

Barbosa discorda dos gramáticos que descrevem o verbo SER também como verbo auxiliar, pois a essência é exprimir a existência entre o sujeito e o atributo, significando que será sempre verbo substantivo exercendo função lógica (existencial) e gramatical (cópula). As construções analíticas apenas confirmam a ideia de que o verbo SER é capaz de formar qualquer proposição em nossa língua. Assim, para Barbosa, a proposição enuncia a coexistência de uma qualidade ou atributo em um sujeito com o verbo substantivo SER como cópula (ibidem, p. 192-193).

Barbosa realiza a concepção de proposição por meio da sintaxe, conceituando-a como o estudo da coordenação das partes da oração, que ensina a formar e compor uma oração, uma frase ou uma proposição. A construção da proposição, por sua vez, relaciona-se à ordem local que é aprovada pelo uso, podendo ser direta ou inversa (BARBOSA, 1822, p. 362-363). Como exemplo temos:

- (1) Alexandre venceu a Dario.
- (2) A Dario venceu Alexandre.

Onde (1) e (2) possuem a mesma sintaxe (sujeito, verbo, atributo), porém construções diferentes, pois em (1) temos sujeito, verbo e atributo – construção direta da sintaxe da língua portuguesa – e, em (2), atributo, verbo, sujeito – construção inversa da sintaxe da mesma língua. Na GPLP, independente da construção escolhida, a sintaxe ratifica a importância do verbo SER, pois a proposição é composta por três elementos para expressar o juízo do entendimento (ibidem, p.363).

No entanto, o julgamento de verdadeiro e falso, afirmação e negação, que era tão imprescindível para os filósofos, perde sua relevância nessa gramática, permanecendo apenas a ideia de proposição como afirmação, como expressão de nossos pensamentos, e SER é o verbo que irá fazer essa afirmação somente no modo indicativo.

Na pesquisa doutoral, observamos que a GPLP foi fortemente influenciada pelos conceitos de verbo de Port-Royal e de Beauzée para apresentar o verbo SER e sua importância na língua portuguesa em sua época. Por isso, nas próximas seções, iremos examiná-los como parte do horizonte de retrospectiva de Barbosa.

2 O verbo SER para Port-Royal

Em meados do século XVII, um grupo de jansenistas fundou, próximo a abadia de Port-Royal, as *Petites Écoles*, com o intuito de desenvolver um método pedagógico que partisse do ensino da língua materna (o francês), e, assim, abandonar as lições do latim e o processo de memorização para incentivar o raciocínio lógico (GRAHL, 2007). Da experiência pedagógica, os autores de Port-Royal produziram algumas obras, das quais duas se destacam: *A Grammaire générale et raisonnée* (1660), de Antoine Arnauld (1612-1691) e Claude Lancelot (1616-1695); e, *La logique ou l'Art de penser* (1662), de Antoine Arnauld e Pierre Nicole (1625-1695).

Para os autores de Port-Royal, as palavras são sons articulados que expressam os pensamentos (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1600]). A filosofia de Port-Royal parte das seguintes operações: CONCEBER – receber ou imaginar algo no pensamento; JULGAR – afirmar ou negar algo sobre o que foi concebido; e, RACIOCINAR – comparar dois ou mais julgamentos para emitir uma conclusão. Esses procedimentos são acompanhados de um método, o qual é descrito na quarta parte da *Art de penser*.

O método de Port-Royal segue as mesmas orientações da lógica cartesiana: a) Questionar algo antes de conceber como verdade; b) Dividir o problema em partes para ser analisado; c) Ordenar os julgamentos do menos complexo para o mais complexo; e, d) enumerar todas as partes da análise para que nada seja esquecido (ARNAULD; NICOLE, 1877[1662]).

Na *Grammaire générale et raisonnée*, doravante Gramática Geral de Port-Royal (GGP-R), o julgar é realizado por meio de proposições formadas por dois julgamentos: o sujeito e o atributo, os quais são ligados por um verbo (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660]). O sujeito é aquele de que se afirma algo e o atributo é o que se afirma desse sujeito.

Na composição da proposição, o verbo é a palavra “(...) cujo principal emprego é significar a afirmação, isto é, indicar que o discurso, em que essa palavra é empregada, é o discurso de um homem que não concebe somente as coisas, mas que as julga e as afirma” (ibidem, p.81). Assim, os autores de Port-Royal definem como principal significado do verbo a afirmação, sentido restrito ao indicativo.

A função do verbo na construção é a ligação, ou seja, ligar o atributo ao sujeito, porém apenas um único verbo preservou essa essência: o verbo substantivo SER. Aos demais verbos, acrescentou-se a significação do atributo, o que torna possível a proposição composta por duas palavras: o sujeito e o verbo, como *Pedro vive*, entendendo que *vive* é o mesmo que *é vivente* (ibidem, p.82). Ao verbo, também pode ser incluído a definição de sujeito, tornando possível uma proposição com uma única palavra (*vivo*) e a diversidade de tempo (ibidem, p.82-83).

Deste modo, na GGP-R, o verbo substantivo designa “(...) uma palavra que significa a afirmação com designação da pessoa, do número e do tempo” (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660], p.86), e os demais verbos são palavras que denominam a “(...) afirmação de algum atributo, com designação da pessoa, do número e do tempo” (idem). Assim, os critérios de classificação utilizados por Port-Royal para o verbo são: funcional-sintático, pois liga o sujeito ao atributo; funcional-lógico, uma vez que a palavra significa afirmação; e, semântico, já que é acrescido a ideia de pessoa, de número e de tempo.

O verbo substantivo é entendido, na GGP-R, conforme a concepção aristotélica, ou seja, com o verbo SER é possível construir qualquer proposição. Aristóteles propôs “(...) uma paráfrase canônica, decompondo todo verbo através da fórmula [é + particípio presente]” (AUROUX, 1998a, p.149), para explicar que: a) o verbo SER é capaz de formar todas as proposições de uma língua; e, b) quando se usa outro verbo, o atributo está integrado a ele. Por meio dessa teoria, são apresentadas duas funções ao verbo SER: a função coesiva – interpretada pela ligação estabelecida entre sujeito e atributo; e, a função assertiva – entendida pelo caráter de afirmação (AUROUX, 1986, p. 108).

Os autores de Port-Royal também tratam do uso de verbos na função de auxiliar para formar diversos tempos, sendo que os mais comuns são *être* (*ser*) e *avoir* (*ter*). Cabe ao verbo SER construir “(...) todas as formas passivas com o particípio do verbo ativo, que então se toma passivamente: *eu sou amado, eu era*

amado etc” (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660], p.112). Na GGP-R, a teoria aristotélica do verbo substantivo é retomada para defender que é possível formar toda e qualquer proposição com o verbo SER, porém, de acordo com os Senhores de Port-Royal, esse verbo exerce a função de auxiliar nas construções analíticas.

O verbo *avoir* é usado para formar o particípio passado (*tenho amado, tenho sentido, tenho visto*) e todos os outros pretéritos que se formam a partir do pretérito latino (*tenho amado, tinha amado, tenha amado, tivesse amado, tiver amado, ter amado*) (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660], p.113). Porém, há duas situações em que o verbo *être* substitui o *avoir*: a) para associar ao verbo ativo quando for acompanhado pelo pronome recíproco *se*; e, b) para formar o pretérito dos verbos intransitivos (*aller – ir; partir – partir; sortir – sair; monter – subir; descendre – descer; arriver – chegar; retourner – voltar*) (ibidem, p.119-122).

Para a formação de uma proposição também é necessário considerar o estudo da sintaxe, a qual passa a ter um valor expressivo a partir da publicação da *Minerva, seu de causis linguae latinae*⁷ (1562), de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600). Os autores de Port-Royal não fazem distinção entre sintaxe e construção das palavras em conjunto, oferecendo apenas noções gerais de *conveniência* (atualmente, concordância) e de *regime* (regência).

Deste modo, estabelecem que os verbos devem concordar com nomes e pronomes quando estiverem na posição de sujeito (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660], p.125), mas a sintaxe de regime é arbitrária, provocando muitas discrepâncias entre as diversas línguas. Somente cinco princípios gerais são estabelecidos para todas as línguas, a saber (ibidem, p.126-128):

- a) Sempre há um nominativo que se liga a um verbo expresso ou elíptico;
- b) Sempre há um verbo que se associe a um nominativo expresso ou elíptico;
- c) O adjetivo sempre se relaciona a um substantivo;
- d) O genitivo sempre é regido por outro nome;
- e) O regime dos verbos sofre variação conforme o uso, por isso há verbos que podem ter diferentes regimes, o que, às vezes, altera seu valor semântico também.

A sintaxe recebe essa relevância porque o julgamento é manifestado por proposições, que são formadas necessariamente por sujeito, atributo e verbo (que liga os dois primeiros termos). Assim, os pensamentos não serão expressos por palavras⁸ (nome, nome, ... ou verbo, verbo, verbo...), mas por conjuntos de palavras que se associam e formam uma proposição (nome + verbo + atributo).

⁷ Obra escrita para o ensino do latim na Universidade de Salamanca (Espanha). Essa gramática influenciou, juntamente com outras gramáticas renascentistas à GGP-R (CÁRDENAS, 1976).

⁸ Os Senhores de Port-Royal, assim como Aristóteles (1985, p.47), afirmam que para constituir um enunciado assertivo, as palavras precisam estar combinadas para afirmar ou negar algo, pois palavras não associadas (*homem, branco, corre, vence*, por exemplo) não formam uma afirmação ou uma negação.

3 O verbo SER para Beauzée

Nicolas Beauzée (1717-1789), autor da *Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues* (1767), foi o gramático que contribuiu na produção da *Encyclopédie* com vários artigos como *Grammaire* (1757), *Proposition* (1751), *Mot* (1751), *Verbe* (1751),⁹ dentre outros, e, também, deu continuidade ao artigo *Construction* (1751), de Du Marsais (1676-1756).

Beauzée, afastando-se um pouco dos ensinamentos de Port-Royal, considerava a palavra em relação a três aspectos: o material (constituição das partes da palavra); o etimológico (origem e alterações no decurso histórico da palavra); e, o valor (significado próprio ou figurado de cada palavra). Porém, volta-se para as ideias de Port-Royal quando afirma que as palavras são instrumentos do pensamento, acrescentando a noção de que são reconhecidas ou classificadas pelas funções que exercem no uso da língua (BEAUZÉE; JACOURT, EDR, *Mot*, 1765, p.753), ou seja, as palavras se combinam para formar proposições e externar os pensamentos.

Na relação entre as palavras, forma-se o julgamento, o qual passa a ser entendido como a “(...) percepção da existência de um objeto em nossa mente sob este ou aquele atributo” (ibidem, p. 757). Assim, a proposição é o julgamento entre duas ideias ou dois pensamentos (sujeito e atributo), que são ligados por um verbo, o qual é parte integrante de todo e qualquer discurso (ibidem, p. 755).

Deste modo, o verbo passa a ser entendido como “(...) un mot qui présente à l'esprit un être indéterminé, désigné seulement par l'idée générale de l'existence sous une relation à une modification” (BEAUZÉE, EDR, *Verbe*, 1751, p.48). Ou seja, o verbo é apresentado como uma ideia geral de existência relacionada ao atributo. Esta relação exercida pelo verbo é caracterizada como uma função exclusiva sua, contrapondo a ideia de afirmação como sendo um aspecto determinante para essa parte do discurso, uma vez que esta característica não é exclusiva do verbo e por isso não pode ser determinante como é defendido pelos autores de Port-Royal. Assim, Beauzée usa os critérios funcional-sintático – relativo à ligação sujeito e atributo – e semântico-ontológico – pois significa uma modificação vinculada à existência intelectual – para classificar essa parte do discurso.

Beauzée (EDR, *Verbe*, 1751) defende que essa existência é intelectual (existência na mente), compreendendo que o julgamento é um ato que ocorre na mente, a fim de perceber a existência de um ser relacionado a uma modificação. Desta forma, a proposição é construída por um sujeito determinado e uma modificação que são ligados por uma existência intelectual, o verbo. Portanto, a existência é expressa pelo verbo e, logo, não pode haver proposição sem verbo (ibidem, p.49).

⁹ Para fazer referência aos textos da *Encyclopédie*, além do autor, usamos o título do artigo com o intuito de não provocar incertezas para o leitor, como, por exemplo: BEAUZÉE, EDR, *Verbe*, 1751, p.473.

O enciclopedista diverge dos autores de Port-Royal quanto ao significado do verbo (afirmação), pois afirmar faz parte da definição de qualquer palavra e, portanto, não deveria ser um caráter distintivo do verbo (BEAUZÉE, EDR, Verbe, 1751). Assim, o que caracteriza uma palavra como verbo é a função de relacionar o sujeito a sua modificação. A essência do verbo, então, não é a afirmação, como declararam os autores de Port-Royal, mas a de existência intelectual, entendida como a representação mental que temos das coisas do mundo (LISBOA, 2020).

O verbo é classificado como substantivo ou abstrato quando “(...) designe par l’idée précise de l’existence intellectuelle, avec relation à un attribut quelconque (...)” (BEAUZÉE, 1767, livro II, p. 405) e como adjetivo ou concreto quando “(...) désigne par l’idée précise de l’existence intellectuelle, avec relation à un attribut déterminé, qui est compris dans la signification totale du verbe” (ibidem, p. 406). O verbo, então, sempre representará a existência intelectual na formação de uma proposição, diferenciando-se apenas pelo fato de que ao verbo adjetivo é incluído o significado de atributo. Assim, as proposições formadas por verbos adjetivos podem ser transformadas em construções analíticas, como, por exemplo: o homem anda → o homem é andante. Novamente, encontramos a teoria do verbo substantivo, que justifica a ideia de que podemos formar toda e qualquer proposição com o verbo SER.

Beauzée acrescentou também a distinção de existência real e existência intelectual quando afirmou que o verbo SER pode corresponder a um verbo substantivo ou a um adjetivo, como podemos ler no trecho abaixo:

Être est un verbe abstrait, quand il n’exprime que l’existence intellectuelle: quand je dis, par exemple, DIEU EST tout-puissant, il ne s’agit point ici de l’existence réelle de Dieu, mais seulement de son existence dans mon esprit sous la relation de convenance à la toute-puissant; par consequente est, dans cette phrase, est um Verbe abstrait. Etre est um Verbe concret, quand à l’idée fondamentale de l’existence intellectuelle on ajoûte accessoirement l’idée déterminée de l’existence réelee, comme quand on dit Dieu EST, ce qui veut dire Dieu EST EXISTANT RÉELLEMENT, ou Dieu EST présent à mon esprit avec relation à l’attribut déterminé de l’EXISTENCE RÉELLE (BEAUZÉE, 1767, livro II, p.409-410).

Assim, compreende-se que o verbo SER é o único que expressa a simplicidade da natureza pura de um verbo, mas também denota o ser, a existência ou a substância de qualquer coisa, adicionando a ideia de existência intelectual à ideia de existência real, e, por isso, pode ser classificado como substantivo (abstrato) ou adjetivo (concreto).

Os verbos também podem ser classificados como auxiliares quando auxiliam na formação dos tempos verbais (BEAUZÉE et al., EDR, *Tems*, 1751, p.102-103). Eles podem ser de duas espécies: natural ou usual. O auxiliar natural exprime a existência e é conhecido como verbo substantivo (SER); e, o auxiliar usual possui uma significação própria, como, por exemplo, os verbos *avoir* (ter) e *devoir* (dever). Essa explicação sobre o verbo auxiliar é semelhante a apresentada pelos autores de Port-Royal, pois são verbos usados como acessórios na formação de diferentes tempos verbais, classificando o verbo SER também como um auxiliar.

Porém, quanto ao conceito de proposição, Beauzée faz alterações ao longo de seus trabalhos divergindo das ideias de Port-Royal. Em *Grammaire* (1757), a proposição é tripartida, ou seja, é formada por sujeito, cópula e atributo, assegurando que o “Sujeito é a parte da proposição que exprime o objeto em que o espírito percebe a existência ou inexistência de uma modificação; atributo é a parte que exprime a modificação cuja existência ou inexistência o espírito percebe no sujeito; cópula é a parte que exprime a existência ou inexistência do atributo no sujeito” (BEAUZÉE, EDR, *Gramática*, 2015 [1757], p.337). Já na *Grammaire générale* (1767), a proposição é bipartida, declarando que:

La matière grammaticale de la Proposition, c'est la totalité des parties integrantes dont ele est composée, & que l'analyse réduit à deux, favor le sujet & l'attribut.
Le sujet est la partie de la Proposition qui exprime l'être dont l'esprit aperçoit en foi-même l'existence fous telle ou telle relation à quelque modification ou manière d'être.
L'attribut est la partie de la Proposition qui exprime l'existence intellectuelle du sujet fous telle ou telle relation à quelque modification ou manière d'être.
Ainsi quando on dit, *Dieu est juste*; c'est une Proposition, qui renserme um sujeit (Dieu), & um attribut (est juste) (BEAUZÉE, 1767, livro III, p. 7-8).

Nessa definição, a cópula passa a ser um elemento do atributo, pois a proposição é formada por duas partes: sujeito (Deus) e atributo (é justo). O verbo é parte constitutiva do atributo, continuando a ser necessário para a formação de uma proposição, porém não é mais sozinho uma parte da proposição.

No estudo da proposição, Beauzée faz distinção entre sintaxe e construção, diferindo-se novamente de Port-Royal. “A Sintaxe se ocupa de explicar tudo o que é relativo ao concurso das palavras reunidas para exprimir um pensamento. Quando se quer transmitir o pensamento com o recurso da fala, a totalidade das palavras reunidas para esse fim constitui uma proposição, a Sintaxe examina a sua matéria e a sua forma” (BEAUZÉE, EDR, *Gramática* 2015 [1757], p.337); a construção, por sua vez,“(…) é o arranjo das partes lógicas e gramaticais da proposição” (ibidem, p.339). Desse modo, construção e sintaxe não são sinônimos, pois esta se caracteriza pela associação das palavras para se formar uma proposição, enquanto aquela diz respeito às regras que ordenam analiticamente a organização da exposição do pensamento.

4 A relevância do verbo SER

Segundo o gramático português, se as línguas fossem faladas apenas de forma analítica, só haveria necessidade do verbo substantivo e seus auxiliares para formar a proposição, isto é, os verbos seriam todos conjugados em sua forma passiva (voz passiva analítica). Para explicar melhor sua ideia, ele faz uma ilustração com o verbo *amar*, afirmando que *eu amo* seria dito *eu sou amante*, *eu estou sendo amante*, *eu tenho sido amante*. Deste modo, o verbo substantivo é capaz de fazer todas “(...) as precisões da enunciação do pensamento” (BARBOSA, 1822, p.237).

Claramente Barbosa segue as ideias de Port-Royal quando julga e concebe alguma coisa, analisando o entendimento e fazendo juízos que serão expressos na língua por meio de proposições. Os juízos possuem

três ideias: a) a ideia de algo, que é o sujeito da proposição, que tem como núcleo um substantivo ou qualquer outro tipo de palavra que esteja exercendo a função de um substantivo; b) a ideia relacionante, que é a função do verbo substantivo, ou seja, ligar o sujeito ao atributo; e, c) a ideia de atributo, que é exercido por um adjetivo ou outra palavra que esteja desempenhando essa mesma função.

Logo, o verbo SER é relevante para essa gramática, porque ele é “o verbo” da proposição. E, como na GPLP a língua é formada por dois componentes (o lógico e o mecânico¹⁰), Barbosa defende que todos os verbos poderiam ser conjugados apenas na sua forma passiva, posto que, conforme seu componente lógico, o verbo SER sempre fará parte da proposição, mesmo que seu componente mecânico esteja sendo expresso por um verbo adjetivo para facilitar a comunicação por meio da agilidade de expressões menores, ratificando a teoria do verbo substantivo.

Barbosa considera o verbo SER indispensável em uma proposição em concordância com as ideias de Port-Royal e de Beauzée, porém apresenta pequenas diferenças na definição de verbo, como podemos ver no quadro comparativa abaixo:

Quadro 1 – Análise comparativa entre Port-Royal, Beauzée e Barbosa

	Port-Royal	Beauzée	Barbosa
Verbo	“(…) uma palavra cujo principal emprego é significar a <u>afirmação</u> , isto é, indicar que o discurso, em que essa palavra é empregada, é o discurso de um homem que não concebe somente as coisas, mas que as julga e as afirma” (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p.81)	“(…) un mot qui présente à l’esprit un être indéterminé, désigné seulement par l’idée générale de l’ <u>existence</u> sous une relation à une modification” (BEAUZÉE, EDR, <i>Verbe</i> , 1751, p.48).	“(…) huma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito de baixo de todas suas relações pessoais e numeraes, enunciando por diferentes modos a <u>coexistencia</u> e identidade de hum com outro por ordem aos diferentes tempos, e maneiras de existir” (BARBOSA, 1822, p.191).
Terminologia	Verbo substantivo Verbo adjetivo Verbo auxiliar	Verbo substantivo ou abstrato Verbo adjetivo ou concreto Verbo auxiliar	Verbo substantivo Verbo adjetivo Verbo auxiliar
Crítérios de classificação	funcional-sintático funcional-lógico semântico	funcional-sintático semântico-ontológico	funcional-sintático semântico morfológico
Proposição	Sujeito + verbo + atributo Ex.: Deus + é + justo	Sujeito + atributo Ex.: Deus + é justo	Sujeito + verbo + atributo Ex.: Deus + é + justo
Verbo SER	Verbo substantivo e verbo auxiliar. Palavra “(…) que significa a <u>afirmação</u> com designação da pessoa, do número e do tempo” (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p.86)	Verbo substantivo (existência intelectual), verbo adjetivo (existência real) e verbo auxiliar natural. O verbo <i>ser</i> é o verbo abstrato, que significa uma <u>existência intelectual</u> com relação a um atributo qualquer (BEAUZÉE, 1767, livro II, p.405).	Verbo substantivo. É o único verbo capaz de formar, em qualquer língua, a proposição. “O seu character proprio he o enunciar a <u>existencia</u> de huma couza em outra, e por consequencia a sua mutua <u>coexistencia</u> e identidade” (BARBOSA, 1822, p.193). Possui o caráter de afirmar apenas no modo indicativo.

¹⁰ Barbosa (1822, p.97) assegura que a língua é composta por uma parte mecânica que seria os sons articulados dos vocábulos; e, uma parte lógica que se ocupa da palavra não como vocábulos, mas como “(…) signaes de nossas ideas e de nossos pensamentos(…)”. A primeira é trabalhada na ortografia e na ortoepia e, a segunda, na etimologia e na sintaxe.

Verbo auxiliar	Auxilia na formação de diversos tempos. Principais verbos: <i>être</i> (SER) e <i>avoir</i> (ter). O verbo SER é auxiliar nas construções analíticas.	Auxilia na formação de diferentes tempos. Duas espécies de verbos: natural (SER) e usual (possui significação própria). O verbo SER é auxiliar nas construções analíticas.	Auxilia na formação de tempo e estados de existência. Auxiliares do verbo substantivo: haver, estar e ter. Auxiliares dos verbos adjetivos: andar, vir e ir. O verbo SER não é auxiliar nas construções analíticas.
----------------	---	--	--

Fonte: elaboração própria.

Portanto, o gramático português apresenta uma nova interpretação do verbo SER a partir da intersecção das ideias gramaticais de Port-Royal e de Beauzée: a) o verbo SER continua sendo um componente da proposição, como é apresentado na GGP-R, seguindo a formação da proposição: sujeito – verbo SER – atributo; b) o sentido parcial de existência apresentado por Beauzée como conceito de verbo a função principal, pois, para o enciclopedista, o verbo é uma existência intelectual relacionada à uma modificação que ocorre na mente para enunciar os pensamentos por meio de proposições (critério semântico-ontológico), enquanto que, para Barbosa, a relação é de coexistência do sujeito e o atributo no enunciado (critério funcional-sintático) (LISBOA, 2020); e, c) o verbo SER não é auxiliar, pois continua exercendo a função lógica (existência) e a gramatical (cópula), divergindo de seus antecessores.

Considerações finais

O horizonte de retrospectiva do gramático português atesta que a GPLP é fruto de um conhecimento gramatical e lógico combinado para conduzir o estudo do verbo. O gramático expõe que há três tipos de verbo (substantivo, auxiliares e adjetivos) para os homens enunciarem os pensamentos por meio de proposições, porém o verbo SER é o único que é capaz de formar qualquer oração. Na GPLP, a proposição não segue a estrutura gramatical proposta no seu século XVIII (sujeito e atributo), mas, sim, a estrutura lógica do século XVII (sujeito, verbo, atributo), assegurando a continuidade da teoria do verbo substantivo.

Barbosa conceitua o verbo e o descreve conforme os princípios da gramática geral (conceber e julgar), ratificando essa teoria, uma vez que toda proposição formada por verbo adjetivo pode ser transformada em construção analítica, ou seja, o verbo SER é capaz de enunciar toda expressão do pensamento, e, por isso, ele é “o verbo” para o gramático português.

Referências bibliográficas

ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude [1660]. **Gramática de Port-Royal, ou gramática razoada**. 2ªed. Trad. Bassetto, Bruno Fregni; Murachco, Henrique Graciano. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ARNAULD, Antoine & NICOLE, Pierre [1662]. **La logique ou L’art de penser**. Nouvelle Édition, Paris: Imprimerie et Librairie Classiques, 1877.

ARISTÓTELES. **Organon**. 1º vol. I Categorias e II Periérmeneias. Coleção filosófica e ensaios. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães editores LDA, 1985.

AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas: Editora RG, 2008.

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. 2ª ed. – Campinas: Editora da Unicamp, 2009a.

AUROUX, Sylvain. Actes de pensée et actes linguistiques dans la grammaire générale. In.: **Histoire épistémologie langage**. Tome 8, fascicule 2, 1986, p. 105-120.

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998a.

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da linguagem**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009b.

AUROUX, Sylvain. **La raison, le langage et les normes**. 1998b [versão PUF books]. ISBN: 978-21-3814-8.

BASSETO, Bruno Fregni; MURACHCO, Henrique Graciano. Prefácio à edição brasileira. In.: ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude [1660]. **Gramática de Port-Royal, ou gramática razoada**. 2ªed. Trad. Bassetto, Bruno Fregni; Murachco, Henrique Graciano. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BEAUZÉE, Nicolas [1757]. Gramática. In.: PIMENTA, P.P.; SOUZA, M. das Graças (Orgs.). **Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios**. Tradução de Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza e Luís Fernandes do Nascimento. São Paulo: Editora Unes, 2015, p.329-343.

BEAUZÉE, Nicolas **Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues**. Teme premier. Paris: De l'imprimerie de J. Barbou, 1767.

BEAUZÉE, Nicolas Verbe. In.: D'Alembert, Diderot (ed.). **L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1751, Vol. 17, p.48-53. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/VERBE.

BEAUZÉE, Nicolas et al. Proposition. In.: D'Alembert, Diderot (ed.). **L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1751, Vol.13, p.471-486. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/PROPOSITION.

BEAUZÉE, Nicolas. et al. Tems. In.: D'Alembert, Diderot (ed.). **L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1751, Vol. 16, p. 93-122. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/TEMS.

BEAUZÉE, Nicolas & JACOURT. Mot. In.: D'Alembert, Diderot (ed.). **L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1751, Vol. 10, p. 752-765. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/MOT.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 4ª ed. Trad. Ernesto Guimarães (coord), Campinas, SP: Pontes Editores, 1995.

CÁRDENAS, Fernando Riveras. Introducción. In.: BROZAS, Francisco Sanches de Las [1587]. **Minerva: o de la propiedad de la lengua latina**. Trad. Fernando Riveras Cárdenas. Madrid: Ediciones Cátedra, 1976.

COELHO, Olga Ferreira & HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. Historiografia linguística. In.: GONÇALVES, Adair Vieira & GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Orgs.). **Ciências da linguagem: o fazer científico?** Vol. 1. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2012, p.381-407.

COELHO, Sónia Catarina Gomes. **A Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa - Edição Crítica, Estudo e Notas**. Tese (Doutoramento em Ciências da Linguagem – Especialização em Historiografia Linguística). Universidade de Trás-Os-Montes E Alto Douro, Vila Real, 2013.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguística**. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

GONÇALVES, Maria Filomena & COELHO, Sónia. **Notice sur la Grammatica philosophica, de Jerónimo Soares Barbosa**. Trad. Jacqueline Leon. CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF, 1998 (Grammaires portugaises et brésiliennes). Disponível: http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?num=3317.

GRAHL, João Arthur Pugsley. Retórica em Port-Royal. **Estudos Linguísticos XXXVI** (3), setembro-dezembro, 2007. p. 342 / 347. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2007/sistema06/115.PDF>.

KEMMLER, Rolf. Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latinoportuguesa nos séculos XV a XIX. **Veredas – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, Vol. 19, Santiago de Compostela, 2013, p. 145-176.

LEITE, Marli Quadros. **O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma**. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

LEITE, Marli Quadros. Rationalist Theory in the Postillas de Grammatica Geral of Francisco Sotero dos Reis. **Global Journal of Human-social Science: G**, Vol. 19, ed. 10, versão 1.0, 2019, p.1-21. Online ISSN: 2249-460x & Print ISSN: 0975-587X.

LÉON, Jacqueline. Proposition, phrase, énoncé dans la grammaire: Parcours historique. **L'information grammaticale**, nº98, jun., 2003.

LISBOA, Jordana Tavares Silveira. **Um estudo da Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa: uma história do panorama do horizonte de retrospecção de JSB**. Tese (Doutorado em Letras – Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filologia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, 2020.

LOPES, Edward. Um protótipo de gramática gerativa portuguesa: a gramática de Soares Barbosa. **Alfa**, São Paulo, 1986/1987, p.37-53.

NEVEU, Franck. **Dicionário de Ciências da Linguagem**. Trad. Albertina Cunha e José Antônio Nunes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

POLACHINI, Bruna. Para uma história de conceitos. In.: COELHO, Olga (Org.) **A historiografia linguística no Brasil (1993-2018): Memória, estudos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

Fonte

BARBOSA, Jerônimo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem**. Lisboa: Tipographia da Academia das Sciencias, 1822.

Os manuscritos do baú e o processo de edição filológica virtual

Priscila Starline Estrela TUY BATISTA¹

Resumo: Neste artigo apresentamos o conjunto de manuscritos intitulado *Cartas do Acervo da Família Estrela Tuy*, composto por 121 documentos, produzidos entre 1930 e 2000, por brasileiros, oriundos, em sua maioria, de cidades interioranas e da zona rural do estado da Bahia. Para tanto, realizamos uma breve descrição dos aspectos composicionais e do contexto de produção dos documentos, além de discorrermos sobre a localização temporal e espacial, e os missivistas. Apresentamos, também, o tratamento computacional dado aos manuscritos, da digitalização às diferentes versões de edição, voltando-nos ao fazer filológico sob a perspectiva das Humanidades Digitais ao utilizar tecnologias computacionais aplicadas ao texto e ao instigar a reflexão sobre os impactos causados por essas novas práticas para o campo da Filologia.

Palavras-chave: *Cartas pessoais baianas; Português brasileiro; Filologia Digital; Humanidades Digitais; Edição filológica virtual.*

Introdução

Desde a década de 1990, o exercício filológico tem ganhado novas perspectivas, estreitando sua relação com a informática e com o meio digital (PAIXÃO DE SOUSA, 2014). Atualmente, o filólogo tem lançado mão das ferramentas tecnológicas para a preservação dos documentos, que vão do armazenamento textual ao levantamento automático de dados. Os desenvolvimentos tecnológicos têm colocado “ao dispor do filólogo novos suportes de texto, várias formas de manipulação e processamento da escrita – OCR (*Optical Character Recognition*) e NPL (*Natural Language Processing*), por exemplo” (GONÇALVES; BANZA, 2013, p. 4).

Com a aproximação da Filologia e do campo computacional, surge a Filologia Digital (*Digital Philology* ou *e-Philology*), definida como a filologia realizada por meio de ferramentas computacionais (FIORMONTE, 2013; PAIXÃO DE SOUSA, 2013b; CRANE et al., 2008). A Filologia Digital já está presente em grandes projetos que envolvem a edição eletrônica de textos portugueses², como: *Corpus* Anotado do Português Tycho Brahe (Universidade Estadual de Campinas); Grupo de Pesquisas Humanidades Digitais (Universidade de São Paulo); Laboratório de História do Português Brasileiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro); *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (Universidade Estadual de Feira de Santana); Projeto Memória Conquistense (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); e P.S. – Projeto para o Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna (Universidade de Lisboa). Esses projetos, ligados à formação de *corpora* eletrônicos, são responsáveis por grande parte do trabalho de edição digital em língua

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FLP-USP), sob orientação da Profa. Dra. Maria Clara Paixão de Sousa. E-mail para contato: priscilatuy@usp.br.

² Projetos listados em Paixão de Sousa (2013b, p. 119).

portuguesa e compartilham a mesma linguagem para edição de textos, a XML (*eXtensible Markup Language*), a partir do sistema proposto por Paixão de Sousa e Trippel (2004) e consolidado em Paixão de Sousa (2006).

Como resultado do cruzamento entre o uso de recursos tecnológicos e o conhecimento epistemológico da filologia, nascem as Humanidades Digitais – HD (*Digital Humanities – DH*). As Humanidades Digitais, enquanto transdisciplina, é portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências humanas e sociais, como convencionado no Manifesto das Humanidades Digitais em 2010 (DACOS, 2010)³. Desta forma, as ferramentas computacionais utilizadas pela filologia não são consideradas apenas extensões da Linguística de *Corpus* e da Linguística Computacional, mas como componentes do trabalho de edição em meio digital. Como exemplo, podemos citar a ferramenta computacional *eDictor* (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER; FARIA, 2013), desenvolvida especialmente para o trabalho filológico, que permite a edição de textos em linguagem XML com diferentes versões de apresentação final (diplomática, semidiplomática e modernizada, além do fac-símile) agrupadas em um único arquivo.

Diante desse novo cenário, apresentamos os documentos que compõem o conjunto de textos intitulado *Cartas do Acervo da Família Estrela Tuy* (doravante CAFET) e o processo de edição filológica virtual (MONTE; PAIXÃO DE SOUSA, 2017), em andamento, a partir da ferramenta computacional *eDictor*. O objetivo principal de tratar computacionalmente tais manuscritos é colocar à disposição da comunidade científica e do público em geral um *corpus* diferenciado, desde o processo de digitalização dos textos à apresentação final dos documentos em forma de página-web, que servirão como fonte de dados, não só para os pesquisadores interessados em aspectos linguísticos do português brasileiro, mas a pesquisadores de outras áreas e ao público em geral. O acervo, composto por 121 manuscritos, é um dos conjuntos de textos que constituem o banco *DOHS – Documentos Históricos do Sertão*⁴, do *Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do Português Brasileiro* (CNPq. 401433/2009-9), da Universidade Estadual de Feira de Santana.

O presente texto está organizado em duas seções, a saber: na seção 1, descrevemos o conjunto de documentos que constituem o acervo; em 1.1, o padrão composicional e o contexto de produção dos textos; em 1.2, a localização temporal e espacial; e em 1.3, os missivistas. Na seção 2, apresentamos o processo de edição filológica virtual; por fim, as considerações finais.

1 Sobre os documentos e os missivistas

³ Para maiores esclarecimentos, consultar o link: <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>.

⁴ <http://www2.uefs.br/nelp/zenaide-nelp/index.html>.

O conjunto de documentos intitulado *Cartas do Acervo da Família Estrela Tuy*⁵ é composto por 121 textos manuscritos⁶ (104 cartas, 14 bilhetes e 3 cartões) produzidos entre 1930 e 2000 por 42 brasileiros (16 mulheres e 26 homens). Os redatores, nascidos entre fins do século XIX e meados do século XX, são provenientes de cidades interioranas e de comunidades rurais do estado da Bahia.

Os manuscritos foram selecionados por Tuy Batista (2017a) a partir de um conjunto de textos – cadernos de anotação de atividades da fazenda, declarações, documentos pessoais, fotografias, folhas avulsas de diários, entre outros gêneros textuais e materiais impressos – depositados, ao longo do século XX, em um baú, apresentado nas *Figuras 1 e 2*, por Antonio Carneiro da Silva Tuy, o principal remetente e destinatário das cartas e bilhetes. Ao descrever os documentos encontrados, Tuy Batista (2017a, p. 42) constata que os manuscritos estão em um bom estado de conservação “graças ao armazenamento no baú, que apesar de não ser o ideal, minimizou o desgaste temporal”.

Figuras 1 e 2 – Baú onde os documentos foram encontrados



Fonte: Extraído de Tuy Batista (2017, p. 41-42).

Os assuntos tratados são de cunho familiar e íntimo – saber notícias de familiares e amigos, viagens, estado de saúde, expressar saudade, entre outros – como também, negociações sobre compra e venda de gado, contratação de pessoas para auxiliar nas atividades agropecuárias e prestação de contas de lucros obtidos em sociedade (criação de gado e plantio).

Quanto à disposição do conjunto de documentos, tomamos como base os critérios de organização propostos em Carneiro (2005, p. 65), realizados em duas etapas: (i) organização dos documentos por destinatários; e (ii) organização das cartas por ordem alfabética dos remetentes, preservando a cronologia de sua correspondência⁷. Levando em consideração que os principais destinatários são Antonio Carneiro da Silva Tuy e Maria de Souza Estrela, também remetentes, o acervo foi organizado da seguinte forma: (1) *Cartas de amor trocadas entre Antonio e Maria* – 29 missivas; (2) *Cartas de familiares e amigos recebidas por Antonio*

⁵ Uma segunda parte do acervo encontra-se em fase de prospecção, já sendo possível contabilizar 32 documentos novos. São cartas recebidas por outros membros da família Estrela Tuy, datadas das décadas de 20, 60, 70 e 80. As cartas foram produzidas por 10 remetentes (9 mulheres e 1 homem).

⁶ Das 107 cartas, apenas duas cartas são datilografadas, a saber: carta 53 – enviada por José Gomes Estrela ao amigo Antonio Carneiro da Silva Tuy; e carta 90 – enviada por Antonio Carneiro da Silva Tuy ao seu amigo Otávio Costa.

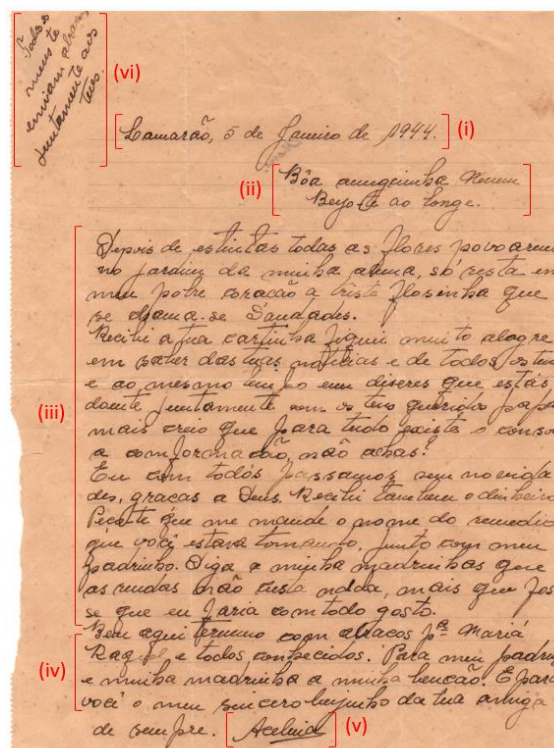
⁷ As informações estão sendo coletadas para que sejam disponibilizadas no volume 2 da tese em andamento, organizadas em: *Índice Onomástico* – acompanhado das fichas dos remetentes; *Índice Analítico* – com a descrição dos aspectos paleográficos dos documentos, bem como os conteúdos tratados nas cartas; e a *Edição semidiplomática fac-similada*.

e Maria – 51 missivas, 11 bilhetes e 2 cartões; e (3) *Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos* – 24 missivas, 3 bilhetes e 1 cartão. Para tanto, classificamos os manuscritos levando em consideração o padrão composicional dos textos, conforme apresentamos a seguir.

1.1 O padrão composicional e o contexto de produção dos documentos

A maioria dos documentos segue o padrão composicional de carta pessoal: (i) local e data no início ou, em alguns casos, no final do texto; (ii) saudação ao destinatário, iniciada com votos de saúde, paz etc, que também podem vir no final do texto, ou vocativo; (iii) corpo da carta, no qual os assuntos tratados são de cunho familiar e íntimo, como também negociações e prestação de contas; (iv) despedida, em grande parte das vezes, com cumprimentos aos demais familiares do destinatário; (v) encerramento com a assinatura ou rubrica; (vi) *post scriptum* ou notas, algumas vezes. Na *Figura 3*, é possível conferir um exemplo de estrutura de carta recorrente nos documentos:

Figura 3 – Exemplo de carta com o padrão composicional, carta 30



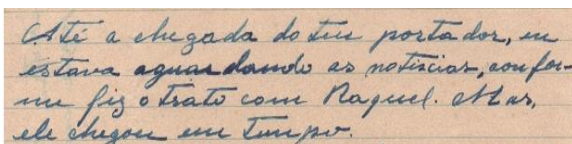
Fonte: extraído de Tuy Batista (no prelo)

Cabe apontar, ainda, que uma pequena parte dos manuscritos mereceu atenção especial quanto à identificação do *gênero textual* por serem: (i) documentos que possuem os elementos composicionais correspondentes ao gênero *carta pessoal*, mas apresentam *mensagens curtas*, características do gênero *bilhete*; (ii) documentos nomeados por seus redatores como *bilhete*, mas que a extensão do corpo do texto não atende à especificidade de *mensagem curta*, como a característica do gênero.

Diante disso, estabelecemos alguns critérios para a classificação de tais documentos enquanto *carta pessoal* ou *bilhete*, sendo a *extensão do corpo do texto* o fator decisivo para essa identificação⁸. Logo, foram classificados como: (1) *Carta pessoal* – os manuscritos que, apesar de nomeados por seus redatores como *bilhete* (cf. anexo I), apresentam a extensão do corpo do texto *média* ou *longa* (a partir de 7 linhas); e (2) *Bilhete* – os manuscritos, mesmo que possuindo os elementos composicionais do gênero carta (cf. anexo II), apresentam a extensão do corpo do texto *curta* (até 6 linhas)⁹.

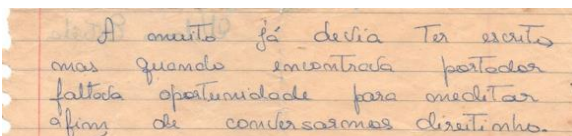
Um outro ponto a ser comentado, diz respeito à produção de algumas das cartas no “calor da hora”. Carneiro (2005, p. 67) ao discutir a natureza de documentos produzidos no sertão¹⁰, datados do século XIX, aponta que “o serviço de correio era precário e somente os senhores abastados possuíam os seus próprios positivos, como eram denominados os mensageiros, as cartas do sertão eram enviadas por amigos em comum [...]”. Situação que ainda acontecia no século XX: a maioria dos manuscritos em questão chegou aos seus respectivos destinatários através de portador¹¹, fato que pode ser averiguado a partir dos excertos ilustrativos a seguir:

Excerto 1, carta 3



Até a chegada do **teu portador**, eu| estava aguardando as notícias, confor-|me fiz o trato com Raquel. Mas,| ele chegou em tempo. |(Carta 3-Fazenda Bom-Jardim 30-9-52-ACST)

Excerto 2, carta 74



A muito já devia ter escrito| mas quando encontrava **portador**| faltava oportunidade para meditar| afim de conversarmos direitinho. |(Carta 74-Alagoinhas 27 de Julho de 1970-WCA)

Grande parte dos remetentes residia em fazendas e povoados, localidades que não tinham à sua disposição o serviço de correio, ficando à mercê de portadores, amigos em comum ou familiares, que fossem viajar e se dispusessem a entregar a correspondência. Isso acontecia, também, com os remetentes que residiam nas cidades e que precisavam enviar cartas aos familiares e amigos residentes na zona rural. Mesmo havendo o serviço de correio, esse era limitado ao perímetro urbano.

⁸ Para o estabelecimento de tais critérios, nos pautamos em Assis (2002, p. 8) que tece o seguinte comentário acerca do gênero bilhete: “Em geral, é um texto curto, escrito à mão. O suporte em que o bilhete é escrito varia muito: em papéis de bloquinhos confeccionados para esse fim; em quadros de aviso ou até mesmo em páginas de jornal, de livro, guardanapos etc”.

⁹ Além da quantidade de linhas, a dimensão do suporte foi levada em consideração. Portanto, se o suporte é uma folha de bloquinho de anotação ou um pedaço de papel que apresenta dimensões inferiores a 210mm x 148mm, tamanho padrão de uma folha de caderno tamanho médio, mesmo que o documento apresente mais de sete linhas, a extensão foi considerada como curta.

¹⁰ São 500 cartas selecionadas, editadas e analisadas por Carneiro (2005) durante sua tese de doutoramento. As referidas cartas estão disponíveis em versão semidiplomática fac-similada no volume 1 das *Cartas Brasileiras* (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português, publicado em 2011; e em versão digital no banco Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão – CE-DOHS (www5.uefs.br/cedohs).

¹¹ Foram realizadas entrevistas com três dos remetentes vivos, os quais confirmaram o envio da correspondência por portador. As entrevistas foram realizadas nos dias 16 e 17 de janeiro de 2019 no município de Alagoinhas-BA.

1.2 A localização temporal e espacial

A maioria das cartas estão datadas e localizadas, sendo que apenas 25 missivas, 6 bilhetes e 3 cartões não apresentam local e data expressos. Entretanto, foi possível inferir a datação e a localização de tais manuscritos, esses apresentados a seguir, organizados por subgrupos:

(1) Cartas trocadas por Antonio e Maria

Esse subgrupo é composto por 29 cartas datadas da década de 1950. As 11 cartas não datadas são:

Tabela 1 – Inferência do período de escrita do subgrupo *Cartas de amor trocadas entre Antonio e Maria*

Remetente	Quant. de documentos	Tipo e nº do documento	Período inferido	Como foi feita a inferência
Antonio Carneiro da Silva Tuy	2	Cartas 17 e 18	1952 - 1953	Período do noivado.
Maria de Souza Estrela [Nenen]	9	Cartas 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26	1952 - 1953	Período do noivado.
		Carta 27	1954	A partir do conteúdo.
		Carta 29	1956	A partir do conteúdo.

Fonte: elaboração própria.

(2) Cartas recebidas por Antonio e Maria

Os 64 documentos desse subgrupo são datados entre 1950 e 1980. As 10 cartas, 6 bilhetes e 2 cartões com as datas inferidas são:

Tabela 2 – Inferência do período de escrita do subgrupo do subconjunto *Cartas recebidas por Antonio e Maria*

Remetente	Quant. de documentos	Tipo e nº do documento	Período inferido	Como foi feita a inferência
Dãozinho	1	Carta 39	1971 - 1972	A partir de entrevista com amigos.
Igino Lima	1	Carta 40	1960 - 1970	A partir do conteúdo.
Joaquim de Souza Estrela	1	Bilhete 2	1955 - 1960	A partir de entrevista com familiares.
José Augusto Estrela Tuy	2	Bilhete 3	1980	A partir do conteúdo.
		Cartão 1	1990-1995	A partir de entrevista com familiares.
Mariá Carvalho Estrela	1	Carta 62	1951 - 1952	A partir do conteúdo.
Maria Cidália Tuy Brito Oliveira	2	Carta 78	1968 - 1969	A partir do conteúdo.
		Cartão 2	1953	A partir do conteúdo.
Manoel Carneiro da Silva Tuy	1	Carta 60	1953 - 1969	A partir do conteúdo.
Mocinha	1	Carta 61	1956 - 1984	Período em que a destinatária morou na Fazenda Mocambo.
Maria de Fátima Estrela Carneiro Tuy	2	Carta 66	1977	A partir de entrevista.
		Bilhete 8	1977 - 1979	
Pedro de Souza Estrela	2	Bilhetes 9 e 10	1955 - 1960	A partir de entrevista com familiares.
Wilma Carneiro Aguiar	2	Carta 76	1953 - 1961	A partir do conteúdo.
		Carta 77	1971	A partir de entrevista.
Zequinha	1	Bilhete 11	1963	Há inserção de data feita pelo destinatário no verso.
Maria José Cerqueira Estrela	1	Carta 79	1953 - 1962	A partir do conteúdo.

Fonte: elaboração própria.

(3) Cartas enviadas por Antonio, Maria, familiares e amigos

Os 28 documentos desse subgrupo são datados entre 1930 e 1960. As 5 cartas e 1 cartão com a datação inferida são:

Tabela 3 – Inferência do período de escrita do subgrupo Cartas enviadas por Antonio, Maria, familiares e amigos

Remetente	Quant. de documentos	Tipo e nº do documento	Período inferido	Como foi feita a inferência
Antonio Carneiro da Silva Tuy	3	Carta 84	1952	A partir do conteúdo.
		Carta 86	1955	A partir do conteúdo.
		Carta 92	11/12/1966	Há um rascunho da carta onde o redator coloca o local e a data.
Maria de Souza Estrela	2	Carta 102	1939	Resposta à missiva datada de “2 de Abril de 1939”.
		Carta 103	1961	Resposta à missiva enviada em “14 de maio de 1961”.
Maria José Cerqueira Estrela	1	Cartão 3	1940 - 1962	Estimativa do período de noivado e casamento, ocorrido antes de 1950.

Fonte: elaboração própria.

A fim de facilitar a visualização sobre o período de produção desses documentos, apresentamos na *Tabela 4* a distribuição geral agrupada por décadas:

Tabela 4 – Distribuição dos documentos por década de escrita

Década	Subconjunto	Quant. de documentos
1930	Cartas recebidas por Antonio e Maria	3 cartas
	Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	2 cartas
1940	Cartas recebidas por Antonio e Maria	2 cartas
1950	Cartas trocadas por Antonio e Maria	27 cartas
	Cartas recebidas por Antonio e Maria	15 cartas; 4 bilhetes; 1 cartão
1960	Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	12 cartas
	Cartas trocadas por Antonio e Maria	2 cartas
1970	Cartas recebidas por Antonio e Maria	10 cartas; 5 bilhetes
	Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	5 cartas; 1 bilhete
1980	Cartas recebidas por Antonio e Maria	13 cartas; 1 bilhete
	Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	5 cartas; 1 bilhete
1990	Cartas recebidas por Antonio e Maria	4 cartas; 1 bilhete
2000	Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	1 cartão
		1 bilhete

Fonte: elaboração própria.

Dos 121 manuscritos, não foi possível precisar a década de escrita de 5 documentos: 4 pertencentes ao subconjunto II (cartas 40, 60, 61 e 79) e 1 pertencente ao subconjunto III (cartão 3).

Quanto à localização, os manuscritos que possuem a localidade de escrita expressa são provenientes da Bahia, com exceção da carta 104 enviada de Governador Valadares, estado de Minas Gerais. Na *Tabela 5*, apresentamos a distribuição dos documentos por local de escrita:

Tabela 5 – Distribuição dos documentos por local de escrita

Estado	Local de escrita	Subconjunto	Quantidade de documentos
Bahia	Alagoinhas	Cartas trocadas por Antonio e Maria	2 cartas
		Cartas de familiares e amigos recebidas por Antonio e Maria	7 cartas
		Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	3 cartas; 1 cartão
	Mata de São João	Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	1 carta
	Ouriçangas	Cartas de familiares e amigos recebidas por Antonio e Maria	6 cartas; 2 bilhetes
		Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	1 carta
	Biritinga	Cartas trocadas por Antonio e Maria	8 cartas
		Cartas de familiares e amigos recebidas por Antonio e Maria	12 cartas; 4 bilhetes; 1 cartão
		Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	11 cartas; 1 bilhete
	Lamarão	Cartas trocadas por Antonio e Maria	14 cartas
		Cartas de familiares e amigos recebidas por Antonio e Maria	4 cartas
		Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	1 carta
	Serrinha	Cartas trocadas por Antonio e Maria	5 cartas
		Cartas de familiares e amigos recebidas por Antonio e Maria	18 cartas; 2 bilhetes; 1 cartão
Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos		5 cartas; 2 bilhetes	
Água Fria	Cartas de familiares e amigos recebidas por Antonio e Maria	2 cartas	
Irará	Cartas de familiares e amigos recebidas por Antonio e Maria	1 carta	
Salvador	Cartas de familiares e amigos recebidas por Antonio e Maria	4 cartas	
	Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	1 carta	
Minas Gerais	Governador Valadares	Cartas escritas por Antonio, Maria, familiares e amigos	1 carta

Fonte: elaboração própria.

O levantamento dessas informações é de fundamental importância para a (re)construção do contexto de envio e recebimento das cartas, bilhetes e cartões. A partir disso, construiremos um mapa virtual detalhando a trajetória de envio e recebimento desses manuscritos.

1.3 Os missivistas

As informações referentes aos autores dos documentos foram coletadas através de entrevistas com familiares, contraparentes e amigos dos missivistas, além de consultas à bibliografia disponível sobre as famílias: o *Relatório de Genealogia de Bernardo da Silva*, produzido a partir do artigo *Os Carneiros no Sertão da Bahia*, de Luiz Cleber Moraes Freire, a fim de reunir dados sobre a família Tuy; e o exemplar *Memória Histórica e Genealógica dos Mendonça Bezerra Ferreira de Moura: Uma saga de religiosidade e colonização – desenvolvimento e atualização da árvore genealógica das principais famílias do Pedrão*, produzido por João da Costa Pinto Victoria, para levantar informações sobre a família Estrela.

Dessa forma, foi possível comprovar e/ou inferir dados importantes sobre data e local de nascimento, escolaridade, contexto sociocultural e relações que se estabeleciam entre os missivistas. Ainda, outras informações sobre os fatos relatados nos manuscritos, as pessoas e os locais mencionados foram reunidas,

possibilitando-nos estabelecer uma conexão entre os remetentes e os destinatários e a correspondência trocada.

Todos os remetentes foram identificados e as informações coletadas estão disponíveis em fichas¹², como exemplificado na *Figura 4*:

Figura 4 – Modelo de ficha de remetente

REMETENTE N°	
DADOS PESSOAIS	
Nome (conforme o documento):	
Nome completo:	
Filiação:	
Avós paternos:	
Avós maternos:	
Naturalidade:	Nacionalidade:
Data de nascimento:	Data de falecimento:
Idade do remetente (quando da escrita da carta):	
Estado civil:	
Instituição de ensino:	
Profissão por formação:	
Principais atividades:	
Principais títulos:	
Observações:	

Fonte: Adaptado de Carneiro (2005, p. 401)

São indivíduos nascidos entre 1890 e 1950, sendo a maioria oriunda de fazendas e cidades interioranas situadas no estado da Bahia. No *Quadro 1*, disponível no Anexo III, são apresentadas informações resumidas sobre os redatores (naturalidade, data de nascimento, grau de escolaridade, idade quando na escrita da carta, ocupação principal e a relação que se estabelecia entre os missivistas) e informações sobre os documentos (local e data de escrita).

O conjunto CAFET possibilita-nos compor um *corpus* diferenciado diante do volume de informações levantadas sobre os remetentes, os destinatários, as relações que se estabeleciam, os locais de escrita, os locais citados na documentação, além de desdobramentos dos assuntos tratados nas cartas. Para isso, o levantamento de informações sobre os manuscritos e seus redatores, iniciado em Tuy Batista (2017a)¹³, tem sido continuado a partir de entrevistas com familiares e amigos dos missivistas e com os redatores vivos. Outros materiais, como vídeos produzidos a partir de entrevistas narrativas com esses indivíduos, fotografias e outros manuscritos estão sendo incorporados ao acervo¹⁴.

¹² Informações mais detalhadas serão disponibilizadas nas fichas dos remetentes, material que integrará o volume 2 da tese em andamento.

¹³ Para maiores informações, consultar a dissertação de mestrado intitulada *O uso de tu/você em cartas baianas pessoais do século XX em relações de simetria*.

¹⁴ Além de um novo conjunto composto por 32 cartas, como citado anteriormente, estão sendo reunidas fotografias e outros documentos que serão utilizados como paratextos do acervo em questão.

2 O processo de edição filológica virtual

Monte e Paixão de Sousa (2017) propõem o termo *edição filológica virtual* para fazer referência ao objeto digital resultante de “um trabalho que inclui a produção da réplica imagética digital do documento físico, a edição filológica digital, e as múltiplas possibilidades de representação final ou publicação digital” (MONTE; PAIXÃO DE SOUSA, 2017, p. 245), processos construídos a partir de ferramentas computacionais.

O propósito é compor um novo objeto que seja uma reprodução fiel do documento original em papel, ou seja, a reprodução digital (digitalização), e que ofereça, também, informações adicionais que não estão presentes no documento original (anotação linguística e informações historiográficas, por exemplo). O novo objeto, conceituado por Monte e Paixão de Sousa (2017), possui, portanto, como componentes básicos: (I) a representação digital do texto original (a imagem ou a digitalização do documento); (II) a textualização (a transcrição do texto e a anotação de informações adicionais); e (III) a apresentação do texto como objeto legível como informação visual (desmaterialização e rematerialização do texto).

Quanto ao processo de *desmaterialização* e *rematerialização*, podemos assumir que o processo de *desmaterialização* corresponde à passagem da informação visual para informação computacional (a transcrição do texto e a adição de camadas editoriais); e o processo de *rematerialização* corresponde a passagem da informação computacional de volta para a informação visual (as camadas de edição reunidas em um mesmo arquivo e apresentadas em forma texto, de versões de edição).

O impacto mais positivo da edição virtual, apontado por Monte e Paixão de Sousa (2017), é a manipulação intensa do texto, sem alterar o objeto original. Ou seja, a edição filológica virtual possibilita que os documentos sejam manipulados e que informações sejam acrescentadas a partir de camadas editoriais adicionadas à transcrição em linguagem XML, sem comprometer o documento original, garantindo sua preservação, ao passo que une a digitalização e a edição digital.

Apropriando-nos do conceito de novo objeto, apresentamos o processo de edição filológica virtual do CAFET. No caso específico desse conjunto de documentos, os elementos que constituem o novo objeto são: (I) a reprodução digital (captura e tratamento das imagens dos documentos); (II) a edição em linguagem XML da transcrição dos textos (a edição modernizada com o acréscimo de informações historiográficas); e (III) a apresentação final em forma de página-web.

2.1 A reprodução digital

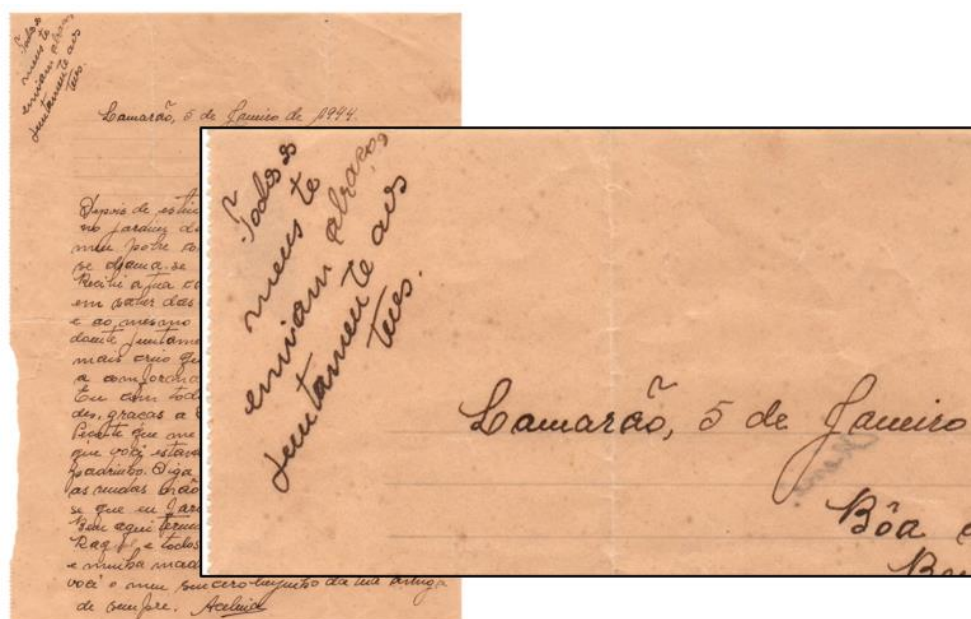
Em um primeiro momento, os manuscritos que compõem o CAFET foram fotografados utilizando uma câmera semiprofissional, sem a utilização de *flash*. Apesar da alta qualidade dos arquivos em *JPEG* resultantes dessas capturas, optamos por descartar tais arquivos por duas razões: a não utilização do *flash* ocasionou uma captura das imagens com uma coloração mais escurecida que a original; e as dobras, resultantes do armazenamento dos manuscritos ainda no baú, provocaram sobreposição de algumas partes

do suporte, de modo que, sem o auxílio das mãos, não era possível abrir alguns dos documentos inteiramente para fotografar.

A coloração dos documentos poderia ser corrigida com a utilização de um editor de imagens, mas as dobras que impediam a abertura completa do suporte levaram-nos a adotar outro recurso para a captura das imagens. Assim, optamos por escanear os documentos utilizando uma impressora que, mesmo sendo doméstica, conseguiu gerar imagens com alta resolução o suficiente para permitir a ampliação da imagem e a verificação de detalhes acerca da escrita, nos casos em que há de dúvidas de leitura, ou, ainda, para visualizar detalhes de danos ao suporte, como manchas e furos provocados pela ação de insetos, por exemplo.

Na *Figura 5*, observamos pequenas manchas arredondadas na cor marrom provocadas pela ação do tempo e uma das marcas de dobra no papel:

Figura 5 – Detalhes do suporte visíveis na imagem escaneada, carta 30



Fonte: extraído de Tuy Batista (no prelo)

Depois de digitalizadas, as imagens foram tratadas (remoção de margens excedentes e ajuste de cor em algumas) para melhorar a exibição, principalmente dos documentos escritos a lápis, que com a ação do tempo, perderam a coloração original do suporte e apresentam um tom mais escurecido, dificultando a visualização da mancha escrita. Concluída essa etapa, demos início ao processo de edição em linguagem XML, apresentado a seguir.

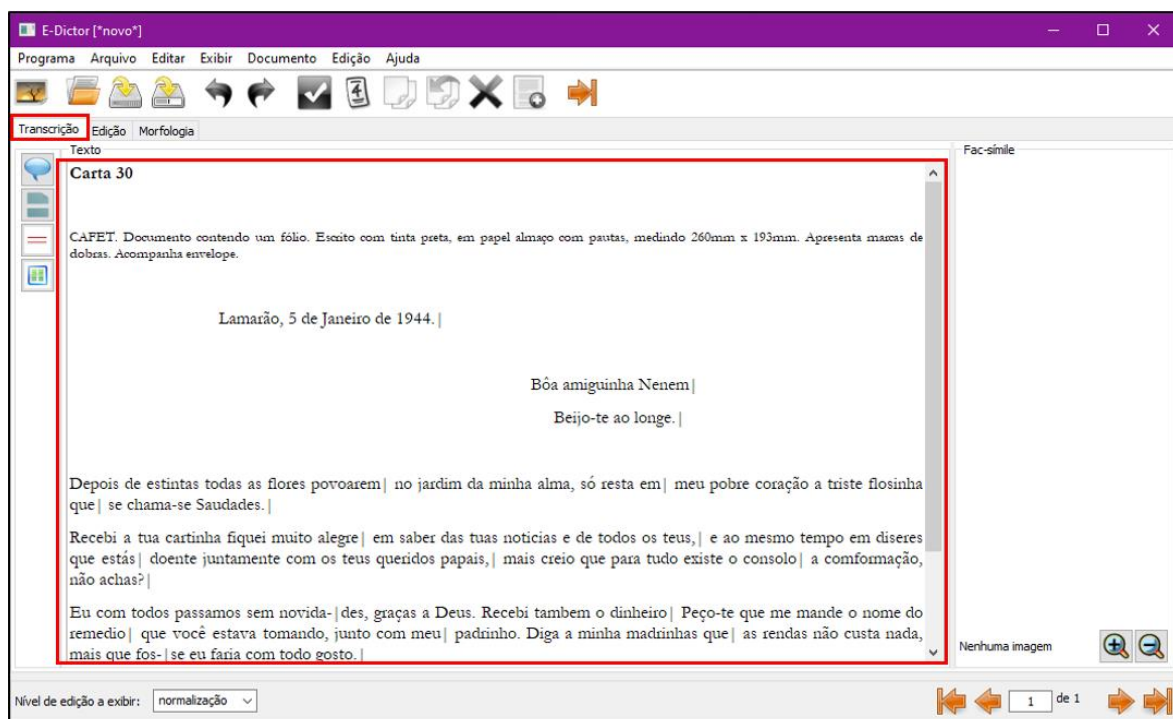
2.2 A edição em linguagem XML da transcrição dos textos

Para fazer a edição em linguagem XML, adotamos o *software* eDictor¹⁵, desenvolvido por Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2013). O eDictor é a combinação de um editor de XML e um etiquetador morfossintático, que permite que sejam geradas diferentes versões de edição – diplomáticas, semidiplomáticas e modernizadas (em HTML (HyperText Markup Language)), inclusive o texto original, sem prejuízos à qualidade filológica, e de versões com etiquetação morfossintática (em texto simples e XML), reunindo todas as informações em camadas editoriais sobre um mesmo texto.

Uma das vantagens da utilização do eDictor é a possibilidade de oferecer ao usuário um processo completo de tratamento do texto, da transcrição à anotação morfossintática. Isso porque o programa dispõe de módulo de transcrição, módulo de edição e módulo de etiquetagem morfossintática, fazendo com que não seja necessária a utilização de outro programa intermediário para a realização dessas tarefas.

No módulo destinado à transcrição, *Figura 6*, é realizada a transcrição conservadora do texto, uma vez que qualquer tipo de edição, seja a expansão de uma abreviatura ou até mesmo a sinalização de uma rasura e a inserção de notas de rodapé, é realizada no *módulo de edição*. No caso do CAFET, inserimos o texto referente à transcrição e iniciamos a edição. Cabe destacar que ao utilizar o eDictor para o processo de transcrição, não há necessidade de utilização de um outro programa computacional.

Figura 6 – Módulo de transcrição

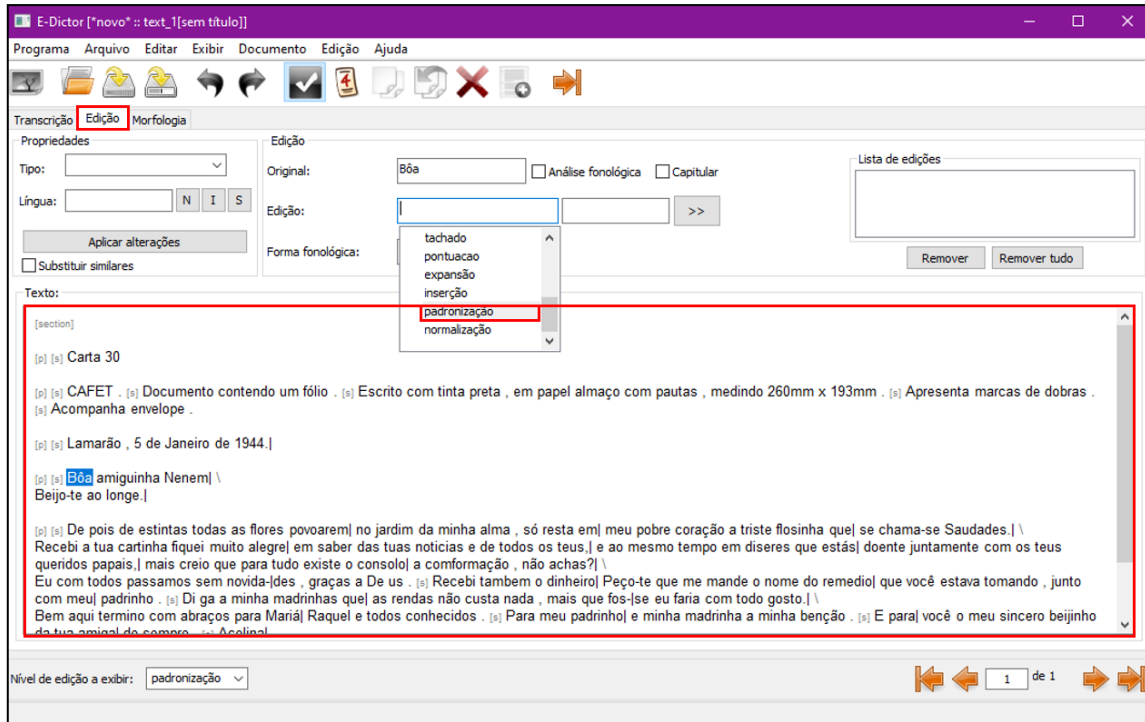


Fonte: elaboração própria.

¹⁵ Para maiores informações sobre a técnica de anotação em linguagem XML utilizando o eDictor, consultar as publicações sobre o assunto disponíveis em: <<https://manualedictor.wordpress.com/publicacoes/>>.

No *módulo de edição*, *Figura 7*, fizemos a edição das palavras de acordo com a necessidade apresentada (junção, segmentação, padronização, por exemplo) e sinalizamos os danos ao suporte (rasuras, borrões, rasgos, marcas de papirófago e outros)¹⁶.

Figura 7 – Módulo de edição, exemplo da etiqueta de padronização



Fonte: elaboração própria.

As etiquetas aplicadas em cada palavra durante o processo de edição são adicionadas ao XML como camadas. Para entendermos esse processo, tomemos como exemplo a saudação “Bôa amiguinha Nenem”, da carta 30, apresentada, já em XML, na *Figura 8*:

Figura 8 – As etiquetas aplicadas ao XML

```
<p id="p_4">
  <s id="s_4" t="saudacao">
    <w id="42">
      <o>Bôa</o>
      <e t="pad">Boa</e>
    </w>
    <w id="43">
      <o>amiguinha</o>
    </w>
    <w id="44">
      <o>Nenem<bk t="1" id="bk_2"/></o>
      <e t="pad">Neném</e>
    </w>
  </s>
</p>
```

Fonte: elaboração própria.

¹⁶ As etiquetas a serem aplicadas são determinadas pelo pesquisador diante das necessidades apresentadas pelo texto em processo de edição.

Ao observarmos a estrutura em XML, podemos constatar uma sintaxe básica da anotação da sentença “Bôa amiguinha nenem”. Há uma indentação, na qual <p>...</p> (parágrafo), contém <s>...</s> (sentença), que contém <w>...</w> (palavra). Cada elemento de anotação é identificado por rótulos, possibilitando que identifiquemos que dentro de <w>...</w> (palavra), além do atributo id=... (identificação) que traz a identificação numérica de cada palavra, há o código <o>...</o> (original) que traz a palavra como grafada originalmente e, portanto, acompanha todas as palavras de sentença em análise. Quando editamos uma palavra, a intervenção é codificada entre <e>...</e> (edição) e acompanha os palavras editadas, como em “Bôa” e “Nenem”, por exemplo, que receberam a etiqueta t=“pad” indicativa de “padronização”. Assim dentro de <e>...</e>, foi indicada a natureza da intervenção, sendo a etiqueta “pad” indicativa da padronização dessas palavras, atualizando a grafia de “Bôa” para “Boa” e corrigindo a acentuação de “Nenem” para “Neném”.

Ainda no *módulo de edição*, acrescentamos os *metadados* ao texto. Os *metadados* são as informações referentes ao documento, ao redator e ao processo de edição. No eDictor, há uma interface dedicada aos metadados, apresentada na *Figura 9*, com as categorias de preenchimento a serem definidas pelo editor. Assim, após definirmos quais informações deveriam ser acrescentadas ao metadados do texto, iniciamos o preenchimento das categorias.

Figura 9 – Interface da aba de inserção dos metadados

Metadados

Metadado

Tipo: original

Nome:

Valor:

[acervo] CAFET
[autor] Acelina da Silva Góes
[conteúdo] Carta informando recebimento de correspondência. Notícias sobre familiares. Pedido de informações.
[data do documento] 5 de janeiro de 1944
[destinatário] Maria de Souza Estrela
[fonte] Informações levantadas a partir de entrevista feita com Maria de Fátima Estrela Carneiro
[genero do autor] Feminino
[genero do documento] Carta pessoal
[local] Lamarão
[nascido(N)/radicado(R)] Lamarão, BA
[relacao social] Amiga

<< Remover >>

Ok Cancelar

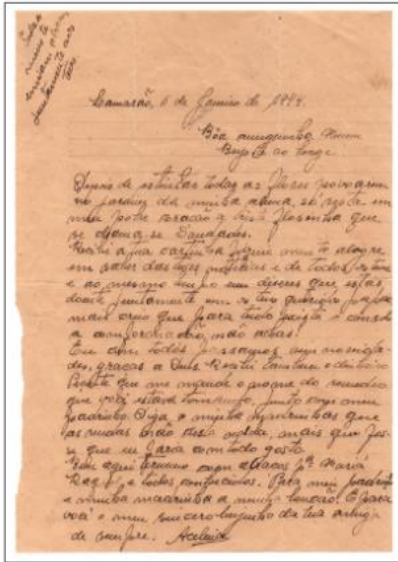
Fonte: elaboração própria.

Terminado o processo de edição e a inserção dos metadados, geramos as diferentes versões de edição para leitura, em HTML, apresentadas a seguir.

2.3 A apresentação final em forma de página-web

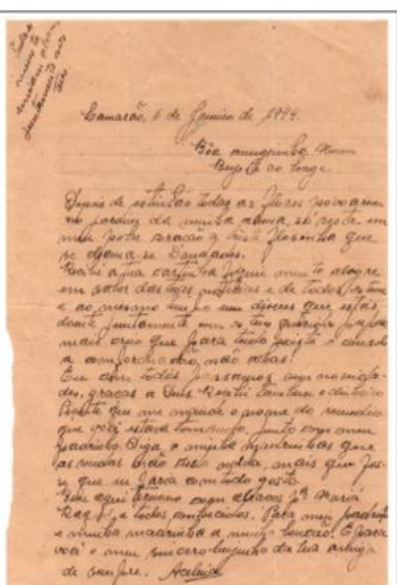
Ao concluir o processo de edição em XML, podemos gerar diferentes versões de edição. A título de exemplo, observamos a edição da carta 30 em sua versão semidiplomática, *Figura 10*, e em versão modernizada, *Figura 11*.

Figura 10 – Exemplo de edição semidiplomática com o fac-símile, gerada pelo eDictor, em HTML

	<p>Carta 30</p> <p>CAFET. Documento contendo um fólho. Escrito com tinta preta, em papel alçaço com pautas, medindo 260mm x 193mm. Apresenta marcas de dobras. Acompanha envelope.</p> <p>Lamarão, 5 de Janeiro de 1944.</p> <p>Bôa amiguinha Nenem Beijo-te ao longe.</p> <p>Depois de estintas todas as flores povoarem no jardim da minha alma, só resta em meu pobre coração a triste flosinha que se chama-se Saudades.</p> <p>Recebi a tua cartinha fiquei muito alegre em saber das tuas noticias e de todos os teus, e ao mesmo tempo em diseres que estás doente juntamente com os teus queridos papais, mais creio que para tudo existe o consolo a conformação, não achas?</p> <p>Eu com todos passamos sem novidades, graças a Deus. Recebi tambem o dinheiro</p>
--	--

Fonte: elaboração própria.

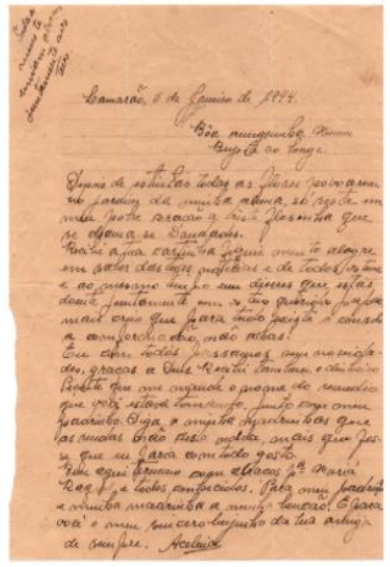
Figura 11 – Exemplo de edição modernizada final

	<p>Carta 30</p> <p>CAFET. Documento contendo um fólho. Escrito com tinta preta, em papel alçaço com pautas, medindo 260mm x 193mm. Apresenta marcas de dobras. Acompanha envelope.</p> <p>Lamarão, 5 de Janeiro de 1944.</p> <p>Boa amiguinha Neném Beijo-te ao longe.</p> <p>Depois de extintas todas as flores povoarem no jardim da minha alma, só resta em meu pobre coração a triste florzinha que se chama-se saudades.</p> <p>Recebi a tua cartinha fiquei muito alegre em saber das tuas noticias e de todos os teus, e ao mesmo tempo em dizeres que estás doente juntamente com os teus queridos papais, mas creio que para tudo existe o consolo a conformação, não achas?</p> <p>Eu com todos passamos sem novidades</p>
---	--

Fonte: elaboração própria.

Todas as intervenções, além de controladas no XML, aparecem no texto em HTML destacadas em azul: na edição semidiplomática fac-similada, com o texto original, ao passar o cursor do mouse sobre a palavra destacada, é possível visualizar em uma pequena caixa de texto a palavra na versão modernizada, como exemplificado na *Figura 12*; já na edição modernizada fac-similada, acontece o contrário, ao passar o cursor do mouse, a palavra que surge na caixa de texto é como grafada originalmente.

Figura 12 – Destaque da palavra editada na caixa de texto



Carta 30

CAFET. Documento contendo um fólio. Escrito com tinta preta, em papel almaço com pautas, medindo 260mm x 193mm. Apresenta marcas de dobras. Acompanha envelope.

Lamarão, 5 de Janeiro de 1944.

Bôa amiguinha **Nenem**
Beijo-te ao longe.

Depois de **estintas** todas as flores povoarem no jardim da minha alma, só resta em meu pobre coração a triste **flosinha** que se chama-se **Saudades**.
Recebi a tua cartinha fiquei muito alegre em saber das tuas **noticias** e de todos os teus, e ao mesmo tempo em **diseres** que estás doente juntamente com os teus queridos papais, **mais** creio que para tudo existe o consolo a **comformação**, não achas?
Eu com todos passamos sem **novida-**

Fonte: elaboração própria.

É possível, ainda, gerar um quadro com o léxico de edições realizadas, sendo oferecida, na coluna esquerda, a palavra como escrita originalmente no documento; e na coluna direita, o tipo de intervenção feita pelo editor e a palavra editada, apresentado na *Figura 13*.

Figura 13 – Léxico edições

Item	Juncao	Segmentacao	sobrescrito	ilegível	rasgado	papiro	grafoborrador	surado	subscrito	tachado	pontuacao	expansão	inserção	padronização
Bôa														Boa
comformação														conformação
diseres														dizeres
estintas														extintas
flosinha														florzinha
fos-se		fos-se	fosse											
mais														mas
Mende														Mendes
Nenem														Neném
noticias														Notícias
novida-des		novida-des	novidades											
remedio														remédio
Saudades														saudades
tambem														também

Fonte: elaboração própria.

A escolha pela linguagem em XML é justificada por dois fatores: por ser uma linguagem flexível e controlável (permite que, a partir de uma estrutura básica, seja montada a estrutura de edição que atenda às necessidades específicas de cada *corpora*, além de ser possível controlar as sucessivas etapas de edição); e por ser a linguagem utilizada como a base da maioria dos *corpora* eletrônicos e edições filológicas digitais atuais (MONTE; PAIXÃO DE SOUSA, 2017).

Enriqueceremos a versão modernizada de edição com informações adicionais, acrescentadas ao arquivo em XML, que aparecerão como *hiperlinks* (no arquivo HTML). O leitor poderá clicar nesses *hiperlinks* para acessar tais informações (como por exemplo, informações biográficas sobre os missivistas e sobre os topônimos mencionados na correspondência).

Assim, a última etapa da edição filológica virtual, a apresentação final em forma de página-web, que está em desenvolvimento, oferecerá ao pesquisador/leitor interessado um acervo diferenciado, com um grande controle das informações sobre os textos e sobre os missivistas.

Considerações finais

É incontestável que com a aproximação entre a Filologia e as novas tecnologias computacionais, evidenciada pela expansão do trabalho filológico em ambiente digital, tornou-se possível ampliar as possibilidades de tratamento dos documentos, da conservação à apresentação final dos textos, em diferentes versões. Apropriando-nos dessas novas possibilidades, propomos o tratamento dos textos do acervo CAFET, que, atualmente, encontra-se editado em linguagem XML.

Ao final do trabalho proposto, esperamos colocar à disposição da comunidade científica e do público em geral, um *corpus* diacrônico diferenciado, desde o tratamento dado aos textos, a partir da edição filológica virtual (MONTE; PAIXÃO DE SOUSA, 2017), até sua apresentação final em forma de página-web. O intuito é proporcionar uma navegação interativa com acesso às informações reunidas sobre os missivistas (*hiperlinks* com fotografias e fichas de remetentes) e com informações adicionais sobre os locais de escrita e os assuntos abordados nos manuscritos, além da conexão entre os lugares e pessoas citadas na correspondência. Esperamos, também, ampliar o público leitor desse conjunto de documentos, não ficando restrito aos pesquisadores interessados na história do português popular brasileiro do século XX.

Referências bibliográficas

ASSIS, J. A. Gêneros textuais, tecnologia e textualização. **Scripta**. Belo Horizonte: Editora da PUC Minas, v. 6, n. 11, 2002, p. 134-151.

BANZA, A. P.; GONÇALVES, M. F. (coord.), **Patrimônio textual e humanidades digitais: da antiga à nova Filologia**. Évora: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS)/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), 2013.

BARBOSA, A. G. **Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio**. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARNEIRO, Z. O. N. **Cartas brasileiras (1809 – 1904): um estudo linguístico-filológico**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos de Linguagem, Campinas. 2005.

CARNEIRO, Z. O. N. **Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

CRANE, G. (et al.). **ePhilology: when the books talk to their readers**. In: S. Schreibman, R. Siemens (eds). *A Companion to Digital Literary Studies*. Oxford: Blackwell, 2008.

MONTE, V. M.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. **Por uma filologia virtual: O caso das atas da câmara de São Paulo (1562-1596)**. Revista da Abralín, v. 16, p. 239-264; 2017.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. A filologia digital em língua portuguesa: alguns caminhos. In: GONÇALVES, Maria Filomena; BANZA, Ana Paula (coord.). **Patrimônio textual e humanidades digitais: da antiga à nova filologia**. Évora: CIDEHUS, 2013(b).

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. de. e-Dictor. Versão 1.0 beta 10, 2013. Programa de Computador. URL: <https://edictor.net/download>.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: T. Shepherd; T.B. Sardinha; M.V. Pinto. (Org.). **Caminhos da linguística de corpus**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

SILVA, C. **O paleógrafo em escala calligraphica para aprender a leitura manuscrita, aprovado pelo Conselho Superior d'Instrução Publica para uso dos Collegios**. Lisboa: Instituto Calligraphico, 1900.

TUY BATISTA, P. S. E. **O uso de tu/você em cartas baianas pessoais do século XX em relações de simetria**. 2017. 175f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

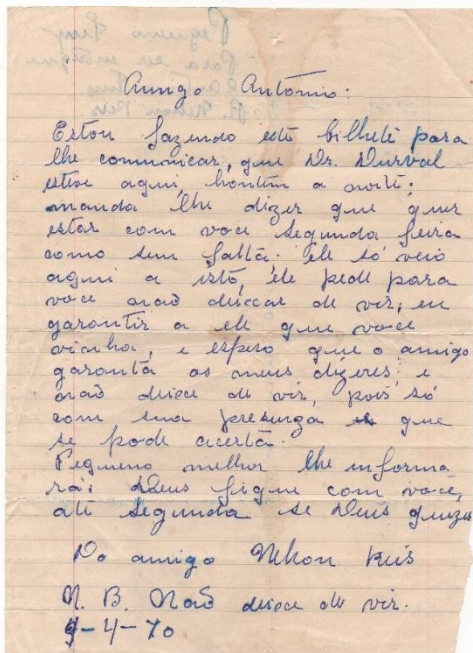
W3C (a). XML. <http://www.w3.org/XML>, 2016.

W3C (b). XSLT. <https://www.w3.org/Style/XSL>, 2015.

W3C (c). HTML. 2013. <https://www.w3.org/html>, 2016.

Anexos

Anexo I – Exemplo de documento classificado como carta



Carta 70

CAFET. Documento contendo um fólho. Escrito com tinta azul, em papel pautado, de caderno, medindo 220mm x 160mm. Há marcas de dobras e manchas devido à ação do tempo. As margens esquerda e direita estão resgadas. A mancha escrita no verso é visível no recto e vice-versa.

Amigo Antonio:|

Estou fazendo este bilhete para | lhe comunicar, que Dr. Durval | esteve aqui hontem a noite; | manda lhe dizer que quer | estar com voce segunda feira | como sem falta. ele veio | aqui a isto, ele pede para | voce não deixar de vir; eu | garantir a ele que voce | vinha, e espero que o amigo | garanta os meus dizeres; e | não deixe de vir, pois só | com sua presença [.]¹⁷ que | se pode acerta. |

Pequeno melhor lhe informa-|rá; Deus¹⁸ fique com voce, | ate segunda se Deus quiser |

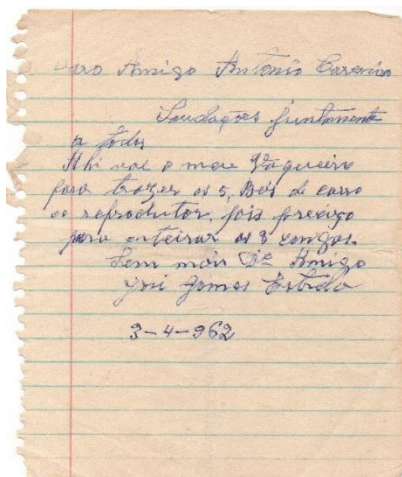
Do amigo Nelson Reis |

Note Bem Não deixe de vir. |

4¹⁹ - 4 - 70²⁰ |

Fonte: Extraído de Tuy Batista (a sair)

Anexo II – Exemplo de documento classificado como bilhete



Bilhete 3

CAFET. Documento contendo um fólho. Escrito com tinta azul, em papel pautado, de caderno, medindo 158mm x 109mm. Apresenta marcas de dobras.

Caro Amigo Antonio Carneiro |

Saudações juntamente | a todos |

Ahi vai o meu Vaqueiro | para trazer os 5, Bois de carro | os reprodutor, pois preciso | para²¹ enteirar os 3 congos. |

Sem mais Dº Amigo |

José Gomes Estrela |

3 - 4 - 962

Fonte: Extraído de Tuy Batista (a sair)

¹⁷ Rasurado.

¹⁸ Rasurado.

¹⁹ Rasurado.

²⁰ Escrito na margem inferior.

²¹ Rasurado.

Anexo III – Quadro 1: Síntese das informações levantadas sobre os redatores e os documentos

Nome do redator conforme o documento	Naturalidade, data de nascimento, grau de escolaridade, idade quando na escrita e ocupação principal	Década(s) de escrita	Documento(s)	Local(is) de escrita (nomes atuais)	Destinatário(s)	Relação estabelecida
Acelina Góes [Acelina da Silva Góes]	Lamarão-BA, entre 1916 e 1920. Aprendeu a ler e escrever com aulas particulares na casa do professor. Entre 24 e 28 anos. Prendas domésticas.	1940	Carta 30	Lamarão-BA	Maria de Souza Estrela	Amiga
Antonia de Lima Estrela	Ouriçangas-BA, entre 1898 e 1904 ¹ . Aprendeu a ler e escrever com aulas particulares na casa do professor. Entre 34 e 40 anos. Prendas domésticas.	1930	Carta 81	Faz. Bom Sucesso [Ouriçangas-BA ²]	Leonidia de Lima Estrela	Irmã
Antonio Brito [Antonio de Oliveira Brito]	Serrinha-BA, 09/07/1906. Ensino médio completo. Entre 47 e 56 anos. Tenente da Polícia Militar e professor de educação física.	1950	Cartas 31 e 32	[Serrinha-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Cunhado
		1960	Carta 34			
		Sem data [1950]	Carta 33			
Antonio Carneiro da Silva Tuy	Serrinha-BA, 11/07/1924. 4 anos de ensino formal (escola rural). Entre 28 e 53 anos. Agropecuarista.	1950	Cartas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18	Faz. Bom Jardim [Lamarão-BA: Cartas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 17 e 18]; Faz. Pau de Candeia [Biringa-Ba: Carta 11]; Faz. Sempre Viva [Lamarão-BA: carta 14]; Serrinha-BA [Cartas 12, 13, 15 e 16]	Maria de Souza Estrela	Noivo
			Cartas 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89 e 90	Serrinha-BA [Carta 82]	Mariano Sansão	Amigo
				Faz. Bom Jardim [Lamarão-BA: Carta 83]	Caro Amigo Jaime	Amigo
				Faz. Mocambo [Biringa-BA: Carta 84]	[Raquel de Souza Estrela]	Futuro cunhado
				Serrinha-BA [Carta 85] Faz. Caatinga dos Mendes [Biringa-BA: Carta 87]	Pedro de Souza Estrela	Cunhado
				Alagoinhas-BA [Carta 86]	José Gomes Estrela	Amigo

¹ Inferência realizada por Costa Pinto (2003, p. 131).

² Quando na escrita da carta, o distrito de Ouriçangas era subordinado ao município de Iará. Pela lei estadual nº 1648, de 27-03-1963, foi desmembrado de Iará e elevado a município.

		1960	Cartas 91, 92, 93 e Bilhete 12	Serrinha-BA [Carta 88] Faz. Mocambo [Biringa-BA: Carta 89]	Firmino Pimentel	Amigo
				Serrinha-BA [Carta 90]	Sr. Otávio	Amigo
				Faz. Mocambo [Biringa-BA: Carta 92]	Sonia Carneiro	Sobrinha
				Serrinha-BA [Carta 91]	Sr. Caboclo	Amigo
				Faz. Mocambo [Biringa-BA: Carta 93]	Pedro de Souza Estrela	Cunhado
		1970	Cartas 94, 95, 96 e 97	Serrinha-BA [Bilhete 12]	Aristóteles Damasceno Peixinho	Amigo
				Faz. Mocambo [Biringa-BA: Carta 94]	Jalmirez Estrela	Amigo
				Faz. Mocambo [Biringa-BA: Carta 95]	Jozoito Carneiro	Irmão
				Faz. Mocambo [Biringa-BA: Carta 96]	Sr. Simplício	Amigo
2000	Bilhete 13	Faz. Mocambo [Biringa-BA: Carta 97]	Manoelzinho Lôbo	Amigo		
2000	Bilhete 13	Serrinha-BA	Sr. Mininho	Amigo		
César [Antonio César Estrela Tuy]	Alagoinhas-BA, 22/04/1954. 6 anos de ensino formal (até o 2º ano do ginásio), 14 anos. Quando na escrita da carta, auxiliava o pai nas atividades campestres.	1960	Carta 35	Serrinha-BA	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Filho
Caboquinho	Baiano, entre 1906 e 1915. Sabia ler e escrever, entre 50 e 59 anos. Pecuarista.	1960	Carta 36	Fazenda Sobrado [Serrinha-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Amigo
Chiquito Ferreira	Serrinha-BA, entre 1920 e 1930. Escrevia e lia pouco, entre 27 e 37 anos. Lavrador e vaqueiro.	1950	Bilhete 1	Sem local [Faz. Cajueiro Grande, Serrinha-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Amigo
Elizete Campos Cerqueira	Ouriçangas-BA, 05/11/1916. Aprendeu a ler e escrever com aulas particulares na casa do professor, 18 anos. Prendas do lar.	1930	Carta 37	Faz. Pau Ferro [Biringa-BA]	Maria de Souza Estrela	Cunhada e amiga
Fernando [Fernando Batista]	Lamarão-BA, entre 1910 e 1920. Ensino médio completo (?), entre 30 e 40 anos. Marinheiro no Rio de Janeiro – RJ.	1950	Carta 38	Lamarão-BA	Maria de Souza Estrela	Noivo
Dãozinho	Biringa-BA, década de 1930.	Sem data [1970]	Carta 39	Sem local [Biringa-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Amigo

	Primeiras letras (lia e escrevia pouco), entre 30 e 40 anos. Lavrador.					
Igino Lima	Baiano, entre 1924 e 1930. Não alfabetizado – carta apógrafa. Lavrador.	Sem data [1960-1970]	Carta 40	Sem local [Biritinga-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Amigo
João Ascendino [João Ascendino de Souza Estrela]	Ouriçangas-BA, 1882. Primeiras letras (aprendeu a ler e escrever com aulas particulares na casa do professor), entre 75 e 76 anos. Agropecuarista.	1950	Cartas 41 ³ e 42	Faz. Caatinga dos Mendes [Biritinga-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Sogro
João Avelino de Souza	Biritinga-BA, entre 1930 e 1940. Entre 56 e 66 anos quando na escrita da carta. Sabia ler e escrever (sem mais informações). Juiz de Paz do município de Biritinga-BA.	1970	Carta 43	Biritinga-BA	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Amigo
João Cardial	Serrinha-BA, década de 1930. Sabia ler e escrever (sem mais informações). Entre 35 e 40 anos quando na escrita da carta. Lavrador, depois vereador.	1970	Bilhete 14	Sem local [Biritinga-BA]	José Augusto Estrela Tuy	Amigo
João Ribeiro de Oliveira	Serrinha-BA, entre 1930 e 1940. Sabia ler e escrever (sem mais informações), entre 35 e 40 anos. Pecuarista.	1975	Carta 44	Serrinha-BA	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Amigo
Joaquim Estrela [Joaquim de Souza Estrela]	Alagoinhas-BA, 1904. Aprendeu a ler e escrever com aulas particulares na casa do professor (cerca de 2 anos de educação formal), entre 50 e 55 anos. Agropecuarista.	1950	Carta 98	Sem local [Alagoinhas-BA]	João Ascendino de Souza Estrela	Filho
		Sem data [1950]	Bilhete 2	Sem local [Alagoinhas-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Cunhado

³ A carta 42 é apógrafa, tendo sido escrita por sua neta Willma Estrela Carneiro, também remetente desse acervo.

José Augusto Estrela Tuy [José Augusto <i>Estrela Tuy</i>]	Alagoínhas-BA, 11/11/1955. 7 anos de educação formal, entre 25 e 39 anos. Agropecuária.	1960	Carta 45 ⁴	Sem local [Faz. Mocambo, Biritinga-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Filho
		Sem data [1980]	Bilhete 3			
		Sem data [1990]	Cartão 1			
José Bispo da Silva	Baiano. A data de nascimento foi inferida entre 1940 e 1950. Sem informações sobre escolaridade. Lavrador.	1970	Carta 99	Mata de São João-BA	José Augusto Estrela Tuy	Amigo
José Carneiro da Silva Tuy	Lamarão-BA, 1926. Ensino médio completo.	1950	Cartas 46, 47 e 100	Salvador-BA [Cartas 46 e 47]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Irmão
				Salvador-BA [Carta 100]	Maria Alzira Carneiro da Silva Tuy	
		1960	Carta 48	Salvador-BA	Antonio Carneiro da Silva Tuy	
José Elias Oliveira	Baiano. Primeiras letras (sem informações).	1970	Carta 49	Faz. Candial Dantas [Biritinga-BA]	Maria de Souza Estrela	Vizinha
José Gomes Estrela	Ouriçangas-BA, 1890 ⁵ . Aprendeu a ler e escrever com aulas particulares na casa do professor, idade	1950	Carta 50	Faz. Encarnação [Ouriçangas-BA: Carta 50]; Faz. Bela Vista [Ouriçangas-BA: Cartas 51, 52 e 53; Bilhetes 4, 5 e 6]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Amigo
		1960	Cartas 51; Bilhetes 4, 5 e 6			
		1970	Cartas 52 e 53			
José Paulo de Lima	Baiano. Sem informações. Carta apógrafa.	1950	Carta 101	Faz. Queimada Redonda [Lamarão-BA (?)]	Senhores Basílio e D. Feliciano	Futuro genro
Josuíto Carneiro da Silva Tuy	Serrinha-BA, 1927. De 2 a 3 anos de educação formal. Entre 31 e 61 anos. Funcionário da Leste Ferroviária em Salvador-BA.	1950	Carta 54	Salvador-BA	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Irmão
		1980	Cartas 55 e 56			
Laurinha	Lamarão-BA, entre 1916 e 1926. Sem mais informações.	1950	Carta 57	Sem local [Lamarão-BA]	Maria de Souza Estrela	Amiga

⁴ Carta apógrafa escrita por Maria de Fátima Carneiro Estrela Tuy, a irmã do remetente.

⁵ Inferência realizada por Costa Pinto (2003, p. 131).

Lelinha [Arlinda Gomes Estrela]	Ouriçangas-BA, 1909. Primeiras letras (sem mais informações sobre a escolaridade), 30 anos. Prendas do lar.	1930	Carta 58	Ouriçangas-BA	Maria de Souza Estrela	Prima e amiga
Loura Estrela [Dilza Alves dos Santos]	Ouriçangas-BA, 24/01/1935. 1 ano de ensino formal, quando aprendeu a ler e escrever. 24 anos quando na escrita da carta. Prendas do lar.	1950	Carta 59	Serrinha-BA	Maria de Souza Estrela	Sobrinha e afilhada
Manoel Carneiro da Silva Tuy	Salvador-BA, 1901. 1 ano de ensino formal, quando aprendeu a ler e escrever. Agropecuária.	1953-1968	Carta 60	Sem local [Faz. Bom Jardim, Lamarão-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Pai
Mocinha	Irará-BA, 1916 (por inferência). Primeiras letras (sem mais informações). Costureira.	1956 – 1984	Carta 61	Sem local [Irará-BA]	Maria de Souza Estrela	Amiga
Mariá [Mariá Carvalho Estrela]	Ouriçangas-BA, 09/05/1914. Aprendeu a ler e escrever com aulas particulares. Prendas do lar.	Sem data [1950]	Carta 62	Sem local [Faz. Candeal Dantas, Biringa-BA]	Maria de Souza Estrela	Cunhada e amiga
Maria Cidália Tuy Brito Oliveira [Yayá Brito]	Serrinha-BA, 11/02/1919. Primeiro grau incompleto. Prendas do lar e artesã.	1968-1969	Carta 78	Sem local [Serrinha-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Irmã
		Sem data [1952]	Cartão 2			
Neném Estrela [Maria de Souza Estrela]	Ouriçangas-BA, 10/04/1916. 2 anos de ensino formal (aulas particulares na casa do professor). Prendas do lar.	1930	Carta 102	Sem local [Faz. Caatinga dos Mendes, Biringa-BA]	Arlinda Gomes Estrela [Lelinha]	Prima e amiga
		1950	Cartas 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 29	Sem local [Faz. Caatinga do Mendes, Biringa-BA: Cartas 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26; Alagoinhas-BA: Cartas 27 e 29; Serrinha-BA: Carta 28]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Noiva
		1960	Carta 28 Carta 103	Serrinha-BA Sem local [Faz. Mocambo, Biringa-BA]		

Fátima [<i>Maria de Fátima Estrela Carneiro Tuy</i>]	Serrinha-BA, 16/02/1959. Ensino médio completo. Quando na escrita das cartas, estudante, depois professora.	1960	Cartas 65 e 66	Serrinha-BA	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Filha
		Sem data [1970]	Carta 69; bilhete 5	Serrinha-BA	Maria de Souza Estrela	
		1980	Carta 67 e 68			
Terezinha [<i>Maria Terezinha Reis Tuy</i>]	Serrinha-BA, entre 1940 e 1945. Sem informações sobre a escolaridade. Prendas do lar.	1960	Carta 104	Governador Valadares-MG	Maria Soté	Nora
Nelson Reis [<i>Nelson Reis Carneiro</i>]	Serrinha-BA, 28/09/1919. 51 anos quando na escrita da carta. Sem informações sobre a escolaridade. Funcionário público.	1970	Carta 67	Sem local [Serrinha-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Amigo
<i>Paschoal</i> F. Vitorino	Irá-BA, entre 1906 e 1909. Entre 25 e 28 anos. Sem informações.	1930	Carta 68	Água Fria-BA	Maria de Souza Estrela	Noivo
Pedro Alves Carvalho	Baiano. Sem mais informações.	1970	Carta 69	Paracatu [Água Fria-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Amigo
Pedro Estrela [<i>Pedro de Souza Estrela</i>]	Ouriçangas-BA, 1906. 2 anos de ensino formal (aulas particulares na casa do professor). Agropecuário.	1950	Carta 70; Bilhetes 9 e 10	Sem local [Biringa-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Cunhado
Sissi [<i>Valdeci Estrela Carneiro</i>]	Lamarão-BA, 04/04/1951. 21 anos quando na escrita da carta. Estudante quando na escrita da carta.	1970	Carta 71	Alagoinhas-BA	Maria de Souza Estrela	Sobrinha
Wilma Estrela/ Wilma Carneiro Aguiar	Lamarão-BA, 26/05/1943. 6 anos de ensino formal. Caixa em um banco.	1950	Carta 72	Alagoinhas-BA [Cartas 72, 73, 74, 75 e 77]; Sem local [Faz. Caatinga dos Mendes, Biringa-BA: Carta 76]	Maria de Souza Estrela	Sobrinha
		1960	Carta 73 e 76			
		1970	Cartas 74, 75 e 77			
Zequinha	Baiano. Sem informações sobre a escolaridade. Marceneiro.	Sem data [1960]	Bilhete 11	Sem local [Serrinha-BA]	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Amigo
Zezé [<i>Maria José Cerqueira Estrela</i>]		Sem data [1953-1958]	Carta 79	Sem local [Faz. Bela Vista, Biringa-BA]	Maria de Souza Estrela	Cunhada

	Ouriçangas-BA (?), entre 1916 e 1920. Aprendeu a ler e escrever com aulas particulares. Prendas do lar.	Sem data [1940-1962]	Cartão 3	Sem local [Alagoinhas-BA]	João Ascendino e <i>Dona Santinha</i>	Nora
Zezinha [<i>Maria José dos Reis Silva</i>]	Alagoinhas-BA, 01/02/1921. Primeiras letras. Prendas do lar.	1940	Carta 80	Sem local [Lamarão-BA (?)]	Maria de Souza Estrela	Amiga

Fonte: adaptado de Tuy Batista (2017, p. 58-61)

As macroestruturas nas *Cartas de Datas de Jundiá de 1657*

Kathlin Carla de MORAIS¹

Resumo: O códice *Cartas de Datas de Jundiá de 1657* é o mais antigo depositado no Centro de Memórias da cidade e versa sobre a doação de terras feitas na vila. Seguindo a concepção de Filologia *stricto sensu*, “que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração” (Mattos e Silva 2008: 10), o objetivo principal do presente trabalho é apresentar as macroestruturas, ressaltando as similaridades e diferenças encontradas em cada parte que compõe o texto *Carta de Data de Jundiá de 1657*. Para tanto, utilizarei o Modelo de Tradições Discursivas (KOCH; OESTERREICHER 1990, KABATEK 2006) e a classificação de Spina (1994) para as estruturas que compõem os textos oficiais. Dessa forma, farei a descrição do Preâmbulo, Protocolo, Notificação, Narrativa, Dispositivo 1, Escatocolo 1, Dispositivo 2, Cláusula de Garantia 1, Dispositivo 3, Cláusula de Garantia 2, Dispositivo 4 e Escatocolo 2, tendo como base a *Carta de Data de João Paulo* (MORAIS, 2018: 35r).

Palavras-chave: Jundiá; *Cartas de Datas*; Macroestruturas; Linguística Histórica; Século XVII.

Introdução

O códice *Cartas de Datas de Jundiá de 1657* é o documento mais antigo depositado no Centro de Memórias da cidade e versa sobre as doações de terras feitas na vila. Ele é composto por 51 fólios, recto e verso, no total. Desses, 48 fólios contêm as *Cartas de Datas* da Câmara, datadas de 09/03/1657 a 30/12/1657, e os outros 3 fólios estão em branco.

Seguindo a concepção de Filologia *stricto sensu*, “que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração” (MATTOS E SILVA 2008: 10), o objetivo principal deste texto é descrever as macroestruturas encontradas nas *Cartas de Datas de Jundiá de 1657*, de acordo com o Modelo de Tradições Discursivas (KOCH; OESTERREICHER 1990, KABATEK 2006) e Spina (1994), mostrando as possíveis variações e repetições das fórmulas existentes no texto.

Morais; Kewitz (2017) elencaram alguns aspectos históricos importantes para a compressão da história da cidade e conseqüentemente do contexto de produção do códice, iniciando pela caracterização do Centro de Memórias de Jundiá, onde o documento está depositado. Além disso, as autoras apresentaram a descrição paleográfica e codicológica do documento, isto é, tipo de letra, as abreviaturas, a numeração dos fólios, o tipo de tinta e papel utilizados. Por fim, fizeram o levantamento inicial das estruturas que se repetem no manuscrito *Cartas de Datas de 1657*, que serão apresentadas de modo mais detalhado no presente trabalho.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FLP-USP), sob orientação da Profa. Dra. Verena Kewitz. E-mail para contato: kathlin.morais@usp.br.

Este artigo está assim dividido: primeiramente, retomo alguns aspectos da história da Câmara de Jundiá (MORAIS 2018) para situar o texto das Cartas de Datas de forma adequada. Na segunda seção, apresento brevemente o conceito de Tradições Discursivas (KOCH; OESTERREICHER 1990, KABATEK 2006), cujo modelo norteia a presente pesquisa, aliado aos elementos da Diplomática, a partir da classificação de Spina (1994) para as partes oficiais de um texto. Na seção 3, descrevo as partes das Cartas de Datas, levando em consideração suas similaridades e diferenças. Por fim, teço as considerações finais e indico as referências bibliográficas.

1 Alguns aspectos históricos da Câmara de Jundiá e o processo de doação de terras

Inicialmente, a maneira mais fácil de se conseguir poder em Portugal era sendo um ‘homem bom’, isto é, uma pessoa que tivesse boas relações com o rei e que vivesse e soubesse se portar de acordo com o que era esperado dos níveis sociais mais elevados, mesmo que, por vezes, não fosse rico. Porém, tal realidade começa a ser modificada com as navegações e com as descobertas de novos territórios.

Isso porque, de um lado havia as novas terras que precisavam ser cuidadas e administradas, e de outro, pessoas que queriam ter algum reconhecimento e privilégios perante o rei. Dessa forma, ao doar as capitanias, o monarca conseguia o estabelecimento necessário para que as terras fossem cuidadas, defendidas e desenvolvidas sem que houvesse resistência, e os donatários alcançavam as honras desejadas (HESPANHA, 1994: 38).

No Brasil, ao lado da doação de terras, vieram, também, as formas de governo que, como explica Fernandes (1977: 52), objetivavam preservar uma série de instituições organizacionais, entre elas, as câmaras municipais, pois segundo Dias (2011: 15): “fundar vilas era também institucionalizar territórios através das Câmaras”. Assim, além de servirem como uma forma de estabelecimento, as câmaras municipais funcionavam como uma espécie de agente controlador e regulador de medidas que deveriam ser postas em práticas na localidade². Desse modo, na década de 1650, a vila de Jundiá deveria já ser grande o bastante, em número de pessoas e transações comerciais, para que o rei quisesse fiscalizá-la. (MORAIS 2018).

Com o surgimento de novas vilas e a necessidade de administração, era fundamental a atribuição de novos ofícios por parte de Portugal. Esses novos cargos eram logrados por meio de mercês, ou seja, quando o monarca concedia terras e privilégios como uma forma de reconhecimento pelos serviços prestados (MORAIS, 2018: 30). Os cargos ofertados nas câmaras poderiam ser o de escrivão, procurador, juiz, almotaces, vereador, entre outros.

Com relação aos cargos existentes nessa organização camarária, para o códice *Cartas de Datas de Jundiá de 1657*, temos a de escrivão, exercida por Mathias Machado Castanho. Sobre ele, as únicas

² V. Morais; Kewitz 2017.

informações foram encontradas no site “Genealogia Brasileira”, de Leônio Luiz Richa³. De acordo com esse site, Mathias Machado Castanho nasceu em Sardeal, vila portuguesa do distrito de Santarém, região Central, e se casou, em meados de 1650, com Jerônima Fernandes Preto, filha de Antônia Dias Preto e João Paes Malho, que ocupava o cargo de oficial na Câmara da vila de Jundiá e tem sua Carta de Data editada por Moraes (2018: 119).

Dentre as funções que poderiam ser exercidas nas câmaras, talvez a de escrivão fosse a mais importante, por ser ele quem enquadrava as petições em um modelo que pudesse ser posteriormente reconhecido como oficial. Isso se dá pela hipótese que avento para o processo de doação de terras (MORAIS, 2018: 32), ou seja, a de que o solicitante na vila de Jundiá fazia o pedido de concessão de forma oral, dado o pequeno número de pessoas que sabia ler e escrever no século XVII, que era posteriormente escrito seguindo algumas fórmulas, como o protocolo de abertura e fechamento, para que fosse reconhecido como detentor de validade, como elucida Hespanha (1994):

Este sistema de poder em que a comunicação escrita passa a desempenhar um papel central origina transformações políticas e culturais importantíssimas. (...) Desde logo, a escrita permite o alargamento do âmbito espacial do poder; *a carta permite produzir efeitos político-administrativos em lugares distantes. Depois, a escrita vence o tempo, criando uma memória administrativa mais certa e comprovável.* No domínio dos processos jurídicos e administrativos, ela estabelece novos meios de prova, um novo recorte do caso sub iudice, um novo ritmo temporal de desenvolvimento processual, um estilo de participação no processo e uma nova estratégia de resolução de conflitos. No plano dos mecanismos de controle político, a redução a escritos dos actos políticos possibilita o recurso fácil para instâncias políticas superiores e a reapreciação por estas da decisão inferior. (HESPANHA, 1994: 55, grifos meus).

Solicitada a porção de terra de maneira oral, como expliquei acima, os oficiais da Câmara decidiam o quanto de terra seria doado e sua localidade. Feito isso, Mathias Machado Castanho lavrava o documento seguindo fórmulas para que o documento fosse considerado como oficial. Assim, o documento carta de data servia como uma espécie de certidão e esclarecia quem era o solicitante, qual era sua ligação com a terra (povoador, filho de povoador, casado com a filha de povoador, entre outros), a quantidade de braças pedida e concedida⁴, sua localidade e as obrigações do novo proprietário da terra.

Para que se possa compreender a questão da repetição de fórmulas, sua importância, sua função e como elas se dão no códice *Cartas de Datas de Jundiá de 1657*, na próxima seção, apresento, de maneira resumida, o Modelo de Tradições Discursivas (KOCH; OESTERREICHER 1990, KABATEK 2006), que servirá como uma das bases para a análise das Macroestruturas presentes no documento.

³ http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptmachcast.htm. Acesso em 11 jan 2018.

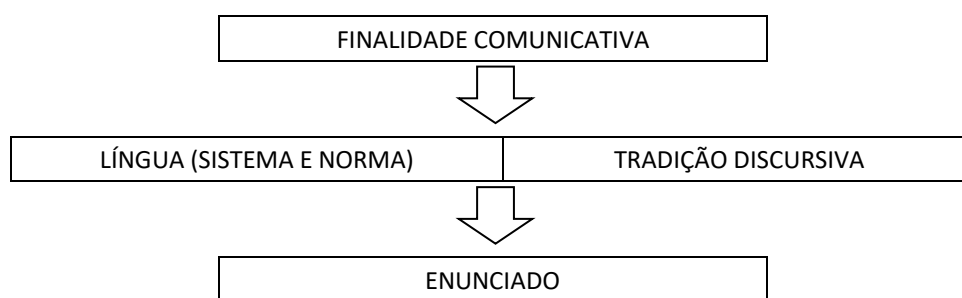
⁴ Nem sempre a quantidade de terras solicitadas era a mesma quantidade de terras concedidas pelos oficiais da Câmara.

2 O modelo de Tradições Discursivas

Pode-se entender por Tradição Discursiva (doravante, TD) “a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio” (KABATEK 2006: 508). Essa definição se relaciona com qualquer maneira de expressão que tenha como finalidade a comunicação, escrita ou oral, que pode ser expressa por meio de estruturas ou fórmulas que se repetem, como, por exemplo, cumprimentos, requerimentos, petições, agradecimentos, entre tantos outros.

O esquema abaixo, idealizado por Kabatek (2006: 508), exemplifica como se dá a construção de um enunciado. Inicialmente, temos uma finalidade comunicativa que deve passar por pelo menos dois filtros para que seja compreendida de maneira integral. Em outras palavras, temos o filtro da língua, com suas regras sintáticas, fonológicas, pragmáticas, entre outras, e o das tradições discursivas, que delinearão as estruturas indicadas para um determinado contexto comunicativo.

Figura 1 – Esquema de Tradições Discursivas



Fonte: Kabatek (2006, p. 508).

Tendo essa definição estabelecida, os estudos de TD indicam que os gêneros são fixados a partir de remissões, evocações, tradições, que por vezes são facilmente reconhecidos, mas, muitas vezes, nem tanto. Ademais, de acordo com Kabatek (2006), o conceito de TD tem alguns traços fundamentais que as definem como material composicional dos gêneros textuais, isto é, a inovação e a repetição, que permitem o estabelecimento de uma relação com outros textos num determinado momento da história da língua. As TD também podem estar ligadas a gêneros textuais considerados mais complexos, como os da esfera jurídico-administrativo, a exemplo das *Cartas de Datas de Jundiá de 1657* (MORAIS, 2018: 271).

Desta forma, o que permite classificar uma TD é a relação que um texto tem com outro anterior em um determinado momento da história. A TD é, então, a repetição de algo que possui um sentido e que passa uma mensagem. Em função disso, uma TD pressupõe sempre a repetição de algo, mas a repetição de um elemento linguístico não forma uma TD. Além disso, uma TD pode abrir espaço para inovações, por exemplo, a partir da variação de fórmulas ou mesmo de gêneros textuais.

Com base nessas definições, pode-se compreender não somente a constituição de cada tipo de texto, mas também as estruturas que os formam. Assim, observando as partes que compõem as *Cartas de Datas de Jundiá de 1657*, pode-se dizer que elas dispõem de um esquema altamente fixo, que ajudam não somente

a entender o conteúdo do texto, mas que colaboram para que cada carta de data seja reconhecida como um documento oficial e tenha, portanto, validade.

3 As macroestruturas nas Cartas de Datas

Nesta seção, apresento as Macroestruturas encontradas nas Cartas de Datas de Jundiá, levando em consideração as Tradições Discursivas presentes no texto e a subpartes que compõem os documentos da Diplomática, de acordo com Spina (1994).

A exemplo do que Moraes de Castilho (2009) aponta para a descrição de inventários e testamentos paulistas direcionada às análises de mudança gramatical, descrever as partes que compõem os documentos de arquivo é tão relevante quanto descrever e analisar cada estrutura ali presente. Em suas palavras:

A Linguística Histórica é uma disciplina empírica, fundada em evidências encontradas em documentos de arquivo. A utilização desses materiais tem de levar em conta o gênero discursivo com que lidamos, e ainda as partes constitutivas desses gêneros, pois é desigual o ritmo com que textos e suas partes documentam a mudança linguística. (MORAES DE CASTILHO 2009: 665).

Como já mencionado, as *Cartas de Datas de Jundiá de 1657* seguem um conjunto de fórmulas fáceis de serem identificadas, o que pode ser explicado pela necessidade de um texto seguir determinadas TDs para que seja reconhecido como oficial (MORAIS, 2018: 272). Tencionando entender melhor como essas repetições funcionam, utilizei a descrição detalhada feita por Spina (1994) das partes que compõem os documentos oficiais. A seguir, apresento a proposta do autor.

Quadro 1 – Partes que compõem os documentos da Diplomática

Parte	Subparte	Descrição / Fórmulas
Protocolo	<i>Invocação divina</i>	Remonta aos preceitos bíblicos, geralmente aparece com a fórmula “em nome de Deus” ou “em nome de Jesus Cristo”. Nos documentos portugueses a partir do século XII começa-se a abandonar o uso da invocação divina.
	<i>Intitulação</i>	Parte contendo o nome e os títulos do autor.
	<i>Endereço</i>	Parte em que se apresentam o nome e os títulos do destinatário.
	<i>Saudação</i>	Geralmente representada pela fórmula “Saúde”.
Texto	<i>Preâmbulo</i>	Parte em que se prepara o interlocutor para o que se apresenta a seguir enaltecendo a importância do ato a ser exposto.
	<i>Notificação</i>	Parte em que se anuncia o ato a ser promulgado, ou seja, o que será publicado. A fórmula básica é “Saibam quantos esta carta virem”.
	<i>Narrativa ou exposição</i>	Parte central em que se expõe a intenção ou o objetivo do documento em si.
	<i>Dispositivo</i>	Parte essencial geralmente marcada pelas tarefas de <i>mandar, determinar</i> que algo seja publicamente feito.
	<i>Cláusulas finais de garantia</i>	Podem ser (a) cominatórias (penais, religiosas), (b) de garantia, (c) de renúncia (de direitos, leis e privilégios) e (d) de corroboração, em que se roga a escrita e publicação do documento.
Escatocolo	<i>Data</i>	Parte em que se insere o local e a data do documento.
	<i>Validação</i>	Parte em que são colocadas as assinaturas e outros elementos como selos e sinais.

Fonte: adaptado de Spina (1994, p. 58-62).

As *Cartas de Datas de Jundiaí* seguem parcialmente a estruturação proposta por Spina (1994), tendo em vista o objetivo comunicativo do texto. Assim, não observei nesses documentos a *Invocação Divina*, mas a repetição de algumas estruturas, como o *Dispositivo*. Dessa forma, rearranjei a disposição das partes do texto proposta pelo autor em função do que se apresenta nas 59 Cartas de Datas que formam o códice. Tomando a Carta de Data de João Paulo como modelo, proponho a seguinte estruturação:

Quadro 2 – Subpartes que compõem a macroestrutura da Carta de Data de João Paulo (Fl. 35r)

SUBPARTE	EXEMPLO
<i>Preâmbulo</i>	Tresllado de huã Carttadedattade chaõs pera Cazas Equinttal De João Paulo /.
<i>Protocolo</i>	Os offissiais daCamera Juis E ureadores e mais offissiais desta uilla fermoza De nossasenhorado Desterro de Jundiihj Capittania desam <i>Vissente</i> dequehe donattario perpettuper sua <i>magestade</i> omarques deCascais <i>Etcetera</i>
<i>Notificação</i>	fazemos asaber aos que esta nossa presente Carttadedattade chaõs peraCazas Equinttal uirem EoConhesimento dellaConderejtto perttençer Como anos nos Em uiu adizer porsuapettissaõ na mea folha atras EsCrittta Joaõ Paulo <i>morador</i> nesta uillafer mozade nossa <i>Senhora</i> dodesterro de Jundiahj
<i>Narrativa</i>	que ellesuplicante quer fazer suas moradas deCazas <i>eque</i> não podefazer semLissença de <i>VossasMersses</i> pello <i>que</i> pede a <i>VossaMersses</i> lhedemquorentta braças de ttestada Equorenttadequinttal pelloRuaque uaj perdettras de gaspar sardinha pella Rua abaixo pera abanda deJundiahj
<i>Dispositivo 1</i>	EReseberaMersse aqual pettissaõ uistapornoz Eseupedir ser Justo puzemos por nossodespacho damoz aosuplicante uintte braças de ttestada Equorenttadequinttal na mesma parage <i>que</i> pede oesCriuão daCamera lhepasse Cartta naforma ordinaria Desterro EnCamera
<i>Escatocolo 1</i>	des defeuereiro de mill Eseis senttos Esincoentta esette Annos Anttonio Luis depinha = João Ribeiro = Joze duarte <i>PedroCabral</i> de mello
<i>Dispositivo 2</i>	Como mais claramente seue doditto nossodespacho atraz asy queper estadamos aosuplicante os chaõs <i>que</i> pede per suaz confronttassões Como Constapersuapettissão Enos Reportamos aoforal ERegimentos dasCameras <i>que</i> a inda não temoz
<i>Cláusula de garantia 1</i>	os quais chaõs nesta uilladamos aosuplicante pera elle Eseuz / herdeiros asendenttes Edesendenttes forros Liures E izenttoz dettoto trebutto Epenaõ somentes odizimo aDeos nossosenhora E de hojeEmdiantte faça delles seuquerer E uonttade Epera logo
<i>Dispositivo 3</i>	Em uerttude desta oauemos per Enpossado aodittosuplicante dos dittos chaõs quelhe aueMos dado
<i>Cláusula de garantia 2</i>	E não sera nessecario outra posse alguã somentes sera obrigado asea Ruar pella Justica Coandofizer Cazas
<i>Dispositivo 4</i>	E esta nossa Cartta dedatta se Registara noLiuro dos Registos destaCamera peraqueseaibafize mos Esta merce aosuplicante dada nesta uilla fermoza de nossa <i>senhora</i> dodesterro sob. nossos sinais somenttes
<i>Escatocolo 2</i>	Em os des dias do mes defeuereiro de mil Eseis senttos Esincoentta Esette Annos Eu Mathias machadoCastanho EsCriuão daCamera o esCreuj per mandado dos dittos offissiais da Camera Anttonio Luis depinha = João Ribeiro Joze duartte <i>PedroCabral</i> demello/.

Fonte: extraído de Morais (2018, p. 274).

Tendo em vista o modelo adotado, isto é, a Carta de Data de João Paulo, fiz o cotejo de todas as Cartas de Datas do códice, levando em consideração as partes que se repetem integralmente e aquelas que apresentam diferenças.

Sobre a primeira macroestrutura do texto, isto é, o *Preâmbulo*, identifiquei que todas as Cartas de Datas contam com essa estrutura, onde o escrivão caracteriza o tipo de texto, carta de data, e também nomeia o(s) suplicante(s).

Quadro 3 – Variação das fórmulas usadas na macroestrutura *Preâmbulo* das Cartas de Datas de Jundiá

Quantidade de cartas	Macroestrutura	Fólios
01	Treslado de huã Cartade datta de chaõs peraCazas	Fl. 4v
41	Treslado de huã Carta de datta/ de chaõs peraCazas Equintal / de Joaõ Maçiel o mosso	A maior parte dos fólios
01	Treslado de huã Carttadedatta/ de chaõs pera cazas Equinttal/ que deraõ os offissiais da/ Camera A Anttonio gil	Fl. 9r
05	Cartta de datta de chaõs peraCazas Equinttal / de Domingos Alueres ferrejeraE jeroinimo becudo /	Fl. 27v; Fl. 28r; Fl. 29r; Fl. 39v e 40r e Fl. 42r
01	Cartta de datta deChaõs pera Cazas/ que deraõ os ofissiais daCamera A/ gaspar deLouera	Fl. 6r
07	Cartta dedatta de Joze Anttunes	Fl. 42v; Fl. 43v; Fl. 45v; Fl. 46r; Fl. 47v; Fl. 49r e Fl. 50r
01	Cartta de datta de chaõs peraCazas/ De <i>Maria</i> dePinha Donna Viuua	Fl 46v
02	Cartta de <i>Maria</i> Jorge E Agostinha/ Rodrigues	Fl. 44r e 45r

Fonte: extraído de Morais (2018, p. 274).

Observei que, em 47 Cartas de Datas, o escrivão repete a fórmula de maneira integral, ou seja, inicia com a palavra “Treslado”, indica o tipo de documento, Carta de Data, e nomeia o solicitante. Com relação às diferenças, notei que, em alguns casos, Mathias Machado Castanho coloca somente “Carta” e continua a fórmula “de datta de chaõs peraCazas Equinttal de”, colocando o nome do suplicante.

Constatarei, também, que há dois fólios, 44r e 45r, nos quais o escrivão não coloca fórmula nenhuma, somente “Carta” e o nome do suplicante. Há a opção por parte de Mathias Machado Castanho em colocar “Carta de data de **chaõs**” ou somente “Carta de data” e continuar com o nome do suplicante. Observei, ainda, tanto para as Cartas de Datas que se iniciam com “Treslado” como somente com “Carta”, a variação da expressão “que derão os oficiais” (fls. 6r e 9r).

Por fim, as fórmulas podiam vir acompanhadas de complementos “pera cazas e quintal”, como na maior parte das Cartas, somente “pera cazas”, como no caso de três manuscritos (fl. 4v; 6v e 46v) ou mesmo sem nenhuma referência a casas ou quintal, como nos fólios 42v; 43v; 44r; 45r; 45v; 46r; 47v; 49r e 50r (MORAIS, 2018: 276).

A seguir, apresento as pequenas variações encontradas na macroestrutura classificada como Protocolo⁵:

⁵ Os termos ausentes são marcados por Ø no lugar em que poderiam aparecer; os termos excedentes são marcados em negrito nos exemplos.

Quadro 4 – Variação das fórmulas usadas na macroestrutura *Protocolo* das Cartas de Datas de Jundiá

Quantidade de cartas	Macroesturura	Termo ausente ou excedente	Fólio
48	Os offissiais daCamera Juizes E ureaderez/ E mais ofissiais desta uilla fermoza de/ nossa senhora do desterro de Jundiahj capita/ nia deSam uissentte de que he donatario per/ petu per sua Magestade oMarques deCascaiz/ Etcetera	Fórmula base	A maior parte dos fólhos
01	Os offissiais daCamera Juizes E ureaderez/ os aqui asinados desta uilla fermoza/ de nossa senhora dodesterro de Jundiahj Ca/ petania deSam uissentte de que he dona/ tario perpetuo per sua Magestade oMarques/ de Cascais Etcetera	os aqui asinados	Fl.4v
05	Os offissiais daCamera Juis E ureadores E maiz /offissiais desta uilla fermoza denossa senhora/ dodesterrode Jundiahj Ø de que he donatario perpetu/por sua Magestade o Marques deCascais Etcetera	(da) Capitania de Sam Vissentte	Fl.8v; Fl.9r; Fl.12r; Fl.21r e Fl.30v
03	Os offissiais daCamera Juis E ureadores Emais/ offissiais desta uilla fermoza de nossasenhora/ dodesterro deJundiahj daCapittania deSam Vissentte/ deque he donattario perpetu Ø omarques deCascaiz/ Etcetera	per Sua magestade	Fl. 18v; Fl. 20r e Fl. 43v
01	Os offissiais daCamera desta uilla fermoza de/ noss asenhora doDesterro de Jundiahj Ø	capita/ nia deSam uissentte de que he donatario per/ petu per sua Magestade oMarques deCascaiz/ Etcetera	Fl.6r
01	Os offissiais daCamera Juis E ureadores emais offissiais desta Villa fermoza de nossa senhora dodesterro deJundiahj Cappitania desam Vissentte parttes doBrazil dequehe do nattario perpetu per sua magestade o Marques deCascais Etcetera	parttes doBrazil	Fl. 42r

Fonte: extraído de Morais (2018, p. 274).

Sobre as fórmulas usadas no *Protocolo*, identifiquei, assim como no *Preâmbulo*, diferenças pontuais que podem ser devido à decisão por parte de Mathias Machado Castanho de não repeti-las ou mesmo por esquecimento ou distração no momento em que lavrava o documento. Assim, do total de 59 Cartas de Datas, 48 delas possuem exatamente o mesmo modelo de *Protocolo*. Em outras oito, há a falta de parte das fórmulas, como “da Capitania de São Vicente” e “per sua majestade”, como indicado no quadro acima. Vê-se, também, o termo excedente ‘parttes doBrazil’, que é usado somente no fólio 42r, e ‘os aqui assinados’, presente somente no fólio 4v, ambos indicados no Quadro 4.

Na *Notificação* o escrivão indica as justificativas para os pedidos de doação de terra feitos pelos suplicantes. Não há tanta variação como as observadas no *Protocolo* e no *Preâmbulo*, de modo que o que observei foram somente pequenas omissões, como a palavra “Jundiahj” no final da fórmula (33 casos) ou, ainda, a ampliação dos atributos do suplicante, isto é, se eles eram povoadores, filhos de povoadores, casados com as filhas do povoadores etc.

Com relação à *Notificação* e à estrutura anterior, *Protocolo*, gostaria de chamar a atenção para o fólio 6r. Especialmente nessa Carta de Data, Mathias Machado Castanho não utiliza o que considerei para esse trabalho como a fórmula base de *Protocolo* (“capita/ nia deSam uissent de que he donatario per/ petu per sua Magestade oMarques deCascaiz/ Etcetera”). O que se observa é que, após o trecho “Os offissiais daCamera desta uilla fermoza de/ noss asenhora doDesterro de Jundiahj”, o escrivão dá início à *Notificação* (“fazemos asaber a quantos esta/ nossa Cartta de Datta de chaõs pera Cazas/ E quintal virem que no Anno do nassimentode/noss senhor Juzus christo de mil e seis sentos/ E sincoentta esette Annos Aos uinte sete dias), o que considero uma quebra na repetição das fórmulas.

Como justificativa para tal ocorrência, minha hipótese leva em consideração o fato de que o códice parece não ter sido encadernado de maneira correta quando de seu processo de restauração na década de 1950.⁶ Dessarte, o fólio 6r seria, na verdade, o primeiro fólio do códice, pois o escrivão menciona estar na era de Jesus Cristo (“E quintal uirem que no Anno do nassimentode/ nossos senhor Jizus christo de mil eseis sentos/ E sincoentta esette Annos Aos uinte esette dias”

Depois da *Notificação*, conforme a subdivisão proposta, segue-se a parte classificada como *Narrativa*. É nessa porção do texto que o escrivão comunica a função da solicitação da terra, isto é, o requerente a pede para fazer casas, fazer roça etc. É também nessa parte do texto que se detalham a quantidade e o local das braças solicitadas que serão doadas pelos oficiais na vila de Jundiaí.

Em seguida, têm-se o primeiro *Dispositivo*. Nele, o escrivão indica que o pedido é considerado como autêntico, e por isso o solicitante receberá terras. Essa macroestrutura é muito importante para a função comunicativa do texto, pois nem sempre a quantidade e o local solicitados pelos suplicantes são atendidos, sendo aqui registrados os detalhes da doação.

Sobre a fórmula de fechamento do *Dispositivo 1*, pode-se dizer que Mathias Machado Castanho é bastante constante e sempre repete de maneira integral a fórmula “o escrivão daCamera lhepasse Cartta da forma ordinária”, de modo que aparece somente uma variação que ocorre no fólio 4r, em que se vê a troca de “ordinária” por “foral”, e no fólio 5r, no qual o escrivão substitui “ordinária” por “na mesma Conformidade Em Camera”.

No primeiro *Escatocolo*, vê-se que sua finalidade é o anúncio da data em que o documento foi lavrado e da nomeação de todos oficiais da Câmara envolvidos no processo de doação de terras. Somente no fólio 10r a citação dos membros da Câmara não aparece, constando somente a data.

Quanto ao segundo *Dispositivo*, comparando-se os fólhos, observa-se que há apenas a mudança da palavra “claramente”, da primeira Carta de Data do códice, para “largamente” em todas as demais. Além disso, como em outras macroestruturas, verifica-se que Mathias Machado Castanho não utiliza algumas vezes os termos “suplicante” e “petição”. Tal opção de escrita pode estar relacionada tanto à necessidade de

⁶ Para mais informações sobre o processo de restauração pelo qual o códice passou, v. Morais (2018).

agilizar o processo de escrita quanto ao esquecimento por parte do escrivão, considerando o grande número de Cartas de Datas que ele deveria lavrar por dia. Fato interessante é que, por mais que ele opte por não usar alguns termos, como dito anteriormente, Mathias Machado Castanho declara que a Câmara ainda não tem os forais e regimentos que essa instituição deveria possuir, usando, portanto, a fórmula “Enos Reportamos aoforal e Regimentos dasCameras que a inda não temos” em todas as 59 Cartas de Datas.

É na primeira *Cláusula de Garantia* que o escrivão elenca quais serão as obrigações dos solicitantes quando receberem as terras, a saber: a necessidade de sempre ofertar o dízimo a Deus. Também é nessa porção que Mathias Machado Castanho estabelece que os suplicantes estão livres de algumas obrigações, como pagar tributos e pensões. Com relação à estrutura usada, observei somente duas variações em seu início: “os quais chãos nesta vila” ou “a qual terra de chãos nesta vila”. Esta ocorre em 7 Cartas de Datas (Fls. 8r; 10v; 12v; 14r; 15r; 17v; 29v.), enquanto que aquela ocorre em todas as demais.

O *Dispositivo 3* é o único que conta com uma fórmula categórica, isto é, usada nas 59 Cartas de Datas, e que será reproduzida sempre de maneira integral, sem que haja omissões por parte do escrivão: “Em uerttude desta oauemos per Enpossado aodittosuplicante | dos dittos chaõs quelhe auemos dado”.

Na *Cláusula de Garantia 2*, é colocada a segunda obrigação por parte dos solicitantes: a de se arruarem, além de darem o dízimo a Deus (constante na *Cláusula de Garantia 1*). Com exceção dos fólhos 24v, 6v e 49r, a fórmula usada nessa macroestrutura aparece quase sem variação em todas as Cartas de Datas. O exemplo (1) a seguir refere-se ao modelo tomado aqui como parâmetro de comparação, cuja fórmula consta na maior parte das Cartas de Datas. O segundo caso (exemplo 2) mostra a omissão feita pelo escrivão no início da fórmula. Nos exemplos 3 e 4 observa-se a correção marcada por “digo”, tendo o escrivão grafado “obrigado” no lugar de “necessário”.

(1) [integral] – Fl. 7r

E não sera nesseçario/ outra posse alguá somentes sera obrigado/ ase a Ruar pella Justica coando fizer Cazas

(2) [24v]

dos dittos chaõs que lhe auemos dado Ø somente[s]/ seraõ obrigados ase aRuarem pella Justissa Coando/ fizerem Cazas

(3) [6v]

E não sera **obrigado digo**/ Enaõ sera **obrigado digo** não sera nesseçario/ outra posse alguá somentes sera obrigado/ ase a Ruar pella Justica coando fezer cazas

(4) [49r]

E não seraõ **obrigados digo** E não sera/ nesseçario outraposse alguã somentes seraõ obrigados/ aseaRuarem pella Justissa quando fizerem Cazas

O quarto e último *Dispositivo* conta com uma estrutura bastante fixa como outras macroestruturas descritas acima, como as *Cláusulas de Garantia*. O que pude perceber comparando as 59 Cartas de Datas é que, em um pouco mais da metade delas, o escrivão omite alguns termos como, por exemplo, “Jundiahi” ao nomear a vila ou “Camera”, como ocorre em outras macroestruturas.

Por fim, o segundo *Escatocolo* é dividido em duas porções de texto. A primeira é bastante variável, pois encontramos aí a data em que o documento foi lavrado pelo escrivão. A segunda parte do texto é bastante fixa, e o escrivão repete sistematicamente o arranjo “Eeu Mathias maChado/ Castanho EsCrivaõ daCamara oesCreuj per mandado doz dittoz offissiais deCamera”, citando em seguida os nomes dos responsáveis pela doação de terras.

Tendo em vista a descrição das macroestruturas feita acima, o que pude observar é que o escrivão Mathias Machado Castanho é bastante regular no ato de lavrar as Cartas de Datas. Isso significa que as Cartas de Datas são formadas pelo uso de uma sorte de estruturas que frequentemente se repetem, o que corroborava para que o documento pudesse ser considerado como válido. Desse modo, o suplicante passava a ser o dono da terra solicitada e também o responsável por ela, cabendo-lhe a tarefa de arruar a porção recebida e doar o dízimo a Deus. Assim, pode-se dizer que havia rotinas administrativas postas em prática, como era esperado de uma vila contemplada com uma câmara municipal, como explicitado na primeira seção do presente trabalho.

Considerações finais

O objetivo principal deste trabalho foi o de apresentar as macroestruturas presentes nas Cartas de Datas de Jundiá de 1657, tendo como base Modelo de Tradições Discursivas (KOCH; OESTERREICHER 1990, KABATEK 2006) e a classificação de Spina (1994) para as estruturas que compõem os textos oficiais.

Composto de 51 fólhos, recto e verso, no total, as 59 Cartas de Datas foram escritas entre 09/03/1657 a 30/12/1657. O códice está salvaguardado no Centro de Memórias de Jundiá e foi transcrito integralmente em minha dissertação de mestrado, que serviu como base para o estudo aqui apresentado.

Na primeira seção, apresentei alguns aspectos sobre as Câmaras, no que concerne seu estabelecimento no Brasil, sua função reguladora, os cargos necessários para seu funcionamento e como eles eram, por vezes, obtidos. Ainda nessa seção, abordei brevemente o processo de doação de terras na vila de Jundiá e identifiquei a hipótese a respeito da solicitação e recebimento de propriedades na vila de Jundiá no século XVII. Em outras palavras, acredito que a súplica era feita pelos moradores da região de maneira oral, considerando que poucos sabiam ler e escrever, e que o escrivão responsável por lavrar as Cartas de Datas, Mathias Machado Castanho, enquadrava a petição verbal em uma série de fórmulas que dariam ao documento o reconhecimento oficial necessário para que os suplicantes passassem a ser os detentores das terras doadas pelo oficiais da Câmara.

Na segunda seção, versei sobre o modelo de Tradições Discursivas que, ao lado da proposta de Spina (1994), norteou a pesquisa, permitindo a identificação da repetição de fórmulas e o reconhecimento das macroestruturas do texto.

Na terceira sessão fiz a descrição de cada parte das Cartas de Datas, que são: *Preâmbulo, Protocolo, Notificação, Narrativa, Dispositivo 1, Escatocolo 1, Dispositivo 2, Cláusula de Garantia 1, Dispositivo 3, Cláusula de Garantia 2, Dispositivo 4 e Escatocolo 2*. Para cada uma dessas partes, cotejei as 59 Cartas de Datas que formam o códice e aponteii semelhanças e diferenças, constatando que o escrivão Mathias Machado Castanho apresentava regularidade ao lavrar o documento, ainda que algumas vezes tenha omitido certas palavras ou expressões, como descrito. Em suma, há mais frequentemente a manutenção das fórmulas e das funções de cada macroestrutura do que variação ou inovação.

Pelo exposto, espero ter demonstrado a importância do estudo de cada macroestrutura que forma o texto carta de data e que lhe confere reconhecimento oficial, tendo como base o modelo de Tradições Discursivas e o estudo de Spina (1994) para os documentos oficiais no campo da Diplomática. Além disso, esta pesquisa traz contribuição não apenas para a divulgação de um documento do século XVII por meio de sua edição fac-similar e semidiplomática (MORAIS 2018), mas sobretudo para a compreensão de um tipo de texto (carta de data), inédito no campo da Filologia, da Linguística Histórica e de ciências afins, pela análise macroestrutural apresentada neste trabalho.

Referências bibliográficas

DIAS, Thiago Alves. **O espaço institucional e as Câmaras Coloniais** - Uma discussão teórica e historiográfica acerca das Câmaras municipais enquanto instituições do Império Português. 2011. Disponível em <https://www.scribd.com/document/164281415/Artigo-Thiago-Reis-O-Espaco-colonial-das-Camaras-Municipais>. Acesso em ago 2018.

FERNANDES, Florestan. **Círculo fechado, quatro ensaios sobre o 'poder institucional'**. São Paulo: Hucitec, 1977.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**. Coimbra: Almedina, 1994.

KABATEK, Johannes Tradições Discursivas e Mudança Linguística. In LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; Almeida, N. (Orgs.). **Para a História do Português Brasileiro**, vol. VI: Novos dados, novas análises. Salvador, EDUFBA, Tomo II, 2006, p. 505- 527.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf (1990). **Gesprochene Sprache in der Romania**. Französisch, Italienisch, Spanisch, 2., aktualisierte und erweiterte Auflage (Romanistische Arbeitshefte, 31), Berlin/New York, De Gruyter, 2011[1990].

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica**. Ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.

MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. A concordância nos inventários do séc. XVII. In: CASTILHO, A.T. (Org.). **História do Português de São Paulo**. Série Estudos, vol. 1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2009, p. 333-350.

MORAIS, Kathlin Carla de (2018) 'Damos aos suplicantes os chãos que pede': edição fac-similar e semidiplomática e estudo do manuscrito Cartas de Datas de Jundiá do século XVII. 2018. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-06092018-132504/>. Acesso em novembro de 2018.

MORAIS, Kathlin Carla de; KEWITZ, Verena (2017) Cartas de Datas de Jundiá do século XVII: estudo filológico e linguístico preliminar. **Revista da Abralín**, v. 16, n. 2, p. 277-295, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v16i2.52011>.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**. Crítica Textual. São Paulo: Ars Poética / EDUSP, 2ª edição revisada e atualizada, 1994[1977].

Livros da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba (sécs. XVII e XVIII): estudo codicológico

Ivan Douglas de SOUZA¹

Resumo: Abordando a filologia como um conjunto de saberes teóricos e metodológicos que se alinham para a curadoria de textos históricos, este artigo parte do debate sobre um desses campos do conhecimento: a Codicologia. Revisando seu objeto de estudo e seu escopo de atuação, define-se essa disciplina como a ciência que investiga a história do texto manuscrito, desde sua gênese material, passando por sua utilização até se chegar à sua atual localização. Assim, objetiva-se aplicar um método de descrição codicológica a três livros da Câmara Municipal da vila de Santana de Parnaíba, São Paulo, escritos entre 1679 e 1756. Resgata-se o que prescreve Cambráia (2005), além de se utilizar vocabulário técnico específico (OSTOS, PARDO & RODRÍGUEZ, 1997; FARIA & PERICÃO, 2008). Resulta desta aplicação a descrição integral de um dos livros e a parcial dos dois restantes. Essa diferença pode ser justificada, entre outros fatores, pela exposição destes resultados em dois formatos distintos. Chega-se a duas conclusões. A primeira, de cunho teórico-metodológico, indica que ainda parecem ser muito tênues as linhas que demarcam os limites de trabalho da Codicologia. A segunda, relativa ao corpus, permite afirmar que livros camarários, devido às suas especificidades, demandam um roteiro diferenciado para análise codicológica.

Palavras-chave: Filologia; Codicologia; Livro manuscrito; Materialidade do texto; Curadoria.

Introdução

Apesar de todo o debate em torno de sua definição (XIMENES, 2012), a Filologia tem seu lugar como ciência cuja investigação constitui-se a partir de um trabalho multidisciplinar. Infere-se, portanto, que cada disciplina afim ao labor filológico deve tomar o objeto de estudo, o texto escrito, por seu próprio viés. Podem-se estudar aspectos materiais, linguísticos, históricos, entre outros.

Livros de câmaras municipais vêm chamando a atenção de pesquisadores em Filologia por abrirem caminhos para inúmeras vertentes de estudo. Permitem o trabalho sobre questões relacionadas à sua materialidade, à língua e à história das vilas coloniais, por exemplo. Destacam-se os trabalhos de Ferreira (2008) e de Souza (2011), com a edição de livros de Mogi das Cruzes-SP e Botucatu-SP, respectivamente. Além disso, há notícia de projeto de edição de livros de Santo André e de São Paulo (FACHIN & MONTE, no prelo, apud MONTE & PAIXÃO DE SOUZA, 2017) e de outras paulistas localidades (SOUZA, 2018b).

Apoiado em referências da Filologia e da Codicologia, este artigo objetiva analisar livros da Câmara da vila de Santana de Parnaíba, atual estado de São Paulo, escritos entre 1679 e 1756. Mais especificamente, faz-se o estudo da materialidade desses manuscritos. Elementos como o suporte que recebe a escrita, a composição geral dos livros, sua encadernação, a presença ou a ausência de folha de rosto e/ou colofão são alguns dos pontos a serem investigados. Essa análise permite uma reflexão sobre suas particularidades e a necessidade de se formatar um roteiro de estudo codicológico a eles direcionado.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FLP-USP), sob orientação do Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto. E-mail para contato: ivan.uhf@usp.br.

1 Filologia e ciências afins

Sabe-se que o trabalho filológico é permeado pela concatenação de ciências que têm o mesmo objeto de estudo: o texto escrito. Cumpre, aqui, apenas elencá-las e, sucintamente, identificar a faceta do texto que representa seus objetivos de investigação específicos².

A Paleografia se encarrega de descrever a escrita. Já a Diplomática fornece os conhecimentos para se entender a estrutura de espécies documentais. A Crítica Textual, desde o estabelecimento da genealogia dos testemunhos de um texto até a reconstituição de sua genuinidade, e a Edótica, fase de apresentação e publicação de um texto criticamente estabelecido, são mais duas ciências que engrossam a lista das possíveis abordagens filológicas de um texto escrito.

Portanto, a Filologia se preocupa com aspectos que vão desde o suporte material e os instrumentos usados na produção do texto, as características de sua escrita, a língua que se registrou nele, até sua transmissão e custódia. As ciências afins ao labor filológico assumem, cada uma, seu papel na descrição, análise e reconstituição do texto, corroborando a afirmação de Gumbrecht (2003, p. 3), na qual o autor se refere à Filologia como “uma configuração de habilidades acadêmicas voltadas à curadoria de textos históricos”³. Ao se debruçar sobre as características materiais de livros escritos à mão nos séculos XVII e XVIII, este artigo discute e aplica uma dessas habilidades acadêmicas: a Codicologia.

2 Codicologia: seus objetos e seus objetivos

Segundo Spaggiari & Perugi (2004, p. 15), “chama-se codicologia a disciplina que estuda os manuscritos, ou códices, no seu aspecto material”. Tal qual a Filologia, passou por mudanças conceituais desde seu surgimento enquanto ramo de conhecimento científico.

Dain (1975, apud CAMBRAIA, 2005, p. 26) atribui à Codicologia “a história do manuscrito, a história das coleções de manuscritos, investigações sobre a atual localização dos manuscritos, problemas de catalogação, repertórios de catálogos, o comércio dos manuscritos, sua utilização, etc.”. Spina (1977, p. 22), por sua vez, assevera que “a [C]odicologia é atinente exclusivamente ao conhecimento do material empregado na produção do manuscrito e das condições materiais em que esse trabalho se verificou”. García (2002, p. 23) afirma ser a Codicologia a “arqueologia do livro”.

Para designar o objeto de estudo da Codicologia, notam-se os termos “manuscrito”, “códice” e “livro”. Independentemente da variação terminológica, o códice (ou livro manuscrito) *medieval* é confeccionado, primeiramente, por uma série de operações textuais, sendo a cópia de um determinado texto, a mais importante delas. Por fim, ocorriam a junção dos cadernos e a encadernação, por vezes precedidas pela decoração (SPINA, 1977).

² Sobre o imbricamento de múltiplas ciências no labor filológico, ver Berwanger & e Leal (2008, p. 21-22).

³ Tradução de *a configuration of scholarly skills that are geared toward historical text curatorship*.

O objeto deste trabalho, por outro lado, define-se como *livro originalmente em branco, utilizado para registros manuscritos variados*. Sua constituição material pode ser dividida em três etapas:

- (1) Construção material intrínseca: formação dos cadernos, união desses cadernos por costura e encadernação;
- (2) Redação dos termos de abertura e de encerramento e sua utilização propriamente dita;
- (3) Constituição material extrínseca: nova encadernação e práticas de restauro, fixação de etiquetas sobre a capa e/ou lombada para se identificarem local e data de uso, conteúdo, custódia, etc.

Tomando-se como ponto de partida o conjunto de definições acima, percebe-se, em um primeiro momento, o afunilamento do repertório teórico-metodológico da Codicologia: ela abre mão de aspectos tais quais a circulação e a custódia de livros manuscritos, passando a se dedicar a uma tarefa mais restrita: *a descrição do processo de composição do livro*. Volta, porém, à observação de *aspectos extrínsecos* ao manuscrito, pois, comparada à arqueologia, resgata a história de um livro em branco após a sua fabricação enquanto objeto concreto, dando conta de sua utilização e de sua localização. Leva em conta, portanto, a diversificação de seu objeto de estudo: originou-se com a análise de códices, ou livros manuscritos antigos e, agora, investiga a constituição dos livros manuscritos modernos.

A proposta de análise codicológica aplicada aqui se conecta a essa última acepção. Julgam-se igualmente relevantes dados sobre o processo de composição física do livro, seu conteúdo e suas eventuais custódias ao longo do tempo até sua atual localização. Portanto, essa perspectiva de uma Codicologia que transcende a descrição dos materiais e técnicas de confecção do livro a fim de investigar aspectos extrínsecos a ele está baseada no que prescreve Cambraia (2005). Logo, define-se Codicologia como *a ciência que investiga a história de um texto manuscrito por meio da descrição de sua gênese material, do detalhamento de sua formatação e conteúdo e da identificação de seu percurso até a atual localização*.

2.1 Descrição Codicológica

Os pilares de uma descrição codicológica norteada pela definição de Codicologia que se apresentou na seção anterior são o “Guia básico de descrição codicológica” (CAMBRAIA, 2005, p. 28), o *Vocabulario de Codicología* (OSTOS, PARDO & RODRÍGUEZ, 1997) e o Dicionário do Livro (FARIA & PERICÃO, 2008).

Neste artigo, utilizam-se dois formatos de descrição, aplicados a livros diferentes. O primeiro livro é descrito por itens. A descrição dos dois livros restantes é feita em parágrafo único. Os motivos da escolha por um ou outro formato são debatidos após a apresentação dos resultados. Também serão discutidas algumas propostas de adaptação do Guia da Cambraia, a fim de se chegar a um roteiro de descrição codicológica para livros manuscritos modernos.

3 Livros de câmaras municipais

O interesse por esse tipo de livro manuscrito vem crescendo nos últimos anos. Os trabalhos com atas de Mogi das Cruzes-SP (FERREIRA, 2008) e de Botucatu-SP (SOUZA, 2011), além da notícia de projeto de edição de documentos de Santo André e de São Paulo (FACHIN & MONTE, no prelo, apud MONTE & PAIXÃO DE SOUZA, 2017) e de outras localidades paulistas (SOUZA, 2018b), remetem a novos estudos cujos *corpora* são formados por livros de câmaras.

Do ponto de vista de sua materialidade, atraem pesquisadores em Codicologia, os quais encontram neles a possibilidade de formulação de hipóteses sobre a cultura do livro utilizado por instituições coloniais, por exemplo. São de grande valor linguístico por abrigarem volumes de textos que podem revelar estados de língua de uma determinada época e região, além de registrarem as práticas paleográficas e diplomáticas de quem os compôs. No âmbito dos estudos históricos, constituem-se como importantes fontes de investigações sobre a administração das vilas coloniais brasileiras. Logo, livros manuscritos emanados de câmaras municipais despontam como objetos relevantes para pesquisas filológicas.

3.1 Livro 1: Santana de Parnaíba (1679-1692)

Como afirmado anteriormente, apresentam-se neste artigo dois modelos de descrição codicológica. O primeiro livro é descrito em tópicos.

Figura 1 – Capa do livro 1



Figura 2 – Lombada do Livro 1



Fonte: elaboração própria.

- (1) Cota: São Paulo, Arquivo Público do Estado, fundo Secretaria de Governo/Casa Civil, título “Câmara Municipal”, ordem CO6049.

- (2) Datação: 04 de março de 1679 a 19 de outubro de 1692. Tais informações são obtidas pela leitura do primeiro e do último documento⁴ do livro.
- (3) Local de origem: Vila de Santana de Parnaíba, Capitania de São Vicente.
- (4) Folha de rosto: não há.
- (5) Colofão: não há.
- (6) Suporte material: cartáceo, originalmente branco, porém amarelado devido à ação do tempo. Distância entre vergaturas: 1 mm. Distância entre pontusais variando de 5 mm a 35 mm. Seguem as marcas d'água⁵:

Quadro 1 - Marcas d'água do Livro 1

		
<p>Três circunferências encimadas por uma cruz. A superior traz as letras B e D, a central tem um pássaro coroadado e a inferior mostra as letras I e O.</p>	<p>Escudo de Gênova (forma oval com uma cruz suspensa por grifos) encimada por uma coroa; duas circunferências: a superior com as letras S, A, D e P, a inferior trazendo a letra I.</p>	<p>Três circunferências encimadas por uma cruz. A superior traz uma lua, a central mostra as letras G, G e um B invertido(?) e a inferior traz as letras P e L.</p>

Fonte: elaboração própria.

- (7) Composição: volume compósito, formado por 84 fólhos originários de 2 livros primitivos (o primeiro deles acéfalo, por não apresentar os fólhos 1 e 2). Sem informações sobre cadernos por conta da encadernação muito rente ao vinco da dobra dos fólhos. Medidas: 312 mm de altura, 201 mm de largura.

⁴ Emprega-se o termo “documento” para designar todos os textos dos livros estudados aqui, muito embora a Diplomática possa fornecer definições mais específicas (DURANTI, 1989; BELLOTTO, 2002).

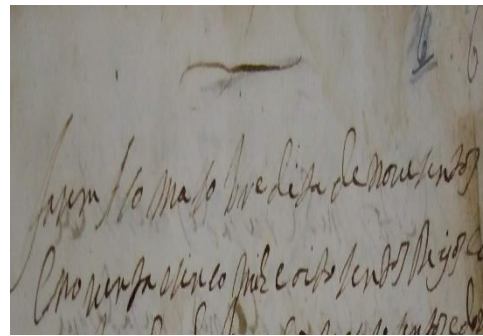
⁵ Para as descrições de marcas d'água, cf. Briquet (1907), Barata (2017) e Tavares e Castro & Lares (2017).

- (8) Organização da página: Mancha de 305 mm de altura por 194 mm de largura; 1 coluna, tanto no *recto* quanto no *verso*; 27 linhas por página em média; sem pautação nas páginas; foliação no canto superior direito *recto*; não há reclusos; há assinaturas ao final dos documentos.
- (9) Particularidades: Em muitos fólhos, há carimbos em formato circular, na cor azul, com 30 mm de diâmetro, nos quais se lê “ARQUIVO DO ESTADO S. PAULO”. Foi executada a lápis, por terceiro, a foliação até o fólho 19. Repete-se a marcação “19” no que é, de fato, o fólho 20, erro que não é corrigido e se perpetua com a inscrição “20” onde seria correto 21, e assim por diante, até a inscrição “66” no fólho 1 do segundo livro primitivo.

Figura 3 – Carimbo do Arquivo do Estado



Figura 4 – Foliação tardia a lápis



Fonte: elaboração própria.

- (10) Encadernação: capa não-original, dura, com uma cobertura em tons de marrom e amarelo, a qual parece ter sido sobreposta à uma base vermelha, medindo 332 mm altura por 224 mm de largura. Lombada de 25 mm com o texto “Arquivo do Estado | Livros de Parnaíba”.
- (11) Conteúdo: 238 documentos, quase todos assinados por Antonio da Rocha do Canto. São, em sua maioria, termos de vereança. Incluem, também, termos de juramento. Os quadros a seguir identificam o documento, a data em que foi redigido e o fólho em que se encontra⁶. A fim de se facilitar a consulta, os documentos foram separados por ano de redação.

Quadro 2 - Documentos de 1679.

Doc	Título ou primeiras palavras	Data	Fólho
1	Aos coatro dias	04 de março	F3r
2	termo de bransa	18 de março	F3r
3	EE Loguo EE no mesmo dia	18 de março	F3v
4	termo de breansa	20 de março	F4r
5	termo de breansa	22 de março	F4v
6	E Loguo EE no mesmo dia	22 de março	F4v
7	Auto de aiustamento de contas ⁷	sem data	F5r
8	Aiustamento que fizeraõ os ofesiaais daCamara com o capitaõ mor guilherme pompeia de aLmeida	22 de março	F7r
9	Capitullos que mandou fazer o desembargador ⁸	sem data	F8r

⁶ Vale informar que, para os quadros que se seguem, prefere-se manter a grafia original para a coluna “Título ou primeiras palavras”. As interferências estarão restritas ao uso de [] para trechos inferidos e de *itálico* para se desenvolverem as abreviaturas.

⁷ Redigido e assinado por Manoel Daguiar, grafado como no original.

⁸ Cf. nota anterior.

10	Vreasam	1º de abril	F9v
11	E Loguo EE no mesmo dia	1º de abril	F9v
12	termo que se fes pera (...) conserto com o padre	20 de abril	F10r
13	Aos vinteEnove dias	29 de abril	F10v
14	Aos treze dias	13 de maio	F10v
15	Aos vinteesete dias	27 de maio	F10v
16	Aos dous dias	02 de junho	F10v
17	termo de iuramento	02 de junho	F11v
18	termo de breasam	10 de junho	F11v
19	Aos vinteE tres	23 de junho	F12r
20	E Loguo EE no mesmo dia	23 de junho	F12v
21	Breasam	08 de julho	F12v
22	termo de como não ouve breasam	22 de julho	F13r
23	termo de como se fes brasam	05 de agosto	F13r
24	E Loguo EE no mesmo dia	05 de agosto	F13v
25	termo de iuramento dado a guaspar bareto	06 de agosto	F13v
26	Aos dezanove dias	19 de agosto	F14r
27	termo de breasam	20 de agosto	F14r
28	termo de como não ouve breansa	02 de setembro	F14v
29	termo de como se não fez câmara	16 de setembro	F14v
30	termo de como se fez breasam	30 de setembro	F15r
31	termo de como se fez câmara	04 de outubro	F15r
32	termo de como se fez breansa	11 de novembro	F15v
33	termo de como não ouve breasaõ	25 de novembro	F16r
34	termo de como se não fez breasaõ	09 de dezembro	F16r
35	termo de como se fez breansa	24 de dezembro	F16v
36	termo de como se fez breasam	30 de dezembro	F16v

Fonte: elaboração própria.

O quadro 2 acima elenca 36 documentos. Nos fólhos 5r e 8r, encontram-se dois textos escritos e assinados por Manoel de Aguiar. São os únicos não redigidos pelo escrivão Antonio. Dos 34 documentos escritos e assinados por este último, todos relatam reuniões dos oficiais da câmara ou a falta dela, com exceção do documento 8, um ajustamento de contas com o capitão mor. Apresentam 22 deles um título.

O quadro 3 a seguir lista os documentos de 1680.

Quadro 3 – Documentos de 1680

Doc	Título ou primeiras palavras	Data	Fólio
1	Ao primeiro dias	1º de janeiro	F17v
2	E Loguo EE no mesmo dia	1º de janeiro	F18r
3	termo de yuramento dado aos breadores	04 de janeiro	F18v
4	termo de iuramento dado ao iuis que sai em pelouro	19 de janeiro	F19r
5	termo de breasam	20 de janeiro	F19v
6	E Loguo EE no mesmo dia	20 de janeiro	F20r
7	termo de como não ouve breasam	03 de fevereiro	F20r
8	termo de iuramento dado ao precurador ioaõ de almeida nave[s]	17 de fevereiro	F20r
9	termo de como se fez breasaõ	17 de fevereiro	F20v
10	termo de como se fez brasaõ	02 de março	F21r
11	E Loguo EE no mesmo dia	02 de março	F21v
12	E Loguo EE no mesmo dia	02 de março	F22r
13	termo de como se fez breasaõ	16 de março	F22v
14	E Loguo EE no mesmo dia	16 de março	F22v
15	termo de como se fez breasaõ	30 de março	F23r

16	termo de breasam	13 de abril	F23v
17	termo de como se fez breasam	27 de abril	F24r
18	termo de como não ouve breasaõ por EEu iscrivan ter ido ao mar ⁹	Sem data	F24v
19	termo de como se não fez breasaõ	25 de maio	F24v
20	E Loguo EE no mesmo dia	08 de junho	F24v
21	termo de como se fez breasaõ	06 de julho	F25r
22	Vreasam	20 de julho	F25r
23	E Loguo EE no mesmo dia	20 de julho	F25v
24	Aos ter dias	03 de agosto	F25v
25	Aos dezasete dias	17 de agosto	F26r
26	termo de como se não fez Camara	14 de setembro	F26r
27	termo de como se fez breansao	28 de setembro	F26r
28	E Loguo EE no mesmo dia	28 de setembro	F26v
29	termo de como se fez breasaõ	12 de outubro	F27r
30	termo de como se não fez Camara	26 de outubro	F27v
31	termo de como se fez breansa	23 de novembro	F27v
32	termo de como se fez bransaõ	07 de dezembro	F28r
33	termo de como se não fez breasaõ	21 de dezembro	F28r

Fonte: elaboração própria.

São 33 os documentos de 1680: 30 termos de como se reuniram ou não se reuniram os oficiais da câmara, 19 deles com título. Os outros 3 documentos configuram-se como termos de juramento prestado pelos vereadores, pelo juiz e pelo procurador.

O próximo quadro resume o ano de 1681.

Quadro 4 – Documentos de 1681

Doc	Título ou primeiras palavras	Data	Fólio
1	Ao primeiro dias	1º de janeiro	F28v
2	termo de iuramento dado ao iois ordinario antonio antunes	05 de janeiro	F29r
3	termo yuramento dado ao breador ieronimo gonçalvez meira	05 de janeiro	F29r
4	termo de como se aiuntaraõ os ofesiaais daCamara peraEfeito de fazerem breasaõ	10 de janeiro	F29v
5	termo de yuramento dado aVisente dias pera fazer cuidar desta vila	18 de janeiro	F30v
6	termo de iuramento dado ao breador Manoel da silva	25 de janeiro	F30v
7	termo de como se fes breansao	25 de janeiro	F31r
8	E Loguo EE no mesmo dia	25 de janeiro	F31v
9	termo de como se fes Camara	08 de fevereiro	F32r
10	termo de como se fes breasaõ	22 de fevereiro	F32v
11	E por o dito manoel	sem data	F33r
12	Aos vinte E oito dias	28 de fevereiro	F33v
13	termo de como se fes brasam	08 de março	F34r
14	termo de como se fes breasaõ	15 de março	F34v
15	termo de como se fes breasaõ	22 de março	F36v
16	termo de como se aiuntou opovo	30 de março	F36v
17	termo de como se fes breasam	05 de abril	F37v
18	termo de como se fes breasaõ	19 de abril	F38r
19	termo de como se fes breasaõ	17 de maio	F38r
20	E Loguo EE no mesmo dia	17 de maio	F38v
21	E Loguo EE no mesmo dia	17 de maio	F38v
22	termo de como se fes breasaõ	31 de maio	F38v
23	Aos catorze dias	14 d junho	F38r

⁹ Apenas título, sem texto. Esta é a totalidade do documento.

24	Aos vintee oito dias	28 de junho	F39r
25	termo de breasam	12 de julho	F39r
26	termo de iuramento dado a Andre de Sampaio	12 de julho	F40r
27	termo de yuramento a iose guomes ortinho pera servir de aditador	13 de julho	F40v
28	termo de yuramento dado ao precurador do conselho Francisco da Rocha gualho	20 de julho	F40v
29	termo de como se fes breasaõ	26 de julho	F41r
30	termo de como se fes breansa	09 de agosto	F41v
31	termo de como se fes breasam	06 de setembro	F42r
32	Aos vinte dias	20 de setembro	F42v
33	termo de como se fes breasam	18 de outubro	F42v
34	E Loguo EE no mesmo dia	18 de outubro	F43r
35	E Loguo EE no mesmo dia	18 de outubro	F43v
36	termo de como se fes breasam	25 de outubro	F43v
37	termo de como não ouve breasaõ	15 de novembro	F44v
38	Aos vinteE nove dias	29 de novembro	F44v
39	termo de como se fes breasam	13 de dezembro	F45r
40	E Loguo EE no mesmo dia	21 de dezembro	F45r

Fonte: elaboração própria.

O quadro 4 mostra 40 documentos de 1861. Lavrou 33 termos de vereação ou de como ela não ocorreu, sendo que se utilizou título em 19 deles. Os 7 textos restantes são termos de juramento.

O quadro 5 abaixo mostra os documentos escritos em 1682.

Quadro 5 – Documentos de 1682

Doc	Título ou primeiras palavras	Data	Fólio
1	Ao primeiro dias	1º de janeiro	F45v
2	termo de yuramento dado a Manuel guomes	1º de janeiro	F45v
3	termo de yuramento dado aos breadores guaspar de britto Silva e ao breador bastiaõ daruda botelho	10 de janeiro	F46r
4	E Loguo EE no mesmo dia	10 de janeiro	F46v
5	termo de yuramento dado aoprecurador que foi em pelouro	17 de janeiro	F46v
6	termo de iuramento dado ao breador dioguo de Lara	28 de janeiro	F46v
7	termo de como se aiuntaraõ os ofesiaais dacamara pera fazerem breasaõ	07 de fevereiro	F47r
8	termo de como se fes breansa	21 de fevereiro	F47v
9	termo de como se não fes camara	07 de março	F48r
10	Aos vinteE hum dias	21 de março	F48v
11	termo de iuramento dado ao almotasel domingos francisco da costa	23 de março	F48v
12	Aos vinte esinquo dias	25 de março	F48v
13	Vereasam	04 de abril	F49r
14	termo de como se fes breasaõ	18 de abril	F49v
15	Aos dous dias	02 de maio	F50r
16	E Loguo EE no mesmo dia	02 de maio	F50r
17	termo de iuramento	02 de maio	F50v
18	E Loguo EE no mesmo dia	02 de maio	F50v
19	termo de iuramento dado ao yois que foi em pelouro yoaõ das nev[es]	23 de (?) ¹⁰	F51r

Fonte: elaboração própria.

¹⁰ Falta uma parte do fólio em que se encontra o mês desse documento. Por uma questão de probabilidade, é mais seguro inclui-lo no quadro de textos do ano de 1682.

O quadro 5 mostra 19 documentos escritos em 1682. Encontram-se 15 termos que apontam para reuniões dos oficiais da câmara ou a não ocorrência dela (8 sem um título definido, outros 6 com a indicação “termo” e 1 com o título “Vreasam”, apenas). Somam-se a eles 4 termos de juramento de vereadores, de almotacéis e do procurador do conselho da vila.

A seguir, o quadro 6 apresenta os documentos de 1683.

Quadro 6 – Documentos de 1683

Doc	Título ou primeiras palavras	Data	Fólio
1	termo de como se fes breasam	30 de janeiro	F51r
2	termo de como se fes breasam	23 de fevereiro	F52r
3	E Loguo EE no mesmo dia	23 de fevereiro	F52r
4	termo de como se fes breansao	27 de fevereiro	F52v
5	termo de como não ouve breasaõ	28 de março	F53r
6	termo de como não ouve breasaõ	17de abril	F53v
7	termo de como se não fes breansao	29 de abril	F53v
8	Vreasam	15 de maio	F53v
9	termo de como se fes breansao	29 de maio	F54r
10	E Loguo EE no mesmo dia	29 de maio	F54v
11	termo de como se fes breasaõ	6 de junho	F54v
12	termo de juramento	6 de junho	F55v
13	termo de juramento dado ao precurador do conselho	sem data	F56r
14	Aos doze dias	12 de junho	F56r
15	termo de como se fes breasaõ	26 de junho	F56v
16	termo de como se fes breasam	10 de julho	F57r
17	termo de como se fes breansa	24 de julho	F57r
18	termo de como se fes breasaõ	07 de agosto	F57v
19	E por os ditos ofesiaais	sem data ¹¹	F58r
20	termo de juramento	07 de agosto	F58r
21	termo de como se fes breasam	21 de agosto	F58r
22	termo de como se fes breasam	04 de setembro	F58v
23	termo de como se fes breasam	18 de setembro	F59r
24	termo de como não ouve breansa	1º de outubro	F59r
25	Aos dezaseis dias	16 de outubro	F59v
26	Aos trinta dias	30 de outubro	F59v
27	Aos vinte dias	20 de novembro	F59v
28	Aos vinte vinte sete dias	27 de novembro	F60r
29	termo de como se fes breasam	11 de dezembro	F60v

Fonte: elaboração própria.

O ano de 1683 tem 29 documentos, todos lavrados pelo escrivão Antonio. São 26 textos que relatam as reuniões na câmara ou a não realização dela, sendo 17 deles intitulados com a palavra “termo” e 1 com o título “Vreasam”, apenas. Juntam-se a eles 3 termos de juramento.

Na sequência, encontram-se os documentos de 1684.

Quadro 7 – Documentos de 1684

Doc	Título ou primeiras palavras	Data	Fólio
1	Ao primeiro dias	1º de janeiro	F60v
2	termo de iuramento dado aos ofesiaais daCamara que foiram por EEmleisaõ	1º de janeiro	F61r

¹¹ Por inferência, admite-se a data de 07 de agosto de 1683.

3	termo de iuramento dado ao ioy felipe de abreu	15 de janeiro	F62r
4	termo de breasam	15 de janeiro	F62r
5	E Loguo por os ditos	15 de janeiro	F62v
6	termo de como se fes breasaõ	29 de janeiro	F63r
7	termo de como se não fes breasaõ	12 de fevereiro	F63v
8	termo de yuramento dado ao Breador yoze foguasa de almeida	21 de fevereiro	F63v
9	termo de como se fes breasaõ	27 de fevereiro	F64r
10	termo de como se fes breasam	11 de março	F64v
11	E Loguo EE no mesmo dia	11 de março	F65r
12	termo de como se fes breasaõ	25 de março	F65r
13	E Loguo EE no mesmo dia	25 de março	F65v
14	Vreasam	8 de abril	F65v
15	termo de como se fes breasam	22 de abril	F66r
16	termo de como se fes breasaõ	06 de maio	F66v

Fonte: elaboração própria.

São 16 documentos de 1684. Tem-se 13 textos acerca de reuniões da câmara (8 intitulados “termo”, 1 com o título “Vreasam”). Encontram-se 3 termos de juramento prestado por vereadores e pelo juiz.

O próximo quadro lista os documentos de 1690. Há, portanto, uma lacuna de 6 anos entre o último documento do fôlio 66v (fim do primeiro livro primitivo) e fôlio 67r (início do segundo livro).

Quadro 8 – Documentos de 1690

Doc	Título ou primeiras palavras	Data	Fólio
1	Este livro a de servir ¹²	19 de março	F67r ¹³
2	termo de como se fes breasaõ	25 de março	F67r
3	termo de como não ouve breasaõ	23 de abril	F67v
4	termo de como não ouve breasam	29 de abril	F67v
5	termo de requerimento que fes joze Roiz Monteiro perante os ofesiais daCamara	13 de maio	F68r
6	termo em como não ouve breasaõ	28 de maio	F68v
7	termo de como não ouve breasaõ	18 de junho	F68v
8	Aos dous dias	02 de julho	F68v
9	Aos vinte esinquo dias	25 de julho	F68v
10	Aos doze dias	12 de agosto	F71r
11	Aos vinte esete dias	27 de agosto	F71r
12	Aos des dias	10 de setembro	F71v
13	Aos dous de iulho	02 de julho	F71v
14	termo de como se fes breasam	30 de setembro	F71v
15	termo de iuramento dado a tomas ferreira	30 de setembro	F72r
16	termo de como se não fes breasam	14 de outubro	F72r
17	termo de como se não fes breasam	04 de novembro	F72r
18	Aos dezoito dias ¹⁴	18 de novembro	F72r
19	Aos vinteE dous dias	22 de novembro	F72v

Fonte: elaboração própria.

¹² Termo de abertura do segundo livro primitivo, sem assinatura. No entanto, nota-se que foi redigido pelo mesmo Antonio da Rocha do Canto, escrivão da câmara. Esta mesma sentença se repete no fôlio seguinte, tendo sido riscada, com o uso do mesmo instrumento com o qual foi escrita, como forma de anulação.

¹³ Este fôlio contém a foliação original “1”, ou seja, é o primeiro fôlio do segundo livro. Encontra-se, também, a foliação tardia “66” (lembrando que pelo erro cometido no fôlio 20, o correto seria “67”). Preferiu-se a foliação corrida do volume composto que se originou com a junção dos dois livros.

¹⁴ O escrivão registrou esse documento com a data 18 de dezembro. Acredita-se ter sido sua intenção anotar “novembro”.

No quadro 8, acham-se 19 documentos registrados em 1690. O primeiro é o termo de abertura do segundo livro primitivo. Os demais configuram-se como termos de vereação ou da falta dela (16 no total, 8 com título e 8 sem este), 1 termo de juramento prestado por Tomaz Ferreira e 1 termo de requerimento, todos redigidos pelo mesmo escrivão Antonio.

Na sequência, o quadro 9 traz os documentos de 1691.

Quadro 9 – Documentos de 1691

Doc	Título original (ou primeiras palavras)	Data	Fólio
1	Ao primeiro dias	1º de janeiro	F72v
2	termo de como se fes breasam	27 de janeiro	F73v
3	termo de como se fes breasam	10 de fevereiro	F73v
4	termo de como não ouve camara	24 de fevereiro	F74r
5	termo de como se fes breasam	10 de março	F74r
6	termo de como se não fes breasam	24 de março	F74v
7	termo de como se fes beasam	07 de abril	F74v
8	termo de como se não fes breasam	21 de abril	F75r
9	termo de como se não fes breasam	06 de maio	F75r
10	termo de como não ouve breasam	19 de maio	F75r
11	Aos dous dias	02 de junho	F75v
12	Termo de uiramento que deu oioys ordinario Sebastião daruda botelho aioze guomes ortinho	11 de junho	F75v
13	Vreasam	16 de junho	F76r
14	E loguo EE no mesmo dia	16 de junho	F76v
15	termo de como se não fes breasam	30 de junho	F76v
16	Aos quatorze dias	14 de julho	F77r
17	termo de como se fes breasam	28 de julho	F77r
18	termo de como se não fes breasam	15 de agosto	F77v
19	Aos vinteesinquo dias	25 de agosto	F77v
20	Aos quinze dias	15 de setembro	F78r
21	termo de como se fes breasam	06 de outubro	F78r
22	termo de como se não fes breasam	20 de outubro	F78v
23	Aos treze dias	13 de novembro	F78v
24	E Loguo E no mesmo dia	13 de novembro	F79v
25	termo de como se fes breasam	1º de dezembro	F80r
26	termo de como se não fes breasam	15 de dezembro	F80r

Fonte: elaboração própria.

O quadro 9 traz 25 termos de como se reuniram os oficiais da câmara ou de como não o fizeram (16 deles com título onde se lê “termo” e 1 onde se encontra “Vreasam”, apenas). Soma-se a eles 1 termo de juramento prestado por José Gomes Ortinho.

O último quadro desta seção lista os documentos de 1692.

Quadro 10 – Documentos de 1692

Doc	Título ou primeiras palavras	Data	Fólio
1	Ao primeiro dias	1º de janeiro	F80v
2	E Loguo por oioys	Sem data ¹⁵	F81r
3	termo de como se fes breasam	12 de janeiro	F81r
4	termo de como s efes breasam	19 de janeiro	F81v

¹⁵ Infere-se que seja 1º de janeiro de 1692.

5	termo	19 de janeiro	F82r
6	termo de como se fes breasam	23 de fevereiro	F82v
7	termo de como se fes breasam	15 de março	F83r
8	termo de como se não fes breasam	29 de março	F83r
9	termo de como não ouve breasam	19 de abril	F83v
10	termo de como se não fez breasam	04 de maio	F83v
11	Aos dezanove de mil eseis centos	19 de maio ¹⁶	F83v
12	Aos coatro dias	14 de junho	F83v
13	Aos dezanove dias	19 de junho	F84r
14	Aos coatro dias	04 de agosto	F84r
15	Aos dezanove dias	19 de agosto	F84r
16	Aos treze dias	13 de setembro	F84r
17	termo de como se fes breasam	04 de outubro	F84r
18	Este livro tem defeito ¹⁷	sem data	F84v
19	Magestade que deos <i>garde</i>	sem data	F84v
20	Aos dezanove dias	19 de outubro	F84v

Fonte: elaboração própria.

Acham-se 18 termos de vereação ou da falta dela, 9 com título. Soam-se a eles um termo de requerimento endereçado ao rei e o termo de encerramento do livro.

Descrições prévias: Souza (2018a).

3.2 Livro 2: Santana de Parnaíba (1726-1740)

O formato da descrição codicológica que se apresenta para este item é diferente daquele empregado para o anterior. Muito embora a terminologia adotada seja a mesma, apresenta-se em forma de parágrafo, variação também prescrita por Cambraia (2005). Antes, algumas imagens do livro 2:

Figura 5 – Capa

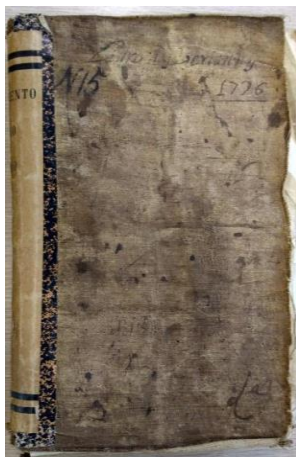


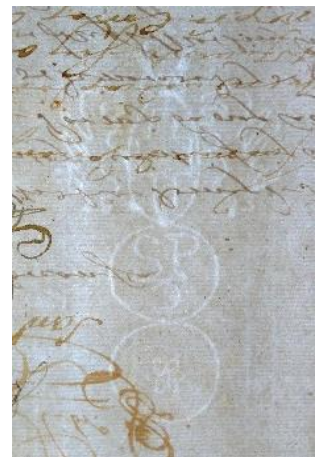
Figura 6 – Lombada



Figura 7 – Nervos



Figura 8 – Marca d'água



Fonte: elaboração própria.

¹⁶ Por inferência.

¹⁷ É o termo de encerramento do livro, escrito no topo da página, o que não impediu o registro de dois documentos abaixo dele. Escrito por Manoel de Brito Nogueira.

Livro 2 – Santana de Parnaíba (1726): custodiado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, código de ordem CO6049. Contém documentos datados entre 21 de janeiro de 1726 e 06 de fevereiro de 1740, escritos na vila de Santana de Parnaíba. Contém folha de rosto e colofão¹⁸. Constituído de material cartáceo originalmente branco, porém amarelado pela ação do tempo e com alguns fólhos manchados por líquido. Distância entre pontusais: 22 mm. Distância entre vergaturas: 1 mm. A marca d’água é composta três elementos tangenciais na vertical: na ponta superior, brasão de Gênova encimado por uma coroa; no centro, uma circunferência com as letras “S”, “P” e “D”; e na ponta inferior, outra circunferência com uma flor. Contam-se 1 caderno singulário (apenas um bifólio) e 40 cadernos térnios (com três bifólios), totalizando 242 fólhos, medindo 295 mm de altura por 185 mm de largura, numerados e assinados no canto superior direito *recto*. As páginas estão organizadas em 1 coluna, com mancha de 235 mm de altura por 170 mm de largura, em média. Nenhuma delas é pautada. Alguns fólhos contêm reclamos. Há assinaturas ao final de cada texto. Há carimbos do Arquivo do Estado de São Paulo em alguns fólhos. A encadernação é feita com tecido da cor bege, mede 301 mm de altura por 190 mm de largura. Nela, lê-se “Livro das Verianças 1726 N15”. A lombada, com 7 nervos de linho, foi coberta por uma espécie de etiqueta onde se lê, impresso, “DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO”. Logo abaixo, a etiqueta recebeu o texto, datilografado, “LIVRO DE VEREANÇA DE PARNAÍBA 1725 – 173[?]”¹⁹. Seu conteúdo, segundo o termo de abertura, relata reuniões dos vereadores. Sem notícia de descrições prévias.

3.3 Livro 3: Santana de Parnaíba (1751-1756)

A descrição do livro 3 segue o modelo anterior, ou seja, traz as informações em parágrafo único. Seguem algumas imagens do livro 3:

Figura 9 – Capa

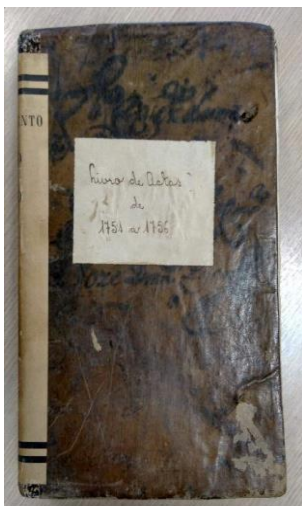


Figura 10 – Lombada



Figura 11 – Nervos



Figura 12 – Marca d’água



Fonte: elaboração própria.

¹⁸ Por economia de espaço, não se transcrevem esses documentos.

¹⁹ Pela perda do suporte, não se sabe o último algarismo do numeral. Entretanto, sabe-se que o último documento data de 1740.

Livro 3 - Santana de Parnaíba (1751-1756): custodiado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, código de ordem CO6049. Contém documentos datados entre 19 de dezembro de 1751 e 09 de dezembro de 1756, escritos em Santana de Parnaíba. Contém folha de rosto e colofão²⁰. Constituído de material cartáceo originalmente branco, porém amarelado pela ação do tempo. Distância entre vergaturas: 1 mm. Distâncias entre pontusais variando de 5 a 35 mm. A marca d'água é um escudo de armas com a palavra "LIBERTAS", seguido da palavra "VORNO". No canto do fólio, encontram as marcas d'água "G", "A" e um símbolo semelhante ao número 9. Formado por 1 caderno singulário e 15 cadernos quínios (5 bifólios cada), totalizando 152 fólhos, medindo 300 mm de altura por 210 mm de largura, todos numerados e assinados no canto superior direito *recto*. Todos os fólhos estão organizados em 1 coluna com mancha de 235 mm de altura por 170 mm de largura, em média. Nenhum deles é pautado. Alguns fólhos contêm reclamos. Há assinaturas ao final de cada texto. Há carimbos do Arquivo do Estado de São Paulo em alguns fólhos. Ainda não se averiguou a data da encadernação. Feita em material duro, na cor marrom, mede 309 mm de altura por 225 mm de largura. Nela, lê-se "Livro de Actas de 1751 a 1756". Ocupando toda a lombada, a qual apresenta 4 nervos, há uma cobertura de papel com a seguinte informação impressa: "Departamento do Arquivo do Estado". Abaixo desse texto, foi datilografado "Livro de Atas de Parnaíba 1751-1756". Mais abaixo, já no terço final da lombada, foi colada uma etiqueta retangular branca com bordas vermelhas, medindo 20 mm de altura por 27 mm de largura, na qual se lê, datilografado, "Livros de Parnaíba" e escrito a lápis o número 3. Sem notícia de descrições prévias.

4 Discussão

Com o exame dos 3 livros de Santana de Parnaíba, vale questionar: o que mais eles poderiam revelar? Tal indagação corrobora a argumentação do próprio Cambraia (2005, p. 27), pois o seu guia de descrição "cobre aspectos essenciais de um códice, mas pode naturalmente ser estendido com a inclusão de detalhes que a tornem mais abrangente". Discutem-se, aqui, quais adaptações, tanto na forma quanto no conteúdo, podem ser apropriadas à análise de livros de câmaras municipais.

Um aspecto que se soma às descrições da seção anterior é a presença de *anexos*. O livro 1 contém, ao seu final, 1 anexo composto por 2 fólhos (páginas de 1 a 4) do número 88 do impresso *O Paulista Oficial*, datado de 28 de setembro de 1835. Não foi possível averiguar o método de anexação destes impressos. Eles podem ter sido cosidos ou colados aos demais cadernos do livro. A encadernação, porque muito rente ao vinco dos fólhos, não permite visualizar o processo empregado para tal.

O livro 2 também apresenta anexos, no caso, manuscritos, divididos em 2 conjuntos. O primeiro grupo de anexos é constituído de 8 fólhos cosidos de forma irregular ao início do livro. Alguns fólhos estão, inclusive, com a margem inferior voltada para cima. Após a observação deste material, conclui-se que são textos com

²⁰ Pela mesma questão de economia de espaço referida anteriormente, não se transcrevem esses documentos.

datas próximas àquelas do livro. O segundo grupo é composto por 7 fólhos cosidos ao final do livro. Os 4 primeiros estão em branco e os 3 seguintes contêm textos tanto no *recto* quanto no *verso*, sendo que 2 deles estão com suas margens inferiores voltadas para cima.

As evidências de restauro do suporte material são igualmente passíveis de descrição em uma análise codicológica. O livro 1 que compõe o *corpus* deste trabalho tem seus 21 primeiros fólhos laminados, de forma irregular. O mesmo recurso volta a ser utilizado do fólho 49 até o último antes dos anexos impressos.

Outra questão que pode trazer mais exatidão à descrição codicológica desse tipo de livro é o uso das expressões “termos de abertura” e “termo de encerramento” em substituição a “folha de rosto” e “colofão”, respectivamente. A inclusão dessas duas expressões em um roteiro específico remonta ao seu uso pelos autores dos livros, muito embora os conceitos de folha de rosto e de colofão englobem as informações que tais documentos transmitem. O ajuste é, assim, terminológico, adequando-se a descrição à nomenclatura utilizada pelos escrivães das câmaras.

Acrescenta-se ao debate a observação de que é a escolha pela exatidão ou pela concisão do item (11) Conteúdo a responsável pela adoção de um dos formatos de apresentação da descrição codicológica expostos aqui. Pode-se chamar o primeiro, aplicado ao livro 1, de *completo* ou *detalhado*, no qual o pesquisador deve preparar uma lista-índice com todos os documentos que um dado livro contenha, anotando seus títulos e/ou primeiras palavras. Por outro lado, o modelo aplicado aos livros 2 e 3, que pode ser intitulado *resumido* ou *conciso*, aponta a generalidade do conteúdo do códice, sem a especificação das datas de cada documento.

A escolha pelo formato detalhado ou pelo modelo conciso deve, portanto, ser direcionada por aquilo que se pretende com uma determinada análise codicológica. Se o objetivo da descrição de um livro for disponibilizar material que suscite estudos de língua, a apresentação que inclui o título (com grafia original) e a página de cada documento pode ser mais adequada, já que daria pistas de algum fenômeno linguístico. Por outro lado, se a descrição codicológica representar uma etapa de estudo filológico que se atenha a outros aspectos do manuscrito que não apenas o material, o modelo conciso pode ser o mais indicado.

Dessa maneira, propõe-se que a análise codicológica de livros de câmaras municipais leve em consideração, além da escolha pelo formato completo ou conciso, as seguintes informações:

(1) Trajetória:

- a. Local de fabricação e datação;
- b. Local e data de utilização (termos de abertura e de encerramento);
- c. Custódia (passadas e/ou atual, incluindo descrição de etiquetas, rótulos, carimbos e outras formas de identificação de instituições).

(2) Aspectos intrínsecos:

- a. Características do suporte (aspecto, dimensões, pontusais, vergaturas, marca d'água);

- b. Composição do livro (encadernação; número de fólios, estrutura e número de cadernos).
- (3) Aspectos extrínsecos:
- a. Tintas e instrumentos de escrita;
 - b. Organização da página: (dimensão da mancha e número de linhas, ambos em média, foliação ou paginação originais e/ou tardias, reclamos e assinaturas);
 - c. Conteúdo.
- (4) Evidências de restauro do suporte:
- a. Materiais, métodos e datação.

Considerações finais

Ao se revisitarem diferentes conceituações de Codicologia, conclui-se que ela, enquanto ciência autônoma pertinente ao trabalho filológico, vem evoluindo no que diz respeito à descrição de livros manuscritos. Saindo de uma proposta que pretendia descrever de maneira ampla a origem e a circulação dos códices, passou a se dedicar exclusivamente ao estudo das características físicas do manuscrito. No entanto, caminha novamente para o exame de aspectos extrínsecos ao livro, como informações sobre seu itinerário até o local atual e o detalhamento dos textos que o compõem. Por isso, ela é definida aqui como *a ciência que investiga a história de um texto manuscrito por meio da descrição de sua gênese material, do detalhamento de sua formatação e conteúdo e da identificação de seu percurso até a atual localização*.

Tendo em vista essa acepção, analisaram-se 3 livros da Câmara de Santana de Parnaíba, escritos entre 1679 e 1756. Constatou-se que essa espécie de manuscrito é rica em detalhes que podem revelar os processos de confecção de livros em branco para registros diversos, assim como sua utilização pelas câmaras coloniais brasileiras. Isso justifica a elaboração de um roteiro específico, baseado na definição proposta acima, para o estudo codicológico desse tipo de material.

Assim, este artigo contribui com a percepção da Codicologia como um dos alicerces da Filologia como curadoria de textos históricos, pelo menos no que diz respeito à sua materialidade. É a ciência que, por excelência, auxilia profissionais da restauração de livros manuscritos, sobretudo durante as etapas de desmontagem, preenchimento de perdas no suporte com papel especial e nova encadernação. Por isso, a Codicologia é uma das bases científicas do restauro e da curadoria da materialidade do livro manuscrito.

Referências bibliográficas

BARATA, Paulo Rui. As marcas d'água do papel selado de Portugal (1661-1668 e 1797-1804). **Actas del XII Congreso Internacional Historia del Papel en la Península Ibérica**. Tomo 1, p. 173-190, 2017. Disponível em http://www.ahhp.es/documentacion/XII%20Congreso_TOMO1_DIGITAL.pdf. Acesso em 10 ago 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BERWANGER, Ana Regina & LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

BRIQUET, Charles-Moise. **Les filigranes**. Genebra, 1907. 4 vols.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DAIN, Alphonse. **Les manuscrits**. Paris: Les Belles Lettres, 1949 [3. ed. 1975].

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science. **Archivaria**, 28, summer 1989.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Andréa Hitos. **Atas da vereança de Mogi das Cruzes do século XVII (1612 a 1692): edição semidiplomática, glossário e descrição dos manuscritos**. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GARCÍA, Elisa Ruiz. **Introducción a la codicología**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **The Powers of Philology: Dynamics of Textual Scholarship**. Champaign: University of Illinois Press, 2003.

MONTE, Vanessa Martins do & FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Notícia da edição filológica das atas de vereações quinhentistas de São Paulo e de Santo André da Borda do Campo**. No prelo.

MONTE, Vanessa Martins do & PAIXÃO DE SOUZA, Maria Clara. Por uma Filologia Virtual: o caso das Atas da Câmara de São Paulo (1562-1596). **Revista da ABRALIN**, v.16, n.1, p. 239-264, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017.

OSTOS, Pilar; PARDO, Maria Luisa; RODRÍGUEZ, Elena Esperanza. **Vocabulario de codicología**. Madrid: Editorial Arco/Libros, 1997.

SOUZA, Ivan Douglas de. **Atas da Câmara de Botucatu, SP (1858-59): edição e estudo**. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/D.8.2011.tde-26082011-170010>

SOUZA, Ivan Douglas de. Livros de câmaras municipais entre os séculos XVII e XIX: atas e outros gêneros textuais. **Livro de Resumos e Programação do CHRONOS – II Colóquio Nacional de Língua, Documentos e História**. Estudos Filológicos, Linguísticos e Históricos: Limites e desafios, Fortaleza, 28 a 30 de maio de 2018a.

SOUZA, Ivan Douglas de. Notícia de edição: Livros de câmaras municipais – códices seiscentistas e setecentistas. **XIII Semana de Filologia da USP**. São Paulo, 2018b.

SPAGGIARI, Bárbara & PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica: Crítica textual**. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

TAVARES E CASTRO, Henrique & LARES, Maria Manuel Pinto. Marcas de água em documentos do arquivo da igreja da Nossa Senhora do Loreto (Igreja dos italianos), em Lisboa: sua classificação e descrição. **Actas del XII Congreso Internacional Historia del Papel en la Península Ibérica**. Tomo 1, p. 283-306, 2017. Disponível em http://www.ahhp.es/documentacion/XII%20Congreso_TOMO1_DIGITAL.pdf. Acesso 10 ago. 2018.

XIMENES, Expedito Eloísio. Filologia: uma ciência antiga e uma polêmica eterna. **Revista Philologus**, Ano 18, Nº 52. Rio de Janeiro: CIFEFiL, jan./abr., 2012.

Universalidade: o nome e suas declinações

Raquel do Nascimento MARQUES¹

Resumo: Neste trabalho, investigamos a categoria *nome* no que diz respeito à distinção *substantivo* e *adjetivo* e às declinações casuais, tal como tratada nas primeiras gramáticas portuguesas. Esta pesquisa insere-se no campo teórico-metodológico da *História das ideias linguísticas* (AUROUX, 2009; COLOMBAT, FOURNIER E PUECH, 2017), por ser essa a teoria adequada à pesquisa que lida com fatos linguísticos ocorridos na longa duração do tempo, que leva em consideração o tempo e o espaço no qual os saberes sobre a língua e a linguagem foram construídos e desenvolvidos. Realizaremos o trabalho por meio da investigação do *horizonte de retrospectção* (AUROUX, 2009) dos autores e obras que trataram do *nome* com o objetivo de mostrar como a teoria da *universalidade* se configura nas obras gramaticais portuguesas, com relação a essa categoria. Nosso *corpus* constitui-se das gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540), Amaro de Roboredo (1619) e Contador de Argote (1721), e, como apoio à investigação do *horizonte de retrospectção*, recorreremos às gramáticas antigas, de Dionísio o Trácio (II-I a. C.) e de Donato (IV d. C.). A pesquisa nos leva à conclusão de que a teoria da *universalidade* das regras do latim se confirma para a língua portuguesa e se configura na adaptação das regras da gramática latina à gramática portuguesa. Os gramáticos portugueses, contudo, apresentam descrições distintas daquelas do latim porque as regras do latim não correspondem aos fatos gramaticais da língua portuguesa que elas descrevem.

Palavras-chave: *Universalidade; Nome; Gramática portuguesa; Horizonte de retrospectção; Gramatização.*

Introdução

Neste trabalho examinaremos o desenvolvimento da categoria *nome*, das gramáticas antigas às primeiras gramáticas portuguesas, com o objetivo de mostrar como a teoria da *universalidade* se configura nas obras gramaticais portuguesas com relação a essa categoria.

O tema da *universalidade* na gramática diz respeito à concepção das regras da gramática latina como regras universais. Essa compreensão da *universalidade* das regras do latim está atrelada ao fenômeno da *gramatização* (AUROUX, 2009) dos vernáculos europeus com base na teoria gramatical greco-latina. Isso configurou o que Auroux (2009, p. 46) denominou *gramática latina estendida*, que é a descrição dos vernáculos pelo sistema latino, ou a transposição das regras da gramática latina às línguas vernáculas.

No caso do português, apesar de a língua ter sido gramatizada, no século XVI, por Fernão de Oliveira, em 1536, na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, foi a gramática de João de Barros, *Grammatica da lingua portuguesa*, publicada em 1540, que constituiu o modelo utilizado em obras posteriores à sua. Ao seguir a teoria da gramática greco-latina, pela descrição das partes do discurso da língua portuguesa, João de Barros assimilou o português ao latim, cumprindo assim a ideologia vigente no Renascimento, o que, segundo Leite (2007, p. 313), estabelecia o modelo latino como aquele a ser seguido por tais obras, modelo esse não adotado por Fernão de Oliveira.²

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FLP-USP), sob orientação da Profa. Dra. Marli Quadros Leite. E-mail para contato: raquelntomarques@usp.br.

² Fernão de Oliveira não trata das partes do discurso como sugerem as gramáticas das línguas clássicas.

No século XVII, em 1619, Amaro de Roboredo publicou o *Methodo grammatical para todas as linguas*, que, como o próprio nome diz, é um método para o ensino de línguas, e é da maior relevância para a difusão da teoria tradicional greco-latina, porque são as regras da gramática latina que servem para a explicação de “todas as línguas”. Especificamente, a obra de Roboredo comprova essa tese porque se vale da metalinguagem portuguesa para ensinar o latim, pois parte da hipótese de que o português tem as mesmas regras do latim. Roboredo, assim, pratica o princípio da *universalidade* das regras da gramática latina por meio da comparação português-latim a fim de, pela semelhança existente entre as regras das duas línguas, levar o aluno a aprender o latim. Fez, então, um caminho inverso, do latim ao português.

No século XVIII, em 1721,³ Contador de Argote publicou as *Regras da lingua portuguesa espelho da lingua latina* que revela, já no título, o princípio da *universalidade*. O autor percorre um caminho inverso ao de Roboredo, pois, tomando as regras do latim como universais, emprega-as por assimilação (latim-português), a fim de descrever o português pelas regras do latim.

Nosso *corpus* é, então, constituído pelas primeiras obras gramaticais portuguesas: Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540), Amaro de Roboredo (1619) e Contador de Argote (1721). As gramáticas antigas de Dionísio o Trácio (II-I a. C.) e de Donato (IV d. C.) constituem o ponto de apoio para a recuperação das definições e classificações que configuraram a tradição gramatical do Ocidente, cuja teoria serviu (e ainda serve) ao que, para o período em questão, tornou-se conhecido como “universais”. Em resumo, selecionamos esse material para nossa análise porque as últimas são obras representativas das línguas clássicas, e as primeiras, as gramáticas portuguesas, por serem descritas pelo sistema das clássicas e, conseqüentemente, por caracterizarem esse tema da *universalidade* das regras do latim. Este trabalho insere-se no campo teórico-metodológico da *História das ideias linguísticas* (AUROUX, 2009; COLOMBAT, FOURNIER E PUECH, 2017), por ser essa a teoria adequada à pesquisa que lida com fatos linguísticos ocorridos na longa duração do tempo, e que leva em consideração o tempo e o espaço no qual os saberes sobre a língua e a linguagem foram construídos e desenvolvidos. Realizaremos o trabalho por meio da investigação do *horizonte de retrospecção* (AUROUX, 2009) dos autores e obras que trataram do *nome*. Essa categoria de análise que diz respeito aos conhecimentos anteriores desenvolvidos sobre determinado tema, no nosso caso, o *nome*, levamos à *gramatização* (AUROUX, 2009) dessa categoria na gramática portuguesa.

Para o desenvolvimento do assunto, examinaremos o tratamento do *nome*, primeiro observando a separação do *substantivo* e do *adjetivo* e, depois, as declinações.

³ Utilizaremos neste trabalho a segunda edição das *Regras da lingua portuguesa, espelho da lingua latina*, publicada em 1725, por ser a última edição da gramática.

1 O nome: substantivo e adjetivo

Na gramática grega, na *Téchne grammatiké* de Dionísio o Trácio (séculos II-I a. C.), e no *Da Sintaxe* de Apolônio Díscolo (séc. II d. C.), o *nome* compõe as oito partes do discurso. Foi essa divisão, com alguma alteração, que passou ao latim, e, posteriormente, às línguas vernáculas. No mundo latino, as principais fontes de difusão dessa teoria são as *Ars maior e Ars minor* (séc. IV d. C.) de Donato e as *Institutiones grammaticae* (séc. VI d. C.) de Prisciano. Para elaboração desta pesquisa, porém, tomaremos apenas as obras de Dionísio o Trácio, por representar o nascimento da gramática no mundo Ocidental, e a de Donato, por representar o que se tornou modelo de gramática, como parâmetro de comparação para comentar os textos dos gramáticos portugueses.

Dionísio o Trácio e Donato referem-se apenas ao “nome” e não se referem a *substantivo* e *adjetivo*. A separação entre substantivo e adjetivo consolida-se apenas na Idade Média, a partir dos dois constituintes do nome, substância e qualidade, assim como propostos por Prisciano (ROSIER, 1992, p. 75). Ambas as gramáticas antes citadas, contudo, contêm em germe essa questão. Dionísio, por exemplo, conta entre as espécies do nome o *aposto*, como se pode ver no trecho que segue:

APOSTO é aquele que se apõe a [nomes] próprios ou apelativos... com homonímia e que denota elogio ou vitupério. Emprega-se de três modos: a partir da alma, a partir do corpo, a partir do que está fora: a partir da alma como “temperante”, “incontinente”; a partir do corpo, como “ligeiro”, “lento”; a partir do que está fora, como “rico”, “pobre” (DIONÍSIO DA TRÁCIA *apud* MARTINHO, 2007, p. 162)

De acordo com o trecho, o *aposto* corresponderia ao nome adjetivo, ou seja, aquele que se junta a nomes próprios ou apelativos, designando elogio ou insulto. Para Neves (2005, p. 162), na apresentação do *aposto*⁴ não há “indicação de qualidade”, mas apenas indicação de que se trata de uma denominação colocada junto a outra denominação, já que os nomes designam sua essência.

Para Donato, a *qualidade* é um dos acidentes do nome. De acordo com o autor:

O nome tem quantos acidentes? Seis. Quais? Qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso. A qualidade dos nomes em que consiste? Em dois tipos, pois ou é nome de um e se chama próprio ou é de muitos e se chama apelativo. (DONATO *apud* DEZOTTI, 2007, p. 182)

A explicação dada pelo gramático envolve a distinção entre nome próprio e nome apelativo, aos quais poder-se-ia juntar uma outra denominação ou uma qualidade.

No século XVI, Fernão de Oliveira gramatizou a divisão entre substantivo e adjetivo, haja vista a separação estabelecida pelos gramáticos escolásticos, no século XII (ROSIER, 1992, p. 79). Oliveira, contudo, não descreveu o nome a partir do modelo gramatical greco-latino que estabelecia o nome e seus acidentes,

⁴ Neves não utiliza o termo *aposto*, mas *epíteto* (NEVES, 2005, p. 162). O termo *aposto* é referido por Martinho (2017, p. 162).

mas, ao contrário, fez menção aos termos substantivo e adjetivo em vários capítulos enquanto tratava de outros temas.

No capítulo XL, denominado “Da analogia”, por exemplo, ao tratar da semelhança e diferença das palavras, Oliveira mencionou as diferenças que existem entre os nomes comum ou próprio, adjetivo e substantivo, e o verbo pessoal ou impessoal (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 55). No capítulo XLIV, denominado “Dos nomes e seu genero”, Oliveira afirmou que o nome adjetivo “comum” só tem uma forma tanto para o masculino como para o feminino, porque o uso da forma “comũa” não existe para o feminino (*Ibid.*, p. 65). Oliveira também citou alguns nomes adjetivos masculinos terminados em -um, como *ovelhum*, *cabrum*, *porcum*; além de afirmar que “os nomes ajetivos e denotativos não têm certo gênero por si” (*Ibid.*, 66). No capítulo XLV, denominado “Do numero”, Oliveira abordou o plural dos nomes substantivo e adjetivo terminados em -l (*Ibid.*, p. 68). Por fim, no capítulo XLIX, denominado “Da construção”, em que deu notícia da composição das partes da oração, o autor referiu-se à conveniência dos nomes substantivo e adjetivo (*Ibid.*, p. 73).

Além dessas referências ao nome substantivo e adjetivo, Fernão de Oliveira também citou três vezes o “verbo substantivo”: uma vez no capítulo XXX, “Das dições” (*Ibid.*, p. 39), e duas vezes no capítulo XXXIV, “Das dições apartadas ou simprezes” (*Ibid.*, p. 45), o que nos mostra que o gramático não apenas conhecia o uso dos nomes substantivo e adjetivo, como também o verbo substantivo já mencionado por Prisciano (PRISCIO, Grammaire, Livre XVII- Syntaxe, 1, 2010, pp. 115, 165, 167).

Sobre a ausência de definições, o próprio autor justifica a escolha feita ao afirmar que em sua obra a intenção é “dar noticia das vozes, e não difinções ou determinadas declarações das cousas” (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 66). Livre do enquadramento da gramática tradicional clássica, o autor preocupou-se em descrever a língua em uso, o que o levou a fazer uma “anotação em alghũas cousas do falar português” (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 3).

Ainda no século XVI, João de Barros descreveu o português tendo como base a teoria greco-latina, tomando também para o nome substantivo e adjetivo⁵ a lição de Nebrija (LEITE, 2007, p. 154-156) que, por sua vez, tomou-as de Prisciano, Diomedes e Donato (ROMEO E MUÑOZ *apud* LEITE, 2007, p. 155). João de Barros, seguindo a lição de Nebrija, apresenta o substantivo e o adjetivo como acidentes do nome, incluídos no que os seus antecessores denominaram qualidade.⁶

De acordo com João de Barros (1540, p. 11), enquanto o nome substantivo é aquele que “per sy póde estar”, ou seja, aquele nome que independe de outro, o nome adjetivo “nam tẽ ser per sy” e, por não existir por si mesmo, apoia-se em um substantivo como em “Ó que fermoso cauálo, que bráuo touro”. Para explicar a diferença entre substantivo e adjetivo, Barros propõe a intercalação de duas palavras do mesmo nível para

⁵ A fonte direta de João de Barros foi o gramático espanhol Nebrija (LEITE, 2007).

⁶ Los accidentes del nombre son seis: calidad, especie, figura, género, número, declinación por casos. (NEBRIJA, 1492, p. 24)

E cada um dos Nomes tem estes accidentes: Calidáde, Espécia, Figura, Género, Número, Declinaçam per casos. (BARROS, 1540, p. 9)

demonstrar a agramaticalidade da relação, já que uma não determina a outra. Assim, recorre a dois substantivos "cavalo cousa", mas quando a relação se dá entre palavras de nível diferente, a relação de determinação é gramatical (LEITE, 2007, p. 155-156). Desse modo, Barros comprova que o substantivo e o adjetivo são duas categorias diferentes.

No que tange ao tratamento do nome, Amaro de Roboredo adota a distinção substantivo e adjetivo, o que revela que a opção de João de Barros ecoou na gramática portuguesa. O texto de Roboredo mostra sua ligação com o de João de Barros, pela utilização da mesma estratégia para explicar a diferença que reconhece entre o substantivo e o adjetivo. Isso, contudo, não significa que Roboredo não tenha conhecido a fonte de tal distinção: o pequeno diálogo dialético, de Anselmo de Cantorbery, *De grammatico*, publicado em 1060 (ROSIER, 1992, p. 79). Conforme Roboredo:

Dividese o Nome em Sustantivo, & Adjectivo. Sustantivo hê o que significa sustancia, ou per modo de sustancia, & sustenta o Adjectivo na Oração, a qual o Sustantivo per si com o Verbo faz; como, *Cor generat. Calor generatur*. Adjectivo he o que se ajunta ao Sustantivo, sem o qual não entra na Oração: como: *Cor purum gratum Deo*. Os Portuguezes reconhecem o Adjectivo ajuntandolhe o Sustantivo, *Cousa*, com a qual sôa bem aa orelha: como, *cousa pura, cousa agradável*. Nas outras linguas se pode ordenar a mesma regra. (ROBOREDO, 1619, p. 66)

Para o autor, o substantivo significa a substância, ou seja, designa, nomeia a substância. Esse conceito configura o caráter semântico do substantivo, por meio do qual é possível conceber algo que “signifique por si mesmo” na oração. O caráter sintático do substantivo também é mencionado por meio de sua relação com o verbo. O adjetivo, cuja significação depende do substantivo com o qual se relaciona, também apresenta tanto caráter semântico quanto sintático. Assim como João de Barros, Roboredo nota que o reconhecimento do adjetivo é feito por meio de sua relação com um substantivo, ou, como explica o autor, pela junção do adjetivo à palavra “cousa”. Roboredo também destaca o caráter universal da regra, segundo a qual o nome se divide em substantivo e adjetivo. Esse fato é observado em decorrência do método utilizado pelo autor para explicar todas as línguas, a partir do latim. Como a distinção entre o substantivo e o adjetivo havia sido reconhecida para o latim, conseqüentemente, também o seria para as línguas vernáculas.

Ainda no que se refere ao nome, Contador de Argote, seguindo o modelo greco-latino traçado pelos gramáticos das línguas clássicas e desenvolvido pelos gramáticos portugueses anteriores, declara já no título a filiação latina de sua gramática. Quanto ao tratamento das categorias que examinamos, o autor as apresenta como uma das “castas” dos nomes:

D. (...) Tambem ha nomes Substantivos, e nomes Adjetivos.
M. Quaes são os Substantivos?
D. Nome Substantivo he aquelle, que per si só sem ajuda de outrem pode estar na Oração.
M. Dizey exemplo.
D. *Amor* he Substantivo porque per si, e sem ajuda de outrem pode estar na Oração, como quando digo: O *Amor he suave*. O nome *Amor* està per si, e sem necessitar de outro nome para isso na Oração.
M. E quaes são os nomes Adjetivos?

D. Nome Adjectivo he aquelle, que não pode estar na Oração sem outro nome, ou clara, ou occultamente.

M. Dizey exemplo.

D. *Pequeno* he nome Adjectivo, porque não pode estar na Oração sem outro nome ou claro, ou occulto, o qual signifique a cousa, que he pequena, como quando digo: *Meu filho he pequeno*, o Adjectivo *pequeno* não póde estar na Oração sem o nome *filho*; porque se he pequeno, alguma cousa he a que he pequena, e assim o Adjectivo tem claro o Substantivo, de quem depende, e necessita (ARGOTE, 1725, p. 21-22).

Essa descrição de Argote mostra que a reflexão de João de Barros sobre a distinção substantivo e adjetivo manteve-se na gramática portuguesa. Sobre as características do nome apresentadas por Argote, essas são de ordem semântica e sintática. Na primeira, o nome substantivo significa alguma coisa, ou seja, designa uma substância; na segunda, o substantivo, independente, relaciona-se com outros termos da oração. Para o adjetivo, Contador de Argote apresenta as mesmas marcas semântica e sintática do substantivo: o adjetivo, junta-se ao nome, que designa uma substância, a fim de caracterizá-lo. O autor apresenta ainda uma outra característica para o adjetivo, agora de ordem distribucional-sintagmática, pois o adjetivo é posterior e dependente de uma substância. Argote também afirma que o adjetivo pode vir sozinho na oração, sem a necessidade de juntar-se a um substantivo, como na oração *O meu pequeno já sabe ler*, entretanto, é possível observar que o nome *pequeno* funciona como um substantivo, já que *representa, declara, manifesta* a substância, designando assim a criança, e também como um adjetivo qualificando ou classificando a substância.

Isso posto, examinaremos o tratamento das declinações do nome.

2 As declinações do nome

A declinação casual é um dos fatos que revela a *universalidade* das regras do latim, concebida para descrever as línguas clássicas, mas aplicada às línguas vernáculas, ainda que não fosse própria a essas línguas, configurando o que Auroux (2009) denomina *gramática latina estendida*.

Na *Téchne grammatiké*, de Dionísio o Trácio (séc. II-I a. C.), os casos foram contados como acidentes do nome. O grego constava de cinco casos para os nomes e para os pronomes: o *reto* denominado nominativo e vertical, o *genitivo* denominado possessivo e paterno, o *dativo* denominado epistolar, o *causativo* denominado segundo causativo, e o *vocativo* denominado apelativo (cf. DIONÍSIO DA TRÁCIA *apud* MARTINHO, 2007, p. 162).

Donato (séc. IV d. C.), na *Arte menor*, também conta os casos como acidentes do nome, e com algumas alterações em relação ao grego, o latim contava com seis casos: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo. Conforme explica o gramático latino (DONATO *apud* DEZOTTI, 2007, p. 183), os nomes, pronomes e participios dos gêneros masculino, feminino, neutro, comum e universal eram declinados por meio desses casos.

No que se refere à gramática portuguesa, Fernão de Oliveira (1536) nega o modelo estabelecido pela gramática greco-latina e não reconhece a declinação casual para os nomes. Amparando sua tese na doutrina de Varrão, segundo a qual “nenhã outra lingua tem declinação de casos senão a grega e a latina” (VARRÃO *apud* OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 70), Fernão de Oliveira afirma que “os nomes se declinam em generos e numeros” (2000 [1536], p. 64). Vale notar que, mesmo tentando afastar o português do latim, o autor atribui declinação casual aos artigos (*Ibid.*, p. 61-62) e aos pronomes (*Ibid.*, p. 71).

João de Barros, por outro lado, considera a declinação casual, como um acidente do nome, porque sua intenção era realmente aplicar a doutrina greco-latina, tomada diretamente de Nebrija (1492) e indiretamente dos autores clássicos, ao português, sem observar as características próprias dessa língua (LEITE, 2007, p. 149). O autor, então, inicia sua exposição sobre o assunto justificando o uso do modelo tradicional clássico para os casos nominais -nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo, ablativo e efetivo-, no português. De acordo com Barros:

E por que (como ia disse) por sermos filhos da lingua latina, temos tanta conformidade com ella, que conuẽ usármos dos seus termos: principálmente em cousas que tem seus próprios nomes, dos quães nã deuemos fogir (BARROS, 1540, p. 21).

Seguindo a lição de Donato, João de Barros atribui os casos latinos não apenas para o nome, mas para o pronome e o particípio pela assimilação do português ao latim, no entanto, “considera os casos pela regência e não pela terminação” (BUESCU, 1971, p. 311) dos nomes, como ocorria no latim. Conforme explica o autor,

Casos, sam os termos per onde os nomes pronomes e partiçipios pódem andár, os quães termos dádo que nã mudẽ a sustança do nome: gouérnã a órdem da oraçám mediante o uérbo (BARROS, 1540, p. 21).

A definição de caso dada por João de Barros mostra que o autor cumpriu seu objetivo de descrever o português utilizando as mesmas regras de descrição da língua latina. O autor, no entanto, aponta diferenças entre o português e as línguas clássicas, apesar de admitir a filiação latina, como se pode ver no seguinte trecho:

Das declinações do nome.

Como ã o nome e uérbo está a força de toda a linguágẽ, per o réal poderio *que* ambos nella tẽ (como ia dissémos,) assy em declínár hũ, e cõiugár o outro, está o mais sustãciál e dificultoso de toda a grãmática. Esta dificultdade mais é entre os Latinos e Gregos pola uariaçã dos cásos, que açerca de nós e dos Hebreos: por que toda a sua e nõssa uariaçã é de singular a plurár. Os Latinos tem çinquo declinações, os Grégos tẽ outras çinquo simples, que na quinta fórmã outras a que chamã contrátas, Os Hebreos tem duas, hũa dos nomes masculinos, e outra dos femininos. A nõssa linguágem declinasse em outras duas, a hũa podemos chamár, uogál, por ser dos nomes que acábã nas uogáes: e a outra consoante, por acabárem os nomes que per ella declinamos nestas çinquo consoantes, l, m, r, s, z: Nam fálo em nomes estrangeiros que se terminam em outras leteras como Isac, Iacob. Declinacám açerca da nõssa linguágem quer dizer uariaçam, por que quando uariamos o

nome de hũ cáso ao outro em o seu artigo, ãtã ô declinamos, como se póde uer nestas duas declinações. (BARROS, 1540, p. 24-25)

Para a descrição das declinações do nome, Barros menciona a *universalidade* do nome e do verbo, já referida no início da gramática pelo próprio autor, como elementos existentes em todas as línguas. O autor também distingue declinação de conjugação, o que, de acordo com Leite (2007, p. 287), já havia sido posto por Fernão de Oliveira, para a gramática portuguesa. Quanto às declinações, o autor enumera cinco para o latim e para o grego, com algumas alterações em relação ao latim, e duas para o hebraico e para o português. Para o hebraico, uma declinação dos nomes masculinos e outra dos nomes femininos, para o português, uma dos nomes terminados em vogal e outra dos nomes terminados em consoante (l, m, r, s, z). O autor também explica que na língua portuguesa, declinação significa variação, ou seja, declinar é variar o artigo que antecede o nome. Vale notar que, apesar de mencionar a variação do artigo e de demonstrá-la, João de Barros não informa que essa diz respeito à união de uma preposição a um artigo. O artigo com suas variações funciona, então, como um especificador que determina o caso ao qual o nome pertence.

Diferentemente de João de Barros, mas ainda seguindo a tradição gramatical latina, Amaro de Roboredo apresenta três declinações para o português em *-o*, *-a*, *-e*, e as mesmas cinco declinações já referidas pelo gramático português, João de Barros, para o latim. Os casos são seis, tanto para o latim quanto para o português, e a distinção casual entre ambas as línguas dá-se pela terminação dos nomes que varia de acordo com a propriedade da língua; enquanto no latim os nomes modificam suas terminações, no português as terminações dos nomes não variam (cf. ROBOREDO, 1916, p. 2). Conforme explica Roboredo:

Caso he special differença do Nome. Chamase Caso, que he queda, que o Nome dà do seu derecho assento, que he o primeiro *Nominativo*, para o *Genitivo*, & para o *Dativo*, *Accusativo*, *Vocativo*, & *Ablativo*. E são estes Casos assi chamados seis, naturalmente necessarios para declarar os varios conceitos do animo. Desta differença de Numeros, & Casos, nasce a Declinação do Nome: a qual não he mais que hum apartamento, que elle faz de seu derecho assento pelos Casos abaixo: *como Homo*, se aparta deste seu derecho assento para o *Genit. Hominis; Dat. Homini; Accus. Hominem* &c. As ultimas syllabas dos Casos em cada Numero são semelhantes em muitas linguas, principalmête vulgares, & Hebraica; porem na Latina, & Grega não são semelhantes em todos os casos, senão em algũs (ROBOREDO, 1619, p. 65-66)

Roboredo acrescenta um elemento novo para a gramática portuguesa no que diz respeito aos casos nominais, “o ânimo”. Os seis casos nominais que declaram as funções sintáticas de uma palavra na oração, são usados para “declarar os vários conceitos do ânimo”, ou seja, da razão. Outro fato que distingue a gramática de Roboredo das anteriores é que o autor tenta dar razão aos fatos gramaticais, como se pode observar da justificativa dada para a distinção e o uso das declinações nominais.

Por fim, Contador de Argote seguindo a descrição feita por seus antecessores portugueses aplica a declinação casual para o nome, o artigo e o pronome. Sobre a declinação casual dos nomes o mestre (M.) pergunta e o discípulo (D.) responde:

M. Dissestes, menino, que o nome se declinava por casos, & que cousa he declinar o nome por casos?

D. He repetir o nome com o seu artigo, e com as mudanças do artigo. Isto he na lingua Portugueza, que na Latina não he assim (ARGOTE, 1725, p. 4-5).

Mesmo utilizando as regras do latim para descrever o português, Contador de Argote reconhece que ambas as línguas divergem entre si e, assim como João de Barros, considera a distinção casual, para o português, pela variação dos artigos que antecedem os nomes. Argote continua sua exposição sobre os casos do nome:

M. E que cousa he caso?

D. Caso he a postura, ou posição do nome.

M. E que cousa he a postura do nome?

D. Isso aprende-se na Syntaxe.

M. E tendes entre tanto outro modo, porque digais que cousa he caso?

D. Sim, mas não taõ proprio.

M. Dizey-o.

D. Caso he a mudança de letras, que faz o artigo.

M. E o artigo muda de letras?

D. Sim, segundo os casos, como logo direy.

M. E quantos casos ha?

D. Seis em cada numero.

M. Quaes são?

D. São estes, Nominativo, Genitivo, Dativo, Accusativo, Vocativo, Ablativo (ARGOTE, 1725, p. 6).

Ao afirmar que o caso “he a postura, ou posição do nome”, Contador de Argote destaca uma diferença em relação ao latim, já observada por João de Barros. Enquanto na língua portuguesa a função sintática do nome depende de sua posição na oração, no latim a função sintática é indicada pela terminação nominal. O autor dá ainda outra definição para o caso nominal a fim de atenuar a compreensão desse fato gramatical: “[c]aso he a mudança de letras, que faz o artigo”. Essa mudança diz respeito à junção de uma preposição a um artigo que unidos antecederão o nome e definirão sua função na oração.

Quanto às declinações, Contador de Argote apresenta duas para a língua portuguesa, “a declinação dos nomes, que antes de si tem no Nominativo o artigo *O*, e as dos nomes, que no Nominativo tem antes de si o artigo *A*” (ARGOTE, 1725, p. 9). Trata-se de outra diferença em relação ao latim, que conta com cinco declinações, cujas flexões modificam a terminação dos nomes.

Considerações finais

O exame do horizonte de retrospectiva da categoria *nome* mostrou-nos que a teoria da *universalidade* das regras do latim se confirma para a língua portuguesa e se configura na adaptação das regras da gramática latina à gramática portuguesa.

Para a distinção do nome entre substantivo e adjetivo, vimos que de acordo com o percurso feito, das gramáticas antigas às gramáticas portuguesas, se tratava de uma única categoria que dispunha de duas

características, uma que designava a essência do nome e outra que se acrescentava à essência para determiná-la, caracterizá-la, ou como algo que pudesse ser acrescentado a essa essência o que, posteriormente, foi denominado adjetivo.

Sobre os casos nominais e as declinações, os gramáticos portugueses, com exceção de Fernão de Oliveira, seguem com alguma alteração o modelo das gramáticas das línguas clássicas, e utilizam o quadro latino para descrever o português. Os casos nominais são os mesmos utilizados por Donato — nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo, ablativo —, com exceção do caso efetivo referido por João de Barros que corresponderia, de acordo com o autor, a um sétimo caso latino. A distinção casual é feita de modos diferentes pelos autores. Fernão de Oliveira não considera a distinção casual para os nomes da língua portuguesa por não aceitar que “o português era a continuação do latim” (LEITE, 2007, p. 301). Amaro de Roboredo, para mostrar a semelhança entre as regras, considera a terminação dos nomes, assim como os gramáticos antigos, o que para o português não varia. João de Barros e Contador de Argote consideram a variação do artigo anteposta aos nomes, e não a terminação dos nomes, o que revela uma adaptação às regras da gramática latina. Essa variação diz respeito à fusão de uma preposição a um artigo. Contudo, o fato de Barros e Argote não mencionarem uma fusão, mas uma variação ou mudança na forma do artigo, deve-se ao fato de os autores não reconhecerem esse fenômeno como tal.

Quanto às declinações apresentadas pelos autores, essas também variam: João de Barros aponta duas declinações, uma dos nomes terminados em vogal e outra dos nomes terminados com as consoantes l, m, r, s, z; Amaro de Roboredo aponta três declinações para o português em *-o*, *-a*, *-e*; e Contador de Argote aponta duas declinações, definidas pelos artigos *o* e *a* que antecedem os nomes.

Como vimos, os gramáticos portugueses apresentam descrições distintas justamente porque essas regras não correspondem aos fatos gramaticais da língua portuguesa que elas descrevem.

Finalmente, podemos afirmar que a teoria tradicional greco-latina é inerente à gramática, e, por isso, alguns fatos que caracterizam essa teoria foram aplicados às línguas vernáculas, ainda que não fossem próprios a essas línguas, como vimos para o tema da declinação casual, que é um dos fatos que revela a *universalidade* das regras do latim.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Gramáticas antigas

DIONÍSIO DA TRÁCIA. *Arte*. Trad. Martinho, Marcos. Letras clássicas, n.11. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

DONATO. *Arte menor*. Trad. Dezotti, Lucas. Letras clássicas, n.11. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

Gramáticas portuguesas

ARGOTE, Jeronymo Contador de. **Regras da Lingua Portugueza, espelho da lingua latina**, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portuguesa. 2.ed. Lisboa: Oficina da Musica, 1725. Acessível em: [http://ctlf.ens-](http://ctlf.ens-lyon.fr/t_voirtexte.asp?num=1331&fic=3304_pt_Argote_T01&aut=Argote,%20Jer%C3%B3nimo&txt=1&hd=1)

[lyon.fr/t_voirtexte.asp?num=1331&fic=3304_pt_Argote_T01&aut=Argote,%20Jer%C3%B3nimo&txt=1&hd=1](http://ctlf.ens-lyon.fr/t_voirtexte.asp?num=1331&fic=3304_pt_Argote_T01&aut=Argote,%20Jer%C3%B3nimo&txt=1&hd=1)

BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa [1540]**. Edition semi-diplomatique par Carlos Assunção, Anabela Leal de Barros e Gonçalo Fernandes. Lyon, Paris: CTLF, 2017. Acessível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?num=3302.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000, [1536].

ROBOREDO, Amaro. **Methodo grammatical para todas as linguas [1619]**. Edition semi-diplomatique par Carlos Assunção, Anabela Leal de Barros et Gonçalo Fernandes. Lyon, Paris: CTLF, 2017. Acessível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?num=3303.

Fontes secundárias

ASSUNÇÃO, Carlos e FERNANDES, Gonçalo. **Estudo introdutório**. In: ROBOREDO, Amaro. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Edição facsimilada. Coleção Linguística 1. Centro de estudos em Letras. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro: Vila Real, 2007.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. de Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

BARATIN, Marc; BIVILLE, Frédérique; BONNET, Guillaume; COLOMBAT, Bernard; GARCEA, Alessandro et al.. **Priscien. Grammaire Livre XVII. Syntaxe I**. Paris: Vrin, 2010.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Estudo introdutório**. In: BARROS, João. *Gramática da língua portuguesa*, Cartinha, Diálogo em louvor de nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha. Reprodução facsimilada, leitura, introdução de notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean- Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. Trad. Jaqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

LEITE, Marli Quadros. **O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma**. São Paulo: Humanitas/ Paulistana, 2007.

NEBRIJA, Antonio de. **Gramatica de la lengua castellana**. Com fac-símile do MS. Introducción y notas de Miguel Angel Esparza; Ramón Sarmiento. Madri: Fundación Antonio de Nebrija, 1992 [1492].

NEVES, Maria Helena Moura. **A vertente grega da gramática tradicional. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. São Paulo: UNESP, 2005.

ROSIER-Catach Irène. **Quelques aspects de la diversité des discussions médiévales sur l'adjectif**. In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 14, fascicule 1, 1992. L'Adjectif: Perspectives historique et typologique. pp. 75-100. Acessível em: https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1992_num_14_1_2342

A transmissão do texto literário em livro didático: a metodologia de análise em debate

Bárbara Bezerra de Santana PEREIRA¹

Resumo: Ao analisarmos, mesmo que panoramicamente, o cotidiano da escola pública brasileira, poderemos atestar a importância e o destaque atribuídos ao Livro Didático. Seja devido à falta de outras ferramentas, seja pela comodidade em se ter “pronto” um repertório de textos e atividades, esse material, muitas vezes, ganha status de base única para aulas de quaisquer disciplinas, principalmente para as de Língua Portuguesa. Tendo em vista esse fato, trazemos como cerne motivador do presente trabalho a seguinte questão: Como ocorre o processo de transmissão de um texto literário no Livro Didático? Para tentar responder a essa e outras perguntas, escolhemos como corpus um gênero textual muito presente nesse tipo de material, a crônica, mais precisamente as de Rubem Braga. Ao longo de 62 anos de atividade jornalístico-literária, Braga tornou-se o principal nome da crônica brasileira, tanto pela qualidade literária quanto pela fidelidade ao gênero. Sua constante presença nas páginas de livros didáticos motivou a escolha e delimitação desse corpus. Para darmos conta de responder a diversos questionamentos e refletirmos acerca da transmissão de textos em veículos que visem o ensino, nos ancoramos nas bases teórico-metodológicas da Filologia, mais precisamente da Crítica Textual.

Palavras-chave: Crítica Textual; Metodologia; Crônicas; Rubem Braga; Livro Didático

Introdução

O conteúdo do presente artigo é um pequeno recorte de nossa pesquisa de doutorado que objetiva analisar a crônica de Rubem Braga pelo viés filológico, tomando como *corpus* suas crônicas encontradas em livros didáticos de Língua Portuguesa (doravante LDLP) aprovados pelos PNLD² dos anos de 1999, 2002 e 2005. Para tanto, nos ancoramos nos parâmetros metodológicos da Crítica Textual, realizando, entretanto, adaptações tendo em vista as idiosincrasias do material analisado.

Ao tratar de método concernente ao trabalho do crítico textual, mais precisamente às fases desenvolvidas ao longo do tempo, Blecua (1983) faz uma ressalva ao apontar para a falta do que ele chama de unanimidade entre os filólogos, “A disparidade de critérios na divisão do processo vem determinada pelo próprio desenvolvimento histórico da Filologia”³ (BLECUA, 1983, p. 31. Tradução nossa). Seguindo essa esteira, destacamos que ao longo de sua existência o fazer filológico, no âmbito da Crítica Textual, vem passando por diversas propostas metodológicas. Desde a clássica alemã de Lachmann⁴, passando pela francesa de Bédier, pela italiana de Pasquali, pela norte-americana de Greg e Bowers, entre outras. Sendo assim, essa diversidade metodológica da Crítica Textual denota a constante busca pelo melhor labor filológico em prol do texto fidedigno. A depender do tipo de *corpus*, gênero textual, material, público alvo e objetivo

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FLP-USP), sob orientação do Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida. E-mail para contato: barbarabsp@usp.br.

² Atualmente denominado Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

³ La disparidade de criterios en la división del proceso viene determinada por el propio desarrollo histórico de la Filología” (BLECUA, 1983, p. 31.)

⁴ Apesar de ser um marco da Crítica Textual, Lachmann nunca escreveu sistematicamente, em forma de manual, sua base metodológica, sendo o prefácio da edição de Lucrécio (de 1850) o escrito que mais tenha se aproximado desse intento. (SPAGGIARI e PERUGI, 2004)

do editor, muitos podem ser os caminhos trilhados na esfera deste tipo de pesquisa. E não há de ser diferente quando nos atemos ao texto encontrado em materiais didáticos. Buscamos elaborar um caminho metodológico que nos conduza de forma clara e coerente aos objetivos propostos.

Podemos considerar que, no campo da pesquisa filológica, algumas foram as investidas em analisar materiais didáticos. Temos como marco inicial o trabalho empreendido por Mendes (1986), intitulado *A fidedignidade dos textos nos livros didáticos de Comunicação e Expressão no Brasil*. Dos anos de 1980 aos dias de hoje, surgiram novas pesquisas, tais como as de Alves e Rodrigues (2012), Alves (2016), cujos focos passam pela análise de textos em livros didáticos de espanhol⁵ e reflexões acerca da importância da Crítica Textual no currículo dos Cursos de Letras. Cambraia (2005) apresenta um capítulo acerca dessa temática, fazendo referência a Mendes (1986), destacando a importância do labor filológico voltado para o campo do ensino. Telles (2016) faz referência ao assunto, também citando o trabalho de Mendes (1986). Baldow (2013) faz a análise dessa relação de fidedignidade e o ensino de literatura, na qual a autora constata que as transgressões existentes nos livros didáticos analisados foram realizadas a fim de atender ao que ela denomina de “propósitos de didatização” do texto. Santiago-Almeida, Silva e Morandini (2018) apresentam resultados de pesquisa também nesta linha com excertos de Iracema (José de Alencar) e de Quincas Borba (Machado de Assis) com uma proposta metodológica até então inédita. Seguindo essa última linha metodológica, Barreto (2019) publica um artigo em que trata do processo de transmissão de trechos de Grande Sertão: Veredas (Guimarães Rosa) em livros didáticos.

O presente artigo busca contribuir para este campo em crescimento que, apesar de profícuo, apresenta desafios de análise tendo em vista os melindres próprios dos *corpora*.

1 filologia e ensino

Apesar de pouco estudada, a relação entre a Filologia e o Ensino remonta à origem da própria disciplina filológica. Segundo Spina (1994, p. 67) no período helenístico, a educação grega passa a voltar o olhar para uma formação “de natureza mais espiritual, marcadamente literária [...] um ensino de caráter institucional, escolar”. Sendo assim, surge a necessidade e a preocupação de preparar textos adequados e legíveis para esse público.

Uma cultura de tipo livresco, de tendência literária, favorecida pela disseminação de escolas para as crianças, dos sete aos dezenove anos de idade, *suscitou a preocupação de preparar textos legíveis, de apurá-los e publicá-los*. É a fase edótica da Filologia; e os procedimentos elementares de apuração textual já vinham sendo postos em prática pelos próprios

⁵ Sobre estes trabalhos, vale destacar três monografias de conclusão de Curso de Especialização, defendidas em 2016, todas orientadas pelo Professor Sandro Márcio Drumond Alves Marengoda UFS (Universidade Estadual de Sergipe), as quais apresentam pesquisas de base metodológica amparada na filologia para análise de textos em livros didáticos de língua espanhola. São elas: “PNLD 2012 X PNL 2015: Um estudo de crítica textual na coleção *Enlaces*”, de Santos (2016); “Textos literários e crítica textual: uma análise da coleção *Cercanía Joven* (PNLD 2015)”, de Sacramento (2016); e “Crítica Textual e Livros Didáticos: os textos literários na coleção *Enlaces* (PNLD 2012 e 2015)”, de Rodrigues (2016).

escolistas de Alexandria, que já procuravam recensear toda a tradição manuscrita, ordená-la e cotejar os testemunhos, anotando à margem desse material as dúvidas, as obscuridades e os erros textuais. (SPINA, 1994, p. 67. Grifo nosso)

Dessa forma atestamos que os procedimentos da Crítica Textual foram utilizados e também formulados com um intuito pedagógico, de preparação de texto para a prática do ensino das crianças gregas. Apesar da origem e das práticas imbricadas no labor filológico, os estudos que versam sobre essa relação ainda são poucos. Cambraia (2005, p. 191) ressalta que “[...] raras tem sido atualmente as abordagens de ensino que levam em conta os problemas de transmissão dos textos”.

Quando falamos de estudos filológicos voltados para o ensino, geralmente desembocaremos na análise de textos presentes em materiais didáticos (livros, apostilas, módulos, etc.). Dentro dessa perspectiva, como já colocado, nos deparamos com o trabalho Mendes (1986) o qual apresentou o resultado de um projeto que tinha por objetivo verificar como os textos literários “[...] eram tratados pelos autores de livros didáticos de Comunicação e Expressão” (MENDES, 1986, p. 163). A autora e seu grupo selecionaram 36 livros⁶ e deles retiraram, aleatoriamente, 150 textos (entre versos e prosas) e fizeram suas análises verificando aspectos concernentes ao campo da Crítica Textual. Através dessas análises, puderam identificar e levantar os tipos de alterações que ocorriam e que implicavam na questão da fidedignidade do texto. Aspectos como supressões, acréscimos de palavras e/ou expressões, modificações referentes a pessoas e tempos verbais, pontuações, entre outros, foram destacados. A seguir, abrimos um parêntese para apresentar uma síntese das reflexões realizadas pela autora e os resultados alcançados com essa pesquisa.

O primeiro ponto destacado por Mendes diz respeito à falta de indicação quando se trata da fragmentação de uma obra, ou seja, mesmo que o texto seja apenas um trecho ou vários trechos não há nenhuma indicação disso, como, por exemplo, o uso de parênteses ou colchetes e reticências, (...), [...].

[...] um fato comum a quase todos: não se costuma indicar que se trata de fragmento, quando um texto não foi integralmente transcrito. O mesmo ocorre quando o texto é interrompido e retomado adiante. Por vezes, as supressões de trechos nos dão a impressão de que isto se dá em função do espaço, ou seja, sacrifica-se a unidade do texto, para que se encaixe num pedaço do papel que a ele foi destinado, depois de feitas as ilustrações (MENDES, 1986, p. 163).

Vemos que a autora levanta uma hipótese de motivação bem prática para esse ocorrido: a diagramação do livro, isto é, a busca por adequar o texto ao espaço da página, com sua moldura e ilustrações. Essa mesma hipótese motivacional é levantada na análise de poemas. Nesse gênero foram identificadas supressões ou acréscimos tendo em vista a emolduração à página e alterações referentes à estrofação.

Outro ponto destacado refere-se aos títulos dos textos, alguns alterados, outros simplesmente inventados. As referências bibliográficas também aparecem como um problema; quando são indicadas (o

⁶ Destacamos os anos e séries elencados no trabalho de Mendes (1986). Os testemunhos foram coletados em 36 livros (4 de 1978, 1 de 1979, 1 de 1980, 4 de 1981, 3 de 1982, 10 de 1983, 1 de 1984, 12 livros não indicam ano de publicação), de 1ª série à 8ª série, ou seja, todas as séries que correspondem atualmente ao ensino fundamental (1º e 2º ciclos)

que nem sempre acontece), de maneira geral, não apresentam o formato adequado de acordo com os parâmetros da ABNT; além de casos de referências incompletas ou, simplesmente, erradas. Quanto à pontuação, a pesquisadora enfatiza que “Apenas diremos que de todos os textos pesquisados não houve um só que não tivesse, pelo menos uma vez, um caso de pontuação modificada” (MENDES, 1986, p. 169).

Sobre a gênese dessas “falhas” e sobre quem recai a responsabilidade delas, Mendes (1986, p. 169) assim questiona e observa:

Muitas vezes, diante das deturpações textuais, questionamo-nos sobre a origem dessas falhas: seria consequência da falta de bons revisores? ou da falta de critério na escolha das edições de que se utilizaram os autores? ou se trata da “perpetuação” de erros, através de transcrições? *De qualquer forma, a responsabilidade maior será sempre daqueles que preparam os livros didáticos.*⁷(Grifo nosso)

Quanto aos autores dos textos transcritos e deturpados, o artigo ressalta que em um congresso de Literatura Infantil e Infanto-juvenil, ocorrido em 1985, houve mesas-redondas com as presenças de autores queixosos do tratamento que seus textos estavam tendo ao serem transcritos para livros didáticos, “Denunciaram que só por acaso ficam sabendo das mutilações de que são vítimas suas obras, pois nem eles nem as respectivas editoras são consultados a propósito das transcrições.” (MENDES, 1986, p. 169).

No que tange às principais dificuldades encontradas para a realização da pesquisa, a autora destaca a precariedade das referências bibliográficas e o difícil acesso aos textos indicados como referência. Ao final, faz o seguinte alerta: “Quando se enfatiza tanto que o ensino de língua deve ser centrado em textos, é mister que nos mobilizemos para defender a fidedignidade dos mesmos, como primeiro passo para um ensino que se pretende sério.” (MENDES, 1986, p. 171).

O trabalho de Mendes serviu e serve de base de inspiração para outros que tomam como *corpora* textos transcritos em materiais didáticos e escolhem como método o filológico.

2 A transmissão do texto em livros didáticos: o que podemos encontrar?

Sabemos que no processo de transmissão de um texto muitas são as divergências que podem ser encontradas. Em se tratando de um texto com fins didáticos, essas divergências ganham uma notoriedade, pois esses geralmente são os primeiros contatos (às vezes únicos) do aluno com o texto literário. Cambraia (2005) faz essa reflexão e destaca a importância do cuidado no processo de transmissão para livros didáticos, haja vista seu público e a característica formativa desse veículo de informação.

Se, por um lado, não se pode negar que o erro é inerente ao processo de transmissão dos textos (a crítica textual existe justamente em função dessa realidade incontestável), por outro lado, dada a amplitude do público que se utiliza de livros didáticos e dado ainda seu

⁷ Na presente pesquisa, tomaremos como base o conceito de autor do livro didático como uma entidade coletiva, haja vista as atuações de editores, diagramadores, revisores, ou seja, uma equipe de elaboração.

caráter formativo, o rigor na elaboração de textos dessa natureza é seguramente um imperativo ao qual não se pode furtar. (CAMBRAIA, 2005, p. 193)

Por mais plausível que seja a justificativa e motivação de uma alteração, essa deve ser, ao menos, indicada e informada ao leitor; caso contrário dá-se a impressão de que não houve preocupação e cuidado com a propriedade intelectual do autor e com o conteúdo do texto literário transcrito.

Vários motivos podem ser levantados para tentar explicar as alterações. Seja para tornar o texto mais engraçado, mais atrativo ao aluno, para adequar a linguagem a algum objetivo didático ou à faixa etária indicativa, seja por abrandamento vocabular, para adaptar o texto à norma gramatical padrão ou, simplesmente, por censura. Essas motivações encontram-se também atreladas à complexa natureza do livro didático, imersa num determinado contexto de produção, sofrendo interferências de várias instâncias, desde o ponto de vista histórico ao político, passando pelo cultural, social e econômico.

Outro aspecto passível de reflexão refere-se às implicações que as modificações possam causar para a interpretação do texto e sua análise de cunho crítico-literário. Mendes (1986, p. 168) observa que as interferências causam o que denomina de “mutação da expressividade”, além dessa consequência podemos levantar outras, tais como, descaracterização da obra e do autor, perda de conteúdo para análise, empobrecimento do texto, etc. Mesmo que as interferências possam parecer pequenas, qualquer alteração modificará a mensagem do texto. Sobre esse assunto, Cambraia (2005, p. 193) pontua que

[...] análises superficiais de textos podem dar a impressão de que alterações em pequenos pontos não têm impacto sobre o texto de forma geral, mas a reflexão aprofundada sobre uma obra mostra, de maneira evidente, como as modificações na forma de um texto interferem claramente na sua interpretação.

Essas constatações reforçam nossa proposta de refletir acerca das interferências dessas divergências numa análise crítico-literária, já que elas modificam não apenas a estrutura do texto, mas seu sentido.

Voltando à transmissão do texto em si, não deixamos de ponderar que, durante esse processo, as divergências, as quais denominamos variantes, podem aparecer mesmo que não tenham sido intencionais. Entretanto, sendo involuntárias ou voluntárias (e nesse caso, muitas podem ser as intenções e motivações) as modificações precisam ser apontadas e analisadas para que o conteúdo do texto (com a personalidade, características e intenções do autor) não seja maculado.

Cambraia (2005) indica como provável origem dos problemas de transmissão de textos o desconhecimento dos preceitos de Crítica Textual por parte de estudantes de Letras e cursos afins. Vejamos:

Considerando o modesto espaço – quando há! – que a crítica textual ocupa na formação acadêmica dos estudantes de Letras, Comunicação, Biblioteconomia, História, dentre outros, não será de surpreender que a origem desses problemas esteja em grande parte no total desconhecimento dos problemas relativos à transmissão de textos.” (CAMBRAIA, 2005, p. 193-194)

Ainda acerca da relação da Filologia, na vertente da Crítica Textual, com o ensino e seu espaço na formação acadêmica do profissional de Letras, Alves (2016, p. 60) observar que:

É justamente a partir desta concepção de alterações e do que efetivamente acarreta no processo de letramento, que estabelecemos uma ligação da Crítica Textual e com os estudos de materiais didáticos, vinculados à Linguística Aplicada. [...] Desta forma, notamos que a Filologia, sempre vista vinculada a estudos de linguística histórica, também exerce sua importante contribuição aos estudos de ensino-aprendizagem de línguas por meio do estabelecimento dos textos dispostos nos livros e materiais didáticos.

Partindo desses motes, chegamos às seguintes questões: até que ponto a preocupação com a fidedignidade do texto faz parte da agenda dos estudantes e cursos de Letras? De forma geral, há o cuidado em se escolher uma edição confiável para a leitura, seja de um texto literário ou teórico? E quanto ao livro didático, será que o professor (que cursou licenciatura em Letras) se atém a essa questão? Ou nunca questiona a autoridade desse instrumento? Essas são questões apenas provocativas para futuras reflexões, mas que reverberam durante todo o processo da pesquisa.

3 Aspectos metodológicos

Tomando por base as pesquisas empreendidas por Mendes (1986), Baldow (2013), Alves (2016) e Santiago-Almeida, Silva e Morandini (2018), focalizamos nosso olhar no processo de transmissão de um gênero textual específico e de um único autor. Reiteramos que as análises do *corpus* se alicerçam em referências do campo da Crítica Textual, da história e produção do livro didático, da teoria literária focada no gênero crônica, bem como dos aspectos referentes à obra rubembraguiana.

Temos por base metodológica o exercício de cotejo entre testemunhos. Para uma melhor compreensão desse confronto, faz-se necessário um esclarecimento referente aos tipos de testemunhos que foram comparados e analisados. O primeiro tipo trata-se do texto/crônica transcrito no LDLP. O segundo testemunho trata-se do texto/crônica indicado como referência/fonte pelo LDLP. Mendes (1986) não especifica os testemunhos que consultou para a análise que empreendeu, entretanto deixa clara sua preocupação com a identificação de textos fidedignos para realização do cotejo entre os textos. Sobre esse aspecto ela observa que,

Para proceder ao confronto dos textos, utilizamos, sempre que havia referência bibliográfica, as edições citadas, desde que, de acordo com os critérios filológicos, pudéssemos considerá-los fidedignos ou fiéis. Em caso contrário, ao na falta da referência bibliográfica, comparamos com as edições referenciadas no final do trabalho, selecionadas, evidentemente, de acordo com os mesmos critérios. (MENDES, 1986, p. 169).

Como um dos objetivos deste trabalho é o de identificar as variantes existentes no texto encontrado no LDLP e refletir acerca dessas modificações e suas motivações, decidimos realizar o cotejo entre o texto transcrito no LDLP e o texto indicado como referência/fonte pelo mesmo LDLP; considerando, entretanto, que esse último seja comprovadamente um texto autoral (mesmo que depois tenha sido modificado pelo

próprio autor e independentemente do veículo de publicação: jornal, revista ou livro). Como pudemos atestar ao analisarmos o processo de produção escrita de Rubem Braga, a reescrita de suas crônicas era uma constante, mesmo nas já publicadas em livros. Dessa forma, o encontro de um único texto de base para cotejo diferente do indicado pelo LDLP não se justificaria tendo em vista tanto o *corpus* quanto os objetivos propostos nesta pesquisa. Sendo assim, cada crônica possui um texto de base para cotejo, aqui denominado Testemunho Indicado como Referência (TIR) pelo LDLP.

Quais caminhos percorrer tendo como *corpus* um texto imerso num contexto discursivo como o do LDLP? No presente trabalho, iniciamos com a tarefa primeira do trabalho crítico textual: a revisão. Segundo Spaggiari e Perugi (2004, p. 32), “ ‘recensio’ (lat. ‘resenha’ e ‘recenseamento’) – levantamento e recolha da inteira tradição supérstite.” Realizamos duas revisões, a primeira foi a coleta das crônicas de Rubem Braga encontradas em LDLP aprovados pelo PNLD dos anos de 1999, 2002 e 2005. A partir dos catálogos disponibilizados pelo programa, fizemos o levantamento dos livros e a consequente pesquisa do material indicado. A grande maioria dos livros foi encontrada no acervo da Biblioteca do Livro Didático (BLD)⁸, da Faculdade de Educação da USP; outra parte foi encontrada em sebos.

Com o acesso aos livros, passamos para o processo de coleta e registro das crônicas. Analisando o índice, ou em certos casos⁹ página por página dos livros, realizamos a catalogação desses testemunhos, levantando suas fichas e o escaneamento ou fotografia do texto (além da capa e ficha catalográfica do livro). Na atividade de catalogação, foram elencadas informações referentes também às referências dos textos indicados como fonte de cada crônica encontrada.

Posteriormente, realizamos a segunda revisão do que denominamos Texto Indicado como Referência (TIR), ou seja, os textos que são citados (quando são) como fonte dos LDLP pesquisados. As pesquisas dos TIR foram realizadas em bibliotecas e sebos. Apesar de Braga ter publicado originariamente suas crônicas em jornais e revistas, elas se perpetuaram em livros e coletâneas. Destacamos, a coleção *Para Gostar de Ler*, da editora Ática, como uma das fontes mais referidas nos livros didáticos, assim como a coletânea de crônicas publicadas no livro *200 crônicas escolhidas*, em suas várias edições desde o ano de 1977.

Após a coleta, partimos para o cotejo entre os testemunhos, ou seja, para a fase denominada de colação. De acordo com Cambraia (2005, p. 135) “a colação (lat. *colatio*), etapa em que se comparam os diversos testemunhos de um texto para se localizarem lugares-críticos”. Entende-se por *lugares críticos* as divergências encontradas durante a comparação dos testemunhos. A essas divergências damos o nome de variantes. A partir dos confrontos entre testemunhos, realizamos o levantamento da variante existente e sua

⁸ Site da Biblioteca do Livro Didático (BLD/FE/USP) <http://www4.fe.usp.br/biblioteca/acervos/biblioteca-do-livro-didatico/>. O acervo dessa biblioteca é composto por exemplares de LDs (cerca de 12 mil), de diversas séries e disciplinas, desde o século XIX até nossos dias.

⁹ Quando no índice do livro não aparecia a autoria dos textos transcritos.

consequente classificação. A classificação aqui proposta segue a esteira de Blecua (1983) que, a partir das categorias aristotélicas, assim apresenta as quatro tipologias dos chamados *erro*s: adição, omissão, alteração de ordem e substituição. Para complementar a identificação das variantes apresentados no texto, acrescentamos, utilizando por base o trabalho de Souza (2017, p. 51), as categorias separação e junção de parágrafos¹⁰.

A utilização do termo *variante* em lugar de *erro* encontra-se alicerçada no fato de, com o passar do tempo, o termo *erro* ter ganhado uma rigidez conceitual que o tornou menos adequado para o trabalho filológico/linguístico, segundo Spaggiari e Perugi (2004, p. 70)

A partir dos anos 70 do século passado, uma saudável injeção de categorias linguísticas favoreceu a elaboração de modelos aptos a superar alguns impasses históricos [...]. Assim, o termo 'erro', simplista e pouco adequado, por estar desprovido de margem indispensável de elasticidade, tende a ser limitado, cada vez mais, aos erros puramente mecânicos.

Blecua (1983) utiliza o termo *erro*, entretanto deixa claro que o caracteriza como uma ação involuntária do copista: “[...] nos referimos especificamente aos erros próprios de cópia, erros acidentais cometidos por um copista de forma inconsciente”, destacando que é diferente das mudanças que são originárias de atitudes voluntárias do copista, conclui que “Todo erro supõe uma mudança, mas nem toda mudança supõe um erro”.¹¹ (BLECUA, 1983, p. 20. Tradução nossa). No texto intitulado *Sobre a tipologia dos erros ou variantes em crítica textual*, Celso Cunha (1985) disserta acerca dos conceitos de erro, variante e inovação, os quais o autor classifica como de “importância capital” para o campo da ecdótica. Cunha observa, em nota de rodapé, que utilizará os termos erro e variante “indiferentemente [...] para designar os chamados *erros significativos* ou *erros guias*” (CUNHA, 1985, p. 330. Grifos do autor). Nessa mesma nota, cita Dom Quentin, destacando que este, assim como outros estudiosos, “rejeitam a própria noção de ‘erro’, preferindo considerar os desvios textuais como ‘variantes’”.

Destacamos todas as variantes encontradas, desde pontuação, uso de maiúsculas e minúsculas até aspectos em níveis morfológicos, sintáticos, lexicais e discursivos. Consideramos todos estes aspectos como substanciais, haja vista a natureza do material analisado, isto é, aspectos concernentes à pontuação, uso de maiúsculas e minúsculas podem ser modificados com algum intuito pedagógico, frente ao conteúdo estudado no LDLP.

Tendo em vista a especificidade do *corpus*, os objetivos deste trabalho e seu público alvo, decidimos apresentar os testemunhos pesquisados e as variantes encontradas de duas formas. A primeira forma traz os dois testemunhos na íntegra, numa edição conservadora, um ao lado do outro, à esquerda o texto transcrito no LDLP e à direita o texto indicado como referência. Neste caso, apresentamos as variantes

¹⁰ Poderíamos ter indicado essas categorias referentes aos parágrafos como tipos de adição e omissão. Entretanto, para uma melhor visualização das variantes nos textos analisados, decidimos separar nessas duas categorias.

¹¹ “[...] nos referimos especificamente a los errores propios de la copia, errores accidentales cometidos por un copista de forma inconsciente” / “Todo error supone un cambio, pero no todo cambio supone un error.” (BLECUA, 1983, p. 20)

presentes no texto do LDLP seguindo critérios e símbolos adaptados do trabalho de Souza (2017), acrescentando uma chave de cores para cada tipo de variante (menos os dois critérios referentes à junção ou separação de parágrafos). Esta inclusão de destaque busca facilitar a visualização das divergências. As cores também são indicadas nos TIR.

Quadro 1

Classificação da variante	Símbolo indicativo	Cor
Omissão	[∅]	Vermelho
Adição	[]	Azul
Substituição	{ }	Verde
Alteração da ordem	< >	Amarelo
Separação do parágrafo	[+§]	
Junção de parágrafo	[-§]	

Fonte: elaboração própria.

Uma segunda proposta de apresentação deste cotejo, dá-se da seguinte maneira: o texto transcrito no LDLP é apresentado por completo e as variantes presentes são destacadas com os símbolos em negrito (neste caso não utilizamos a chave de cores), ao lado do texto e próximo a cada variante, destacamos, em notas laterais (rodapé), as formas encontradas no TIR, também em negrito.

À guisa de exemplificação, escolhemos a crônica “Ela tem alma de pomba”, encontrada no livro didático *Encontro e reencontro em Língua Portuguesa*, de 1998.

Exemplo da proposta 1:

TEXTO TRANSCRITO NO LDLP	TEXTO INDICADO COMO REFERÊNCIA
PRATES, Marilda. Encontro e reencontro em Língua Portuguesa : reflexão e ação. 5ª série. São Paulo: Moderna, 1998.	Revista Veja , Edição número 447, de 30 de março de 1977, página 9. ¹²
Ela tem alma de pomba Que a televisão prejudica o movimento da pracinha [∅], não há dúvida. Sete horas da noite era hora de uma pessoa acabar de jantar, dar uma volta pela praça e depois pegar a sessão das {oito} no cinema.	Ela tem alma de pomba Que a televisão prejudica o movimento da pracinha Jerônimo Monteiro, em todos os Cachoeiros de Itapemirim , não há dúvida.

¹² Destacamos algumas observações referentes ao TIR pelo livro didático, *Encontro e reencontro em língua portuguesa*. Ao final da crônica nos é apresentada a seguinte referência “Rubem Braga, Revista *Veja*, n 375, jul. 1976”. Ao pesquisarmos essa fonte, averiguamos que no número da revista indicado não havia nenhuma crônica do autor. Ao voltarmos para o Texto Base percebemos que a data indicada ao final da crônica pelo autor era *Abril de 1977*. Voltamos aos arquivos da revista *Veja* e chegamos ao que consideramos a indicação correta do TIR: Revista *Veja*, Edição 447, de 30 de março de 1977, página 9. Pudemos atestar essa referência ao cotejarmos os testemunhos. Outro fato que deve ser levantado acerca do TIR refere-se a um outro testemunho dessa mesma crônica, do livro didático *Português: educação e o desenvolvimento do senso crítico*, de Gianini et ali, datado do ano de 1988. Ao cotejarmos as crônicas apresentadas nos dois livros didáticos, dos anos de 1988 e 1998, verificamos a quase total fidelidade, com exceção de uma única divergência (referente ao modo de um verbo). Sendo assim, podemos levantar a hipótese de que o livro de Prates (1998) tenha tomado por base o livro de Gianini et ali (1988) ou outro livro. Contudo, não encontramos, até o momento, nenhuma relação entre esses dois livros didáticos. Mesmo assim, levantamos a hipótese de que a referência indicada possa ter sido “inventada” ou equivocadamente colocada pelo livro de 1988 e o livro de 1998 simplesmente copiado. Portanto, tendo em vista as evidências de que o real TIR seja a revista *Veja* de março de 1977, assim o escolhemos para a realização do cotejo e suas análises.

Agora todo mundo fica em casa vendo uma novela, depois outra novela.

[ø]

Que a televisão prejudica a leitura de livros, também não há dúvida. Eu mesmo confesso que lia mais quando não tinha televisão.

Rádio, a gente pode ouvir baixinho, enquanto está lendo um livro. Televisão é incompatível com livro – e com tudo mais nesta vida, inclusive [ø] boa conversa [ø].

Também acho que a televisão paralisa a criança numa cadeira mais que o desejável. O menino fica ali parado, vendo e ouvindo, em vez de sair [ø], chutar uma bola, brincar de bandido, inventar uma {história} qualquer para fazer. Por exemplo: quebrar um braço.

Só não acredito que televisão seja “máquina de fazer doido”.

Até acho que é o contrário, ou quase o contrário: é máquina de amansar doido, [ø] fazer doido dormir.

Quando você cita um inconveniente da televisão, uma boa observação [ø] é que não existe nenhum aparelho de TV, em cores ou em preto e branco, sem um botão para desligar.

Mas quando um pai de família o utiliza, isso pode produzir o ódio e rancor no peito das crianças, e até de outros adultos. [- §] Se o apartamento é pequeno, a família é grande, e a TV é <uma só> {;} então a sua tendência é para ser um fator de rixas intestinas...

- Agora você agarra nessa porcaria de futebol...

- Mas, francamente, você não tem vergonha de acompanhar essa besteira de [ø] novela?

- Não sou eu [ø], são as crianças!

- Crianças, [já] para a cama!

Mas muito lhe será perdoado, à TV, pela sua ajuda aos doentes, aos velhos, aos solitários. Na grande cidade – {num apartamento pequeno} [e solitário] [ø], o grande consolo, a grande companhia. [ø]

A corujinha da madrugada não é apenas a companheira de gente importante, é a grande amiga da pessoa desimportante e só, da mulher velha, do homem doente... É a amiga dos entrevados, dos abandonados, dos que a vida esqueceu {n}um canto... ou dos que [ø] no meio da noite sofrem o assalto de dúvidas e melancolias... mãe que espera filho, mulher que espera marido... homem arrasado que espera que a noite passe, [ø] que a noite passe...

Sete horas da noite era hora de uma pessoa acabar de jantar, dar uma volta pela praça para depois pegar a sessão das 8 no cinema.

Agora todo mundo fica em casa vendo uma novela, depois outra novela.

O futebol também pode ser prejudicado. Quem vai ver um jogo do Cachoeiro F. C. com o Estrela do Norte F.C., se pode ficar tomando cervejinha e assistindo a um bom Fla-Flu, ou a um Internacional x Cruzeiro, ou qualquer coisa assim?

Que a televisão prejudica a leitura de livros, também não há dúvida. Eu mesmo confesso que lia mais quando não tinha televisão.

Rádio, a gente pode ouvir baixinho, enquanto está lendo um livro. Televisão é incompatível com livro – e com tudo mais nesta vida, inclusive a boa conversa, até o *making love*.

Também acho que a televisão paralisa a criança numa cadeira mais do que o desejável. O menino fica ali parado, vendo e ouvindo, em vez de sair *por aí*, chutar uma bola, brincar de bandido, inventar uma *besteira* qualquer para fazer. Por exemplo: quebrar um braço.

Só não acredito que televisão seja “máquina de fazer doido”.

Até acho que é o contrário, ou quase o contrário: é máquina de amansar doido, *distrair doido, acalmar*, fazer doido dormir.

Quando você cita um inconveniente da televisão, uma boa observação *que se pode fazer* é que não existe nenhum aparelho de TV, em cores ou em preto e branco, sem um botão para desligar.

Mas quando um pai de família o utiliza, isso pode produzir o ódio e rancor no peito das crianças, e até de outros adultos.

Se o apartamento é pequeno, a família é grande, e a TV é *só uma* – então sua tendência é para ser um fator de rixas intestinas.

- Agora você se agarra nessa porcaria de futebol...

- Mas, francamente, você não tem vergonha de acompanhar essa besteira *dessa* novela?

- Não sou eu *não*, são as crianças!

- Crianças, para a cama!

Mas muito lhe será perdoado, à TV, pela sua ajuda aos doentes, aos velhos, aos solitários. Na grande

	<p>cidade – num apartamentinho de quarto e sala, num casebre de subúrbio, numa orgulhosa mansão a criatura solitária tem nela a grande distração, o grande consolo, a grande companhia. Ela instala dentro de sua toca humilde o tumulto e o frêmito de mil vidas, a emoção, o <i>suspense</i>, a fascinação dos dramas do mundo.</p> <p>A corujinha da madrugada não é apenas a companheira de gente importante, é a grande amiga da pessoa desimportante e só, da mulher velha, do homem doente... É a amiga dos entrevados, dos abandonados, dos que a vida esqueceu para um canto... ou dos que estão parados, paralisados, no estupor de alguma desgraça... ou que no meio da noite sofrem o assalto de dúvidas e melancolias... mãe que espera filho, mulher que espera marido... homem arrasado que espera que a noite passe, que a noite passe, que a noite passe...</p>
--	--

Exemplo da proposta 2

TEXTO TRANSCRITO NO LDLP

PRATES, Marilda. **Encontro e reencontro em Língua Portuguesa: reflexão e ação.** 5ª série. São Paulo: Moderna, 1998.

Ela tem alma de pomba

Que a televisão prejudica o movimento da pracinha [∅]¹, não há dúvida.

Sete horas da noite era hora de uma pessoa acabar de jantar, dar uma volta pela praça e depois pegar a sessão das {oito}² no cinema.

Agora todo mundo fica em casa vendo uma novela, depois outra novela.

[∅]³

Que a televisão prejudica a leitura de livros, também não há dúvida. Eu mesmo confesso que lia mais quando não tinha televisão.

Rádio, a gente pode ouvir baixinho, enquanto está lendo um livro. Televisão é incompatível com livro – e com tudo mais nesta vida, inclusive [∅]⁴ boa conversa [∅]⁵.

Também acho que a televisão paralisa a criança numa cadeira mais que o desejável. O menino fica ali parado, vendo e ouvindo, em vez de sair [∅]⁶, chutar uma bola, brincar de bandido, inventar uma {história}⁷ qualquer para fazer. Por exemplo: quebrar um braço.

Só não acredito que televisão seja “máquina de fazer doido”.

Até acho que é o contrário, ou quase o contrário: é máquina de amansar doido, [∅]⁸ fazer doido dormir.

(1) TIR: Jerônimo Monteiro, em todos os Cachoeiros de Itapemirim,

(2) TIR: 8

(3) TIR: O futebol também pode ser prejudicado. Quem vai ver um jogo do Cachoeiro F. C. com o Estrela do Norte F.C., se pode ficar tomando cervejinha e assistindo a um bom Fla-Flu, ou a um Internacional x Cruzeiro, ou qualquer coisa assim?

(4) TIR: inclusive a boa conversa.

(5) TIR: boa conversa, até o *making love*.

(6) TIR: em vez de sair por aí, chutar uma bola.

(7) TIR: inventar uma besteira qualquer para fazer.

(8) TIR: é máquina de amansar doido, *distrair doido, acalmar*, fazer doido dormir.

(9) TIR: uma boa observação **que se pode fazer** é que não existe nenhum aparelho de TV

Quando você cita um inconveniente da televisão, uma boa observação [Ø]⁹ é que não existe nenhum aparelho de TV, em cores ou em preto e branco, sem um botão para desligar.

(10) TIR: só uma

(11) –

Mas quando um pai de família o utiliza, isso pode produzir o ódio e rancor no peito das crianças, e até de outros adultos. [-§] Se o apartamento é pequeno, a família é grande, e a TV é <uma só>¹⁰ {,}¹¹ então a sua tendência é para ser um fator de rixas intestinas...

(12) dessa

- Agora você agarra nessa porcaria de futebol...

(13) (...) o sou eu não, são as crianças!

- Mas, francamente, você não tem vergonha de acompanhar essa besteira de [Ø]¹² novela?

(14) - Crianças, para a cama!

- Não sou eu [Ø]¹³, são as crianças!

- Crianças, [já]¹⁴ para a cama!

(15) Na grande cidade – num apartamentinho de quarto e sala,

Mas muito lhe será perdoado, à TV, pela sua ajuda aos doentes, aos velhos, aos solitários. Na grande cidade – {num apartamento pequeno}¹⁵ [e solitário] [Ø]^{16 e 17}, o grande consolo, a grande companhia. [Ø]¹⁸

(16 e 17) num casebre de subúrbio, numa orgulhosa mansão a criatura solitária tem nela a grande distração, o grande consolo, a grande companhia

A corujinha da madrugada não é apenas a companheira de gente importante, é a grande amiga da pessoa desimportante e só, da mulher velha, do homem doente... É a amiga dos entrevados, dos abandonados, dos que a vida esqueceu {n}¹⁹ um canto... ou dos que [Ø]²⁰ no meio da noite sofrem o assalto de dúvidas e melancolias... mãe que espera filho, mulher que espera marido... homem arrasado que espera que a noite passe, [Ø]²¹ que a noite passe...

(18) Ela instala dentro de sua toca humilde o tumulto e o frêmito de mil vidas, a emoção, o *suspense*, a fascinação dos dramas do mundo.

(19) (...) a vida esqueceu para um canto...

(20) ou dos que estão parados, paralisados, no estupor de alguma desgraça... ou que no meio da noite sofrem o assalto de dúvidas e melancolias

(21) TIR: (...) homem arrasado que espera que a noite passe, que a noite passe, que a noite passe...

3.1 Classificação das variantes

Para uma melhor visualização e análise das variantes, as destacamos separando-as por tipologia. Vejamos os exemplos a partir da crônica acima apresentada:

a) Casos de Omissões:

TEXTO TRANSCRITO NO LDLP	TEXTO INDICADO COMO REFERÊNCIA
i. Que a televisão prejudica o movimento da pracinha [Ø], não há dúvida	Que a televisão prejudica o movimento da pracinha Jerônimo Monteiro, em todos os Cachoeiros de Itapemirim , não há dúvida.
ii. [Ø]	O futebol também pode ser prejudicado. Quem vai ver um jogo do Cachoeiro F. C. com o Estrela do Norte F.C., se pode ficar tomando cervejinha e assistindo a um bom Fla-Flu, ou a um Internacional x Cruzeiro, ou qualquer coisa assim?

iii. Televisão é incompatível com livro – e com tudo mais nesta vida, inclusive [ø] boa conversa [ø].	Rádio, a gente pode ouvir baixinho, enquanto está lendo um livro. Televisão é incompatível com livro – e com tudo mais nesta vida, inclusive a boa conversa, até o making love .
iv. O menino fica ali parado, vendo e ouvindo, em vez de sair [ø], chutar uma bola,	O menino fica ali parado, vendo e ouvindo, em vez de sair por aí , chutar uma bola,
v. Até acho que é o contrário, ou quase o contrário: é máquina de amansar doido, [ø] fazer doido dormir.	Até acho que é o contrário, ou quase o contrário: é máquina de amansar doido, distrair doido, acalmar , fazer doido dormir.
vi. Quando você cita um inconveniente da televisão, uma boa observação [ø] é que não existe nenhum aparelho de TV	Quando você cita um inconveniente da televisão, uma boa observação que se pode fazer é que não existe nenhum aparelho de TV
vii. - Mas, francamente, você não tem vergonha de acompanhar essa besteira de[ø] novela?	- Mas, francamente, você não tem vergonha de acompanhar essa besteira dessa novela?
viii. - Não sou eu [ø], são as crianças!	- Não sou eu não , são as crianças!
ix. o grande consolo, a grande companhia. [ø]	o grande consolo, a grande companhia. Ela instala dentro de sua toca humilde o tumulto e o frêmito de mil vidas, a emoção, o suspense, a fascinação dos dramas do mundo.
x. ou dos que [ø] no meio da noite sofrem o assalto de dúvidas e melancolias...	ou dos que estão parados, paralisados, no estupor de alguma desgraça... ou que no meio da noite sofrem o assalto de dúvidas e melancolias
xi. que espera que a noite passe, [ø] que a noite passe...	que espera que a noite passe, que a noite passe , que a noite passe...
xii. Na grande cidade – {num apartamento pequeno} [e solitário] [ø], o grande consolo, a grande companhia... xiii.	Na grande cidade – num apartamentinho de quarto e sala, num casebre de subúrbio, numa orgulhosa mansão a criatura solitária tem nela a grande distração , o grande consolo, a grande companhia

b) Casos de substituições

TEXTO TRANSCRITO NO LDLP	TEXTO INDICADO COMO REFERÊNCIA
i. dar uma volta pela praça e depois pegar a sessão das {oito} no cinema.	dar uma volta pela praça para depois pegar a sessão das 8 no cinema.
ii. chutar uma bola, brincar de bandido, inventar uma {história} qualquer para fazer.	chutar uma bola, brincar de bandido, inventar uma besteira qualquer para fazer.
iii. {,} então a sua tendência é para ser um fator de rixas intestinas...	– então sua tendência é para ser um fator de rixas intestinas.
iv. É a amiga dos entrevados, dos abandonados, dos que a vida esqueceu {n}um canto	É a amiga dos entrevados, dos abandonados, dos que a vida esqueceu para um canto
v. Na grande cidade – {num apartamento pequeno} [e solitário] [ø], o grande consolo, a grande companhia...	Na grande cidade – num apartamentinho de quarto e sala , num casebre de subúrbio, numa orgulhosa mansão a criatura solitária tem nela a grande distração, o grande consolo, a grande companhia

c) Casos de adição

TEXTO TRANSCRITO NO LDLP	TEXTO INDICADO COMO REFERÊNCIA
i. - Crianças, [já] para a cama!	- Crianças, para a cama!
ii. Na grande cidade – {num apartamento pequeno} [e solitário] [∅], o grande consolo, a grande companhia...	Na grande cidade – num apartamentinho de quarto e sala, num casebre de subúrbio, numa orgulhosa mansão a criatura solitária tem nela a grande distração, o grande consolo, a grande companhia

d) Caso de alteração da ordem

TEXTO TRANSCRITO NO LDLP	TEXTO INDICADO COMO REFERÊNCIA
i. Se o apartamento é pequeno, a família é grande, e a TV é <uma só>	Se o apartamento é pequeno, a família é grande, e a TV é só uma...

3.2 Passos seguintes

Junto ao destaque das variantes e suas classificações, realizamos a análise do nível de comprometimento discursivo/semântico causado pela modificação, além de discutir e levantar hipóteses quanto à motivação dessa variante. Nesse momento, nos utilizamos do LDLP por completo, analisando todo o contexto discursivo em que a crônica se encontra inserida, desde o conteúdo didático referente ao gênero textual, à série, à temática da unidade, passando pela averiguação do PNLD em que o livro se insere, tendo em vista as normas do programa e o consequente contexto de produção do livro. Toda essa investigação converge para que as hipóteses de motivação sejam alicerçadas. Tanto levando-se em consideração o contexto macro de produção do LDLP da época, bem como o contexto mais direcionado à unidade temática em que o texto se encontra.

Depois dos processos já destacados, passamos a refletir acerca das implicações de ordem crítico-literária que essas variantes podem ocasionar e o quanto ferem a integridade e a fidedignidade do texto autoral.

Considerações finais

O presente artigo traz uma inicial proposta de análise que, aos poucos, vem sendo burilada. Tendo em vista um apuro qualitativo, bem como quantitativo dos dados desta pesquisa, propomos esta análise detalhada das variantes. A partir de então, possivelmente, encontraremos algumas respostas e levantaremos hipóteses, que poderão contribuir para uma compreensão maior do processo de transmissão desses textos em materiais didáticos.

Para finalizarmos, ressaltamos a importância de se ter acesso ao texto em sua fidedignidade, devendo este tipo de comprovação ser uma premissa para a utilização e análise de qualquer texto, principalmente os

que são utilizados com uma função didática. Como destacado por Telles, baseada em Tavini (1988), “[...] não nos esquecendo de que enquanto não dispomos de um texto fidedigno, todas as operações hermenêuticas e críticas podem tornar-se arbitrárias, intempestivas e inseguras” (TELLES, 2016, p. 336).

Referências bibliográficas

ALVES, S. M. D. A Crítica Textual na formação inicial docente: repensando o currículo a partir do livro didático. In: OLIVEIRA, L. E.; MENESES, J. S.(orgs.) **(Re)pensando as licenciaturas**. São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

ALVES, S. M. D., RODRIGUES, M. N. O texto literário no material didático de E/LE: (Re/Des)construções interculturais da leitura a partir da Crítica Textual. In: **Anais do II Congresso Internacional de Professores de Lengas Oficiais del MERCOSUR y II Encuentro Internacional de Asociaciones de Profesores de Lengua Oficiais del MERCOSUL**. Disponível em: https://www.academia.edu/23488879/O_TEXTO_LITER%C3%81RIO_NO_MATERIAL_DID%C3%81TICO_DE_E_LE_RE_DES_CONSTRU%C3%87%C3%95ES_INTERCULTURAIS_DA_LEITURA_A_PARTIR_DA_CR%C3%8DTICA_A_TEXTUAL Acesso em 15 set. 2017

ALVES, S. M. D., RODRIGUES, M. N. Crítica textual e os livros didáticos de espanhol do PNLD 2012: estudo da coleção enlaces. In: **Anais do XVI CNLF**. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2012 Cadernos do CNLF, Vol. XVI, Nº 04, t. 3. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_3/tomo_3.pdf. Acesso em 15 set. 2017.

BALDOW, V. M. F. S. **A genuinidade de textos literários em livros didáticos de língua portuguesa**. Feira de Santana – BA, 2013. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Letras e Artes, Programa de Pós Graduação em Literatura e Diversidade Cultural, 2013.

BLECUA, A. **Manual de crítica textual**. Madrid: Editorial Castalia, 1983.

BRAGA, R. **200 crônicas escolhidas**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, I. Enquanto os escritores escreverem... In: **IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina**. Campinas, 1990.

CUNHA, C. **Sob a pele das palavras: dispersos**. Organização, introdução e notas de Cilene da Cunha Pereira. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira., 1985

GIANINI, E. B.; AVILEZ, M. S. SILVA, M. M. **Português: Educação e o desenvolvimento do senso crítico**. 4ª série, São Paulo: Editora do Brasil, 1988.

MENDES, M. C. G. A fidedignidade dos textos nos livros didáticos de Comunicação e Expressão no Brasil. In: **I Encontro de Crítica Textual**, 1985, São Paulo. Anais do I Encontro de Crítica Textual: o manuscrito moderno e as edições. São Paulo: EDUSP, 1986. p. 163-174

PRATES, M. **Encontro e reencontro em Língua Portuguesa: reflexão e ação**. 5ª série. São Paulo: Moderna, 1998.

REVISTA VEJA - Edição 447 de 30 de março de 1977, página 9 Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/34104?page=1§ion=1>. Acesso em 28 jul. 2017

RODRIGUES, Milena Navarro. **Crítica Textual e Livros Didáticos**: os textos literários na coleção *Enlaces* (PNLD 2012 e 2015). 2016. 57f. Monografia (Especialização em Análise e Elaboração de Material Didático em Espanhol como LE na Educação Básica) – Departamento de Letras Estrangeiras – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2016.

SACRAMENTO, Marina R. S. Vieira do. **Textos literários e crítica textual**: uma análise da coleção *Cercanía Joven* (PNLD 2015). 53 f. 2016. Monografia (Especialização em Análise e Elaboração de Material Didático em Espanhol como LE na Educação Básica) – Departamento de Letras Estrangeiras – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2016.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M.; SILVA, L. M. & MORANDINI, G. (2018). A crítica textual pula o muro da escola. **Linha d' Água**, 31(2), 159176. Disponível em: <https://www.revistasusp.br/linhadagua/article/view/146148>.

SANTOS, Ericka Ellenn dos Santos. **PNLD 2012 X PNLD 2015**: Um estudo de crítica textual na coleção *Enlaces*. 84f. Monografia (Especialização em Análise e Elaboração de Material Didático em Espanhol como LE na Educação Básica) – Departamento de Letras Estrangeiras – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2016.

SOUZA, L. B. **Era uma febre, era um delírio**: edição crítica de *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães. 2017. 280 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SPAGGIARI, B.; PERUGI, M. **Fundamentos da Crítica Textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004

SPINA, S. **Introdução à edótica**: crítica textual. 2. ed. São Paulo: Ars Poética, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

TELLES, C. M. Que textos são oferecidos aos estudantes?. In: TELLES, C. M. **Estudos Filológicos: Linguística Românica e Crítica Textual**. ALMEIDA, et al (org.) Salvador: EDUFBA, 2016.

A língua portuguesa na Escola Americana e Mackenzie College: construção e afirmação do *ethos* protestante na sociedade paulistana

Enedino Soares PEREIRA FILHO¹

Resumo: Neste artigo — sob a perspectiva da história social da Língua Portuguesa — teceremos algumas considerações acerca da implementação e do uso da língua portuguesa na Escola Americana / Mackenzie College desde sua origem, em 1870, até 1920. Por se tratar de uma escola estrangeira cujos fundadores tinham o inglês como língua nativa, investigaremos o motivo pelo qual eles optaram por oficializar o uso e o ensino da língua portuguesa numa instituição localizada em São Paulo, algo incomum à época. Para isso foram consultados prospectos escolares, cartas endereçadas aos pais de alunos, discursos de oradores e paraninfos, revistas acadêmicas, materiais didáticos, atas e relatórios em geral. Por fim, observaremos quais foram as consequências dessa escolha para aqueles que integravam a comunidade Mackenzie e para a dinâmica sociocultural engendrada pela cidade de São Paulo naquele momento.

Palavras-chave: História Social da língua portuguesa; Escola Americana; Mackenzie College; Primeira república; São Paulo.

Introdução

Este trabalho integra um projeto de mestrado cujo objetivo é delinear alguns traços da norma gramatical da língua portuguesa escrita pela comunidade linguística constitutiva da Escola Americana e, posteriormente, Mackenzie College², em São Paulo, desde a sua origem, em 1870, até o início da década de 1920, lançando mão de um estudo aprofundado sobre a história social que envolve essa instituição.

Neste artigo, primeiramente, faremos um panorama de como essa instituição se inseriu na sociedade paulista, procurando responder às seguintes perguntas: quais eram suas intenções? Seus anseios? Com que bagagem histórica, sociocultural e ideológica os missionários protestantes estadunidenses que a fundaram chegaram em São Paulo para colaborar com o sistema de educação do estado e do país? De que maneira sedimentaram seu *modus operandi* e como afirmaram um *ethos* tão distinto daquele existente no Brasil até então?

Em seguida, apresentaremos alguns pontos sobre a história social da língua portuguesa observados desde que essa escola foi fundada. A escolha do português como língua oficial a ser utilizada em suas dependências, documentos, ensino e materiais didáticos e a ênfase dada à importância dessa língua como símbolo de respeito à nação e marca de nacionalidade estabelecem o primeiro elo entre os missionários protestantes — um povo pioneiro na atividade de evangelizar e instruir grandes contingentes de pessoas —

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FLP-USP), sob orientação da Profa. Dra. Marilza de Oliveira. E-mail para contato: enedius@hotmail.com.

² O estabelecimento educacional ao qual nos referimos como *Escola Americana* e *Mackenzie College* nasceu em 1870 como *Colégio Protestante*. Já em 1875, mudou de nome para *Instituto de São Paulo*. Em 1881, passa a se chamar *Escola Americana* e, finalmente, em 1896, foi inaugurado o prédio que abrigaria a escola de engenharia cujo nome era *John Mackenzie* (GARCEZ, 2004). Para facilitar o entendimento, usaremos as denominações *Escola Americana* e *Mackenzie College* para nos referirmos a essa instituição.

e um país em transição, como era o Brasil na segunda metade do século XIX. As posições ideológicas desses presbiterianos estadunidenses fundadores da Escola Americana eram parecidas com a dos republicanos brasileiros, num momento histórico bastante oportuno para a disseminação, no Brasil, dos valores modernos que circulavam na Europa e Estados Unidos. Esse conjunto de afinidades sugeria que a língua portuguesa escrita tanto por presbiterianos quanto por republicanos fosse semelhante no tocante às estruturas lexicais, gramaticais, semânticas e discursivas.

Para construir essa narrativa, foram consultados documentos originais produzidos pela Escola Americana e pelo Mackenzie *College*, como prospectos escolares, cartas endereçadas aos pais de alunos, discursos de oradores e paraninfos, revistas acadêmicas, materiais didáticos, atas e relatórios em geral. Além disso, foram utilizadas fontes secundárias sobre a história do protestantismo no Brasil, de um modo geral, e do Mackenzie, especificamente.

A história dessa instituição é narrada invariavelmente por membros dela própria. No século XX, o Mackenzie se tornou uma grande universidade cujos próprios professores se encarregaram de escrever sua história. Por isso, a imparcialidade com que tratam temas relacionados à história da Escola Americana e do Mackenzie, de um modo geral, é questionável do ponto de vista epistemológico. O caso mais agudo de parcialidade é o que diz respeito a Garcez (2004). Escrito por um presbítero, aluno e, posteriormente, professor do Mackenzie, esse texto exhibe marcas de subjetividade aparentes ora fazendo julgamentos e expressando opiniões controversas sobre o Mackenzie e suas relações políticas, sociais e culturais ora atribuindo a realização de fatos incontestes a poderes divinos. Talvez este seja o caso mais grave de parcialidade dentro da historiografia do Mackenzie, até porque Garcez tinha uma formação estritamente técnica no campo industrial, o que não acontecia com outras grandes obras como Ribeiro (1973), Oswaldo Hack, Mendonça (2008), Antônio Máspoli de Araújo Gomes e Alderi Souza de Matos que possuíam formação em ciências sociais ou áreas afins. Apesar disso, a contribuição dada por esses presbiterianos e mackenzistas é sem dúvida fundamental para a compreensão do que foi a chegada e a construção do protestantismo, do presbiterianismo de missão em São Paulo e, conseqüentemente, da Escola Americana e Mackenzie College.

No que concerne à história da língua portuguesa, utilizamos os mesmos documentos sobreditos e, além disso, uma mostra do modelo teórico proposto por Bourdieu (2008) no qual o sociólogo francês fala sobre a construção de uma língua legítima (ou oficial) e a unidade política que essa legitimação linguística pode proporcionar à instituição capaz de codificá-la e impô-la. Nesse sentido, o Mackenzie se torna um lócus privilegiado para esse tipo de análise, afinal, como veremos no decorrer deste trabalho, lá é possível encontrar um corpo de juristas da língua (gramáticos) e ao mesmo tempo seus agentes de imposição e controle (professores), encarregados de reproduzir e generalizar o uso dessa nova língua eleita que deve vigorar dentro e fora dessa instituição, sendo reconhecida como língua dominante por sua comunidade linguística.

1 A Escola Americana e o Mackenzie College em São Paulo desde o princípio

A Escola Americana iniciou suas atividades na província de São Paulo, em 1870. Suas origens estão relacionadas à missão de presbiterianos oriundos do norte dos Estados Unidos que começaram a chegar ao Brasil a partir da segunda metade do século XIX (GARCEZ, 2004, pp.42-43). Movidos por ideais protestantes de liberdade individual e de emancipação religiosa através da educação, esses missionários buscaram apoio ideológico e institucional na elite paulista de onde emergia uma burguesia citadina, constituída em sua maioria por intelectuais alunos e professores da Academia de Direito, profissionais liberais entre outros que seguiam na esteira do movimento republicano do final do século XIX.

Essa elite — também composta por uma pequena parcela da oligarquia produtora de cana-de-açúcar e café — era influenciada, em grande parte, pela cultura iluminista francesa em voga àquela época e reconhecia a necessidade de modernização do Estado e da sociedade civil de acordo com preceitos ditados pelos capitalismo europeu e estadunidense. Desse modo, almejavam a formação de novos quadros dirigentes por meio de processos de educação mais consistentes que aqueles experimentados nas escolas imperiais vigentes até então. Ademais, apreciavam os princípios éticos e morais desses protestantes adeptos às ideias liberais e democráticas populares nos Estados Unidos da América desde o final do século XVIII. Em contrapartida, essa fração da elite brasileira não dispunha *grasso modo* de um contingente expressivo para ser convertido ao protestantismo, de uma maneira geral, por ter uma formação religiosa profundamente católica que os levava a não simpatizar com alguns pontos da doutrina religiosa reformada. (CALVANI, 2009, p.64)

Os fundadores da Escola Americana eram religiosos cuja cosmovisão republicana, laica, cientificista, liberal e declaradamente anticatólica esbarrava no sistema arcaico de governo brasileiro baseado numa monarquia constitucional escravagista cuja base da economia consistia na monocultura exportadora e na vinculação do Estado à religião católica. (MENDONÇA, 2008, pp.158-167). Por outro lado, algumas afinidades políticas, filosóficas e econômicas entre estadunidenses e brasileiros suplantavam as desavenças religiosas fazendo com que a semente dessa escola pudesse vingar nesse território.

De 1870 em diante, a confluência de alguns fatores históricos, políticos e socioculturais contribuiu para que a Escola Americana e o Mackenzie College se transformassem num instrumento útil ao desenvolvimento e à modernização de uma pequena (porém significativa) parte de São Paulo. De 1872 a 1887 houve uma verdadeira refundação da cidade (KUVASNEY, 2017, pp.21-39) que começou a ampliar seus horizontes com o aumento da população geral e de imigrantes, especificamente; o alargamento das ruas que já existiam e a abertura de novas ruas; construção de pontes, instalação de iluminação pública e de sistemas de distribuição de água potável e a construção de novos meios de transporte como a linha férrea São Paulo Railway que ligava Santos a Jundiaí. Além disso, parte considerável da elite cafeeira passou a abandonar a administração das fazendas no interior para cuidar de negócios como a exportação do café e importação de bens de

consumo na capital. Toda essa inovação demandava conhecimentos avançados em áreas como a engenharia, ciências contábeis entre outras e, como veremos adiante, o Mackenzie investiu pesado nessas áreas.³

2 Do espaço doméstico para o domínio do estado

A Escola Americana iniciou seus trabalhos educacionais muito modestamente com algumas dezenas de crianças ensinadas pela senhora Mary Dascomb — esposa do pastor presbiteriano George Whitehill Chamberlain — em sua própria residência. O sucesso dessa empreitada foi rápido e fez com que a escolinha caseira apresentasse um crescimento exponencial em poucos anos devido às demandas educacionais da burguesia que recrudesciam *pari passu* com a cada vez menos provinciana cidade de São Paulo. No momento em que essas turmas ganharam vulto, tornou-se necessário ampliar as instalações, e o número de colaboradores — o que ampliava também o espaço social de atuação dessa escola. Seus princípios humanistas e democráticos faziam com que admitissem alunos provenientes de diversas nacionalidades, etnias, classes sociais e, no limite, de diversas religiões, oferecendo bolsas de estudos para aqueles que eventualmente não pudessem pagar as mensalidades. (STEWART, 1932, p.14)

Na década de 1880, Chamberlain decidiu retomar a missão original que o trouxe ao Brasil: evangelizar e converter "almas" para a fé protestante em suas viagens pelo interior do país. Não podia, portanto, se dedicar integralmente à escola que crescia vertiginosamente. Desse modo, passou seu cargo de diretor ao médico estadunidense Horace Lane com o objetivo de ampliar ainda mais e profissionalizar a Escola Americana, tornando-a assim um ambiente leigo de estudos (GARCEZ, 2008, pp.127-128; SANTOS, 2010, p.47).

Ao assumir o cargo de diretor em 1886, Lane investiu em professores altamente capacitados, com formação nas principais universidades do mundo, lançando mão do que havia de mais atual e sofisticado em termos de metodologia pedagógica e material didático. O método intuitivo de ensino-aprendizagem que previa estudos realizados individualmente, silenciosamente e em classes mistas (compostas por meninas e meninos) era um diferencial importante em relação às escolas imperiais, apoiadas no método dedutivo, com leitura em voz alta, memorização e castigos físicos (REIS FILHO, 1995, p.81). A educação do corpo através do esporte, o ensino técnico-profissionalizante e a formação de professores para lecionarem nas escolas de primeiras letras também eram prioridades para essa escola, o que rapidamente chamou a atenção da sociedade paulista (ESCHOLA AMERICANA, *passim*; PRADO, 1999, p.110).

Em 1890, morreu nos Estados Unidos o advogado John Theron Mackenzie, deixando em testamento uma quantia de cinquenta mil dólares para a construção de uma faculdade de engenharia no Brasil. Esse legado seria utilizado anos depois na construção do prédio que abrigaria a Escola de engenharia — inaugurada em 1896, que em homenagem ao referido advogado estadunidense, recebeu o nome de

³ Comunicação pessoal de Marilza de Oliveira.

Mackenzie College. Foi esse também o pontapé inicial para o que futuramente viria a ser o complexo educacional, o instituto e, finalmente, a Universidade Presbiteriana Mackenzie (GARCEZ, 2008, p.137).

Neste mesmo ano, Rangel Pestana e Caetano de Campos — o primeiro, político e professor da Escola Americana e o segundo, médico e diretor da Escola Normal de São Paulo — em nome do governo da Província de São Paulo, convidaram professores e especialistas da Escola Americana⁴ para colaborarem no aperfeiçoamento da Escola Normal e suas escolas anexas, com o intuito de ampliar e melhorar tanto a formação de professores quanto a formação dos alunos das escolas públicas através dos métodos inovadores de ensino-aprendizagem trazidos pelos estadunidenses. Novamente, o sucesso da empreitada foi tão grande que essas escolas públicas se tornaram modelo para todo o Estado e para outros Estados brasileiros também, encerrando o ciclo de tentativas e fracassos que, desde 1846, assolavam a Escola Normal e extinguindo as já escassas escolas imperiais cujo método de ensino era considerado ultrapassado e, no limite, de baixa eficácia. (GARCEZ, 2004, p.169; MONARCHA, 1999, pp.190-191).

Já havia na Escola Americana, desde a década de sua fundação, a Escola Normal para formação de professores e uma faculdade de filosofia. Da década de 1880 a 1915, outros cursos superiores foram instalados naquele que, doravante e — em homenagem ao advogado John Mackenzie — se chamaria *Mackenzie College*. O primeiro deles foi a escola de comércio (que se tornaria um curso de nível médio), seguida pelo curso de engenharia, arquitetura e química industrial (GARCEZ, 2004, *passim*).

3 A formação do *ethos* da comunidade Mackenzie

Nesse ambiente universitário, começaram a surgir organizações estudantis como o Centro acadêmico Horace Lane, além da publicação de revistas acadêmicas como as Revistas Avatar, Progresso e a Revista de engenharia. Também foi o momento dos discursos de paraninfos, documentos de valor inestimável para a compreensão de alguns aspectos relacionados à inserção da comunidade Mackenzie no cotidiano social, político e cultural de São Paulo.

Esses discursos eram proferidos em formaturas por autoridades acadêmicas, geralmente, provenientes dos cursos para os quais discursavam. Eram alunos, ex-alunos, professores e convidados em formaturas dos cursos de engenharia e ciências comerciais do *Mackenzie College*, publicados nas revistas sobreditas e avulsamente.

Num exemplo, antecede o discurso a notícia de um evento, trazendo o nome dos convidados ilustres e as atividades realizadas como a entrega dos diplomas, visita à exposição e de diversos estabelecimentos da capital. A notícia, aparentemente singela, do oferecimento de um banquete de 20 talheres na *Rotisserie*

⁴ O então diretor da Escola Americana e *Mackenzie College*, Horace Lane, indicou duas professoras com larga experiência na implementação da nova metodologia intuitiva de ensino-aprendizagem. Eram elas: Miss Marcia Browne e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade.

Sportman para a recepção dos hóspedes recupera a função do banquete como cenário para a exposição “de aventuras passadas ou a profecia de conquistas futuras” (TEIXEIRA, 2011, p.67), o que aqui se faz por meio do discurso. Com efeito, à mesa em forma de T,

Ao champagne, falou o Snr Dr. João F. de Camargo e Silva, que, em nome de seus collegas, num bellissimo e eloquente discurso offereceu um mimo a s. excia – o paranympo. (REDACÇÃO. 1915, p. 55)

Noutro exemplo, encontramos uma interessante comparação da São Paulo provinciana e bucólica do final do século XIX — já experimentada pelo próprio paraninfo — com a então jovem cidade de 1923, que começava a se modernizar num período que ficou conhecido como a *Belle Époque* paulistana:

Nesta hora [...] o meu espirito se concentra, e evoca uma epoca bem longinqua de minha vida, há quarenta annos passados, em que surge na minha imaginação esta querida cidade onde nasci, sem electricidade e telephones, sem tramways e viaductos; sem asphalto e jardins; sem gramophones e jazz-bands; e lembro-me do São Paulo de então, cidade das rotulas e da edificação colonial com os seus prolongados beiraeas; a classica garôa e noites de neblina; os carros de bois e tropas pelas ruas mal calçadas, os edificios modestos e tristes (STEIDEL, 1923, p.02)

Em seu discurso, o orador oficial – Dr. Heitor de Vargas Cavalheiro – discorreu sobre as funções e a importância da engenharia, historicizando-a, e procurou justificar a escolha do paraninfo, engenheiro de minas e civil, legitimando as atividades acadêmicas do Colégio Mackenzie:

De intenso jubilo nos achamos possuídos, com a presença do nosso illustre Paranympo o Dr. Miguel Arrojado Lisbôa.

Este nome sempre foi por nós pronunciado com respeito, como soem ser os dos homens de valor, no civismo, na sciencia e no trabalho impoluto e desinteressado.

Escolhendo-vos, illustre Paranympo, outro desejo não nos guiou, que não fosse o de ouvirmos de vossa autorisada competência, as palavras salutareas e de animo, que sempre cabem ao Paranympo proferir em occasiões como esta, e que brilhantemente proferistes.

Queríamos a paranumphar o acto da nossa formatura, um engenheiro de solido valor, que fosse simultaneamente um profissional acatado e um scientista consummado. (CAVALHEIRO, 1915, p.67)

Em tom laudatório e ufanista, repletos de advérbios, adjetivações e outras marcas de subjetividade, os discursos de paraninfos versam sobre as dificuldades e os atrativos oferecidos pelas carreiras dos recém-formados, além disso, apresentam um panorama do momento histórico e social vivido pelo Brasil no início de sua experiência republicana.

Influenciados pela retórica clássica – se enquadrando naquilo que Aristóteles chama de “gênero epidítico” – eles tendem a seguir um padrão formal pré-estabelecido, algo aproximado do modelo greco-romano que apresentava partes que compunham o discurso (sobretudo a *dispositio* que diz respeito à organização interna do texto). Ademais, chamam a atenção pelo tom veemente de seus oradores – em geral intelectuais conhecidos à época – que versam sobre a herança e a missão de estudantes, intelectuais,

políticos, religiosos entre outros na expansão da ordem e do progresso civilizatório nesse ambiente marcado pela instabilidade política e pela miséria material e intelectual da maioria da população:⁵

Meus caros collegas, ao vosso paranympho conferis uma honra excelsa [...] eu venho principalmente dar-vos a lição que vos ensinará a julgar-nos amanha, a nós os vossos maiores em idade, aos vossos mestres. Hoje, aqui, representaes de facto a geração que nos vae succeder, a herdeira dos thesouros incessantemente enriquecidos que nos transmittiram os nossos avós através dos millenios incommensuraveis. (ARROJADO LISBOA, 1915, p.56)

Constantemente ressoam aqui e acolá fortes apelos ao auditório em prol de valores morais tradicionais que afirmariam o *ethos* conservador e, ao mesmo tempo, progressista da elite cafeeira que investia muito dinheiro para industrializar a cidade:

A classe que assimila a cultura forma a mais elevada "elite" de uma nação e é nella que se deve consubstanciar os seus ideaes. A formação das elites directoras é uma das consequencias do desenvolvimento da acção collectiva. (ARROJADO LISBOA, 1915, p.65)

O nacionalismo, a fé cristã, a doutrina positivista em voga, a exaltação das máquinas advindas da “Grande América” e da Europa, a eugenia, a higienização dos centros urbanos e a instrução pública são alguns dos ideais civilizatórios propalados nesses discursos, muitas vezes, embasados por citações diretas provenientes de pensadores da época como o biólogo evolucionista Thomas Huxley e o filósofo positivista Auguste Comte, ídolos dessa elite intelectual neocolonizada.

4 A língua portuguesa na formação do *ethos* mackenzista

A partir do século XIX, Inglaterra e Estados Unidos iniciam uma corrida imperialista pelo mundo ocidental através da guerra, da disseminação do comércio, de estudos científicos, de técnicas industriais e de missões religiosas. Devido a esse crescimento vertiginoso das duas potências anglo-saxãs e de um realinhamento geopolítico de outros países europeus desenvolvidos, um novo surto de colonização — semelhante ao ocorrido no século XVI — colocou a questão linguística no centro das atenções (HOBSBAWN, 1990, p.128).

No início da década de 1870, a presença cada vez maior de missões religiosas protestantes no Brasil fez com que, em seus trabalhos, os missionários estrangeiros se deparassem com a questão do

⁵ No período que vai de 1915 a 1920, São Paulo já havia se tornado uma das principais capitais do Brasil. Com mais de 500 mil habitantes, seu protagonismo na relação com os outros estados do país advinha da crescente valorização do café como produto de exportação em larga escala; no rápido desenvolvimento da indústria (sobretudo a têxtil), do comércio e de outros setores de serviços; e também pela participação e influência constantes de membros da elite paulista na presidência da república. Por outro lado, com uma estrutura econômica altamente dependente da importação de artigos de primeira necessidade, maquinários e equipamentos mecânicos, São Paulo enfrentou grande crise em decorrência da Primeira Guerra Mundial que gerou a carestia de produtos e o aumento do custo de vida. Foi também nessa época que explodiram as primeiras grandes greves e manifestações operárias que reivindicavam melhores condições de trabalho e de vida para a classe trabalhadora e para a população pobre que residiam em bairros operários afastados do centro rico; bairros marginalizados onde não havia tratamento do esgoto, água encanada nem saneamento básico (FAUSTO, 1996, pp.265-303; ODALIA et al., 2010, passim).

multilinguismo. No estado de São Paulo, os cultos presbiterianos eram proferidos em línguas como o inglês e o alemão para colonos provenientes de países como a Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. O primeiro serviço religioso desse tipo de que se tem notícia em São Paulo, em língua portuguesa, se deu na cidade de Rio Claro, no dia 29 de novembro de 1863 (RIBEIRO, 1973, p.141-2).

O principal instrumento do crente era a palavra — fosse ela falada ou escrita — era preciso, pois, definir quais idiomas seriam priorizados em cultos e reuniões evangélicas e o mais importante: qual seria o lugar da língua portuguesa nesses trabalhos.

O exemplo do missionário presbiteriano George Whitehill Chamberlain — estadunidense e cofundador da Escola Americana⁶ — refletia a problemática das línguas em suas pregações:

Afóra o tempo occupado nas viagens indicadas e outras que tinha de fazer a esta Corte nos mezes de Janeiro e Abril tenho permanecido na cidade de S. Paulo mantendo culto público aos Domingos 2 vezes em Portuguez e uma vez em Inglez [...] (CHAMBERLAIN, 1871, p.18)

Sua preocupação com a vulgarização da língua portuguesa era considerável, sobretudo, num ambiente cosmopolita como a cidade de São Paulo onde, na segunda metade do século XIX, já havia um grande número de imigrantes estrangeiros provenientes de países como Itália, Espanha, Portugal, Alemanha e outros (BASSANEZI, 2008, p.19). Já em ambientes habitados predominantemente por imigrantes compatriotas — como era o caso dos confederados estadunidenses de Americana e Santa Bárbara D'oeste — a postura linguística do religioso era diferente daquela adotada na praça pública onde todas as raças, etnias e línguas circulavam:

Logo em seguida á ultima reunião do Presbyterio dirigi-me ao interior pregando em Inglez entre os colonos que existem na visinhança de Santa Barbara e em Portuguez nessa praça onde houve grande concorrência durante varias noites [...] (CHAMBERLAIN, 1871, p.28)

Outro momento interessante é aquele em que o pastor presbiteriano relata a primeira proferição de um culto evangélico em língua portuguesa numa determinada localidade: "Dirigimo-nos a capella nova de Patrocinio e ahi pela primeira vez celebramos culto Evangelico na lingua do paiz" (CHAMBERLAIN, 1871, p.35). Fazendo-nos inferir que aquilo era um avanço em relação aos cultos em línguas estrangeiras comuns nas colônias de imigrantes, e, mais do que isso: o fato de se celebrar um culto em língua portuguesa representava um grande avanço no processo de evangelização presbiteriana no Brasil, visto a dificuldade de conversão e proselitismo para o protestantismo de um povo fortemente aculturado pela religião católica dominante e hegemônica no país. Ademais, a população brasileira rural, nesse período, era praticamente analfabeta, o que propiciava muita rejeição à presença dos protestantes que se baseavam na leitura da Bíblia para converterem seus fiéis (MENDONÇA, 2008, pp.179-185) .

⁶ Como sabemos, a esposa de George Chamberlain, Mary Dascomb, foi a primeira professora daquilo o que viria a se transformar na Escola Americana. Portanto, não há sentido nenhum em não considerá-la, junto a seu marido, cofundadora dessa escola (N. do A.).

Ao fundarem a Escola Americana como ambiente educacional que se presumia moderno e inovador, os presbiterianos estadunidenses escolheram a língua portuguesa como língua oficial de ensino, em detrimento de outras línguas estrangeiras:

[...] E a língua inglesa crescia em importância, igualando-se à francesa no campo cultural, superando-a, até, no campo comercial. Por que, então, não se deveria empregar a língua inglesa oficialmente na Escola Americana? A ideia cresceu, tomou vulto e empolgou a assembleia. Só a muito custo Chamberlain conseguiu demover a tendência dos presentes, argumentando que o uso da língua portuguesa foi estabelecido como princípio fundamental desde a hora em que a primeira menina chegou à residência da sra. Chamberlain. (GARCEZ, 2004, p.57)

A escolha de qual língua deveria ser adotada oficialmente na impressão de material de ensino e nos cursos ministrados, em sua maioria, por professores estrangeiros é, portanto, um dos pontos chave do programa da escola:

O Estabelecimento toma em especial consideração o estudo theorico e pratico da lingua nacional, a que dará todo o possível desenvolvimento. (PROGRAMMA do curso superior da Eschola Americana, 1894, p.08)

Houve, sim, alguns protestos por parte de famílias e de pais de alunos que, talvez, desejassem que o curso fosse ministrado em francês, devido à escolha desse idioma pelas elites do período⁷ (é bem verdade que, no auge da *Belle Époque* paulistana, as famílias oligárquicas não se interessavam muito pelo aprendizado formal da língua portuguesa). Muitos pais contratavam preceptoras estrangeiras com a intenção de tornar seus filhos bilíngues ou políglotas, sempre privilegiando línguas estrangeiras como o francês, inglês, italiano ou alemão, pois a partir do momento em que já falassem o português e lessem notícias em português, passariam a se dedicar a línguas estrangeiras para se colocarem no mesmo patamar dos países civilizados. O que faltava era o estudo consciente e metódico da língua portuguesa para a elite que tinha a sua disposição todo o arsenal necessário para usá-la da melhor forma.

Mesmo assim, o pioneiro educador protestante da Escola Americana, George Chamberlain, não se abalou com as críticas dos pais que pleiteavam o ensino em línguas como o inglês ou o francês, optando pela língua portuguesa tanto como veículo de comunicação quanto como instrumento de ensino-aprendizado em sua recém constituída escola:

A língua na qual a instrução devia ser ministrada [...] Devia ser, salvo no caso particular do estudo de línguas estrangeiras, a língua portuguesa. Tal não foi a esperança de muitas famílias, facto que causou o cancelamento de nove dos primeiros doze matriculados. Apesar disto, a resolução foi mantida e assim foi possível responder, muitos anos depois, á circular do Departamento de Instrução Pública do Estado de São Paulo (estabelecendo o emprego da língua portuguêsã como vehiculo de ensino) que, desde a sua fundação, havia cerca de cinquenta annos, tal tinha sido o costume da escola (STEWART, 1932, p.17).

⁷ “Era comum no Brasil o emprego da língua francesa na instrução escolar, principalmente nos colégios religiosos, pois o francês era o idioma das elites. A poderosa França estendia sua influência em todos os ramos da atividade humana. A língua francesa oferecia, por isso, um fascínio irresistível.” (GARCEZ, 2004, p.57)

Além de conhecerem bem o idioma nacional, líderes e representantes da Escola Americana / Mackenzie College — como respectivamente era o caso de George Chamberlain e Horace Lane — não hesitaram em tecer grandes elogios à língua portuguesa que encontraram no Brasil, com a intenção de usá-la para implementarem seus domínios e sua influência cultural em São Paulo:

A língua do país é o português — uma língua irmã do espanhol, mas claramente, uma língua distinta. Trata-se de uma bela língua, apropriadamente chamada de “a filha mais velha” do latim. Ela é compacta, expressiva, flexível e bem adaptada à oratória e à literatura⁸.

Mais que o apreço pela variedade brasileira, é preciso lembrar que dentre os professores de língua portuguesa da Escola Americana/Mackenzie College, ainda no final do século XIX, destacaram-se três gramáticos de renome que inauguraram uma nova fase nos estudos gramaticológicos no Brasil. São eles: Júlio Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira e Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva. O primeiro, especificamente, foi responsável pela criação da primeira gramática da língua portuguesa baseada no método histórico-comparativo, rompendo com o modelo lógico-filosófico herdado dos gregos e vigente no Brasil até 1881 (FÁVERO & MOLINA, 2006). Além dos gramáticos supracitados, podemos, também, destacar a presença indireta de João Ribeiro que, a despeito de não ter sido professor ou integrante da comunidade Mackenzie, teve sua gramática adotada pela Escola Americana entre 1893 e 1904; sendo substituída pela gramática de Júlio Ribeiro, de 1904 a 1914 (PROSPECTO, 1893-1914, *passim*).

Desse modo, foi possível estabelecer o português como língua oficial no Mackenzie por meio de uma tríade difusora que envolvia gramáticos, professores e estudantes.

O Mackenzie se tornou então um centro difusor prestigiado de uma variedade culta da língua portuguesa em São Paulo, investido do poder codificador (veja os gramáticos que passaram por essa instituição); descodificador (por meio dos professores que atuavam ali) e, de maneira mais decisiva, do poder avaliativo e legitimador da norma linguística por parte desses dois atores sobreditos somados ao dos alunos:

Produzida por autores com autoridade para escrever, fixada e codificada pelos gramáticos e professores também incumbidos de inculcar seu manejo [...] a língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas. Ninguém pode ignorar a lei linguística que dispõe de seu corpo de juristas (os gramáticos), e de seus agentes de imposição e de controle (os professores), investidos do poder de submeter universalmente ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho linguístico dos sujeitos falantes (BOURDIEU, 2008, p. 32).

⁸ Tradução livre de: “*The language of the country is the Portuguese – a sister language to the Spanish, but clearly a distinct language. It is a beautiful language, and has been appropriately styled the eldest daughter of Latin. It is compact, expressive, flexible, and well adapted for oratory and literature.*” (LANE, 1890, p. 19.)

Paralelamente à inovação de seus métodos de ensino e de sua concepção de mundo, a Escola Americana tentou inovar na escolha da língua a ser usada dentro das aulas de diferentes disciplinas e fora delas. Atentos à força da imprensa e movidos pelo interesse em ampliar o rol de fiéis, provavelmente, eles lançaram mão desse feito como estratégia para se aproximar da nova burguesia que ascendia em São Paulo, construindo, com isso, sua aceitação por parte de algumas das principais esferas políticas e sociais com as quais tinha interesse de "negociar". O uso de uma nova estratégia linguística pode, também, ter levado o Mackenzie a instaurar suas bases simbólicas sempre de olho no futuro e no progresso desenvolvimentista, seus principais *leitmotivs*.

Considerações finais

Em *Nações e nacionalismos desde 1780*, Hobsbawn argumenta que a identificação entre língua e nacionalidade é uma criação ideológica que se fez a partir da construção da figura Estado-Nação ocorrida a partir das revoluções oitocentistas e novecentistas. É nessa onda ideológica que se insere a adoção da língua portuguesa na comunidade mackenzista nos anos que antecedem a virada do século XX.

O que é mais interessante nessa adoção do português nos espaços do Mackenzie é o fato de que seus mentores intuíaam que essa estratégia os levaria a ganhar o apoio de uma elite republicana cujo ímpeto nacionalista se tornava cada vez mais arrebatador. O uso do termo "língua nacional" — largamente explorado à época — e não "língua portuguesa" — pode ser interpretado como uma estratégia de aproximação do Mackenzie a um Brasil emergente cuja incipiente burguesia nacionalista almejava um desenvolvimento social, político e econômico independente. Era o começo de uma nova era na qual as novidades nos campos político e científico demandavam a fixação de uma nova língua que, ao mesmo tempo em que fosse inovadora, deveria ser também capaz de não descaracterizar o conceito de nação estabelecido até então pelos brasileiros. O uso do termo "língua nacional" também marca uma tentativa de afastamento de tudo o que se refere à memória do Portugal colonizador e aventureiro; do Portugal medieval e ultrapassado que, segundo o próprio Mackenzie havia saído da corrida das nações desenvolvidas há pelo menos duzentos anos.

[...] reformar a língua, expurgá-la dos usos ligados à antiga sociedade e impô-la assim purificada é o mesmo que impor um pensamento igualmente depurado e purificado. [...] é um conflito pelo poder simbólico cujo móvel é a formação e a re-formação das estruturas mentais. Não se trata, em suma, apenas de comunicar, mas de fazer reconhecer um novo discurso de autoridade, com seu novo vocabulário político, termos de estilo e referência, metáforas, eufemismos e a representação do mundo social por ele veiculada (BOURDIEU, 2008, p.34).

Finalmente, supomos que a variedade linguística usada no Mackenzie para se distanciar do modelo lusitano e se afirmar como língua nacional de uma nação emergente mantenha um grau de aproximação e distanciamento entre a norma culta e o vernáculo brasileiro, respectivamente. Haveria, pois, na comunidade Mackenzie algum traço gramatical que permitisse marcar uma diferença, ainda que sutil, entre as normas

cultas brasileira e portuguesa, assinalando desse modo uma maior aderência às causas nacionais. Além disso, é possível pensar em usos linguísticos inovadores capazes de marcar a presumível diferença existente entre o Mackenzie e outras instituições brasileiras, o que serviria para sedimentar e consolidar o *ethos* e o *status quo* do primeiro. Essas são algumas das questões que norteiam o trabalho linguístico desse projeto de mestrado em andamento.

Referências bibliográficas

ARROJADO LISBOA, Miguel. A instrução científica e o caracter (Discurso pronunciado pelo paronympho por ocasião da formatura dos engenheiros do Collegio Mackenzie em 19 de Novembro). **Revista de Engenharia do Mackenzie College**. São Paulo: Typografia Manderbach & Co. Anno 1, nº4, dezembro de 1915.

BASSANEZI, Maria; SCOTT, Ana; BACELLAR, Carlos; TRUZZI, Oswaldo. **Atlas da Imigração Internacional em São Paulo 1850-1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. Trad.: Sergio Miceli et alli. São Paulo: Edusp, 2008.

CALVANI, Carlos Eduardo B. A educação no projeto missionário do Protestantismo no Brasil. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2009.

CAVALHEIRO, Heitor de Vargas. "Discurso do orador oficial". **Revista de Engenharia do Mackenzie College**. São Paulo: Typografia Manderbach & Co. Anno 1, nº4, dezembro de 1915.

CHAMBERLAIN, George W.. **Relatório Pastoral**. Rio de Janeiro. 1871.

ESCHOLA AMERICANA. **Cartas circulares** (dirigidas pela direção aos pais de alunos da Escola Americana. Assinadas por Horace Lane, diretor). São Paulo, 1889 - 1899. Pasta de arquivo: Reconhecimento. Acervo Histórico e Cultural Mackenzie.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia Antônia Guedes. **As concepções linguísticas no século XIX – a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GARCEZ, Benedicto Novaes. **O Mackenzie**. 2.ed. São Paulo: Mackenzie, 2004.

HOBSBAWM, Eric. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Trad.: Maria Celia Paoli et all. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KUVASNEY, Eliane. **A representação da cidade de São Paulo nos albores do século XX**. Os mapas como operadores na construção da cidade espraiada. Tese (doutorado em geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/T.8.2018.tde-26042018-135249

LANE, H. M. "Higher Education in Brazil". **Prospectos**: A protestant College at Brazil. São Paulo, 1890.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir** - A inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Edusp, 2008.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Unicamp, 1999.

ODALIA, Nilo; CALDEIRA (Orgs.). **História do Estado de São Paulo** - A formação da unidade paulista. Vol. 2. República. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial, Arquivo público do Estado, 2010.

PRADO, Alice da Silva. **Um modelo pedagógico para a república**: práticas educacionais da Escola Americana em São Paulo (1870-1915). Dissertação de mestrado: PUC-SP, 1999.

PROGRAMMA do curso superior da Eschola Americana. São Paulo, 1894.

PROSPECTO Mackenzie College, São Paulo, 1893-1914.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal**. Origens da escola pública paulista. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

REDACÇÃO. "Engenheirandos de 1915". **Revista de Engenharia do Mackenzie College**. São Paulo: Typografia Manderbach & Co. Anno 1, nº4, dezembro de 1915.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil monárquico**. São Paulo: Pioneira, 1973.

SANTOS, Edwiges Rosa. **O Projeto Educacional Presbiteriano em São Paulo**: uma análise sócio-histórica da Escola Americana no período de 1870 a 1912. Tese de Doutorado em Ciências da Religião, PUC-SP, 2010.

STEIDEL, F. Vergueiro. **Discurso de Paranympo**. Aos bacharelandos em Ciências Commerciaes do Mackenzie College. 24 de novembro de 1923.

STEWART, C. T.. **Mackenzie College e Escola Americana**: notas para sua história e organização. São Paulo: [s.n], 1932.

TEIXEIRA, Ivan. **Os Lusíadas**. Apresentação e notas Ivan Teixeira, 6ª. Ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Algumas propriedades semânticas do item *trás* em dados do Português Brasileiro do século XX

Nayra SIMÕES¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal a breve descrição de algumas propriedades semânticas do item *trás* em todas as suas construções, a partir da coleta de dados em documentos brasileiros do século XX, do corpus do NURC (Rio de Janeiro). Adotando a perspectiva multissistêmica da língua (Castilho 2010), aliada à Linguística Cognitiva, e considerando as descrições de suas propriedades semânticas na literatura, busca-se analisar o uso do item *trás* para designação de espaço físico posterior, tempo e seus “usos metafóricos”, a fim de traçar novos questionamentos que auxiliarão no entendimento do caminho de mudança nesse item no Português Brasileiro.

Palavras-chave: Formações com *trás*; Multissistêmica; Semântica; Português; Inquéritos orais.

Introdução

O presente artigo insere-se na pesquisa intitulada “As construções formadas a partir do item *trás* no Português Brasileiro (séculos XVI-XXI): propriedades sintáticas e semânticas”² em fase de desenvolvimento. No recorte aqui apresentado, foca-se na análise qualitativa de dados coletados em inquéritos orais do Projeto NURC (Rio de Janeiro) quanto às propriedades semânticas de *trás* (e demais construções como *atrás*, *detrás* etc.).

Em geral, parte da literatura consultada sobre preposições e especificamente sobre o item *trás* concentra-se em sua classificação como preposição simples, advérbio ou ainda o inserem nas listas de locuções prepositivas ou adverbiais. Esse aspecto será abordado em outro momento da pesquisa mais ampla, sem a preocupação de definir a que classe pertencem as construções³ com *trás* (*detrás de*, *por trás de*, *atrás* etc.).

Após uma breve revisão da literatura, nomeadamente gramáticas normativas, descritivas e históricas, apresentada na seção 1, apresento a abordagem teórica adotada na pesquisa, a abordagem multissistêmica, seguida da metodologia adotada para este artigo (seção 3), para encaminhar assim a análise das propriedades semânticas de *trás*, desde sua acepção prototípica, a de espaço posterior, e verificar os demais sentidos depreendidos a partir de projeções metafóricas.

Ressalta-se que estou considerando qualquer ocorrência de *trás*, como *atrás*, *detrás*, *para trás*, *por trás* e *por detrás*, restringindo-me aqui a identificar as propriedades semânticas das construções com *trás* de forma geral, sem verificar o papel semântico dos itens à esquerda de *trás*. Por fim, resalto que o termo

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FLP-USP), sob orientação da Profa. Dra. Verena Kewitz. E-mail para contato: nayra.simoaes@usp.br.

² O título da pesquisa principal ainda sofrerá alterações.

³ O uso do termo construções é uma escolha metodológica para se referir as seguintes formas: *atrás*, *detrás*, *por trás*, *por detrás* e *para trás*. Não sendo o objetivo da pesquisa classificar cada uma delas e sim descrever as suas propriedades semânticas como construção.

“construções com *trás*” refere-se a qualquer uma das construções mencionadas acima, sem o compromisso teórico entre outros termos encontrados na literatura em geral (locuções prepositivas ou adverbiais), no quadro da Linguística Cognitiva (construção), ou na própria abordagem multissistêmica (preposições complexas).

1 O item *trás* na literatura

Não é ponto pacífico na literatura a classificação do item *trás*, dado que é colocado entre os advérbios (*atrás*), ora entre as locuções prepositivas (*atrás de*, *detrás de* etc.), sendo ainda classificado como preposição simples, embora geralmente com a ressalva de que se trata de uma preposição que caiu em desuso. Como o foco deste artigo não é a discussão em torno da classe de palavra a que pertence o item *trás*, vou me concentrar nas construções compostas por *trás* e nos sentidos atribuídos a elas por alguns autores de gramáticas normativas, descritivas e históricas⁴.

Inserindo *trás* no conjunto de locuções prepositivas, Cunha (1982: 377) cita *atrás de*, *por detrás de* e *por trás de*. Segundo o autor, as locuções prepositivas voltam-se para aos campos espacial, temporal e nocional e são marcadas pela expressão de movimento ou pela ausência de movimento.

Cunha; Cintra (2001: 578) afirmam que a preposição *trás* foi substituída pelas locuções *atrás de* e *depois de*, ou até mesmo *após*. A forma *trás* isolada teria se arcaizado no português atual, e seu sentido etimológico *além de* foi mantido em compostos como *trás-os-montes* e *trasanteontem*.

Nas gramáticas descritivas, *trás* consta na construção *atrás de* como um advérbio de caráter não fórico, expressando a circunstância de lugar, uma posição estática, respondendo à questão “onde?”, de acordo com Neves (2011: 262). Bechara (2009), por sua vez, insere *trás* no grupo de advérbios com os traços de dinamicidade e estaticidade, marcados indiferentemente, sendo *trás* um item que expressa uma situação definida e concreta, marcando uma situação horizontal. No quadro das locuções prepositivas, o autor menciona *atrás de*, que corresponde a uma preposição simples quanto ao valor e ao emprego, como em *O garoto escondeu-se atrás do móvel* (op. cit., p. 301). Além de *atrás de*, o autor lista *detrás de* e *por detrás de*.

Em gramáticas históricas e dicionários etimológicos, é unânime a afirmação de que *trás* provém da preposição latina *trans* que tinha o sentido “além de, para o outro lado de”, e como prefixo de verbos apresentava a ideia de “de um lado para o outro, inteiramente” (cf. Faria 1975: 1018), o que se observa em alguns verbos portugueses como *transferir*, *transportar* etc. Segundo Machado Filho (2013: 507), *tras* já aparece no português arcaico com o sentido de “atrás de”, mas ainda ocorrendo como preposição simples, como em *nã torne olho tras sy* e *pára-te tras mhas espadoas*.

⁴ Foram consultadas diversas gramáticas, mas para os propósitos do presente artigo, concentrei-me naquelas que tratam dos sentidos das formações com o item *trás*, sem a preocupação aqui de diferenciar e discutir seu estatuto enquanto advérbio, preposição simples, locução prepositiva e adverbial.

Said Ali (1971: 213), ao apontar a filiação de *trás* à preposição latina *trans*, afirma que esta sofreu a perda consoante nasal e a alteração plena do seu sentido primitivo ("além de"). Segundo o autor, "com a anteposição de *ad* e *de* formaram-se os advérbios *atrás*, *detrás*, dos quais por sua vez se geraram locuções prepositivas *atrás de* e *detrás de*". Em termos semânticos, o autor elenca as seguintes formas e sentidos nos dados do português arcaico: (i) *trás* com verbos de movimento, equivalendo a "após", "em seguimento de" e "em busca de" (*ir trás elle*), (ii) na expressão *tornar atrás* com o sentido de "reconsideração de um ato"⁵ (metafórico), (iii) além de "volver em direção contrária a caminho já percorrido" (espaço físico) nas formas *atrás*, *pera trás*, *por detrás* e *pera detrás*. O autor observa ainda o uso de *trás* com outras preposições (além de *a*, *de*, *por* e *para*), ainda que em raros exemplos, como em *corriam em tras ell* e *mais derriba contra tras* (op. cit., p. 214).

Mattos e Silva (1989: 255-256) atenta para a ausência do item *trás* no *corpus* que serviu de base para sua pesquisa (*Diálogos de São Gregório*), sendo a noção de espaço posterior expresso por *após* (*indo-se após ela*), *empós* (*indo-se empós eles*) e *depós* (*logo me vou depós ti*), que muitas vezes podem ter uma interpretação temporal, de acordo com a autora.

De forma geral, as gramáticas normativas e descritivas focam mais na questão da classificação de certos itens linguísticos como preposição simples ou advérbio, ou ainda como fazendo parte de locuções prepositivas ou adverbiais. Secundariamente, aborda-se o sentido de *trás*, sobretudo nas formações *atrás*, *detrás*, *por trás* etc., seguidas ou não pela preposição *de*. Já nos trabalhos de cunho histórico, pode-se depreender o percurso de mudança da forma latina *trans* para a forma portuguesa *trás*, em que o traço nasal é eliminado e o sentido primitivo "além de" alterado para "posição posterior", seja no espaço físico, no tempo ou em acepções metafóricas.

Várias questões podem ser apontadas a partir do levantamento apresentado acima, mas vou me concentrar, neste artigo, nas propriedades semânticas de *trás*, ficando a análise das propriedades sintáticas de *trás* e suas mudanças para pesquisas posteriores. Uma das questões refere-se à quando se deu a mudança do sentido primitivo de *trans*, presente ainda como prefixo (*transformar*, *transmitir* etc.), para localização no espaço posterior, o que pode ter se dado no latim vulgar ou remeter a formações recentes, já que *trans* como prefixo ocorre apenas no ocidente, segundo Maurer Jr. (1965: 245). O foco neste artigo recai sobre os usos atuais das formações com o item *trás* num recorte de dados do português brasileiro atual, a partir de um *corpus* oral, descrito na próxima seção.

⁵ Levanta-se a hipótese de que o uso do item *trás* como em *tornar atrás* tenha se mantido no português brasileiro atual (*voltar atrás*), com a noção de reconsideração de um ato, porém também com a ideia consequente de desistência, na forma *dar para trás*.

2 Metodologia e dados coletados

A pesquisa em que se insere este artigo compreende um período mais amplo do português, especificamente dados dos séculos XVI ao XXI. Para este trabalho, foi selecionado o século XX, um *corpus* de inquéritos orais, disponibilizados online na página do Projeto NURC – Rio de Janeiro⁶. Dada a grande quantidade de inquéritos disponíveis entre Elocução Formal (EF), Diálogo entre dois informantes (D2) e Diálogo entre informante e documentador (DID), optei por coletar os dados desse último por contemplar maior variedade de temas (como casa, comércio, cinema, família, finanças etc.), bem como por haver mais inquéritos do que os outros dois tipos.

A coleta de dados foi feita em 145 inquéritos; em 39 deles não foi encontrada nenhuma ocorrência do item *trás* em nenhuma de suas construções, e nos demais 106 documentos obteve-se o total de 305 ocorrências.

A análise dos dados, apresentada na seção 4, baseou-se nos pressupostos teóricos da abordagem multissistêmica, brevemente descrita na próxima seção, e em trabalhos de cunho funcionalista-cognitivista sobre as preposições no português brasileiro.

3 Pressupostos teóricos: a teoria multissistêmica da língua

O modelo teórico adotado nesta pesquisa é a abordagem multissistêmica da língua proposta por Castilho (2006, 2007, 2010), que insere a linguagem entre as ciências dos sistemas complexos. Essa abordagem tem seu fundamento no funcionalismo, mas sobretudo nos estudos de língua falada empreendidos no Brasil (projetos *NURC* e *Gramática do Português Falado*), além de sua extensão à diacronia do português brasileiro (Projetos *Para a História do Português Brasileiro* e *História do Português Paulista*, fases I e II). As pesquisas no âmbito das teorias sob o rótulo de Linguística Cognitiva complementam os postulados da multissistêmica, que podem ser assim resumidos (Castilho 2010: 69-79):

1. A língua é uma competência comunicativa: (...) habilidade de veicular conteúdos informativos, exteriorizar sentimentos pessoais e expressar instruções que devem ser seguidas. (...) A língua se manifesta na interação social pela conversação, considerada como a articulação discursiva mais fundamental.
2. As estruturas linguísticas não são objetos autônomos: as estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões do uso (...); não são totalmente arbitrárias (...); são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes, (...).

⁶ A escolha pelos inquéritos realizados pela equipe do Rio de Janeiro do Projeto NURC se deu por ser a única que disponibilizou o material em sua página na internet, o que permitiu a busca dos dados por palavra de forma mais ágil. Apesar dessa facilidade, ressalta-se que as transcrições dos inquéritos não seguem todas as normas propostas pelo Projeto NURC, contendo marcas típicas da escrita, como vírgulas, ponto final etc. Os exemplos colocados na seção 4 foram reproduzidos tal como se apresentam nessas transcrições, uma vez que o áudio de cada gravação não está disponível na página, impedindo assim realizar quaisquer ajustes nas transcrições em relação às normas.

3. A língua é pancrônica: formas do presente convivem com formas do passado. A separação entre diacronia e sincronia refere-se mais a uma metodologia de pesquisa do que à separação de estágios da língua.

4. A língua se fundamenta num aparato cognitivo: as línguas naturais representam em suas estruturas as categorias cognitivas mais básicas como PESSOA, ESPAÇO, MOVIMENTO, TEMPO, OBJETO, QUANTIDADE, QUALIDADE etc.

5. As estruturas linguísticas são multissistêmicas: [a língua] poderá ser definida através de premissas que tomem em conta a língua como um conjunto de processo e como um conjunto de produtos: (1) *Do ângulo dos processos, as línguas são definíveis como um conjunto de processos mentais, pré-verbais, organizáveis num multissistema operacional.* Os processos que organizam as línguas entendidas em seu dinamismo operam (i) simultaneamente, não sequencialmente; (ii) dinamicamente (não são entidades estáticas); (iii) multilinearmente (não são entidades unilineares). A língua-enquanto-processo pode ser razoavelmente articulada em quatro domínios: (1) lexicalização, (2) discursivização, (3) semanticização e (4) gramaticalização. (2) *Do ângulo dos produtos, as línguas serão apresentadas como um conjunto de categorias igualmente organizadas num multissistema.* A língua-enquanto-produto é um conjunto de categorias agrupadas em quatro sistemas: (1) léxico, (2) discurso, (3) semântica e (4) gramática. (...) Qualquer expressão linguística exibe ao mesmo tempo propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais.

6. Um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos: (...) explicável por meio dos princípios de ativação, reativação e desativação de propriedades (...), são cognitivos porque se fundamentam em categorias e subcategorias cognitivas. (...) São também sociais porque baseados na análise continuada das situações do que ocorre numa conversa (...). Os princípios sociocognitivos gerenciam os sistemas linguísticos, garantindo sua integração para os propósitos dos usos linguísticos, para a eficácia dos atos de fala. (CASTILHO 2010: 69-79, ordenação adaptada)

Os dispositivos sociocognitivos referem-se à ativação, reativação e desativação de propriedades em todos os sistemas linguísticos, bem como de sons, morfemas, palavras, sentenças e porções do texto. A ativação é responsável pelas escolhas que o falante vai fazendo quando conversa ou escreve, ativando no cérebro todas as propriedades de um item linguístico qualquer (ou construção, texto etc.). A reativação refere-se a rearranjos dessas escolhas, repetindo, corrigindo, parafraseando sentidos e formas. E a desativação corresponde ao momento em que silenciemos propriedades, formas, sentidos etc. Segundo Castilho (2010: 80), “[é] importante enfatizar que esses dispositivos operam ao mesmo tempo, não sequencialmente (...), por acumulação de impulsos, simultaneamente”, justamente por se considerar a linguagem como um sistema complexo. Nesse sentido, nenhum sistema linguístico é tido como central, como se vê em outras teorias (a sintaxe para os gerativistas, a fonologia para os estruturalistas, a semântica ou o discurso para os funcionalistas etc.). E também não há hierarquia entre os sistemas (um derivando do outro), visto que a língua não é definida como algo linear e unidirecional nessa abordagem. Assim, descentraliza-se a gramaticalização, colocando-a ao lado dos demais processos, ou seja, ela é apenas *um* dos processos de criação e mudança linguísticas.

Deve-se levar em conta que a abordagem multissistêmica é um plano de pesquisas coletivas, por isso foram selecionados para a presente pesquisa dois processos, a gramaticalização e a semanticização do item *trás*, sendo o último a ser iniciado neste artigo a partir do *corpus* escolhido.

Por gramaticalização Castilho (2010: 138-139) entende a ativação de propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas de formas linguísticas. A semanticização, por sua vez, é definida como o “processo de criação, modificação e categorização do sentido linguístico” (Castilho, 2015). A Linguística Cognitiva tem se dedicado amplamente a esse campo de pesquisas, ainda que algumas de suas teorias focalizem mais as formas e outras os sentidos e a organização e representação das categorias cognitivas nas línguas (cf. Soares da Silva 2006, Batoréo 2000, Evans; Green 2006, Lakoff 1987, Talmy 2000, entre outros). Pode-se dizer que a Linguística Cognitiva complementa a abordagem multissistêmica sobretudo no âmbito da semanticização.

Apesar de não ter selecionado a discursivização como objetivo da pesquisa maior, será sempre levado em conta o cuidado com a tipologia dos textos em que aparecem as construções com *trás*, pois, conforme o modelo de Tradições Discursivas (Koch; Oesterreicher 1985, Kabatek 2006), a ausência de certas estruturas, itens linguísticos ou mesmo sentidos pode estar atrelada à motivação dos textos, dadas as condições e estratégias comunicativas de cada um. Por outras palavras, não é porque uma palavra não aparece num texto que significa que ela tenha mudado ou desaparecido da língua, podendo simplesmente sua ausência ser explicada pela tipologia do texto e suas tradições discursivas (cf. Jacob 2001). No caso dos inquéritos orais do Projeto NURC selecionados para a coleta de dados neste artigo, a opção pelo DID se deu justamente pela amplitude de temas abordados, possibilitando o uso das formações com o item *trás*, a exemplo daqueles cujo tema central é *casa* em que o informante descreve detalhadamente os espaços da casa onde mora ou morou.

4 As propriedades semânticas do item *trás*

Nesta seção, apresento as propriedades semânticas das formações com o item *trás* a partir dos dados coletados nos inquéritos do tipo DID do Projeto NURC (Rio de Janeiro). Antes, no entanto, descrevo brevemente alguns estudos sobre as preposições do português brasileiro, que também se basearam em dados dos inquéritos do Projeto NURC, no âmbito do *Projeto Gramática do Português Falado*.

Ilari et al. (2015) abordam algumas propriedades semânticas das preposições simples a partir de um enfoque cognitivo, sob três aspectos: os esquemas imagéticos, os modelos cognitivos idealizados e a língua. Destes destaco os esquemas imagéticos (doravante EI) que, conforme Lakoff (1987), estabelecem a organização cognitiva do espaço, ou seja, uma forma que a língua apresenta de olhar o deslocamento ou a posição no espaço a partir de vários pontos de observação e da experiência corpórea em relação às coisas do mundo. Os autores apresentam a distribuição das preposições simples quanto aos seguintes EI:

Quadro 1 – Distribuição das preposições simples quanto aos esquemas imagéticos

Esquema do trajeto	Esquema de em cima-embaixo	Esquema de caixa	Esquema de ligação (ou presença simultânea num mesmo espaço)
<u>Dinâmico</u> : <i>de, desde</i> (origem); <i>por</i> (percurso); <i>a, para</i> (destino); <i>até</i> (limite final do destino)	<i>sobre</i> (em cima), <i>sob</i> (embaixo)	<i>em</i> (dentro)	<i>com, sem</i>
<u>Estático</u> : <i>ante, perante</i> (anterior); <i>entre</i> (no meio); <i>após, trás</i> (posterior)			

Fonte: adaptado de Ilari et al. (2015, p. 187).

Os EI exemplificados acima levam em conta sempre uma relação de localização (estática ou dinâmica) de uma entidade (FIGURA) em relação a outra (FUNDO OU PONTO DE REFERÊNCIA), como *a casa na frente do prédio* ou *a lua por trás do prédio*. Estou tomando aqui os termos de Talmy (2000) associados aos esquemas imagéticos propostos por Lakoff (1987) sem o compromisso com as especificações da proposta e classificação de cada autor.

A classificação das preposições por eixos espaciais de Castilho (2009) é complementar ao quadro 1 acima. Ilari et al. (2015: 187) ressaltam que “as preposições não cobrem simetricamente todas as dimensões, algumas das quais são cobertas por locuções prepositivas”, como é o caso das formações com *trás*. A partir dessa proposta, analiso a seguir os dados, classificados quanto à relação espacial, temporal e transposição de esquemas, ou seja, usos metafóricos.

O item *trás* mostrou-se mais produtivo na organização espacial – espaço posterior – nos dados coletados, com 123 dados do total de 305 ocorrências. As construções encontradas foram: *atrás, atrás de, detrás, detrás de, por trás de, por detrás* e *para trás*. Nota-se, no entanto, o uso frequente de elementos dêiticos locativos, como *aqui, lá* etc. (sublinhados nos exemplos), combinados às formações com *trás*.

Exemplos:

- (1) **LOC.** - A linha do paletó moderno é cintada, não é, e geralmente tem aberturas **atrás**. (DID 0006)
- (2) **LOC.** - Locomotiva é o, é a máquina motriz da, da composição toda, né? É isso que você queria saber ou não?
DOC. - (inint.) no trem, no trem (inint.) onde se coloca a locomotiva?
LOC. - Pode ser na frente ou pode ser **atrás**, pode ser uma na frente outra **atrás**, na frente só, pode ser uma **atrás** só (sup.) (DID 0008)
- (3) **DOC.** Hum, hum. Perfeito. Eh, onde é que o carvoeiro trabalha? Como é que se chama o lugar onde o carvoeiro trabalha?
LOC. - Plataforma (inint.) sei lá.
DOC. - Como?
LOC. - Uma plataforma, eh, que tem **atrás do, da** locomotiva e daí (sup.) (DID 0008)
- (4) **LOC.** - É um, é um cabelo normal diante da linha atual aqui na Guanabara. O que que você tem demais? Tem costeletas maiores, uma composição do seu cabelo com bigode que está certo, e isso que eu tenho na minha cabeça também, você deixou o cabelo saindo daquele corte normal que nós tínhamos reto, aqui atrás há uma onda feita pelo cabelo (DID 0009)
- (5) **LOC.** - E naquele tempo era, as janelas em cima eram todas de veneziana. A vidraça ficava **por trás da** veneziana. E, e as, e as de baixo, do, do andar térreo tinham as, por, por dentro, as portas inteiriças de madeira. (DID 0042)
- (6) **LOC:** (...) O carro estava fazendo um mês de uso, um Opala SS levou uma chapada de lado de um irresponsável que saiu **de trás duma**, duma, duma procissão de carros. E quem conhece a estrada, quando está impaciente, ele aponta e volta, né? (DID 0075)

- (7) L: (sup.) Da gente. Quase que a gente pega a dona **por detrás**. Depois se pegasse **por detrás** ia dizer: não, a culpa era de quem vinha e não sei quê. E a outra, na curva fechada, simplesmente a M. bateu no, no, no meio-fio porque en... entra na curva, entra na curva e entra fechado, assim em cima dela. (DID 0142)
- (8) **LOC.** - Arcada superior, arcada inferior. Temos o palatino, o céu da boca.
DOC. - E lá para trás, assim, aquela ...
LOC. - Eh, temos ... (riso) Não me lembro bem o nome mas existe um, uma glândula importante aí, a tiróide.
DOC. - Sim, e aquela, aquela partezinha assim, que forma um, quase na, na (inint.) que separa, a fronteira entre a boca propriamente, não é, quer dizer, a cavidade bucal e a, a faringe, uma região que fica ali, que tem um negocinho assim que desce, molinho? (DID 0009)

Os exemplos (1) a (8) mostram que *trás* estabelece uma relação entre a FIGURA e o PONTO DE REFERÊNCIA, caracterizados como entidades concretas, que podem ser esquematizadas da seguinte forma:

Quadro 2 – Esquematização da relação entre FIGURA e PONTO DE REFERENCIA nos exemplos de 1 a 8.

FIGURA	espaço posterior	PONTO DE REFERÊNCIA
(1) aberturas	<i>atrás (do)</i>	paletó
(2) locomotiva	<i>atrás</i>	no trem
(3) plataforma	<i>atrás da</i>	locomotiva
(4) cabelo	<i>atrás</i>	(nuca/cabeça)
(5) vidraça	<i>por trás de</i>	veneziana
(6) um (motorista) irresponsável	<i>de trás de</i>	procissão de carros
(7) a gente	<i>por detrás (de)</i>	dona
(8) (glândula)	<i>para trás (de)</i>	(cavidade bucal)

Fonte: elaboração própria.

Embora algumas dessas entidades que configuram FIGURA e o PONTO DE REFERÊNCIA não sejam expressas, podem ser inferidas pelo nosso conhecimento de mundo (como a disposição das partes que compõem um trem – as locomotivas – e a direção do movimento do trem) e pelo próprio contexto (como em 8, a glândula que se localiza na parte posterior da cavidade bucal).

Retomando a classificação apresentada no quadro 1 para o item *trás*, observa-se que nem todos os exemplos comprovam se tratar de uma configuração espacial estática, se se leva em conta toda a cena descrita, como nos exemplos (6) e (7). A presença ou ausência de movimento nesses exemplos não parece ser intrínseca às formações com *trás*, mas aos verbos *sair* e *pegar*, respectivamente. O exemplo (7), especificamente, pode ser parafraseado como "quase que a gente pega o carro da dona pela parte de trás [do carro da dona]", em oposição à possibilidade de bater o carro na parte da frente. Nos exemplos (9) e (10) abaixo, observa-se a localização no espaço posterior também pelo uso da expressão *a parte de*:

- (9) **LOC.** - Eu quisera me lembrar disso, eu cuidei muito, eu dei massagem, dei ginástica apropriada pra aquelas estrias, gordinhas, que preocupam as mulheres e vê-se muito na barriga, mas com o tempo, talvez, eu me lembro, vamos ver.
DOC. - E atrás, **essa parte aqui de trás?**
LOC. - As nádegas. (DID 0009)
- (10) **LOC.** - Ah, tem muitos tipos de caminhão. Tem caminhão basculante.
DOC. - Como é?
LOC. - Basculhante (sic) é caminhão que, que **a parte de trás** rebate e deixa cair a terra ou a pedra ou ...
DOC. - Por exemplo no caminhão aquela parte separada onde vai a pessoa que ...
LOC. - Cabine. (DID 0008)

No eixo transversal, o espaço posterior opõe-se ao espaço anterior, nesses casos geralmente com a construção *frente: a parte da frente – a parte de trás*. Note-se que *da frente* e *de trás* são parafraseáveis por um adjetivo: *a parte frontal* e *a parte traseira*. No entanto, *frente* parece manter alguns traços de substantivo ao projetar o artigo feminino [a frente], o que não ocorre com *trás* [*a/o trás]. Essas observações, embora atreladas à gramaticalização dos itens *frente* e *trás*, não tratada aqui, podem levantar questões interessantes relacionadas ao estatuto desses itens enquanto locuções prepositivas ou sintagmas preposicionados, mas também às propriedades semânticas de toda a construção com *trás*. Especificamente, que diferença semântica se pode entrever entre *essa parte aqui de trás* (exemplo 9) e algo *como essa parte aqui atrás*? Uma análise mais apurada das preposições à esquerda de *trás* (*a, de, para* e *por*) ficará para pesquisa futura, dada a limitação do escopo do presente artigo.

Por meio da transposição de EI, a organização espacial leva a uma organização temporal, sendo *trás* indicativo também de tempo /posterior/, como em *dez anos atrás*. Nessa acepção, foram encontradas 111 ocorrências do total de 305 dados coletados, tanto com (exemplos 11 a 13) quanto sem o verbo *haver* (exemplos 14 e 15):

- (11) As crianças já estão em muito melhor situação do que **há alguns anos atrás**. Podemos ver que os pais já se interessam pela vida ao ar livre, ao lado da alimentação, naturalmente, e se preocupam em levar ao pediatra, isso nas camadas mais altas, mas vão ensinando também. (DID 0002)
- (12) Ah, contestavam, o que hoje todo mundo faz, isso era **há vinte anos atrás**, né, M.H., então a gente tudo que a freira dizia a gente, eu, por exemplo, eu (inint.) eu não concordo, eu quero fazer assim e tal, de modo que dava os maiores enguiços. (DID 0005)
- (13) **LOC.** - é uma coisa que me apaixona também tremendamente... cantor de mi/ cantor... que há inclusive também uma dificuldade muito grande atualmente em ci/ em ci/ em citar nomes de cantores... que nós estamos vivendo atualmente a exemplo do que ocorreu com o cinema... **há há há tempos atrás**... de se:... éh caracterizar... e se afirmar perante a opinião pública... exclusivamente pelo nome do autor e não do intérprete... do diretor e não dos intérpretes nós estamos vivendo na música popular... (DID 0012)
- (14) **LOC.** - Ah, bom, da nossa época, acho que é ... Entrou em moda ser feio, né? Você vê, **alguns anos atrás** apareceu esse Belmondo, Belmondô (sic), como você preferir, o cara é realmente feio mas ele é muito simpático, né? (...) Então, entra toda essa jogada de publicidade. Não vai algum tempo atrás apareceu aquela moça de sobancelha raspada, cabelo preso em coque. Era horrível! (DID 0035)
- (15) **DOC.** - Sim. O senhor vê diferença, por exemplo, de **alguns anos atrás** pra agora, atualmente, a semana santa, como ela é encarada pelas pessoas? (DID 0076)
- (16) D: Mas você disse que gostava, **voltando atrás**, que gostava muito de passar patê em pão. Você costuma comer muito pão? (DID 0104)

O PONTO DE REFERÊNCIA pode se caracterizar como preciso (vinte anos) ou impreciso (tempos, alguns anos), mas a relação temporal estabelecida pelo item *trás* será sempre no passado, dada a metáfora conceptual estabelecida pela categoria cognitiva da visão, pois aquilo que não vemos está atrás de nós, e no tempo está no passado. Ao contrário, o que está à nossa frente, o que vemos, é conceptualizado como futuro: Lakoff; Johnson (1980: 42). Por outras palavras, os exemplos de (11) a (16) são construídos a partir da metáfora conceptual de que TEMPO É ESPAÇO, ou nos termos de Lakoff; Johnson (1980: 43) TIME IS A MOVING OBJECT, de forma que o que está localizado na posição posterior, marcada pelo item *trás*, está inserido em um tempo anterior ao presente, no tempo já passado. Assim, da mesma forma que nos movimentamos no

espaço, seja para frente, seja para trás, o movimento no tempo pode ser conceptualizado a partir do domínio fonte (espaço), o que possibilita expressões como *ele está à frente do seu tempo* (uma pessoa moderna, com ideias avançadas) ou *essa música ficou para trás* (no tempo), passível de ser esquecida e desinteressante, e assim por diante. O exemplo (16) especificamente representa o que Castilho (2010) chama de tempo no texto (no caso, o diálogo) que está intimamente ligado ao lugar no texto, demonstrando que tempo e espaço são muitas vezes indissociáveis.

A transposição EI, ou “o uso metafórico de preposições” (ILARI et al. 2015: 191), permite entender expressões mais ou menos fixas, como nos seguintes exemplos:

- (17) **DOC.** - Perfeito. Eh, por exemplo, que que a polícia tem pra **correr atrás dos** caras ou, por exemplo, a, a polícia quando passa o presidente da república, né, com automóveis, né? (DID 0008)
- (18) **LOC** (...) ... agora vê que mancada o que tinha bacana na casa eram os lustres que a mamãe quando mudou deixou... hoje todo mundo valoriza coisa velha né... **estou louca atrás dos** lustres mas ela deixou na casa... agora sabe que lá tinha umas coisas muito engraçadas... (DID 0011)
- (19) **LOC.** - Apenas o sabão de coco pra roupa, um sabão que seja, mas n... de num modo geral, nunca **vou atrás dos** anúncios e como está mudando todo dia nem nada não.
DOC. - Agora eu queria que a senhora falasse um pouquinho do seu edifício de modo geral. Como é que ele é? (DID 0042)
- (20) L: Se bem que o da baleia não deve ser mal feito, ela deve ter alguma conveniência naquilo que eu não sei. Mas a sereia que você falou é a única coisa que está me faltando ver, viu? Metade peixe, metade mulher, canta, isso eu não vi. Essa eu **vivo atrás de ver**, mas não aparece. (DID 0128)

O uso de *trás* nos exemplos acima pode equivaler razoavelmente ao sentido de *procurar*, *ir em busca de*, sentido este já apontado por Said Ali (1971) para o português arcaico. Esses dados compõem 10 ocorrências do total de 305. Embora em menor quantidade, diante dos usos espacial e temporal, esse uso pode ser considerado produtivo no português brasileiro a depender do contexto em ocorre. Com exceção do exemplo (20), os demais implicam certa noção de movimento, seja pelo sentido dos verbos *correr* e *ir* (exemplos 16 e 18, respectivamente), seja pela ideia de que *procurar algo* implica o deslocamento no espaço. Em outras palavras, *X atrás de Y*, estando Y fora do campo de visão de X (*estar louca atrás dos lustres*, *ir atrás dos anúncios* e *viver atrás de ver*) é conceptualizado a partir da relação corpórea, da nossa experiência física de sair de um ponto, se deslocar num percurso e chegar ao alvo, o que nos exemplos acima pode ser interpretado como o objeto procurado.

Outras metáforas podem ser depreendidas a partir dos exemplos (21) a (23) a seguir:

- (21) **DOC.** - (sup.) Você não, não conhece ou você não usa outros nomes pra essa, pra esse tipo de coisas?
LOC. - Esse pessoal que **passa os outros pra trás** eu chamo de tram... eu acho que isso é trambique, né?
DOC. - Mas você sabe que, que existem outros nomes pra isso, né?
- (22) **LOC.** Em relação aos chás de caridade, eu acredito que também se aquele grupinho muito amigo não se reunisse naquele dia, nós também não conseguiríamos passar convites. Eu acho que realmente aquela doação, aquele donativo assim dado com todo coração é muito difícil, sabe, da gente ver, sabe, de um modo geral existe **alguma coisa por trás**. (DID 0047)
- (23) L: Bancar o bonzinho. Bonzinho **com o pé atrás**, é a posição que eles estão fazendo aí. Nós temos assinado tudo quanto é acordo, agora o país que tem mais, que a, a lista dos produtos com tarifa reduzida é a maior lista teoricamente. A tarifa é reduzida, mas as, as, assim, os entraves burocráticos são aumentados. (DID 0113)

No exemplo (21), a expressão *passar para trás* demonstra uma relação de transposição de EI, em que o PONTO DE REFERÊNCIA onde a FIGURA é situada é um ponto marcado pela noção de inferioridade, desprezo, maldade, má fé, já que equivale a "trapacear, enganar". Por outras palavras, as pessoas que estão atrás (de outras) ficam na condição de prejudicadas, enganadas, por aqueles que agiram de má fé.

Já no exemplo (22), a transposição de EI apresenta-se com motivação aparente, pois *alguma coisa por trás* refere-se a um *objeto escondido, algo fora do alcance dos olhos*, a partir da metáfora OBJETO ESCONDIDO É SUSPEITO/DUVIDOSO, acarretando assim numa perspectiva subjetiva de negação.

Por fim, no exemplo (23), também com motivação aparente, *com o pé atrás* marca a noção de desconfiança, com base na experiência corpórea de posicionar um pé à frente e outro atrás como uma espécie de proteção para não cair, dando maior equilíbrio ao corpo. A metáfora ATRÁS É PROTEÇÃO pode ser estendida à ideia de desconfiança, de modo que se projeta.

Por questões de espaço, apresentei apenas 3 exemplos neste último conjunto de ocorrências, que totalizam 59 dos 305 dados coletados de *trás*.

Considerações finais

No presente artigo buscou-se apresentar algumas propriedades semânticas do item *trás* a partir de uma breve descrição de seus usos em gramáticas normativas, descritivas e históricas, seguindo-se a análise de um conjunto de dados extraídos de textos orais do século XX. Os sentidos descritos na seção anterior podem ser assim sistematizados:

Quadro 3 – Esquematização dos sentidos encontrados para o item *trás*

Construções com o item <i>trás</i>	Sentido	Nº de dados
atrás, atrás de, aqui atrás, parte aqui de trás, por trás de, de trás de, por de trás, parte de trás e lá para trás	Localização no espaço físico posterior – uso prototípico.	123
há alguns anos/vinte anos/tempos/uns anos atrás, alguns anos atrás	Localização no tempo, espaço posterior marcado por <i>trás</i> equivalente a tempo passado.	111
correr atrás de, estar atrás de, ir atrás de e viver atrás de	Ir em busca de, procurar.	10
Passar pra trás	colocar em situação ou condição de inferioridade; trapacear, enganar.	59
Alguma coisa por trás	Responsabilidade, principalmente, desconhecida ou secreta.	
Com o pé atrás	desconfiar, hesitar.	
total =		305

Fonte: elaboração própria.

Pelo quadro acima, observa-se que o sentido espacial [espaço posterior] das construções com *trás* é bastante produtivo no português brasileiro em dados de inquiridos orais do século XX, seguindo-se do sentido temporal com número de dados próximo ao uso espacial. Com menor frequência, inserem-se os demais usos, que genericamente estou chamando de "usos metafóricos" em expressões mais ou menos fixas.

A partir do levantamento desses dados, pode-se lançar as seguintes perguntas: (i) haveria restrição semântica na caracterização das entidades selecionadas como FIGURA e PONTO DE REFERÊNCIA nas relações espaciais e metafóricas estabelecidas por *trás*?; (ii) as preposições à esquerda de *trás* (*a, de, para e por*) implicam que diferenças semânticas tanto em termos de espaço físico, temporal e de projeções metafóricas? e (iii) que outros elementos, como a presença ou ausência de um observador, são essenciais na configuração espacial, temporal etc. estabelecida pelas construções com *trás* (cf. Teixeira 2001)? Haja vista que a pesquisa está em andamento, essas e outras questões, nos planos semântico e sintático, nortearão o caminho de investigação da diacronia do item *trás* e suas demais construções num recorte maior de dados, tipos de texto e séculos.

Referências bibliográficas

BATORÉO, Hanna. **Expressão do Espaço no Português Europeu Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição**. Lisboa: FCT e Fundação Calouste Gulbenkian, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, [Dissertação de Doutoramento, Lisboa: FLUL, 1996], 2000.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 37ª edição, 2009.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de. Para uma análise multissistêmica das preposições. In Castilho, A.T. (2009 Org.) **História do Português Paulista**. Série Estudos, Vol.1. Campinas: IEL Publicações/FAPESP, p.279-331, 2009.

CASTILHO, Ataliba T. de. Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Linguística Histórica. Em: A.T. de Castilho; M.A.T. Morais; R.E.V. Lopes; S.M.L. Cyrino (Orgs.) **Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro**. Homenagem a Mary A. Kato. 2007. Campinas: Pontes /Fapesp, pp. 329-360.

CASTILHO, Ataliba T. de. Proposta funcionalista de mudança linguística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na construção das línguas. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Orgs.) **Para a História do Português Brasileiro. Vol.VI: novos dados, novas análises**, Tomo I, 2006. Salvador: EDUFBA, p. 223-296.

CUNHA, Celso. **Gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: MEC/Fename, 8ª edição, 1982.

CUNHA; Celso; CINTRA, Luís Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. **Cognitive Linguistics. An Introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português**. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.

ILARI, Rodolfo, CASTILHO, Ataliba T. de., ALMEIDA, Maria Lucia L. de, KLEPPA, Lou-Ann; BASSO, Renato. A Preposição. In Ilari, R. (Org.) **Palavras de classe fechada. Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Vol.III, 2015. São Paulo: Contexto, p. 163-310.

JACOB, Daniel. ¿Representatividad lingüística o autonomía pragmática del texto antiguo? El ejemplo del pasado compuesto. In Jacob & Kabatek (eds.) *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. **Descripción gramatical – pragmática histórica – metodología**. Frankfurt am Main: Vervuert; , 2001. Madrid: Iberoamericana, p. 153-176.

KABATEK, Johannes. Tradições Discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T.; *et al.* (orgs.) **Para a História do Português Brasileiro. Vol. VI: Novos Dados, Novas Análises**. Salvador, Edufbam, 2006. Tomo II, p. 505-527,

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. Sprache der Nähe - Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte. *Romanistisches Jahrbuch*, 1985, vol. 36. Tradução para o português: Urbano/Caldas (2013) **Linha D'Água**, vol. 26, n. 1., 1985. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/55677/60935>.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphor we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George. **Women, Fire and Dangerous Things. What categories reveal about the mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio. **Dicionário Etimológico do Português Arcaico**. Salvador: EDUFBa, 2013.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas**. Elementos para uma gramática do Português Arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. Estudos gerais – série universitária. 1989.

MAURER Jr., Theodoro Henrique. **Gramática do Latim Vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos de português**. 2.ed. São Paulo, Editora Unesp: 2011

SAID ALI, Manoel. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica/São Paulo: Melhoramentos, 7ª edição melhorada e aumentada, 1971 [1921].

SILVA, Augusto Soares da. O mundo dos sentidos em Português. **Polissemia, Semântica e Cognição**. Coimbra: Almedina, 2006.

TEIXEIRA, José **Verbalização do Espaço: modelos mentais de frente/trás**. Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, Coleção Poliedro, Braga, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/4517>. Acesso em 25 jun 2017.

Fonte dos dados

NURC, Projeto Norma Linguística Urbana Culta – RJ. **Diálogos entre informante e documentador**. Disponível em: <http://www.nurcrj.letas.ufrj.br/>. Acesso em 19 de jun 2018.